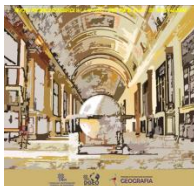


Universidade Federal de Rondônia- UNIR
Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGG/UNIR



REVISTA PRESENÇA GEOGRÁFICA (Online)

ISSN 2446-6646

E-mail: rpgeo@unir.br

jcosta@unir.br

Website:

<http://www.periodicos.unir.br/index.php/RPGeo>

Editor Geral

Prof. Dr. Josué da Costa Silva – UNIR

Equipe Técnica

Profa. Dra. Maria das Graças S. Nascimento Silva – UNIR

Prof. Me. Vinícius Dantas Silveira – UNIR

Mestrando João Almeida de Barros L. Neto – UNIR

Coordenação de Revisão em Inglês

Profa. Dra. Klondy Lúcia de Oliveira Agra- GEPCULTURA

RPGeo: Revista Presença Geográfica. Porto Velho, RO:
Programa de Pós-graduação em Geografia- PPGG/UNIR, V. 1, n. 1, 2014.
(Revista da Universidade Federal de Rondônia- UNIR; n.)

V. 7, ano 4, 2017.
Semestral.

Editor Geral: Josué da Costa Silva (Gestão 2017-2018)

1. Geografia- Pesquisa.

Revista Presença Geográfica da Universidade Federal de Rondônia- UNIR
ISSN: 2446-6646

O conteúdo dos artigos publicados nesta revista é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Aspectos da atividade agropecuária e o desenvolvimento socioeconômico do município de Ariquemes (Rondônia)

Aspects of agricultural activity and socio-economic development of the municipality of Ariquemes (Rondônia)

Aspectos de la actividad agropecuaria y el desarrollo socioeconómico del municipio de Ariquemes (Rondônia)

Roberto Luís da Silva Carvalho
Angel Ramon Sanchez Delgado

RESUMO: O trabalho tem como objetivo identificar as principais características da produção agropecuária do município de Ariquemes (Rondônia) no contexto do desenvolvimento socioeconômico local. Especificamente, buscou-se descrever os principais processos agrícolas e pecuários desenvolvidos na região, no período de 1990 a 2014, realizou-se uma análise dos indicadores do desenvolvimento socioeconômico, dos anos 1991, 2000 e 2010 e, por fim, avaliou-se o índice de bem-estar humano, através do barômetro de sustentabilidade, para o ano de 2010. Na caracterização da produção do período de 1990 a 2014 foram utilizados os dados disponíveis no banco SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. No levantamento das informações demográficas e sociais do município foram utilizados os dados dos registros do TABNET, do Departamento de Informática do Ministério da Saúde (DATASUS) dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Os dados utilizados no barômetro de sustentabilidade foram obtidos no banco SIDRA. Na análise de dados foram calculadas as estatísticas descritivas e construídos gráficos e tabelas dos dados agregados do período de estudo. Foram identificados os índices do município na escala de bem-estar humano. Foi utilizado o software IBM SPSS versão 22 na análise de dados. O sistema de produção da agricultura em Ariquemes mudou consideravelmente no período, devido as mudanças do cenário internacional em relação as commodities, bem como pelas restrições de alguns sistemas de produção. Apesar dessas evoluções e da melhora de alguns indicadores segue o desafio do município em reduzir as desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão agropecuária. Desenvolvimento. Indicadores.

ABSTRACT: The objective of this work is to identify the main characteristics of agricultural production in the municipality of Ariquemes (Rondônia) in the context of local socioeconomic development. Specifically, we described the main agricultural and livestock processes developed in the region in the period 1990-2014 and we conducted analyzes of some indicators of socio-economic development in the years 1991, 2000 and 2010, and finally, evaluated the human well-being index, through the barometer of sustainability for the year 2010. In the characterizing the production of the period from 1990 to 2014 were used the data available in SIDRA bank (System IBGE of Automatic Recovery) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics. In the survey of the demographic and social information of the municipality, were used data from the records of TABNET, of the Department of Informatics of the Ministry of Health (DATASUS) of the demographic censuses of 1991, 2000 and 2010. The data used in the sustainability barometer were obtained from the SIDRA bank. In the data analysis, the descriptive statistics were calculated and the graphs and tables of the aggregated data of the study period were constructed. The indices of the municipality were identified in the scale of human well-being. We used the software IBM SPSS version 22 in the data analysis. The agricultural production system in Ariquemes has changed considerably in the period, due to changes in the international scenario regarding commodities, as well as by restrictions of some production systems. Despite these developments and the improvement of some indicators, follows the challenge of the municipality of reduce social inequalities.

KEYWORDS: Agricultural expansion. Development. Indicators.

RESUMEN: El trabajo tiene como objetivo identificar las principales características de la producción agropecuaria del municipio de Ariquemes (Rondônia) en el contexto del desarrollo socioeconómico local. En concreto, se buscó describir los principales procesos agrícolas y pecuarios desarrollados en la región, en el período de 1990 a 2014, se realizó un análisis de los indicadores del desarrollo socioeconómico, de los años 1991, 2000 y 2010 y, finalmente, el índice de bienestar humano, a través del barómetro de sostenibilidad, para el año 2010. En la caracterización de la producción del período de 1990 a 2014 se utilizaron los datos disponibles en el banco SIDRA (Sistema IBGE de Recuperación Automática) del Instituto Brasileño de Geografía y Estadísticas. En el levantamiento de las informaciones demográficas y sociales del municipio se utilizaron los datos de los registros del TABNET, del Departamento de Informática del Ministerio de Salud (DATASUS) de los Censos Demográficos de 1991, 2000 y 2010. Los datos utilizados en el barómetro de sustentabilidad se obtuvieron en el banco sidra. En el análisis de datos se calcularon las estadísticas descriptivas y construidos gráficos y tablas de los datos agregados del período de estudio. Se identificaron los índices del municipio en la escala de bienestar humano. Se utilizó el software IBM SPSS versión 22 en el análisis de datos. El sistema de producción de la agricultura en Ariquemes cambió considerablemente en el período, debido a los cambios del escenario internacional en relación a los commodities, así como por las restricciones de algunos sistemas de producción. A pesar de estas evoluciones y de la mejora de algunos indicadores sigue el desafío del municipio en reducir las desigualdades sociales.

PALABRAS CLAVE: Expansión agropecuaria. Desarrollo. Indicadores.

1. INTRODUÇÃO

O estado de Rondônia, atualmente, está em uma fase de grande expansão agrícola, tendo como principais culturas: arroz, banana, café, mandioca e soja. No entanto, em seu desenvolvimento apresentou características específicas quanto a ocupação e a utilização do território, pois foi marcado por períodos de uso da terra para a agricultura e para exploração dos recursos minerais e ambientais.

Pedlowski et al. (1997) e Piontekowski et al. (2014) citam os dois grandes ciclos da borracha (segunda guerra mundial e século XIX) e a busca por Cassiterita (óxido de estanho, SnO_2) como fatores que ampliaram o fluxo migratório para a região. Por exemplo, em 1960, a região recebeu imigrantes do sul do país que foram iniciar a construção da Transamazônica. Em 1970, com a ligação por estrada com Cuiabá, acelerou a colonização do estado junto às doações de terra concedidas pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). A delimitação de assentamentos proporcionou um grande fluxo migratório na região ocasionando assim a expansão da fronteira agropecuária e, por outro lado, proporcionou forte de participação no desmatamento (TOURNEAU e BURSZTYN, 2010),

No final de 1970, devido a estratégia de ocupação e desenvolvimento local adotado pelo governo brasileiro as áreas de florestas nativas foram substituídas por agricultura (temporária e permanente) e pastagem para pecuária de corte e leite (TOURNEAU e BURSZTYN, 2010). Cardille e Foley (2003) afirmaram que, em 1990, Rondônia obteve os maiores índices de desmatamento, devido a uma grande expansão da agricultura de pastagem, com destaque nas cidades de Ji-Paraná e Ariquemes. E, adicionalmente, esta expansão ocorreu ao redor de Porto Velho e áreas do sul do estado.

Diante tais fatos apresentados, o município de Ariquemes – RO possui características específicas no contexto do desenvolvimento de Rondônia, sendo assim, pretende-se contribuir para identificação dessas características da produção agropecuária no município, no contexto do desenvolvimento sócio econômico local.

Segundo Mendes (2009) uma leitura do território no aspecto do desenvolvimento regional é essencial para políticas públicas que visem atingir o maior desenvolvimento nacional, sendo assim, busca-se maior coesão social e econômica e menor concentração e desigualdade socioeconômica para se atingir um desenvolvimento regional equilibrado.

O desenvolvimento econômico do município, é definido por Madureira (2015, p. 8) como “um processo contínuo de crescimento econômico acompanhado por mudanças qualitativas nos indicadores de bem-estar econômico e social”.

Para Duarte (2015) o desenvolvimento é visto como uma resultante do processo de crescimento e seu processo é considerado ótimo quando se dá ao atingir uma taxa de crescimento contínua e sustentada da economia. Sendo assim, não é suficiente ter crescimento volume da produção enquanto esses ganhos não chegam a promover desenvolvimento para população, nas condições de saúde, renda, educação entre outros (MADUREIRA, 2015, p. 8). Neste sentido, Duarte e Cavalcanti (2016) relatam a importância do crescimento econômico como meio para obtenção do desenvolvimento humano.

Cabe ressaltar que segundo Amartya Sen (2010) o desenvolvimento está vinculado ao alargamento das capacidades e liberdades humanas, em um processo no qual se ampliam as escolhas pessoais para viver de forma plena a vida. Nesse sentido, justifica-se avaliar o desenvolvimento da região numa perspectiva, não somente, de desenvolvimento como crescimento sustentado da renda, como é definido por Bresser-Pereira (2006), mas na visão mais ampla em as pessoas estão inseridas nesse processo, onde se deve beneficiar todos os indivíduos equitativamente baseando-se na participação ativa e livre de cada um destes indivíduos, como sugere Sen (2010).

Diversos estudos buscam mensurar o desenvolvimento de dado local e até mesmo propor meios de avaliação (PRESCOTT-ALLEN, 1997; VAN BELLEN, 2004; SIENA, 2008; ANDRADE et al. 2016), mas neste optou-se em utilizar como referência o método adaptado para a realidade brasileira do Barômetro de Sustentabilidade (CETRULO, MOLINA e MALHEIROS, 2013), que inicialmente foi elaborado por Prescott-Allen (1997) para avaliar o desenvolvimento do bem-estar humano.

Neste sentido, o estudo tem como objetivo identificar as principais características da produção Agropecuária em Ariquemes / RO, no contexto do desenvolvimento socioeconômico local, no período de 1990 a 2014. Especificamente, busca-se descrever os principais processos agrícolas e pecuários desenvolvidos na região, no período de 1990 a 2014 e apresentar um breve panorama dos índices de desenvolvimento socioeconômico no período de 1991 a 2010.

O artigo foi desenvolvido com 4 seções. A primeira destinada a introdução; a segunda voltada à descrição do material e métodos, onde foi apresentada a forma de coleta de dados, as análises, os instrumentos de medida e os softwares utilizados; já a terceira envolveu os resultados e discussão, onde se apresentou descritivamente o processo de desenvolvimento agrícola e foi feita uma análise dos indicadores socioeconômicos e os níveis da cidade de Ariquemes no barômetro da sustentabilidade na dimensão bem-estar humano; por fim, as considerações finais do estudo.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O município de Ariquemes localiza-se na região tropical, próximo a linha do Equador, entre as latitudes 09° 41' S e 10° 18' S e longitudes de 62° 24' W e 63° 37' W. Situa-se na mesorregião do Leste Rondoniense – Microrregião de Ariquemes. Possui uma área territorial de 4.426,6 Km². Em 2010, sua população era de 90.353 habitantes e segundo projeções do IBGE para 2017 sua população foi estimada em 107.345 habitantes (IBGE, 2017).

Na caracterização da produção do município de Ariquemes e do estado de Rondônia foram utilizados os dados disponíveis no banco SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática: www.sidra.ibge.gov.br) do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes as quantidades produzidas das lavouras permanentes (Banana em cacho, Cacau em amêndoa e Café em grão), lavouras temporárias (Arroz em casca, Cana-de-açúcar, Feijão em grão, Mandioca, Milho em grão e Soja), produção da piscicultura, produção de leite e cabeças de animais (bovino, suíno e galináceos), no período de 1990 a 2014.

No levantamento das informações demográficas e sociais do município foram utilizados os dados dos registros do TABNET, do Departamento de Informática do Ministério da Saúde - SUS (DATASUS), referentes ao Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010 (<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>). Os dados sobre o desmatamento no período de 2000 a 2014 foram obtidos na Divisão de Processamento de Imagens (DPI), na coordenação Geral de Observação da Terra (OBT) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>). Os dados de Ariquemes utilizados no barômetro de sustentabilidade foram obtidos no banco SIDRA (IBGE) e para efeito de balizamento com o estado de Rondônia foram seguidas as informações publicadas no estudo de Cetrulo, Molina e Malheiros (2013), que teve como base os seguintes documentos: (a) Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), publicado pelo IBGE, (b) Síntese de Indicadores Sociais (SIS), também do IBGE, (c) Indicadores e Dados Básicos para a Saúde (IDB), sendo esta uma publicação conjunta do (IBGE) com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Ministério da Previdência Social.

Na análise de dados foram calculadas as estatísticas descritivas e construídos gráficos e tabelas dos dados agregados do período de estudo. Para análise de dados foi utilizado o software IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Science*) versão 22 e para a construção de alguns gráficos foi utilizado o *Microsoft Office University - Excel*.

Para avaliar a sustentabilidade foi considerado o Barômetro de Sustentabilidade (BS), que é uma ferramenta desenvolvida por pesquisadores das instituições *International Union for Conservation of Nature – IUCN* e *International Development Research Centre – IDRC*. Este utiliza um conjunto de indicadores integrados, que visam analisar os padrões de interação das pessoas e do meio ambiente, por meio de informações acerca da qualidade de vida e taxa de progresso de uma sociedade rumo à sustentabilidade (PRESCOTT-ALLEN, 1999; VAN BELLEN, 2006).

Devido ao fato de algumas variáveis estarem disponíveis somente no nível estadual e não no nível municipal optou-se por avaliar a sustentabilidade somente no fator de bem-estar humano, sendo assim foram considerados os itens descritos na Tabela 1.

Tabela 1 - Itens dos indicadores do bem-estar humano do barômetro de sustentabilidade

	Indicadores	Itens
Bem-Estar Humano	Demográficos	Esperança de vida ao nascer (anos)
		Mortalidade Geral (número de óbitos por mil hab/ano)
		Grau de urbanização (%)
		Taxa de crescimento populacional (1991/2000) (%)
	Educação	Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)
		Porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade com 11 anos ou mais de estudo (%)
		Índice de desenvolvimento da educação básica
	Econômicos	Rendimento mensal (R\$)
		PIB per capita (R\$)
		Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal
		Relação de rendimento 10% mais ricos / 10% mais pobres
	Justiça social	Famílias com quantidade suficiente de alimentos (%)
		Taxa de ocupação de jovens de 10 a 15 anos (%)
		Relação entre rendimento de pessoas de cor preta ou pardo/branco (%)
		Relação entre rendimento de mulheres/homens (%)
	Saúde	Pessoas com 60 anos ou mais com plano de saúde (%)
		Mortalidade Infantil (p/ 1000 nascidos)
		Número de leitos para internação (por 1000 hab.)
		Número de estabelecimento de saúde (por 1000 hab.)
	Segurança	Porcentagem de homicídios por 100.000 habitantes
		Coefficiente de mortalidade por acidente de transporte (por 100.000 habitantes)

Fonte: Cetrulo, Molina e Malheiros (2013)

O barômetro de sustentabilidade é uma escala com cinco pontos que varia de sustentável ao insustentável e indicam o nível de progresso de uma determinada localidade, podendo ser utilizado para uma cidade, estado ou nação (PRESCOTT-ALLEN, 1997; VAN BELLEN, 2004).

Cetrulo, Molina e Malheiros (2013) em seu estudo que visava a criação do barômetro de sustentabilidade estadual fizeram referências aos indicadores e as faixas de pontuação, que foram consideradas neste estudo para a identificação de sustentabilidade do município de Ariquemes quanto ao estado de Rondônia. Sendo assim, foram utilizadas as pontuações obtidas pelos autores para o estado de Rondônia, enquanto que para Ariquemes estes foram calculados.

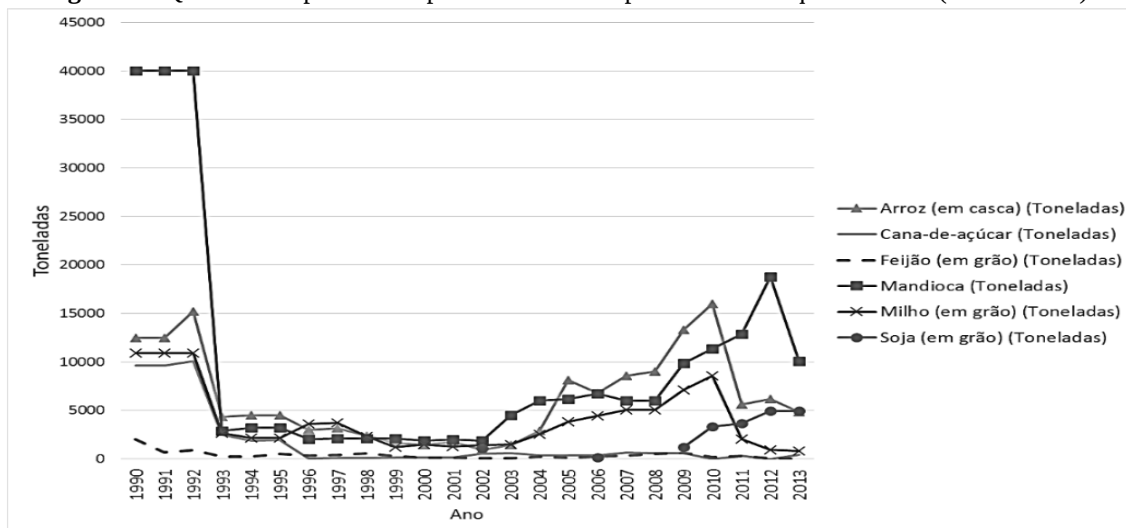
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção das lavouras temporárias no município de Ariquemes sofreu mudanças durante o período de 1990 a 2013 (Figura 1). Inicialmente, em 1990, as principais lavouras eram mandioca (40.000 toneladas), arroz em casca (12480 toneladas), cana de açúcar (9600 toneladas) e milho (10880 toneladas). No entanto, no ano de 2013, as principais lavouras foram Mandioca (10050 toneladas), arroz (4800 toneladas), soja (4926 toneladas) e cana-de-açúcar (408 toneladas). Sendo assim, observa-se grandes reduções nas produções de mandioca e cana-de-açúcar. Por sua vez, ressalta-se o direcionamento para a produção de soja no município, em 2009.

A produção de arroz no município retomou seu crescimento em 2003. Heinemann e Sentelhas (2011) visando identificar e classificar grupos ambientais na área de produção de arroz de terras altas afirmaram que Ariquemes possui características favoráveis para produção. Os autores destacam que os estados de Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Tocantins são grandes responsáveis por esse tipo de cultivo.

Em relação a cana-de-açúcar se observa uma grande redução na produção (Figura 1), em 1993 a produção era de 9600 toneladas no município e em 2013 chegou a 408 toneladas. Tal redução vai ao encontro das perspectivas do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, publicado no decreto Nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, que dentre seus objetivos visava o crescimento sustentável da produção, sendo assim, as áreas de biomas da Amazônia foram consideradas inaptas para produção.

Figura 1 - Quantidades produzidas pelas lavouras temporárias em Ariquemes / RO (1990 a 2013).



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal / IBGE (1990 a 2013)

A produção de soja (Figura 1) no município, em 2011, foi de 1200 toneladas chegando em 2013 a 4926 toneladas, representando um crescimento de 410,5%. No estudo realizado por Frederico (2013), no período de 2005 a 2009, já se observa um aumento percentual significativo de área plantada de soja em Rondônia. No entanto, esta produção iniciou-se pela porção leste do estado, a partir da divisa com o estado do Mato Grosso. Outro grande fator de grande importância para este crescimento foi a utilização da hidrovia do Rio Madeira que liga os portos de Porto Velho/RO e Itacoatiara/AM, que por sua vez ligam ao porto de Santarém/PA, facilitando assim o escoamento dos grãos produzidos no oeste do Mato Grosso e no estado de Rondônia. Dos portos a produção é escoada para Europa e Ásia (BROWN, JEPSON e PRICE, 2004).

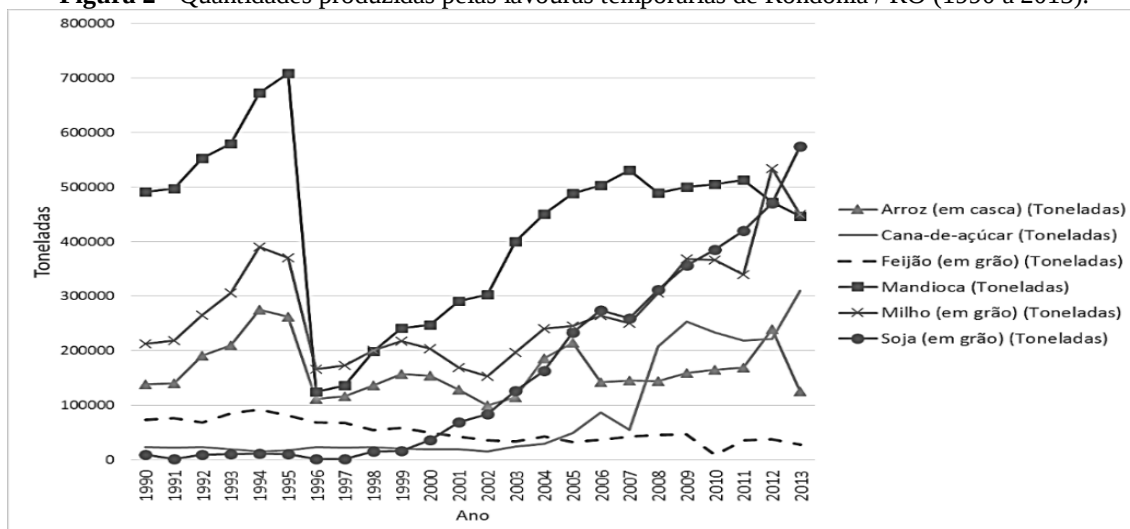
Além da rentabilidade da produção de soja, um aspecto que influenciou o crescimento em Rondônia e em Ariquemes é a necessidade de recuperação de solos degradados utilizados para pastagem. O sistema de integração lavoura-pecuária (iLP, ver KICHEL et al. 2014, DELGADO et al., 2013) surge como o fator de desenvolvimento da produção na região e, por outro lado, reduz a pressão sobre o uso de áreas de florestas.

Segundo Kichel e Miranda (2001) o cultivo de soja é uma das principais alternativas para recuperação e renovação de pastagens degradadas, respeitadas as condições de clima, solo e infraestrutura. De um modo geral, se observa uma redução na produção das culturas no período de 1993 a 2002. Ressalta-se que neste período o Brasil passou por baixo crescimento e diversas crises econômicas e políticas e, somente, na década de 2000 conseguiu reduzir sua vulnerabilidade externa e social e sustentar maiores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB (PINTO, 2013).

Outro aspecto é a grande valorização no comércio internacional das *commodities* minerais e agrícolas brasileiras, na década de 2000, demandadas pela economia chinesa o país ampliou suas exportações, ocasionando assim um grande impacto no crescimento econômico, principalmente nas regiões norte e centro-oeste (SIQUEIRA, 2013, 2015). O melhor período de exportações brasileiro ocorreu entre 2006 e 2008, pois a partir da crise de 2008, ocorreu um recuo em mais de 22%, sendo sentida já em 2009 a redução da demanda internacional e uma queda nos preços (LOBÃO, CORRÊA e SCHNEIDER, 2017).

Observa-se na década de 90 reduções nas produções agrícolas de Rondônia (Figura 2), sendo retomado melhores índices de crescimento nos anos 2000.

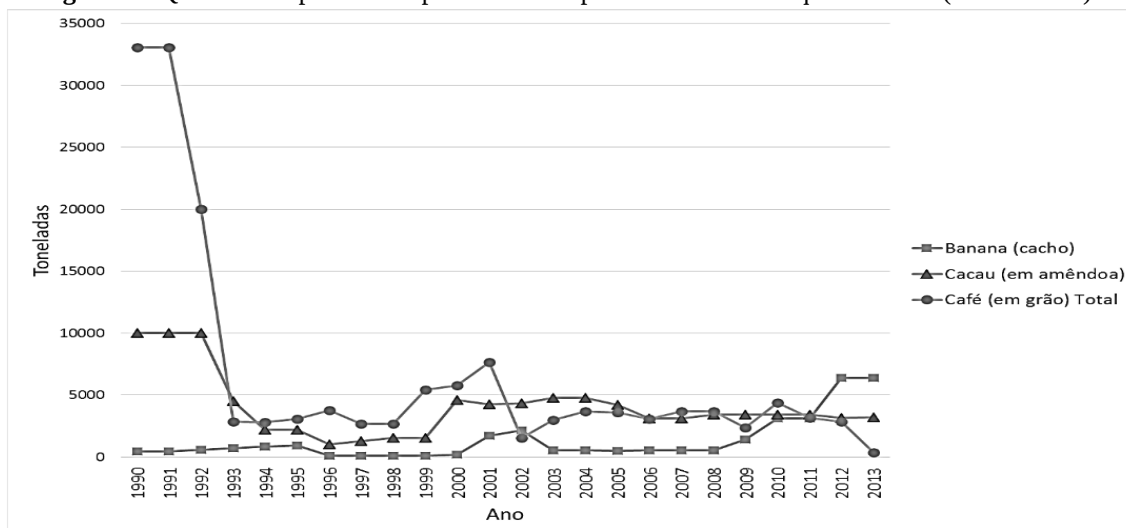
Figura 2 - Quantidades produzidas pelas lavouras temporárias de Rondônia / RO (1990 a 2013).



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal / IBGE (1990 a 2013)

As principais lavouras permanentes em Ariquemes são o Café, a Banana e o Cacau. No entanto, observa-se na Figura 3, que a produção de Café reduziu significativamente durante o período, em 1990 era de 33077 toneladas chegando em 2013, a 308 toneladas, sendo este o menor valor observado para série histórica. Em 1990, a produção de Ariquemes representava 18,9% da produção de Rondônia, mas em 2013 representou somente 0,5% da produção do Estado. Da mesma forma, ocorreu uma redução na produção de cacau no município, pois em 1990 era de 10013 toneladas e em 2013 chegou a 3214 toneladas, ou seja, inicialmente representava 49,2% da produção do estado passou para 23,0% em 2013. Por outro lado, ampliou-se a produção de banana durante a série, inicialmente era de 450 toneladas chegando a 6400 toneladas em 2013. Representando, 3,2% e 9,1% respectivamente, da produção do estado.

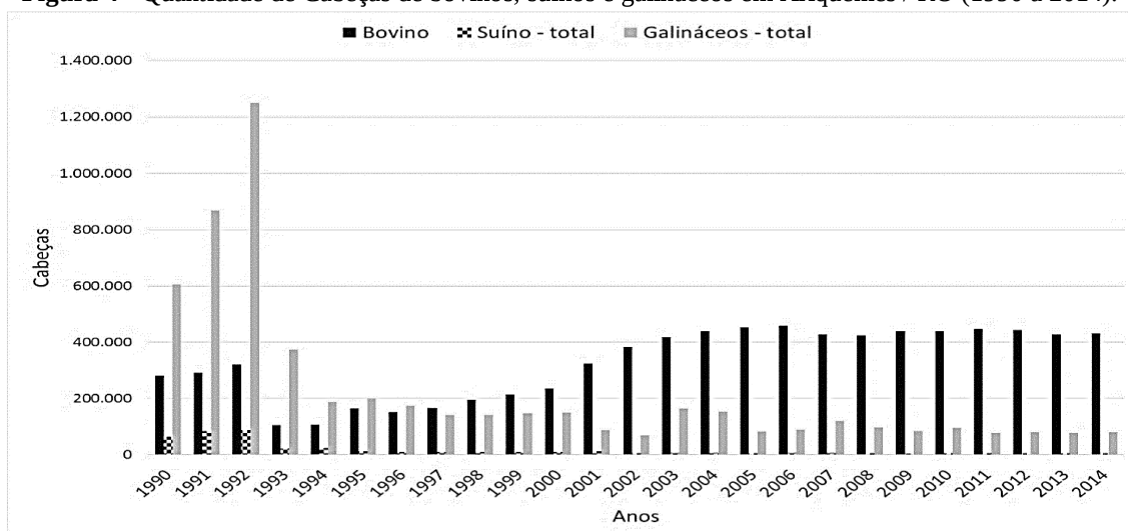
Figura 3 - Quantidades produzidas pelas lavouras permanentes em Ariquemes / RO (1990 a 2013).



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal / IBGE (1990 a 2013)

Em relação a pecuária, observa-se na Figura 4, que no ano de 1990 o município de Ariquemes apresentava uma grande produção de galináceos (1.249.920 cabeças), no entanto, esta produção foi reduzida chegando em 2014, a 79.562 cabeças. Por outro lado, a partir do ano 2000 ocorreu um crescimento na produção de bovinos, chegando a ter 420.000 cabeças em seu rebanho, permanecendo assim até o ano de 2013.

Figura 4 - Quantidade de Cabeças de bovinos, suínos e galináceos em Ariquemes / RO (1990 a 2014).



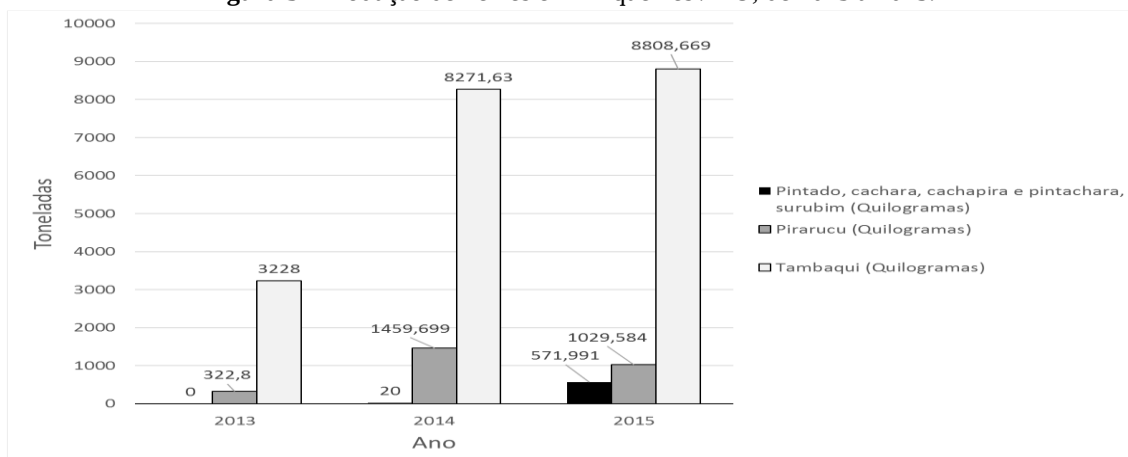
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados na Pesquisa Pecuária Municipal / IBGE (1990 a 2014).

Neste caso, tal crescimento na produção vai ao encontro do cenário nacional, pois desde o início dos anos 2000, as exportações brasileiras de carne bovina cresceram fortemente, pois o Brasil se modernizou neste setor, devido a abertura do mercado e a necessidade de reduzir custos devido a ampla concorrência. Segundo informações do Ministério da Agricultura (2013) o estado de Rondônia, em 2012, exportou 208,2 mil toneladas de carne bovina e 35,3 mil toneladas de miúdos para 31 países, totalizando R\$ 2,5 bilhões e segundo estimativas para 2013 o segmento crescerá cerca de 10%. Dentre os principais países de destino destacam-se Hong Kong, Egito, Venezuela, Rússia, Arábia Saudita e Israel.

De acordo com os dados da Figura 5, a produção aquícola em Ariquemes surge como um grande fator desenvolvimento da economia local, em 2013 a produção de tambaqui era de 3200 toneladas, mas em 2015 o volume de produção chegou a 8808 toneladas, representando um crescimento de 272%. Ariquemes configura-se como um dos principais produtores de pescado em Rondônia, juntamente com os municípios de Pimenta Bueno e Rolim de Moura (LOPES et al., 2010).

Segundo informações da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária do Estado de Rondônia (SEAGRI, 2015), atualmente Rondônia lidera o ranking nacional na produção de peixes nativos de água doce, pois de 2010 até o final de 2014 houve um crescimento de 681%, saltando de 11 mil toneladas, para mais de 75 mil. Segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal, em 2015, a produção chegou em 84.491 toneladas (IBGE, 2016).

Figura 5 - Produção de Peixes em Ariquemes / RO, de 2013 a 2015.

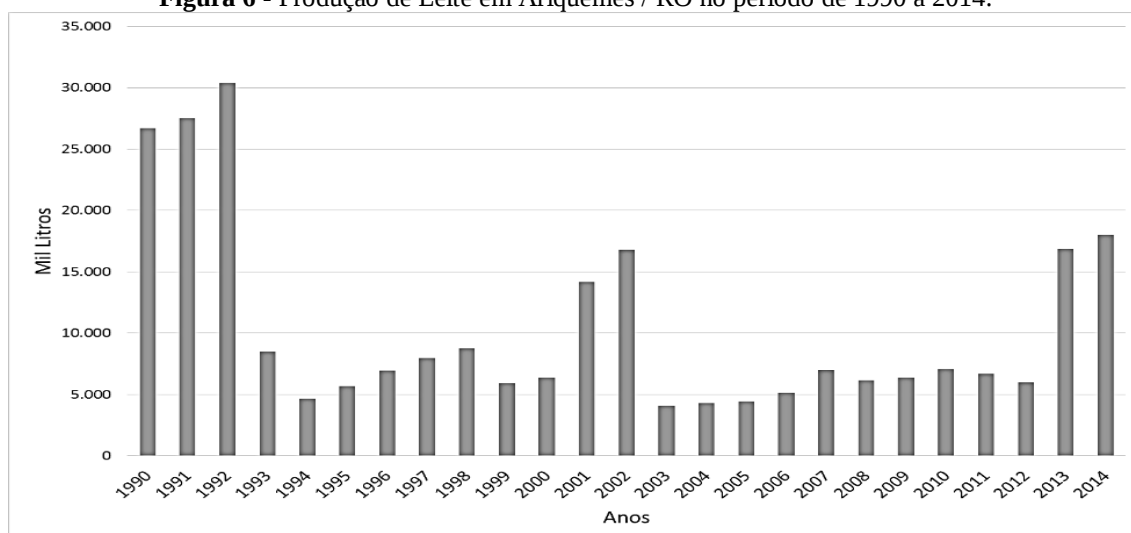


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal / IBGE (2013 a 2015).

Diversos fatores estão associados a esse crescimento, destacando-se o investimento no melhoramento genético de espécies nativas, o aprimoramento nas técnicas de manejo da produção. A produção de pescado pode crescer na região sem fazer uso de novas construções de viveiros escavados, essa ampliação pode ser feita a partir da utilização dos reservatórios oriundos das Usinas Hidrelétricas (SEAGRI, 2015). Neste aspecto devido a construção de diversas Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) no município, nos rios Jamari e Canaã. Por outro lado, pode-se destacar o investimento no setor de alimentos, onde atualmente, a cadeia produtiva possui dois frigoríficos com inspeção federal (SIF), um no município de Ariquemes (Zaltana Pescados) e outro em Vilhena (Santa Clara) beneficiando cerca de 700 toneladas de pescado por mês (SEDAM-RO, 2014), sendo ainda projetada a construção de mais 3 frigoríficos nos municípios de Porto Velho, Itapuí do Oeste e Ji-Paraná (SECOM-RO, 2015).

Observa-se que a produção de leite no município (Figura 6) apresentou alguns picos, em 1992 (30420 mil litros), 2002 (16766 mil litros) e 2014 (18035 mil litros), no entanto, para o período obteve-se uma média de 10.503 mil litros.

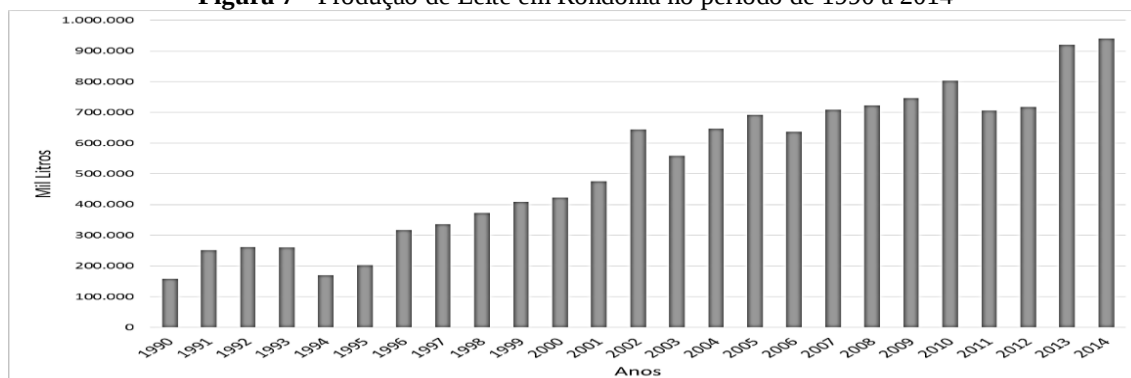
Figura 6 - Produção de Leite em Ariquemes / RO no período de 1990 a 2014.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal / IBGE (1990 a 2014).

Em relação a produção do estado, o município reduziu consideravelmente sua participação, pois em 1990 correspondia a 16,8% do total do estado e, em 2014, a produção do município representou somente 1,9% do total. No entanto, a produção do estado de Rondônia continuou aumentando no período (Figura 7), chegando a 940.621 mil litros, em 2014. Segundo Gomes e Ferreira Filho (2007) um dos fatores que influenciam a produção de leite na região norte, principalmente em Rondônia é a predominância o clima tropical e úmido, pouca exigência de mão-de-obra e mercado garantido. Os autores ressaltam que existem desafios para a região: (1) produzir leite com custos mais baixos do que as regiões mais tradicionais e (2) ampliar a especialização na atividade, seja no uso de insumos e/ou no melhoramento genético do rebanho.

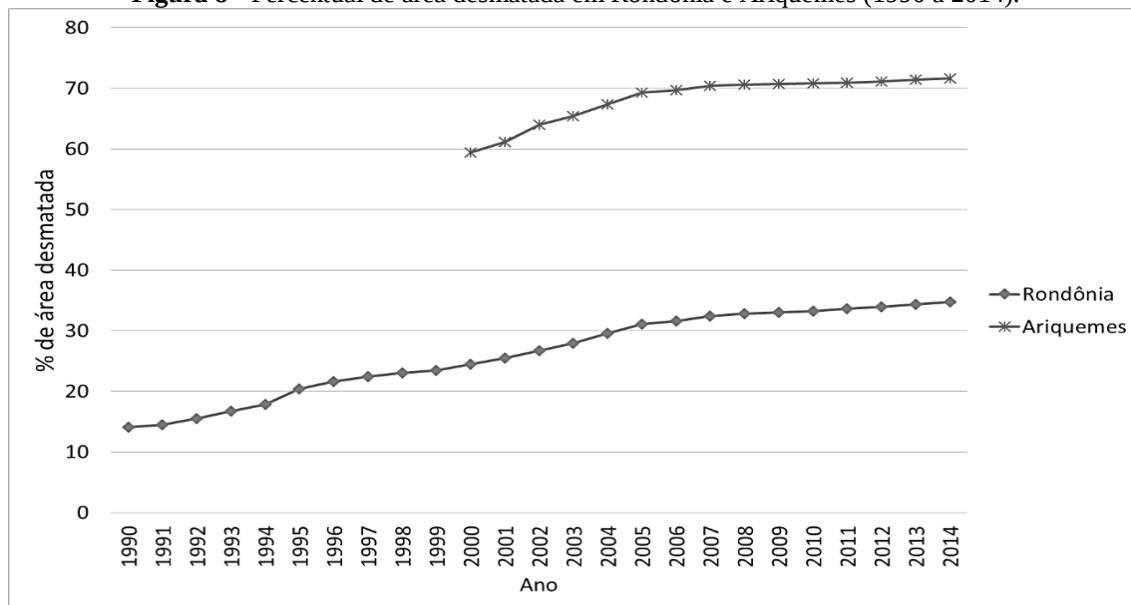
Figura 7 - Produção de Leite em Rondônia no período de 1990 a 2014



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal / IBGE (1990 a 2014)

Nesse contexto pela busca de produções mais rentáveis para região, não se pode deixar de analisar a questão do desmatamento na região, sendo assim na Figura 8 são apresentados os dados da área desmatada em km².

Figura 8 - Percentual de área desmatada em Rondônia e Ariquemes (1990 a 2014).



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da SEDAM (1990 a1999) e do DPI/INPE (2000 a 2014).

Verifica-se na Figura 8 que o percentual de área desmatada em Ariquemes chegou a 71,61% do município. No ano 2000, esse percentual era de 59,39%, com isso, obteve-se um aumento de 12,22% entre os anos 2000 a 2014. Nesse aspecto, Browder, Pedlowski e Walker (2008) afirmam que o desenvolvimento econômico em Rondônia, no período de 1992 até o ano 2002, está relacionado ao capital natural da região, ou seja, as floretas naturais, que com o passar dos anos foram convertidas em área de pastagem e agricultura. Sendo assim, tal bem-estar econômico não seja tão percebido atualmente, compondo-se então os desafios do município em adequar a produção local para o desenvolvimento local, como por exemplo, a grande expansão da piscicultura da região frente a pecuária de corte e leite. Tal desafio é referenciado pelo crescimento da população urbana no município, pois em 1991, era de 54,11% e em 2010 correspondia a 84,69%.

Em 2010, a região de Ariquemes foi alocada nas subzonas 1.1 (área de intensa ocupação) e 1.2 (área de acelerado processo de ocupação), no Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia (SEDAM, 2010). As principais características dessas áreas são:

- Subzona 1.2: grande potencial social, com alto potencial de ocupação humana; estabilidade ambiental; intensificação e consolidação das atividades agropecuárias, agroflorestais, agroindustriais, industriais e minerais; desmatamento restrito ao limite da área de reserva legal e fomentada as atividades de recuperação das áreas de preservação permanentes; concentração das maiores densidades populacionais do estado e seus municípios ou assentamentos urbanos mais importantes; áreas com custo de preservação ambiental muito elevado; solos de boa aptidão agrícola e baixa vulnerabilidade a erosões.

- Subzona 1.2: médio potencial social, predominância da cobertura florestal natural; processo acelerado de ocupação; desmatamentos não controlados; aptidão agrícola regular; baixa e média vulnerabilidade à erosão.

Nesse contexto, a seguir na Tabela 2 são apresentados alguns dos indicadores do desenvolvimento social, econômico e ambiental de Ariquemes para o período de 1991 a 2010.

Tabela 2 - Indicadores do desenvolvimento social, econômico e ambiental de Ariquemes, em 1991, 2000 e 2010

Indicadores	1991	2000	2010
População (habitantes)	83.684	74.503	90.353
População com pelo menos o ensino fundamental completo (%)	15,53	32,14	51,30
Taxa de analfabetismo (%)	18,7	11,1	7,9
Índice de desenvolvimento Humano e Social Municipal (IDHM)	0,432	0,566	0,702
PIB per capita (R\$)	-	5.124	14.315
PIB agropecuária a preços correntes (mil reais)	-	33.158	168.469
PIB indústria a preços correntes (mil reais)	-	76.461	249.094
PIB serviços a preços correntes (mil reais)	-	223.261	739.288
PIB a preços correntes (mil reais)	-	381.793	1.293.435
Índice de Gini da renda domiciliar per capita	0,583	0,593	0,549
Renda média domiciliar per capita	213,95	527,92	672,87
Acesso ao serviço de água encanada e tratada (% domicílios)	35,21	29,40	35,24
Acesso ao serviço de água poço ou nascente (% domicílios)	61,90	69,73	63,31
Acesso ao serviço de coleta de lixo doméstico (% domicílios)	44,20	76,77	85,13
Acesso ao serviço de rede geral de esgoto ou pluvial (% dom.)	0	0,39	1,17
Instalação sanitária: fossa séptica ou rudimentar (% dom.)	77,36	93,93	97,17

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados dos Censos demográficos / IBGE (1991, 2000 e 2010)

O índice de desenvolvimento humano e social municipal (IDHM) aumentou consideravelmente no período (Tabela 2), saindo do nível baixo (0,432) em 1991, passando para o nível alto (0,702) em 2010.

No caso do índice de Gini da renda domiciliar per capita (valores próximos de 1 representam desigualdade de renda), observa-se que no período de 2000 para 2010, ocorreu uma redução na desigualdade (0,593 para 0,549), o índice do município está abaixo dos valores do Brasil (0,608) e de Rondônia (0,568), representando menor desigualdade de renda. No entanto, segundo informações do relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira (BRASIL, 2016) o índice do Brasil e de países da América Latina ainda são considerados como de alta desigualdade na distribuição de renda quando comparado com os padrões internacionais.

Em relação ao PIB per capita do município (Tabela 2), em 2010, o valor chegou a R\$ 14.315, o que representa 94,93% em relação ao PIB per capita de Rondônia (R\$ 15.079) e 72,43% em relação ao nacional (19.764). Nos dados publicados sobre as contas regionais do Brasil (IBGE, 2013) o estado de Rondônia contribuiu em 0,6 % no PIB Nacional, ocupando a 22ª colocação no ranking.

Cruz (2014) em seu estudo que visava mapear as desigualdades dos índices do Produto Interno Bruto entre regiões brasileiras considerou como indicador a representação em percentual do PIB per capita Nacional. O autor utilizou um critério adotado pela União Europeia chamado “objetivo 1” de convergência de política regional, ou seja, quanto tempo o PIB de regiões mais pobres atingiria o nível de 75% do PIB per capita da região. Adotando o mesmo parâmetro do autor, o estado de Rondônia, em 2010, já tinha atingido 76,30% do PIB per Capita Nacional, enquanto que Ariquemes atingiu 72,435, sendo considerado um crescimento acima da média nacional. Da mesma forma, observa-se que o PIB a preços correntes de Ariquemes cresceu 338,38% no período de 2000 a 2010 e verificou-se um incremento no PIB agropecuário a preços correntes, pois este representava 8,68% passou a representar 13,02 do PIB.

No entanto, no estudo realizado por Vidal e Alves (2016) foi sugerido um indicador (*proxy*) de produtividade regional/estadual/municipal em função do PIB que será adotado no estudo de acordo com a equação 1:

$$I = \frac{(PIB \text{ do Município} / PIB \text{ do Brasil})}{(População \text{ do Município} / População \text{ do Brasil})} \quad (1)$$

Os autores afirmaram que a riqueza gerada por habitante, em termos de estados, adaptado no estudo para termos municipais, é considerada maior que a riqueza gerada por habitante na totalidade do País, quando o valor do indicador é maior que um. Ou seja, ele indica que a participação do PIB municipal, em termos de PIB brasileiro, é maior que a participação da população municipal no total da população do Brasil. Nesse caso, deduz-se que o Município tem

maior produtividade quando comparado com a média do Brasil. Por outro lado, quando o indicador é menor do que uma unidade, conclui-se que a produtividade municipal é menor em comparação com a produtividade média da nação.

De acordo com os dados para o ano de 2010 (IBGE, 2010), Ariquemes apresentou um PIB a preços correntes de R\$1.293.435 com uma população residente de 90.353 habitantes, já o Brasil no mesmo ano apresentou um PIB a preços correntes de R\$ 3.885.847.000, para uma população de 190.732.694 habitantes, obtendo-se então um indicador de 0,7026, ou seja, bem abaixo da média nacional. Para o estado este índice foi de 0,7511, devido a um PIB de R\$ 23.907.887 referente a população residente de 1.562.409 habitantes. Assim, de acordo com esse indicador a produção de Ariquemes é menor que a média do Estado que por sua vez é menor que a média do Brasil.

Apesar dos bons indicadores econômicos do município, observa-se na Tabela 2, que a taxa de analfabetismo do município vem reduzindo lentamente durante do período de 1991 a 2010, pois dada universalização do ensino fundamental brasileiro, o município em 2010 apresentava somente 51,30% com ensino fundamental completo no ano 2000.

Da mesma forma, o acesso ao serviço de rede geral de esgoto ou pluvial é percebido somente por 1,17% dos domicílios. Neste sentido, como afirma Lopes et al. (2016) as ações de saneamento básico, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais, são imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida da população e fundamentais para a proteção do ambiente. É necessário considerar novas técnicas de saneamento para pequenas populações, como as conhecidas tecnologias verdes (TV) apresentadas em Gil et al. (2013) e aplicadas em Plevich et al. (2012); assim como a perspectiva histórica das políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil, tratada em Murtha et al. (2015).

A renda domiciliar per capita no período cresceu de R\$ 213,95, em 1991, para R\$ 672,87 em 2010. A renda domiciliar per capita no período, cresceu de R\$ 213,95, em 1991, para R\$ 672,87 em 2010.

Analizando os itens do barômetro de sustentabilidade na dimensão do bem-estar humano, observa-se na Tabela 3, que na dimensão demográfica, Ariquemes apresenta alto desempenho nos indicadores de esperança de vida ao nascer (73,4 anos) e mortalidade geral (5,21 número de óbitos por mil hab/ano), chegando ao melhor desempenho na taxa de crescimento populacional (1,12 %).

Na dimensão de educação, apesar do melhor desempenho percebido na taxa de analfabetismo (7,9 %), o nível dos alunos com pelo menos 11 anos ou mais de estudo, ou seja, possuem ou estão cursando pelo menos o nível superior, foi classificado como de pior desempenho (26,6 %).

Na dimensão econômica (Tabela 3), o PIB do município foi classificado com de baixo desempenho (R\$ 14315). Da mesma forma, o rendimento mensal foi classificado como pior desempenho (R\$ 672,8), sendo menor até mesmo do valor observado para o estado.

Na dimensão de justiça social, foi observado níveis de desempenho intermediário para a Taxa de ocupação de jovens de 10 a 15 anos (10,2 %) e Relação entre rendimento de pessoas de cor preta ou pardo/branco (65,3 %).

Tabela 3 - Desempenhos de Ariquemes (ARI) e Rondônia (RO) na dimensão de bem-estar humano¹

Indicadores		Faixa de desempenho				
		Pior desempenho	Baixo desempenho	Desempenho intermediário	Alto desempenho	Melhor desempenho
Demográficos	Esperança de vida ao nascer (anos)	67,2 – 68,8	68,9 - 70,56	70,57 - 72,24 RO = 71,9	72,25 - 73,92 ARI = 73,4	73,93 - 75,6
	Mortalidade Geral (número de óbitos por mil hab/ano)	7,6 - 7	6,9 - 6,4	6,3 - 5,8 RO = 6,3	5,8 - 5,2 ARI = 5,21	5,1 - 4,6
	Grau de urbanização (%)	96,7 - 90,98	90,97 - 85,26	85,25 - 79,54 ARI = 84,7	79,53 - 73,82	73,81 - 68,1 RO = 68,1
	Taxa de crescimento populacional (1991/2000) (%)	5,77 - 4,78	4,77 - 3,79	3,78 - 2,8	2,7 - 1,81	1,80 - 0,82 ARI = 1,12 RO = 1,13

Continua na próxima página.

¹ Obs.: * Dados não calculados para Ariquemes

Educação	Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	25,74 - 21,40	21,41 - 17,05	17,06 - 12,71	12,72 - 8,36 RO = 9,17	8,35 - 4,02 ARI = 7,9
	Porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade com 11 anos ou mais de estudo (%)	22,6 - 29,52 ARI = 26,6	29,53 - 36,44 RO = 32	36,45 - 43,36	43,37 - 50,28	50,29 - 57,2
	Índice de desenvolvimento da educação básica	3,23 - 3,51	3,52 - 3,79 RO = 3,7	3,80 - 4,07 ARI = 3,9	4,08 - 4,35	4,36 - 4,63
Econômico	Rendimento mensal (R\$)	588 - 727,4 ARI = 672,8	727,5 - 866,8	866,9 - 1006,2 RO = 873	1006,3 - 1145,6	1145,7 - 2177
	PIB per capita (R\$)	4662 - 11868,8 RO = 10320	11868,9 - 19075,6 ARI = 14315	19075,7 - 26282,4	26282,5 - 33489,2	33489,3 - 40696
	Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal	0,44 - 0,47	0,48 - 0,51 RO = 0,484	0,52 - 0,54 ARI = 0,549	0,55 - 0,58	0,59 - 0,61
	Relação de rendimento 10% mais ricos / 10% mais pobres *	59,32 - 51,54	51,53 - 43,77	43,76 - 36,00	35,99 - 28,23 RO = 31,18	28,22 - 20,46
Injustiça Social	Famílias com quantidade suficiente de alimentos (%) *	33,8 - 42,2	42,3 - 50,6	50,7 - 59	59,01 - 67,4 RO = 59,8	67,5 - 75,8
	Taxa de ocupação de jovens de 10 a 15 anos (%)	18,1 - 14,9 RO = 16,9	14,8 - 11,7	11,6 - 8,5 ARI = 10,2	8,4 - 5,3	5,2 - 2,1
	Relação entre rendimento de pessoas de cor preta ou pardo/branco (%)	76,1 - 71,54	71,53 - 66,98	66,97 - 62,42 RO = 65,6 ARI = 65,3	62,41 - 57,86	57,85 - 53,3
	Relação entre rendimento de mulheres/homens (%)	60,5 - 66,1	66,2 - 71,7 RO = 67,1 ARI = 69,9	71,8 - 77,3	77,4 - 82,9	83 - 88,5
Saúde	Pessoas com 60 anos ou mais com plano de saúde (%)	6,4 - 13,4 ARI = 7,6	13,5 - 20,4 RO = 16,1	20,5 - 27,4	27,5 - 34,4	34,5 - 41,4
	Mortalidade Infantil (p/ 1000 nascidos)	48,2 - 41,18	41,17 - 34,16	34,15 - 27,14	27,13 - 20,12 RO = 23	20,11 - 13,1 ARI = 19,2
	Número de leitos para internação (por 1000 hab.)	1,3 - 1,62	1,63 - 1,94	1,95 - 2,26 RO = 2,1	2,27 - 2,58 ARI = 2,52	2,59 - 2,9
	Número de estabelecimento de saúde (por 1000 hab.)	0,28 - 0,36	0,37 - 0,45 RO = 0,43	0,46 - 0,54	0,55 - 0,63	0,64 - 0,72 ARI = 0,93
Segurança	Porcentagem de homicídios por 100.000 habitantes	59,5 - 49,68 ARI = 55,3	49,67 - 39,86	39,85 - 30,04	30,03 - 20,22 RO = 27,1	20,21 - 10,4
	Coeficiente de mortalidade por acidente de transporte (por 100.000 habitantes)	33,7 - 29,28 ARI = 36,5	29,27 - 24,86 RO = 24,9	24,85 - 20,44	20,43 - 16,02	16,01 - 11,6

Fonte: Elaboração própria, para Ariquemes com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010) e Adaptado para Rondônia de Cetrulo, Molina e Malheiros (2013).

Na dimensão de saúde, foi observado níveis de melhor desempenho nos números de estabelecimentos de saúde (0,93 por 1000 habitantes) e nos itens de mortalidade infantil (19,2 /1000 nascidos). No que tange a mortalidade infantil, na classificação referente aos índices de países desenvolvidos (CARVALHO et al. 2018), Ariquemes está classificado como nível baixo, ou seja, índice menor que 20 mortes p/1000 nascidos vivos. No item número de leitos de internação, Ariquemes está classificado como alto desempenho (2,1 por 1000 hab.). No entanto, no indicar do número de pessoas com 60 anos ou mais com plano de saúde o município foi classificado pior desempenho (7,6 %).

Na dimensão de segurança, Ariquemes apresentou os piores índices em porcentagem de homicídios (55,3 /1000 hab.) e no coeficiente de mortalidade por acidente de transporte (36,5 / 100.000 hab.).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo contribuiu para levantar um panorama da atividade agropecuária e do desenvolvimento socioeconômico do município de Ariquemes, no entanto, futuros estudos são sugeridos abrangendo outros indicadores: faixas de renda, segurança alimentar, saúde da família, acesso ao nível superior de ensino, entre outros.

O sistema de produção da agricultura em Ariquemes mudou consideravelmente no período, devido as mudanças do cenário internacional em relação as *commodities*, bem como pelas restrições de alguns sistemas de produção, por exemplo, a cana-de-açúcar que a partir de 2009 passou a não ser mais sugerida para a região norte do Brasil e a revisão da política de ocupação e reflorestamento para a região. Mais recentemente a piscicultura torna-se um fator de desenvolvimento local, mas segue o desafio para o crescimento sustentável da região.

Ariquemes apresentou bons resultados nas dimensões, demográfica, educação (excesso na porcentagem de alunos cursando nível superior) e saúde (excesso no percentual do número de pessoas com mais de 60 anos com plano de saúde). Por outro lado, nas dimensões econômica, justiça social e segurança os resultados não foram satisfatórios, sendo estes pontos a serem abordados em futuras ações ou políticas públicas. Apesar dessas evoluções e da melhora de alguns indicadores segue o desafio do município em reduzir as desigualdades sociais e os índices de violência.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, S. F. et al. Índice de Desenvolvimento como Liberdade: Uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise. **Desenvolvimento em questão**, v. 14, n. 34, p. 5-59. 2016
2. BRASIL. Decreto-lei Nº 6.961, de 17 de setembro de 2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 set. 2009.
3. _____. Ministério da Agricultura. **Rondônia produz 20% da carne bovina exportada pelo país**. 2013. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/animal/noticias/2013/11/rondonia-produz-20porcento-da-carne-bovina-exportada-pelo-pais>>. Acesso em: 05 nov. 2016.
4. _____. Ministro da Fazenda. **Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira: Dados do IRPF 2015/2014**. 2016. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/transparencia-fiscal/distribuicao-renda-e-riqueza/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>>. Acesso em 02 mai. 2018.
5. _____. Ministério do Interior, Ministério da Agricultura, Ministério dos Transportes. **Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil**. Área de influência da ligação rodoviária Cuiabá-Porto Velho. Brasília, 1979.
6. BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia nacional e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo v. 26, n. 2, p. 203-230, 2006.
7. BROWDER, J. O.; PEDLOWSKI, M. A.; WALKER, R. Revisiting theories of frontier expansion in the Brazilian Amazon: a survey of the colonist farming population in Rondônia's post-frontier, 1992–2002. **World Development**, v. 36, n. 8, p. 1469–1492, 2008.
8. BROWN, J. C.; JEPSON, W.; PRICE, K. P. Expansion of mechanized agriculture and land-cover change in southern Rondônia, Brazil. **Journal of Latin American Geography**, v.3, n.1, p. 96-102, 2004.
9. CARDILLE, J. A.; FOLEY, J. A. Agricultural land-use change in Brazilian Amazônia between 1980 and 1995: Evidence from integrated satellite and census data. **Remote Sensing of Environment**, v. 87, n. 4, p. 551–562, 2003.
10. CARVALHO, C. R. R.; CAMPOS, F. R.; AMORIM, M. C. P. D.; FERREIRA, F. M. Desenvolvimento regional e a distribuição de serviços públicos de saúde em Goiás por município sede. **Desenvolvimento Regional em debate**, v.8, n.1, p.142-163, 2018.
11. CETRULO, T. B.; MOLINA, N. S.; MALHEIROS, T. F. **Indicadores de sustentabilidade: proposta de um barômetro de sustentabilidade estadual**. Revista Brasileira de Ciências Ambientais, v. 1, n. 30, p. 33-45, 2013.
12. CRUZ, B. O. Dinâmica recente dos PIBs per capita regionais: quanto tempo para chegar em 75% do PIB per capita nacional? **Boletim regional, urbano e ambiental**, v.9, n.1, p. 83-92, 2014.
13. DELGADO, A. R. S. et al. Rotações de culturas agrícolas utilizando programação inteira binária. **Pesquisa Operacional para o Desenvolvimento**, v.5, n.3, p. 428-442. 2013.

14. DUARTE, V. N. Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 17, n. 31, p. 194-205, 2015.
15. DUARTE, V. N.; CAVALCANTI, K. A. Produto interno bruto (PIB) versus índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) na microrregião de Dourados/MS. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 1, p. 120-135, 2016.
16. FERREIRA, L. R.; ARAÚJO, P. F. C.; MARQUES, R. W. C. Avaliação de um projeto de desenvolvimento sustentável em Rondônia. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 2 (27), p. 401-408, 2006.
17. FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n.17, v.1, 2013. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8153>>. Acesso em: 09 out. 2016.
18. GIL, H. A. et al. Tecnologías verdes para el aprovechamiento de aguas residuales urbanas: análisis económico. **Revista Ambiente e Água**, v. 8, n. 3, p. 118-128, 2013.
19. GOMES, A. L.; FERREIRA FILHO, J. B. S. Economias de escala na produção de leite: uma análise dos Estados de Rondônia, Tocantins e Rio de Janeiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 3, p. 591-619, 2007.
20. HEINEMANN, A. B.; SENTELHAS, P. C. Environmental group identification for upland rice production in central Brazil. **Scientia Agricola**, v.68, n.5, p.540-547, 2011.
21. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 out. 2016.
22. _____. **Censos Demográficos**. 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2018.
23. _____. **Contas Regionais do Brasil 2011**. Contas Nacionais, número 40. 2013. 54 p. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66530.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2018.
24. _____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2017**. 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_2017_TCU.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.
25. INPE (Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais). Divisão De Processamento De Imagens. **Desflorestamento nos Municípios da Amazônia Legal (PRODES)**. 2014. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>>. Acesso em: 21 out. 2016.
26. KICHEL, A. N. et al. Revisão bibliográfica sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) - experiências no Brasil. **Boletim de Indústria Animal**, v.71, n.1, p.94-105, 2014.
27. KICHEL, A. N.; MIRANDA, C. H. B. **Sistema de integração agricultura & pecuária. Embrapa: gado de corte**. Relatórios técnicos, 2001, nº 53. Disponível em: <<http://old.cnpgc.embrapa.br/publicacoes/divulga/GCD53.html>>. Acesso em: 05 nov. 2017.
28. LOBÃO, M. S. P.; CORRÊA, A. S.; SCHNEIDER, M. B. Região Norte do Brasil e sua inserção no comércio internacional brasileiro. **Interações**, v. 18, n. 2, p. 87-102, 2017.
29. LOPES, M. L. B. et al. **Mercado e dinâmica espacial da cadeia produtiva da pesca e aquicultura na Amazônia**, 2010. Belém: BASA, Estudos Setoriais 7, 2010. Disponível em: <http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes%5Cinstitucional%5Carquivos%5Cbiblioteca%5Cestudossetoriais%5Cestudos_setoriais_7.pdf> Acesso em: 20 out. 2016.
30. LOPES, W. S. et al. Determinação de um índice de desempenho do serviço de esgotamento sanitário. Estudo de caso: cidade de Campina Grande, Paraíba. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 21, n. 1, p. 01 – 10, 2016.
31. MADUREIRA, E. M. P. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**, v. 5, n. 2, p. 8-23, 2015.
32. MENDES, C. C. Rede urbana, território e desenvolvimento regional. **Boletim IPEA/DIRUR**, v. 03, n. 1, p.67-75, 2009.
33. MURTHA, N. A.; CASTRO, J. C.; HELLER, L. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 3, p.193-210, 2015.
34. PEDLOWSKI, M. A.; et al. Patterns and impacts of deforestation in Rondônia, Brazil. **Landscape and Urban Planning**, v. 38, n. 3-4, p. 149-157, 1997.
35. PINTO, E. C. Dinâmica econômica e regional no Brasil dos anos 2000: efeito China, desconcentração espacial e bloco do poder. In.: Brandão, Carlos (org). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p.65-78.
36. PIONTEKOWSKI, V. J. et al. Avaliação do Desmatamento no Estado de Rondônia entre 2001 e 2011. **Floresta e Ambiente** [online], v.21, n.3, p. 297-306. 2014.

37. PLEVICH, J. O. et al. El cultivo de alfalfa utilizando agua de perforación, agua residual urbana y precipitaciones. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v.16, n.12, p.1353–1358, 2012.
38. PRESCOTT-ALLEN, R. **Barometer of Sustainability: measuring and communicating wellbeing and sustainable development**. Cambridge: IUCN, 1997.
39. RONDÔNIA (ESTADO). **Projeto Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO**. 1998.
40. _____. Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária (SEAGRI). **Rondônia é líder nacional em produção de peixe nativo de água doce em cativeiro**. 2015. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/2015/10/87341/>>. Acesso em: 20 out. 2017.
41. _____. Secretaria do Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM). **Zoneamento socioeconômico ecológico do estado de Rondônia: planejamento para o desenvolvimento sustentável e proteção ambiental**. Rondônia, 2010. p.20.
42. _____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. **O peixe de Rondônia surge com a força de um novo agronegócio**. 2014. Disponível em: <<http://www.sedam.ro.gov.br/index.php/ultimas-noticias/390-o-peixe-de-rondonia-surge-com-a-forca-de-um-novo-agronegocio>>. Acesso em: 26 out. 2017.
43. _____. Superintendência Estadual de Comunicação. **Rondônia terá frigoríficos de pescado em Porto Velho, Itapuã do Oeste e Ji-Paraná**. 2015. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/2015/02/42607/>>. Acesso em: 26 out. 2015.
44. SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.460.
45. SIENA, O. Método para avaliar desenvolvimento sustentável: técnicas para escolha e ponderação de aspectos e dimensões. **Produção**, v. 18, n. 2, p.359-374, 2008.
46. SIQUEIRA, H. Dinâmica regional brasileira, 2013. In.: Brandão, Carlos (org). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p.65-78.
47. SIQUEIRA, H. Novo desenvolvimentismo e dinâmica urbano-regional no Brasil (2004-2012). **EURE**, v. 41, n122, p161-277, 2015.
48. TOURNEAU, F. M. L.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 1, p.111-130, 2010.
49. VAN BELLEN, H. M. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, v.7, n. 1, p. 67-88, 2004.
50. VIDAL, A. R. N.; ALVES, F. C. D. Análise das contas regionais 2010-2013. **Informe Macroeconomia, Indústria e Serviços**, v. 10, n.1, 2016. Disponível em <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/810469/Ano_X_n1_jan_2016.pdf/8f5f6f6e-a6e1-4233-852f-96ca25a1e65f>. Acesso em 30 abr. 2018.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa de Rondônia - FAPERO pelo auxílio financeiro através do programa de bolsas de doutorado para docentes (MS/DR/DOCENTE/FAPERO/CAPES-07/2014).

Nação, nacionalismo e racionalização edênica nos interiores do território brasileiro

Nation, nationalism and edenian rationalization in the inner parts from Brazilian territory

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

RESUMO: Este trabalho posta-se como um debate a respeito da racionalização e ressignificação do edenismo secular sobre o território brasileiro. Apesar da carga imaginária e simbólica no espaço geográfico nacional, ao longo século XX houve consideráveis esforços de exploração do potencial econômico, e também político e simbólico, dos recursos naturais do país, especialmente aqueles localizados à oeste e norte dos centros urbanos e demográficos. Espera-se, com este artigo, contribuir para a discussão sobre o uso e exploração, dos recursos naturais presentes no território brasileiro, campo de estudo com abertura e proficiência de aprofundamento pela ciência geográfica e demais campos do saber que possam dialogar e corroborar com esta análise.

PALAVRAS-CHAVE: Nação; Edenismo, Ideologia, Território

ABSTRACT: This paper set up, as a reflection, regarding the rationalization and redefinition of secular edenism about Brazilian territory. Although the imaginary and symbolic in the national geographic space over the twentieth century there was considerable exploration efforts of economic and symbolic potential, as well as political interests, the country's natural resources, especially those located to the west and north of the urban and demographic centers. It is expected, with this article, to contribute to the debate about the use and exploitation, of the natural resources present in the Brazilian territory, a field of study with openness and usefulness by geographical science and other fields of knowledge that can dialogue and increase with this analysis.

KEYWORDS: Nation; Edenism, Ideology, Territory

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte, editada e ampliada, dos estudos realizados na elaboração e defesa da tese de doutoramento intitulada *Edenismo e ideologia espacial no imaginário brasileiro (1930-1986)* defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Unesp, campus de Rio Claro/SP. A partir destes estudos, sobre imaginário, edenismo e pensamento geográfico, foram propostas reflexões e argumentos sobre a correlação entre estas diretrizes temáticas, com base em metodologias, teorias e fundamentos epistemológicos, tendo a Geografia como balizadora da pesquisa desenvolvida.

O trabalho traz elementos da ufanía edênica racionalizada, pela intencionalidade comercial e estatal de exploração do potencial do território brasileiro, especialmente no que tange à ideia de constituição nacional e postura nacionalista dos representantes do corpo estatal. Parte-se da carga histórica do edenismo, como referência imaginária, cultural, política e econômica e, também, como tal enquadramento simbólico, comercial e estatal perante o território brasileiro foram explorados, especialmente com os avanços e investidas aos interiores e sertões, em meados do século XX, reificando a ufanía telúrica da formação territorial do país.

2. PROJETOS NACIONAIS E O EDENISMO SECULAR

Como pano de fundo dos fundamentos econômicos do discurso modernizador do desenvolvimentismo havia um caráter simbólico, imagético e identitário. O nacionalismo, independente de sua versão, seja europeia, sul-americana ou norte-americana, possui raízes profundas na espacialidade de sua nação, seja para apoiar-se na mesma, ou para partir em seu enfrentamento, para impor os ditames de suas delineações ideológicas: “Fica evidente, portanto, que o nacionalismo é um fenômeno histórico, não um valor universal e atemporal. Não faz sentido inventar uma axiologia em que a Nação, com n maiúsculo, seja considerada o valor supremo.” (BATISTA JUNIOR, 2006, p. 32). Em sendo um fenômeno histórico e geográfico, o nacionalismo apresenta particularidades nos países em que houve modulações ideológicas com esta característica.

Se, nos países europeus, nos séculos XVIII e XIX, o nacionalismo manifestou-se principalmente em torno das disputas de unificação territorial no Brasil, assim como colocado por

Bastos (2006), com o território sem questões de unificação pendentes, o discurso e o substrato retórico da ideologia espacial se voltavam à integração, exploração e dominação, em novas interpretações do mito edênico e das riquezas telúricas, racionalizadas e destinadas à modernização nacional.

Neste sentido, se o nacionalismo do período getulista pautou-se em uma presença mais impositiva do Estado nas instituições, a partir da segunda metade da década de 1950, alguns aspectos sofreram alterações. Há, deste modo, tanto intencionalidades como condicionalidades que cercam a ideologia nacionalista neste período, e, em se tratando do desenvolvimentismo, aspectos como legitimação cultural, independência econômica (ao menos no discurso, apesar da entrada massiva de capital estrangeiro) e unidade territorial eram comuns:

O nacionalismo também é um fenômeno espacialmente condicionado. A sua natureza varia não só ao longo do tempo, mas de país para país e de região para região do mundo. O nacionalismo das grandes potências, por exemplo, resvala facilmente para o imperialismo. [...] Mas, nos países em desenvolvimento, o nacionalismo adquire geralmente um caráter defensivo, de preservação da autonomia econômica, política e cultural em face das investidas de nações mais adiantadas e poderosas. (BATISTA JUNIOR, 2006, p. 32).

E, com o objetivo de reforçar que, mesmo estruturando-se em torno de uma referência simbólica, a da racionalização do edênismo secular, o nacionalismo brasileiro não desviou-se dos parâmetros que guiaram outras experiências da política desenvolvimentista (e populista) da América do Sul. O projeto nacional incluía, além da dominação dos recursos naturais do território, a sua modernização e industrialização, bem como o aumento de sua densidade técnica, para só então o país de firmar a base rumo ao seu futuro:

1. A existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a projeto nacional, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.
2. A intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.
3. A industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário. (FONSECA, 2015, p. 41).

Maia (2013) apoia-se em argumentos semelhantes, acrescentando, porém, a consideração de que a “invenção” reificada do simbolismo nacional brasileiro passava por esta visão racional, civilizatória e modernizadora dos governos da primeira metade do século XX: “[...] invenção, e que traduz interpretações que viram no predomínio da espacialidade na formação brasileira um indicador de aspectos inovadores – embora nem sempre positivos – na experiência civilizatória nacional.” (MAIA, 2013, p. 86).

Era preciso enfrentar as tradições e o que, na visão modernizadora sugeria o atraso não apenas técnico, mas cultural, da população. Em certa medida, há uma (re)escrita dos exemplos dos interesses econômicos e políticos no meio, assim como já exposto sobre a origem do mito fundacional edênico, mencionado por Las Casas (2011) quando o autor fala sobre o início da colonização americana. O viés economicista, agora modulado nas bases do desenvolvimentismo, perdurava-se no seu modo de ver, viver e explorar o território.

Desta maneira, o desenvolvimentismo, por ser um módulo do Estado de bem-estar-social nas Américas, sustentou-se discursivamente nestes termos de chegada do novo e do moderno. Encontrar um terreno fértil para sua recepção em países como Brasil, Argentina, México e Uruguai não foi difícil, tendo em vista o histórico de desigualdade social, industrialização tardia e grande dependência econômica destes países:

De um lado, o termo remete a uma racionalidade imediata quanto a fins: crescimento da produção e da produtividade. Tal faceta descortina seu caráter “técnico”, objeto de planejamento, quantificável em metas e taxas desejáveis a serem buscadas conscientemente, através de meios tidos como mais adequados – os instrumentos de política econômica. Já os valores se manifestam quando o desenvolvimentismo toma a

forma de ideologia de construir um novo mundo “melhor” ou “mais harmônico” – como aparece nas citações anteriores de Prebisch e nos “fins sempre desejáveis” de Chang, mas principalmente no discurso político. A ele associam-se valores cuja ênfase variou de país para país da América Latina, e às vezes entre governos de um mesmo país, mas fundamentalmente a busca de uma sociedade mais “equilibrada”, com “harmonia”, “justiça social”, “soberania nacional” e “equidade”. (FONSECA, 2015, p. 48).

Neste ínterim, o Estado emerge como figura central e agregadora de todas as ações, sejam propriamente estatais ou de caráter privado, em busca dos objetivos de modernização do território. Estabelece-se um padrão a partir do qual todo indivíduo da nação é enquadrado; essencialmente, esta é postura de qualquer nacionalismo, entendido como uma ideologia social difundida pelos agentes dominantes da circulação de bens, informação, e controle das instituições e organizações sociais, ou seja, o Estado: “[...] até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (ANDERSON, 1991, p. 25). Bechorfer e Mccrone (2009) teorizam em concordância com esta máxima culturalista do nacionalismo levantada por Anderson (1991), com base nas teorias do próprio cientista político americano:

From this theoretical perspective, national identity is taken as ‘natural’, as essential, but it is also seen as actively constructed by the state. Its taken-for-granted quality may serve the state well, but it has to be continually manufactured and sustained. It is not a once-and-for-all process. To some – but not Gellner – national identity is something of a contrivance, worked by the state and its institutions to make the citizenry malleable, and willing to do its bidding. This is the view that nationalism is a form of secular religion, and national identity our ‘church’ membership card. We belong whether we like it or not, and most of us like it. Hardly any of us question it. (BECHHOFFER; MCCRONE, 2009, p. 4).

Os autores mencionam, ainda, que a noção de nacionalidade não pode ser confundida com nacionalismo, citando e problematizando as colocações de Benedict Anderson sobre o tema, diferenciando-se conceitual e analiticamente: “[...] this aspect of Anderson’s theory remains more relevant for explaining an important element of nation-making, the feeling of forming a community – *nationhood* –, than for our understanding of nationalism as an ideology.” E, para enfatizar sua proposta, e, ao mesmo tempo, fazer uma crítica, o autor cobre de Anderson argumentação menos superficial sobre o nacionalismo e a nacionalidade: “In fact, Anderson does not say much about the content of nationalism, except that it is rooted in the past and relies on a linear as well as abstract conception of time.” (JAFFRELOT, 2003, p. 10).

A nacionalidade se afasta conceitual e socialmente do nacionalismo em função de sua ligação ao sentimento do indivíduo com a terra que habita, uma verdadeira topofilia (TUAN, 1980). O sentimento de afeto e ligação com a terra pode fazer parte, e, muitas vezes, mesmo delineia a ideologia nacionalista, por seu potencial simbólico de exploração política, assim como ocorre com várias lideranças governamentais em relação aos interesses estatais, expostos em suas posições de comando dos órgãos, instituições, e organizações, passíveis de serem direcionadas a estes interesses nacionalistas.

Agenciar diretrizes, horizontal e obrigatoriamente difundidas, para que sejam seguidas como caminho para a construção de nação é um fenômeno diferente, e é esta a preocupação epistêmica demonstrada por Jaffrelot (2003), que deve ser aplicada ao exame desta diferenciação nos casos em que uma ideologia nacionalista ganha espaço no cenário político e econômico de um país em desenvolvimento, na realidade, a modernização, e não o reconhecimento de uma nacionalidade legítima, constitui-se como o processo em si da ideologia nacionalista dominante e hegemônica:

Por um lado, a construção de um Estado nacional, objetivo da luta nacionalista, é o ápice de modernidade a ser aspirado por uma organização política. Nesse sentido a construção das nações apresenta-se mais o que como um mero sintoma do processo de modernização social, mas é ele o próprio tal processo. E isso em sua faceta mais poderosa, a da centralização de todo o poder de coerção física disponível na sociedade, paralelamente à inclusão de todo e qualquer habitante de um determinado território sob os ditames especiais de tal poder. Seu impulso inicial, inclusive, é pela quebra das tradições predominantes. (NORONHA, 2008, p. 68).

Esta versão extrema do nacionalismo pode ser encontrada em exemplos históricos tais como a revolução cultural de Mao Tsé-Tung na China, nas colônias obrigatórias do governo soviético em áreas inóspitas do seu território, ou nas políticas estadonovistas revestidas do autoritarismo das instituições governamentais. No Brasil, a coerção social ocorreu de maneira mais indireta, pois o alvo era antes o território em si do que a população, embora seja impossível pensar o espaço alheio à sociedade. O território, a concretude espacial do Estado-Nação, assim, concentra a atenção do poder estatal, pois nele e a partir dele o seu projeto nacional, ideologicamente nacionalista, se constituirá.

A historicidade da ocupação rarefeita, dispersa e desigual do espaço geográfico brasileiro, levantada por autores como Moraes (1986; 2005) e Magnoli (1997) configurou um dos principais alvos de nossa versão do projeto político nacionalista: “O Plano de Metas da era JK visou, principalmente à ocupação territorial e ao desenvolvimento econômico, rompendo com a “economia de arquipélagos” e consolidando economicamente a unidade do país.” Inocêncio destaca que apesar do esforço evidenciado nos planos de metas e instituições estatais de desenvolvimento regional, a integração do âmbito nacional ainda estava longe de ser alcançada “Foi a primeira tentativa de êxito de planejamento em escala nacional, embora apresente falta de uma visão global integrada da economia.” (INOCENCIO, 2010, p. 283).

Assim como Vargas, Juscelino Kubitschek fez uso de sua própria imagem, criando confusão no limite entre a instituição estatal e seu representante, para que seu esforço de projeção política da integração, unidade e modernidade do território fosse bem sucedido: “O Estado será o guardião da soberania e construtor da nacionalidade, entendida como o povoamento do país” (MORAES, 2005, p. 94). O novo sentido de nacionalidade, revestida dos interesses desenvolvimentistas, deveria estar de acordo com a superação e abandono das tradições e regionalismo, para se chegar à nova feição ordenada e progressista do Brasil: “As representações, criadas pelo ordenamento territorial, instauram uma trama de legitimação das práticas de poder e reprodução capitalista no território.” (INOCENCIO, 2010, p. 280).

A zona rural e suas ruralidades serviram como linha de frente para estas políticas. A cidade e o urbano representavam seu contrário – e Brasília era o símbolo máximo deste pensamento no período. Os ordenamentos territoriais, resultantes das políticas direcionadas ao campo, sempre tiveram o poder de determinar o tipo de cultivo a ser realizado e a principal técnica a ser utilizada, modificando a forma historicamente construída de viver e tratar a terra do homem do campo. (INOCENCIO, 2010, p. 280).

A força da terra, assim, surge como foco simbólico principal das políticas de modernização do país, como o caminho para o futuro e progresso: “Ou seja, força da terra é uma imagem espacial para pensar problemas da modernidade na periferia, e não simplesmente uma variável científica do determinismo geográfico”. (MAIA, 2013, p. 89). Maia faz importantes reflexões sobre a *metonímia* nacionalista do território brasileiro, colocando o espaço geográfico em relação de superioridade com a própria população: “[...] o Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não uma comunidade de indivíduos mas como um âmbito espacial” (MORAES, 2005, p. 93). Este processo nacionalista, seja extremo ou brando, é o que Maia (2013) denomina como invenção e controle sobre a imaginação espacial. E, segundo o autor, no caso brasileiro temos uma dialética espacial inevitável deste processo:

[...] combina uma dimensão dialética, mesclando autoritarismo e lógica tutelar sobre os cidadãos, com experiências de liberdade, movimento e invenção. É isso que chamo de imaginação da terra. Um exemplo empírico dessa dialética está na forma pela qual, ao longo de nossa história, grandes projetos estatais de controle e reordenamento do espaço foram – e são – adensados ou ultrapassados por vastos movimentos humanos de trabalhadores, camponeses e outros atores em busca de liberdade, produção e novas formas de vida. (MAIA, 2003, p. 91).

Negar séculos de formação histórica e geográfica recairia neste quadro de aproximações e afastamentos de realidades técnico-sociais no território brasileiro, um devir dialético presente e inegável da nossa realidade nacional, por mais que negada pelos planos e planejamentos desenvolvimentistas, mesmo que fizessem uso simbólico do edenismo canônico como fundamento para seu escopo de ações e decisões: “[...] o apelo à ‘natureza’ implica sublimação

da história, a abstração da condição de ‘construções geopolíticas datadas’ – ou seja, de ‘tempos inscritos nos espaços’ – que confere conteúdo político às fronteiras e freqüentemente revela sua precária legitimidade.” (MAGNOLI, 1997, p. 21).

3. INTERIORES TERRITORIAIS BRASILEIROS: REIFICAÇÕES EDÊNICAS

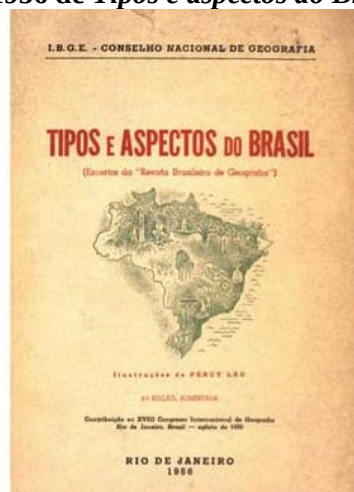
No caso do nacionalismo, getulista ou de JK, seu fortalecimento, justificativa e fundamentação voltaram-se à racionalização do espacialismo edênico brasileiro. Este apelo à natureza de que fala Magnoli (1997) constituía-se na via de utilização dos recursos naturais como fonte de salvação para as desigualdades e atraso técnico encontrado em todas as regiões brasileiras. Em outras palavras, mais uma vez, a força do mito e do imaginário edênico arraigados socialmente foi tomada como base para intencionalidades políticas e econômicas. Esta mobilidade, e possibilidade de exploração das referências mitológicas do espaço geográfico é explanado por Berdoulay (2012, p. 51) da seguinte maneira:

Entre los imaginarios, con frecuencia se invocan los mitos. Sin embargo, no ofrecen, como tales, la explicación de los fenómenos observados ya que son representaciones narrativas que sirven para comprender el mundo y actuar en él. Los mitos tienen un carácter plástico que los vuelve instrumentos altamente adaptables por los individuos y las poblaciones que los usan; es por eso que los mitos no pueden ser considerados como mentira porque se piense que ofrecen una imagen falsa de la realidad ni pueden ser considerados como radicalmente opuestos a la razón y a lógica. Por medio de las imágenes, los relatos y las emociones que ve vehiculan, el mito es potencialmente fuente de sentido y al mismo tiempo es un material e instrumento de reflexión para el sujeto en su relación con el mundo. En ese sentido, el mito puede ser incorporado en el imaginario en tanto que elemento de la dinámica de un sistema complejo.

Muitos imaginários mitológicos, referências simbólicas fundacionais ou elementos semióforos seculares foram amplamente explorados pelo Estado. Temos a fronteira, o sertão, o vazio espacial, o interior, o sertanejo, dentre outras construções simbólicas do imaginário social, que serviram como aporte ao tom civilizatório e modernizador do projeto político do desenvolvimentismo.

Para além das ideias e projeções culturais dos regionalismos, há a representação simbólica a partir da qual o discurso do progresso deveria agir para modelar estas distintas realidades à régua da modernidade, e ideologização cultural: “[...] as formas espaciais, através das quais o simbolismo ganha materialidade, constituem, por outro lado, meios através dos quais a cultura é modelada.” (CORREA, 2005, p. 294). A produção geográfica, portanto, tem impacto direto no reforço da ideologia nacionalista da modernização e integração nacional. A coletânea *Tipos e Aspectos do Brasil*, cujo objetivo era engrandecer as riquezas naturais e culturais das regiões brasileiras acabou servindo de fomento para a ação estatal, a partir dos dados, análises, reflexões e recomendações expostas nestes trabalhos.

Figura 1 - Capa da edição de 1956 de *Tipos e aspectos do Brasil*, do CNG.



Fonte: IBGE, 1956.

Nas figuras 2 e 3, tanto na imagem da região norte, como na da embarcação em um porto de Belém\PA, ambas de Percy Lau, há a descrição dos “tipos brasileiros”. Como já mencionado, a representação destes *tipos* era influenciada pela escola francesa de Geografia e seus *gêneros de vida*. Conhecer a diversidade cultural da população distribuída nas regiões do país era um dos passos fundamentais da ciência geográfica nacional e de sua afirmação científica em meados do século XX. Além das gravuras, muitas expedições, para recolhimento e reconhecimento de dados e indicadores sociais, geomorfológicos, hidrológicos, também foram efetuadas com base nesta premissa de desvelamento territorial.

Expor todas as gravuras de Percy Lau presentes na edição de 1956 da Revista Brasileira de Geografia demandaria um sem número de laudas, pois cada região recebeu sua devida atenção, tanto nos comentários como nas imagens. Assim, num estudo de Angotti-Salgueiro (2005), podemos observar uma prancha com os “tipos” geográficos trabalhados nesta importante obra do IBGE e CNG.

Figura 2 - Região Norte, gravura de Percy Lau



Fonte: (IBGE, 1956, p. XIII).

Figura 3 - Representação do mercado vero-peso em belém/pará 1954-57 de Percy Lau.

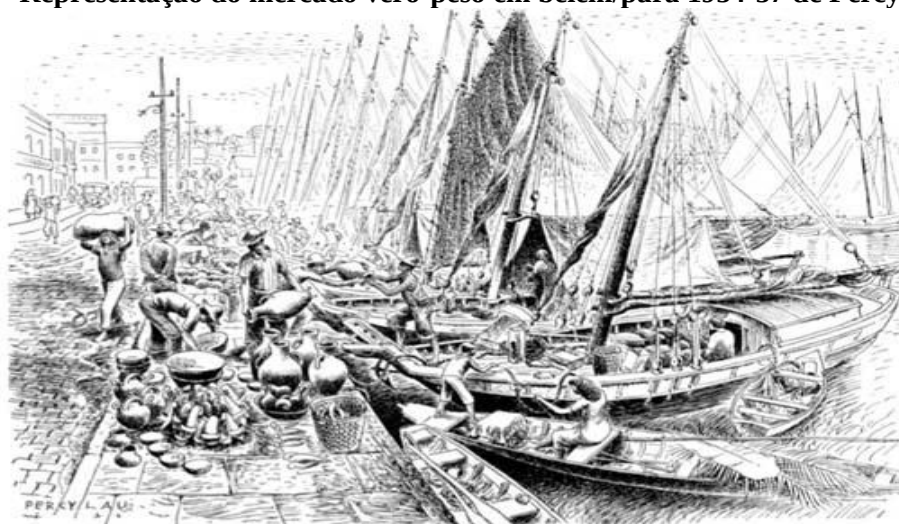


Figura18 – Mercado Vero-Peso, Belém, desenho de Percy Lau para *Tipos e aspectos do Brasil*. Acervo da biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Fonte: (IBGE, 1956, p. 53).

Figura 4 - Os tipos brasileiros expostos na edição de 1956 da revista brasileira de geografia.



Fonte: (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 32).

Para Angotti-Salgueiro (2005), o que ocorre com a obra na qual as figuras foram publicadas, *Tipos e Aspectos do Brasil*, é uma reminiscência do naturalismo do século XIX, agora inclinado política, simbólica e economicamente pelo momento nacionalista dos governos da década de 1950 e 1960. Para o fortalecimento do Estado, e do nacionalismo como ideologia simbólica de grande

alcance, o edenismo e ufanía territorial destacam-se como principais objeto de divulgação destes interesses, apesar de todo o lobby pela modernização do país no período:

De um lado, há o Estado que busca modernizar a sociedade por uma série de medidas e as cidades que se industrializam, de outro, um Brasil profundo – é desse Brasil que tratam os *tipos e aspectos* na descrição da distribuição interior do habitat, dos utensílios, da rusticidade dos homens do mundo rural; não se tem mais vergonha, como no século XIX, de parecer "atrasado", de "estar longe da civilização", ao contrário. As representações do país mudam em relação às do século anterior – não é mais a hagiografia dos grandes homens, os fatos políticos, a busca de traços urbanos de cosmopolitismo que contam. No naturalismo que define os tipos nacionais, não se trata de geopolítica, mas de geografia humana, uma *geografia da vida* no seu sentido mais próprio, com enfoques fitogeográfico, biogeográfico, econômico, descrevendo-se as particularidades da relação homem/ambiente/região. (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p 10).

Para Angotti-Salgueiro, há muito mais uma busca pela invenção do “rosto” do território brasileiro, a impressão de sua nacionalidade pelas suas diversidades, do que exatamente um ponto universal de autenticidade de um epicentro identitário: “A questão principal não é, portanto, a “invenção” das representações como se convencionou dizer, mas sim saber o que *ficou fora* do repertório de desenhos e fotografias e as razões de escolhas, recusas e reiteração de registro e do caráter que assumem ao longo do tempo.” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 61). Há, assim, nos dizeres de Angotti-Salgueiro (2005), elementos econômicos, simbólicos e políticos que comprovam esta continuidade da exploração das riquezas naturais do Brasil.

Por mais que as imagens de Lau sugiram a riqueza regionalista que realmente existe nas fronteiras do Brasil, pelo olhar progressista de nada adiantaria tê-las sem que pudessem servir como plataforma de alcance de seus objetivos racionais, modernos e futuristas. Quando Angotti-Salgueiro (2005) menciona a questão do que ficou “de fora” das representações há muito da intencionalidade de representação das mesmas, pois o bucólico e interiorano fazem parte do naturalismo geográfico, mesmo que, por vezes, partindo de bases deterministas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos pontos destacados ao longo deste trabalho, observa-se como foram executadas algumas das práticas de racionalização do discurso e imagem da ufanía edênica e paraíso terreal, seculares ao espaço geográfico brasileiro. Era preciso dar outro tom de representatividade ao interior, ao sertão brasileiro, um sentido de nacionalidade moderno. Essa será a base de ideação e ideologização espacial em torno da concepção e construção de Brasília, por exemplo, como nova capital federal, pois o urbano e a urbanidade erigidos em tons surrealistas e futuristas seriam a fachada para este novo ideário da unificação regional do Brasil, tendo o Distrito Federal como sua referência primeira e, além deste entreposto, novas incursões de exploração nos interiores do país.

Definir postos de infiltração no interior do território era fundamental para justificar toda a campanha do projeto nacional em curso nos anos de 1950 e 1960. De igual modo, era preciso provar e mostrar – e o crescimento da publicidade e propaganda foi utilizado neste sentido – para a população e os contrários à construção da capital que era possível vencer as barreiras naturais do território brasileiro.

Programas governamentais e a intencionalidade técnica e comercial massiva e constante, tanto do Estado como de organizações e atores do mercado, corroboram para esta guinada de racionalização do imaginário canônico do edenismo telúrico nacional no Brasil. Resgatar tais debates tem como intuito fomentar a discussão sobre o passado e presente de exploração dos recursos naturais, e também humanos, no território brasileiro, abrindo novas interpretações para representações simbólicas, com substratos intencionais políticos e econômicos, ainda em vigência no país.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
2. ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2. p. 21-72. jul.-dez. 2005.
3. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. In: *Economia* (Campinas), v. 7, p. 239-275, 2006b.
4. BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Nacionalismo e Desenvolvimento. In: *Novos Estudos*. Nº 7, março 2007. p. 29-36.
5. BECHHOFFER, Frank; MCCRONE, David. *National Identity, Nationalism and Constitutional Change*. Palgrave Macmillan, 2009.
6. BERDOULAY, Vincent. El Sujeto, El Lugar y la mediación del Imaginario. In: *Geografías de lo Imaginario*. [Org.] Alicia Lindón; Daniel Hiernaux. Barcelona: Antrhopos Editorial. México: Universidad Autónoma Metropolitanaztapalapa, 2012.
7. CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural no Brasil. In: *Revista da ANPEGE*, v. 1, p. 155, 2005.
8. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. In: Dathein, Ricardo. (Org.). In: *Desenvolvimentismo: o Conceito, as Bases teóricas, as Políticas*. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015, v. , p. 13-71.
9. IBGE. *Tipos e aspectos do Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1956.
10. INOCÊNCIO, Maria Erlan; CALAÇA, Manoel . Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado. In: *Revista IDEAS*, v. 04, p. 271-306, 2010.
11. JAFFRELOT, Christophe. *For a theory of nationalism* (2003). In: <http://www.sciencespo.fr/ceri/sites/sciencespo.fr/ceri/files/qdr10.pdf>> Acesso: 12.10.2015.
12. LAS CASAS, Frei Bartolomeu de. *O Paraíso Destruido: A sangrenta história da conquista da América Espanhola*. Trad. Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 2011.
13. MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.
14. MAIA, João Marcelo Ehlert. A imaginação da terra O pensamento brasileiro e a condição periférica. In: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 25, n. 2. 2013. p. 79-97
15. MORAES Antonio Carlos Robert de. Historicidade, consciência e construção do espaço: notas para um debate. In: *A construção do espaço*. [Org.] Maria Adélia de Souza; Milton Santos. São Paulo: Nobel, 1986.
16. _____. Território e Identidade na Formação Brasileira. In: *Ideologias geográficas*. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
17. TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Trad. Lúvia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

O lugar na ótica do cotidiano, vivência e identidade: uma visão a partir da quarta colônia de imigração italiana, RS, Brasil

The place in the perspective of daily life, experience and identity: a view from the Fourth Colony of Italian Immigration, RS, Brazil

El lugar en la óptica de lo cotidiano, vivencia e identidad: una visión a partir de la Cuarta Colonia de Inmigración Italiana, RS, Brasil

Vanessa Manfio

RESUMO: O lugar é um produto das atividades humanas, apresenta múltiplas valorizações e caracterizações, diante dos atributos estruturais, funcionais e afetivos, onde cada ser em si percebe e reconhece o mesmo, de maneiras diferentes conforme, os seus anseios e desejos. Há lugares que são a tradução da vida, da morada e que, por isso, transmitem sentimentos, construiu-se uma identidade, contam uma história, retratam momentos, revelando uma ligação afetiva entre o ser humano e o lugar, como é o caso dos lugares da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Pensando nisso, este artigo objetivou-se discutir o lugar como elo de vivência e topofilia, no contexto da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Esperando assim, contribuir com os estudos de Geografia, especialmente do lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar, identidade, Quarta Colônia de Imigração Italiana.

ABSTRACT: The place is a product of human activities, presents multiple valuations and characterizations, in view of the structural, functional and affective attributes, where each being in himself perceives and recognizes the same, in different ways according to his desires and desires. There are places that are the translation of life, of the address and that, for this, they transmit feelings, an identity was constructed, they tell a story, they portray moments, revealing an affective connection between the human being and the place, as is the case of places of the Region of the Fourth Colony of Italian Immigration. Thinking about this, this article aimed to discuss the place as a link of experience and topophilia, in the context of the Fourth Colony of Italian Immigration. Hoping in this way, to contribute with the studies of Geography, especially of the place.

KEYWORDS: Place, identity, Fourth Colony of Italian Immigration.

RESUMEN: El lugar es un producto de las actividades humanas, presenta múltiples apreciaciones y caracterizaciones, ante los atributos estructurales, funcionales y afectivos, donde cada ser en sí percibe y reconoce lo mismo, de maneras diferentes conforme, sus anhelos y deseos. Hay lugares que son la traducción de la vida, de la morada y que, por eso, transmiten sentimientos, se ha construido una identidad, cuentan una historia, retratan momentos, revelando un vínculo afectivo entre el ser humano y el lugar, como es el caso lugares de la Región de la Cuarta Colonia de Inmigración Italiana. Pensando en ello, este artículo se objetivó discutir el lugar como eslabón de vivencia y topofilia, en el contexto de la Cuarta Colonia de Inmigración Italiana. Esperando así, contribuir con los estudios de Geografía, especialmente del lugar.

PALABRAS CLAVE: Lugar, identidad, Cuarta Colonia de Inmigración Italiana.

1. INTRODUÇÃO:

A sociedade contemporânea tem vivido muitos desafios, frente aos avanços da globalização, sendo a instantaneidade dos acontecimentos e a perda da identidade local alguns destes efeitos. No entanto, em muitos espaços regionais culturais as pessoas estão, cada vez mais, buscando valorizar o cotidiano e o vivido, através da cultura, do conhecimento e do lugar, a fim de, manter suas identidades e raízes.

A preservação do lugar como espaço vivido permite que um grupo cultural mantenha a segurança, o apego ao mundo interno e externo de sua morada e aos sentimentos humanos criados entorno do lugar e da sociedade. Por isso, o lugar, que é uma categoria de estudos da Geografia, adquire novas perspectivas de contextualização na atualidade, despertando o interesse de pesquisadores de diversas áreas científicas.

O lugar, pois é o espaço vivido, experienciado, de conhecimento e materialização de sentimentos diversos que movimenta os sonhos e os desejos humanos. O lugar pode ser identificado por casas, bairros, cidades, sendo ele qualquer espaço, ponto que tenha uma expressão humana e um elo vivido ou imaginário.

Nesse sentido, este artigo tem como propósito discutir a respeito do lugar, abordado pela Geografia Humanística, lugar de afetividade e sentimentalismo, analisando a realidade dos

habitantes da Quarta Colônia de Imigração Italiana (Quarta Colônia), localizada na região central do Rio Grande do Sul, região marcada pela cultura italiana.

Para isto, foi realizada a leitura de várias bibliografias importantes sobre a concepção de lugar, como Yi-Fu Tuan, Milton Santos, Livia de Oliveira, entre outros. Assim, o presente trabalho apresenta um caráter de pesquisa bibliográfica. Para Cervo e Bervian (1983, p. 55), a pesquisa bibliográfica "explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos", ou seja, é uma leitura minuciosa de bases bibliográficas para contextualizar o problema em estudo. Além da pesquisa bibliográfica utilizou-se o enfoque empírico, onde através das análises locais são trabalhados o conceito de lugar, cotidiano e cultura.

Espera-se que com este trabalho possa-se contribuir com as pesquisas relacionadas ao lugar e o cotidiano, vistos pela Geografia como um assunto de ampla discussão e importante para se entender a dicotomia sociedade-natureza atual, vista pela essência da percepção e toponímia. Assim como, este conceito, lugar, é valioso para a construção do ensino aprendizagem.

2. O LUGAR E O COTIDIANO ENQUANTO COMPONENTES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Iniciando o tratamento de lugar, na ótica da evolução do pensamento geográfico, é importante afirmar que a Geografia Tradicional, tanto a corrente determinista quanto a possibilista sempre deixam de lado, o estudo e discussões a respeito do lugar, dando ênfase a outros conceitos, tais quais paisagem, região e espaço. Neste sentido, o lugar é visto como uma pura associação à localização de uma área, em escala geográfica, com pouca importância e significação, já que o enfoque dessa escola estava relacionado aos aspectos físicos, ao invés dos humanos. Como ressalta Motta (2003, p. 99), "os lugares e a vida dos seres humanos ficaram à margem, como questões menores".

A Geografia Quantitativa também não tinha um interesse no caráter cultural e social, abordando as técnicas estatísticas e matemáticas de caracterização espacial ou de divisão regional. Neste momento, "o conceito de lugar é abandonado em detrimento do de espaço, considerado como um simples meio de análise" (FERREIRA, 2002, p. 44).

É, contudo, através da Geografia Humanista que o conceito de lugar apresenta grande expressão, e com nova conotação, local de afetividade, onde o ser humano percebe e sente esse espaço, conforme seus desejos, sentimentos e experiência. Na abordagem humanística, cujas bases metodológicas estão associadas à fenomenologia e ao existencialismo é estabelecido um diálogo entre o homem e seu meio, a partir da percepção, do pensamento, dos símbolos e da ação (BUTTIMER, 1982). Complementam Moreira e Hespanhol (2007, p.50), "essa corrente encontrou no lugar a possibilidade de explicar a construção do mundo, já que o lugar é visto como o mundo da vida, marcado pela experiência e percepção".

Nesta linha, o lugar é entendido como o espaço de vida, de experiência de realizações, do cotidiano de uma pessoa ou grupo, logo lugar é um conceito próximo ao ser humano. Ele é onde estão as memórias, as histórias, as lembranças, local de conhecimento empírico e real. De acordo com Tuan (2013), o lugar expressa mais que o sentido geográfico de localização, sendo entendido como um centro de significados construídos pelas experiências humanas. Neste contexto, o lugar é segurança, sendo desde a casa, o bairro até a pátria; ele é concreção de valor e sentimento; o próprio microcósmico que dá existência ao sujeito; ele é o espaço vivido e experienciado (TUAN, 2013).

O lugar é fundamentado enquanto base da existência humana, experiência pessoal, mediada por símbolos e significados próprios (LOPES, 2012). É uma mistura que envolve sons, cheiros, imagens, uma apropriação afetiva, sendo, portanto, constituído com o tempo, com a familiarização (TUAN, 2013). Indo além a esta discussão Milton Santos (1996, p. 258) comenta:

O lugar é o quadro de uma referência pragmática de mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Além desta visão humanista, a Geografia Marxista também conferiu uma análise teórica ao lugar, enquadrando-o à noção de dicotomia com o global. Desse contexto, o lugar apresenta qualidade de construção social que se dá ao longo da história, estando este conceito relacionado também a escala local e global (LOPES, 2012). Ainda, Santos (1996) ressalta que o lugar é o suporte e a condição para as relações globais, ele é definido como a funcionalização do mundo. Portanto, Cavalcante (2011, p. 92) menciona que o lugar é “entendido como um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são à base da vida em comum”.

Atualmente, as discussões a respeito do lugar buscam compreendê-lo articulando a compreensão da vida humana e sua relação com o ambiente, que se encontra cada vez mais globalizado, sendo uma forma de compreender a subjetividade e a objetividade do espaço (FERREIRA, 2000).

Lugar, porém não é espaço. Segundo Tuan (2013), o espaço e o lugar são categorias que apresentam uma expressiva ligação em si, mas que são diferentes. Em Tuan (2013, p. 89), ““Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. Espaço é movimento, liberdade, enquanto lugar é pausa, segurança (TUAN, 2013).

Retomando a discussão do lugar, este pode ser percebido como real ou imaginário. O lugar real é aquele vivido, sentido e de trocas de experiências positivas e negativas. Já o imaginário é aquele lugar em que não se vivenciou concretamente, ou seja, que se criou na mente humana ou que se visualizou através de meios de comunicações, mas que se tornou familiar. Um exemplo de lugar imaginário é o criado pelos descendentes de imigrantes italianos quanto à Itália. Muito embora, a maioria dos descendentes não conheça este país, eles mantêm uma afetividade com o lugar, devido à construção mental que os seus antepassados criaram com as histórias, os sentimentos de patriotismo e a cultura.

Dessa forma, o lugar apresenta uma unicidade e subjetividade, pois marca as questões individuais, mas também apresenta uma característica de localização e interligação com as questões culturais, econômicas e sociais. Com isto, a leitura do lugar é uma experiência que requer um cuidadoso olhar. Para Callai (2005, p. 236),

Compreender o lugar em que se vive encaminha-nos a conhecer a história do lugar e, assim, a procurar entender o que ali acontece. Nenhum lugar é neutro, pelo contrário, os lugares são repletos de história e situam-se concretamente em um tempo e em um espaço fisicamente delimitado. As pessoas que vivem em um lugar estão historicamente situadas e contextualizadas no mundo. [...]. Ao mesmo tempo em que ele é o palco onde se sucedem os fenômenos, ele é também ator/autor, uma vez que oferece condições, põe limites, cria possibilidades.

Neste ponto, Moreira e Hespanhol (2007, p.55), “Quando se propõe contextualizar sobre o lugar, vem à tona abordar a memória do indivíduo em relação ao lugar. Isso porque a memória traz a possibilidade de resgatar o lugar”. Assim, o lugar encontra-se relacionado com a memória e o cotidiano das pessoas. “O lugar permite a co-presença, a convivência, a contiguidade, a vizinhança, a interação, o estar juntos” (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 56).

Neste sentido, Dutra (1998, p. 145) diz que,

O lugar pode ser visto também como palco da cotidianidade, quando encarado como dimensão central do nosso cotidiano, onde por mais fortes que sejam as verticalidades, nossas horizontalidades se expressam de forma muito peculiar e, mesmo que não consigam se impor sobre as primeiras, nunca ficam apagadas.

Logo, “o cotidiano se apresenta como o lugar dos gestos repetitivos e da uniformidade e homogeneidade de hábitos, formas de uso, comportamento, valores, etc” (CARLOS, 2007, p.54-55). Cotidiano são os acontecimentos diários, efeitos da vida e da constante intensidade das relações, ações e vivências.

Assim, relacionar o cotidiano e o lugar é envolver as diversas e constantes relações de uma sociedade, analisando a totalidade da vida (DAMIAMI, 1994). Lugar e cotidiano formam uma equação, que permite a compreensão das ações e das dificuldades de sua própria vida, havendo uma necessidade de interligar tempo e espaço, do lugar de vida com outros lugares e de identificar

as especificidades de cada lugar e as identidades de seus moradores (LASTÓRIA; MELLO, 2008). Esta dimensão é extremamente forte quando se trabalha o ensino para o aluno e também ao abordar as regiões culturais, que são fonte de cotidiano, vivência e sentimentos.

3. O LUGAR E A IDENTIDADE

O lugar valorizado pelos sentimentos e emoções das pessoas está intimamente associado à percepção e à imagem do eu, do indivíduo ao espaço de vida, de cultura e de lutas diárias. No lugar se desenvolve afetividades, conhecimento, experiência vivida, atividades e histórias, assim como se criam laços de identidade. Conforme afirma Graeml (2007, p. 41),

Uma das características fundamentais do lugar é a identidade que as pessoas possuem com ele, a sensação de pertencimento. Esta sensação demonstra como o ser humano sente-se pertencendo a um lugar especial, ao mesmo tempo em que cria uma identidade como este, como se fizesse parte dele.

O lugar expressa a intencionalidade do indivíduo (LEITE, 2012). A partir disso geram-se sentimentos de identidade e pertencimento. “Assim, o lugar serve para conferir noção de pertencimento ao indivíduo” (LEITE, 2012, p.2).

Desse modo, o processo afetivo é um elemento importante na construção de significados em relação ao lugar (CORRALIZA; BERENGUER, 2010, apud MELO; LOPES; SAMPAIO, 2017). Pois, existem aspectos que somente podem ser vistos por aqueles que frequentam os mesmos lugares e também partilham as mesmas aspirações e subjetividades locais. Portanto, “os afetos tornam-se mediadores da construção de sujeitos que sentem, pensam e agem partindo de uma racionalidade ético-afetiva” (MELO; LOPES; SAMPAIO, 2017, p.112).

O lugar é, então, onde reside desejo da estabilidade, identidades, emoções territorialidade vividas e constituídas frente a uma cultura que alimenta o social e o territorial com suas forças materiais e imateriais. Conforme Tuan (1982 apud Holzer, 1999), o lugar consiste-se num espaço que se torna familiar às pessoas, no espaço vivido, intensamente humano e que reúne a qualidade de ligação emocional dos objetos às funções dos símbolos na criação de identidade do lugar. O Lugar traduz a bibliografia de um indivíduo e sua identidade com o espaço vivido (TUAN, 1975).

A identificação com o lugar é vista, por exemplo, em tempos de campeonatos mundiais, onde as pessoas vestem camisetas, erguem bandeiras para demonstrar sua afetividade e orgulho a nação, que é o lugar de morada.

Geralmente, os lugares que vivemos e nascemos, ou que um dia habitamos nos transmitem uma identidade, contam uma história, retratam momentos, sendo eles bons ou frustrantes, mas traduzem uma parte de nossas vidas. Estes lugares são uma identidade bibliográfica da nossa existência (TUAN, 1975). Como o lugar é vida humana ele também apresenta particularidade de uma cultura, seus códigos culturais. Estas marcas podem servir de atração turística e de constituição de patrimônios culturais. Como é o caso da Quarta Colônia de Imigração Italiana e de outras regiões culturais, onde no lugar se reproduz a dança, a alimentação, a vida, a história e a cultura como um todo.

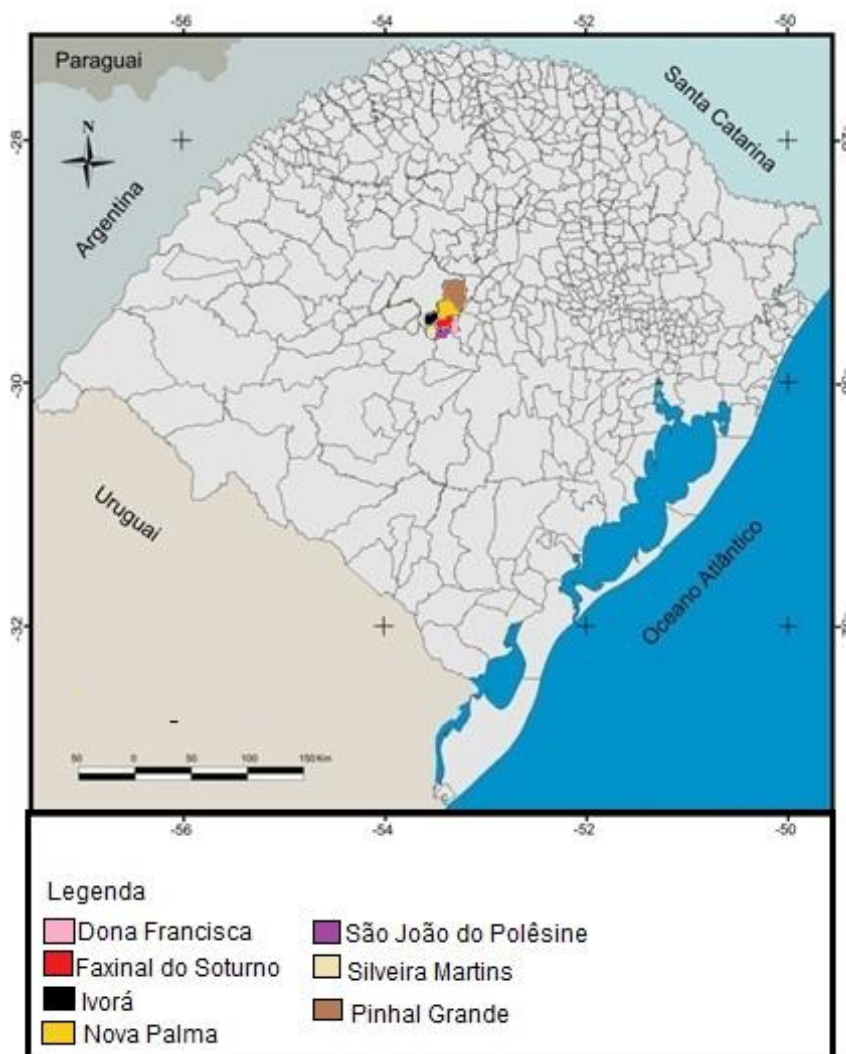
Diante disso, o lugar é único, pois depende da afetividade e da percepção de cada indivíduo sobre ele e como cada pessoa sente e vivência os mesmos aspectos diferentemente, referenciando também uma cultura e sua identificação com esta. Cada lugar é belo pela riqueza de detalhes, de cultura, de ensinamento e de sentimentos, que nele estão presentes, pelo espaço vivido e pelos anseios e frustrações inseridas no ambiente. O lugar essencial para identificar o indivíduo.

4. A QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA E O LUGAR DE VIDA E IDENTIDADE CULTURAL

A Quarta Colônia de Imigração Italiana, fundada em 1878, na região central do Rio Grande do Sul, é formada pelos os municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma,

Pinhal Grande, Silveira Martins, São João do Polêsine (figura 1) todos na encosta do planalto (SPONCHIADO, 1996).

Figura 1 - Mapa de localização da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana - RS



Fonte: IBGE (2008), org.: autora (2017).

O surgimento da região está atrelado ao processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul, onde o quarto núcleo de povoamento destes imigrantes consistiu-se na região central, afastando-se da Serra Gaúcha. Neste quarto núcleo os imigrantes que chegaram procuraram construir suas vidas, no trabalho, na religiosidade e na preservação da cultura italiana. Conforme Saquet (2002, p.35),

Neste lugar como em noutros os colonizadores desenvolveram práticas sociais que foram simultaneamente espaciais buscando condições para produzirem e garantirem seu(s) território(s) sua reprodução biológica e social, diariamente. Efetivaram atividades econômicas, políticas, e culturais, reproduzindo o ideário trazido da Itália e assim, geraram um modo de vida específico daquele lugar (com traços comuns a outros lugares de colonização italiana).

Os habitantes desta região reproduzem a Itália e a vivência dos antepassados no local. Assim, com o passar dos tempos, os ensinamentos, a cultura e a memória dos imigrantes foram sendo repassados de geração em geração, conferindo um forte pertencimento dos indivíduos com o lugar. Segundo Manfio e Benaduce (2017, p. 260), “Na Quarta Colônia, sobretudo, os elementos culturais são eternizados e vinculados ao cotidiano, seja pela sua materialidade e imaterialidade cultural, articulados pelo sentimento de pertencimento e identidade cultural”.

A população da Quarta Colônia de Imigração Italiana apresenta um forte patriotismo e afetividade com o lugar, apresentam orgulho em ressaltar suas origens advindas na região de colonização italiana, buscando o reconhecimento e valorização do lugar, que expressa toda uma cultura. Para aqueles moradores que ali viviam e se deslocaram para outros lugares, seus vínculos afetivos permanecem vivos nas expressões e lembranças. Comenta Brum Neto e Bezzi (2008, p. 145),

Essa forma de expressividade cultural denota uma devoção, considerada como “idolatria” [...], consiste em uma forma de cultuar as tradições e expressar o sentimento de identificação pela sua terra e pela cultura, ou seja, desenvolve-se um sentimento topofílico.

Quanto aos indivíduos locais, estes cultivam o jeito de falar típico do descendente italiano e passam aos seus filhos gêneros do dialeto italiano. Além do dialeto italiano, outros elementos são preservados no lugar para demonstrar esta identidade e ligação afetiva, tais quais: a gastronomia, a religiosidade, as memórias, as festividades e o modo de vida.

Na gastronomia italiana é visível na mesa diária e nas festividades locais, a polenta, massa, sopa de agnoline, risoto, da fortaia (tipo de omelete de ovos), vinho, salame e queijo, são hábitos alimentares típicos da cultura italiana e que estão vinculadas ao lugar e a cultura. Ainda, existem festivais que retratam este pertencer dos indivíduos com o lugar, entre eles a Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto, São João do Polêsine.

A religiosidade também é presença de cultura e identidade materializadas no lugar. Assim, são vários capitéis e igrejas (figura 2), que compõem a beleza da região e fazem parte das atrações turísticas e da imagem formada do lugar vivido. Como salienta Piccin e Bezzi (2009), na Quarta Colônia de Imigração Italiana a relação da imigração italiana com a religiosidade é expressa através da construção e conservação dos símbolos religiosos, como: igrejas e capitéis. Estes espaços religiosos são lugares de cultura e do sagrado, onde acontecem a reunião e o convívio dos habitantes (figura 2).

Figura 2 – Igreja Matriz de Nova Palma, símbolo da religiosidade italiana



Fonte: acervo do autor (dez. de 2017)

Para além destes elementos, a preservação de elementos antigos está arquivada em museus da região e também no Centro de Pesquisas Genealógica de Nova Palma (CPG), lugares de história e memória que guardam os arquivos, dados e imagens da história italiana.

Outros elementos também são retratos da cultura italiana e da topofilia dos descendentes de italianos ao lugar, como a preservação de casas antigas, a cultura da uva, os modos de vidas, a imagem do nono e nona (vó e vô) que são elos de identidade. Estes elementos juntamente com o espaço compõem lugares de cultura e vida, dos quais a cotidianidade acontece (figura 3). As casas antigas, da época da colonização e da formação urbana das pequenas cidades da Quarta Colônia, são espaços de moradia e também de cultura, onde os indivíduos mantêm vivos os laços com seus antepassados, com a história e onde também acontece a cotidianidade, marcada por ritmos intensos de trabalho, lazer e morada (figura 4).

Figura 3 – O lugar Vale Vêneto



Fonte: <http://cenasperdidas.blogspot.com/2015/10/o-nono-e-nona-valevenetors2015.html>

Figura 4 – Casa antiga da pequena cidade de Nova Palma - RS



Fonte: acervo do autor (set. de 2016)

A Quarta Colônia desenvolve-se hoje atividades turísticas vinculadas à imagem dos lugares, mostrando o processo migratório dos europeus no Rio Grande do Sul que é marca da formação do estado gaúcho. Sua cultura estabelece um atrativo e incentiva a comercialização e o consumo cultural, utilizando a valorização estética da paisagem natural aliada à arquitetura e patrimônio cultural/histórico.

Por fim, o lugar vivido representa as afetividades e emoções sobre a cultura e a vivência da tradição italiana na Quarta Colônia de Imigração Italiana. O cotidiano e a cultura são elementos que produzem o lugar e juntamente com as relações de vida, que acontecem e se entrelaçam com as histórias e memórias, criam as condições para a verdadeira idolatria ao lugar no contexto da Quarta Colônia.

5. CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho buscou-se discutir sobre o lugar vivido, lugar de sentimentos e experiências, ponto de estudo da Geografia Humanística. Para isto, foi necessário contextualizar o conceito de

lugar na evolução do pensamento geográfico, relacionando com outros conceitos como cultura, identidade e cotidiano.

Assim, entender o porquê o lugar que é tão contemplado e exerce segurança aos indivíduos é uma tarefa importante para os geógrafos, e também para os educadores, pois o lugar é referência do homem e também do aluno.

A respeito do lugar, este é uma parte do espaço geográfico, onde os indivíduos vivem e interagem. Ele é percebido e concebido pelo homem através dos sentidos, e das emoções e sentimentos, podendo este ser um lugar real ou um ponto imaginário. Ainda, o lugar dá sentido à vida das pessoas, sendo entendido também pelas afetividades, relações e cotidianos.

Nesta discussão, na Quarta Colônia de Imigração Italiana, o lugar é visto por esta imagem, espaço vivido e experienciado. Para os moradores dos lugares desta região, o lugar é referência de vida e da bibliografia de um povo, apegado as suas tradições, onde se exerce uma topofilia do indivíduo com os objetos e com o próprio ambiente local.

Nestes lugares, a cultura italiana é uma bagagem presente no lugar e na idealização do vivido. O lugar se faz presente em todas as manifestações diárias e na percepção do grupo de descendentes de italianos. Portanto, ao viver o cotidiano, perceber sua ligação com o espaço, através da identidade, da memória e da afetividade tem-se a construção do lugar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L. Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20 n. 2, p. 135-155, dez. 2008.
2. BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETTI, A. (org.). **Perspectiva da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.
3. CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino. **Caderno CEDES**, Campinas, 2005.
4. CAVALCANTE, M. B. O lugar no mundo e o mundo no lugar: a geografia da sociedade globalizada. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 12, n. 40, p. 91 – 95, dez/2011.
5. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
6. DAMIANI, A. L. O Lugar e a Produção do Cotidiano. In: Encontro Internacional: Lugar, Formação Socioespacial, Mundo. 1994. São Paulo. **Anais....** São Paulo: ANPEGE: Universidade de São Paulo, 1994.
7. DUTRA, V. S. O cotidiano e o lugar para a escola. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 144-146, maio 1998. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/39286/26336>. Acesso em: 25 de jul. de 2018.
8. FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, nº 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000.
9. FERREIRA, L. F. Iluminando o Lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, jan/julho de 2002. v. 22, n.01. p. 43-72.
10. GRAEML, K. S. **A relação entre lugares e não lugares na cidade**: um estudo da aproximação dos serviços de acesso à internet nos Faróis do saber de Curitiba. 2007, 185f. Tese (doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
11. HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, jul/dez. Rio de Janeiro, 1999.
12. LASTÓRIA, A. C.; MELLO, R. C. Cotidiano e lugar: categorias teóricas da história e da geografia escolar. **Universitas**, Fernandópolis, v. 4, p. 27-34, 2008.
13. LEITE, C. M. C. **O lugar e a construção da identidade**: significados construídos por professores de geografia do ensino fundamental. 222f. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
14. LOPES, J. G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, vol. 16, n. 2, maio/ ago. 2012.
15. MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS: uma abordagem sobre a cultura e identidade. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 32 n, 65, p. 260-173, 2017.

16. MELO, H. M. S.; LOPES, W. G. R. SAMPAIO, D. B. Os parques urbanos na história da cidade: percepção, afetividade, imagem e memória da paisagem. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã – SP, v. 5, n. 32, p. 103-118, 2017.
17. MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. de M. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, Presidente Prudente – SP, v. 2, n. 14, p. 48-60, 2007.
18. MOTTA, M. F. **Espaço vivido/Espaço pensado: o lugar e o caminho**, 160f. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
19. PICCIN, E.; BEZZI, M. L. O Código Cultural Religião Presente na Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 371-381, 2009. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistageografia/index.php/revistageografia/article/view/130/90>. Acesso em: 3 jul. 2009.
20. SANTOS, M. O lugar: encontrando o futuro. **RUA - Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador – BA, v. 4, n. 1, p. 34-39, 1996.
21. SAQUET, M. A. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: EST, 2002.
22. SPONCHIADO, B. A. **Imigração e 4ª Colônia**: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: Ed. da UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 1996.
23. TUAN, Yi-Fu. Place: an experiential perspective. **Geographical Review**, v.65, n.2, p.151-165, 1975.
24. _____. **Espaço e lugar** – A perspectiva da experiência. Tradução (Lívia de Oliveira). Londrina: EDUEL, 2013.

Avaliação socioambiental do manejo florestal comunitário no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia

Socio-environmental assessment of community forest management in the Margarida Alves settlement in Nova União, Rondônia

Lucas Ramos de Matos

RESUMO: O objetivo deste trabalho é estudar os impactos socioambientais do Manejo Florestal Comunitário adotado por camponeses do assentamento de reforma agrária, Margarida Alves e o potencial de desenvolvimento sustentável da região local. Para tanto, optou-se pela avaliação de impactos socioambientais com base na metodologia de Rodrigues et al., (2006), utilizando o “Sistema Base para Eco-certificação de Atividades Rurais (Eco-cert. Rural PROCISUR), e o uso de um questionário estruturado com o objetivo de diagnosticar as propriedades e o perfil dos camponeses. O Manejo Florestal Comunitário teve impacto socioeconômico positivo nos coeficientes de desempenho socioambiental observados. Os coeficientes de desempenho ecológico tiveram índices de desempenho negativos e moderadamente positivos. Os aspectos relativos as questões ocupacionais dos trabalhadores envolvidos na atividade também tiveram impacto negativo. O Manejo Florestal Comunitário foi uma das importantes conquistas preiteadas por ação coletiva e contribuiu de efetiva para a vida dos adotantes.

PALAVRAS-CHAVE: Socioambiental, manejo florestal, assentamento

ABSTRACT: The objective of this work is to study the socioenvironmental impacts of Community Forest Management adopted by agrarian reform settlers, Margarida Alves, and the sustainable development potential of the local region. In order to do so, we opted for the evaluation of socio-environmental impacts based on the methodology of Rodrigues et al., (2006), using the "Base System for Eco-certification of Rural Activities" (PROCISUR Rural Eco-cert. a questionnaire structured with the objective of diagnosing the properties and the profile of the peasants. Community Forest Management had a positive socioeconomic impact on the observed socio-environmental performance coefficients. The ecological performance coefficients had negative and moderately positive performance indices. The aspects related to the occupational issues of the workers involved in the activity also had negative impact. The Community Forest Management was one of the important achievements prearranged by collective action and contributed effectively to the lives of the adopters.

KEY WORDS: Socioenvironmental, forest management, settlement

1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade nas atividades de extração madeireira é marcada por dificuldades para ser atingida de modo concreto, considerando os pilares básicos da sustentabilidade – os campos sociais, econômicos e ecológicos, visto que ainda há falta de estudos que apontem para uma real sustentabilidade nos manejos florestais. Nesse sentido, o manejo florestal comunitário ao beneficiar varia famílias, se despona como uma nova modalidade que possibilite a sustentabilidade na extração de madeira.

O manejo florestal comunitário trata-se de uma adaptação do modelo empresarial já existente. Os projetos são coordenados por um engenheiro florestal, passando pelas etapas de licenciamento e acompanhamento dos órgãos responsáveis, possuindo os mesmos graus de complexidade tecnológica e administrativa do manejo convencional (BENATTI et al., 20013). Uma das diferenças está no beneficiamento da extração. Nesta, o empreendimento deve ser administrado em cooperação, operando na serragem da madeira ou terceirizando a extração. No caso do assentamento Margarida Alves a madeira retirada é terceirizada.

O trabalho se ocupa em avaliar os impactos socioambientais do manejo florestal comunitário, bem como seu potencial de sustentabilidade em comunidades diversas na amazônica. Para tanto, optou-se por realizar um recorte utilizando o caso do manejo florestal comunitário realizado na reserva legal em bloco do assentamento margarida Alves no município de Nova união, Rondônia. O estudo esta estruturado em três etapas: aplicação de questionários nas propriedades, com entrevistas informais, análise e interpretação dos dados obtidos e uma fase explicativa sob a perspectiva na qual o fenômeno é abordado quanto à manutenção ou à transformação dos fatores gerados, com base nos impactos positivos ou negativos observados.

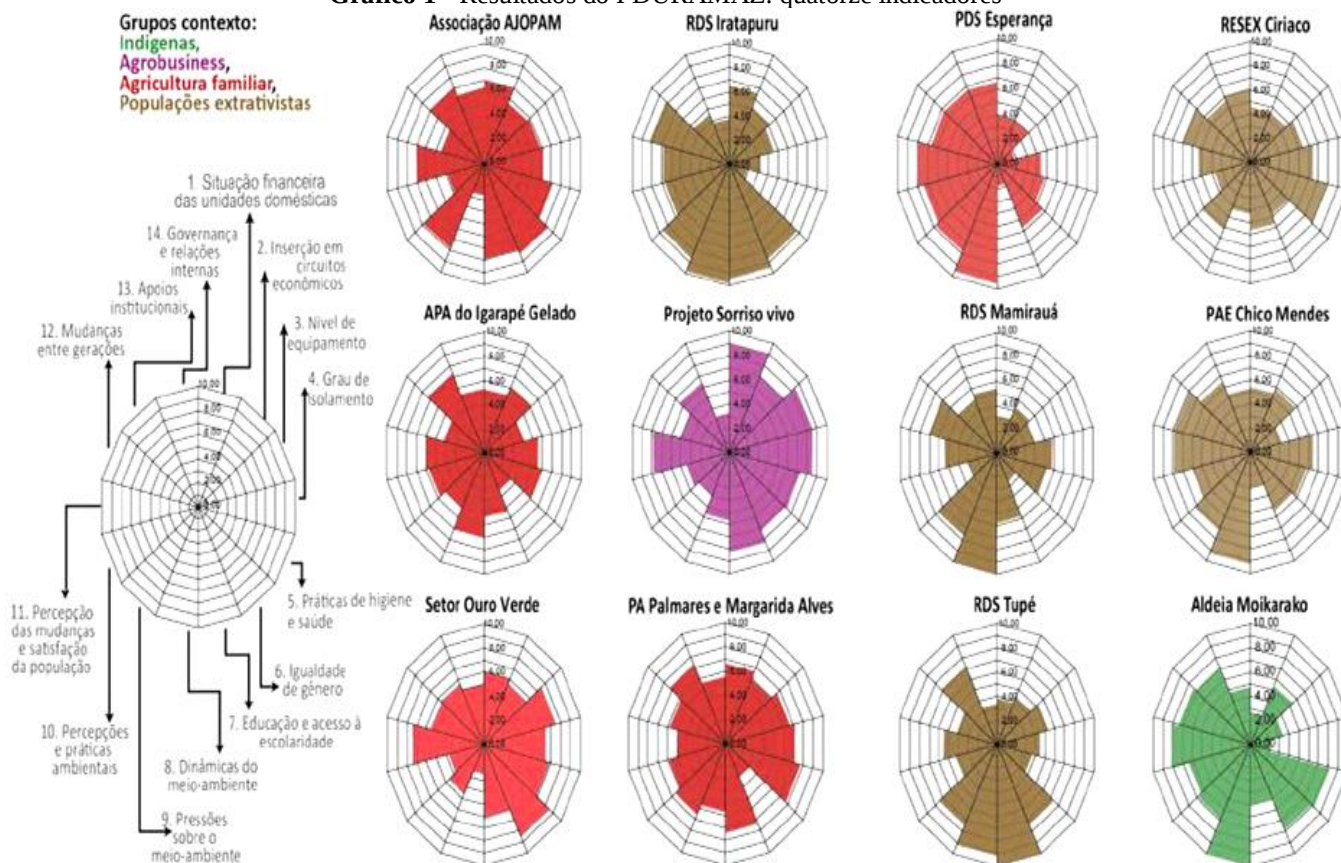
O estudo seguiu com a aplicação da metodologia de avaliação de impactos socioambientais de Rodrigues et al., (2006), utilizando o “Sistema Base para Eco-certificação de Atividades Rurais

(Eco-cert. Rural PROCISUR) em entrevistas e com o questionário estruturado com o objetivo de diagnosticar as propriedades e o perfil dos assentados adotantes do manejo florestal comunitário.

2. SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES PELA ÓTICA DO PROGRAMA DURAMAZ

O gráfico com os quatro módulos é este que segue, contendo o desempenho nos quatro indicadores para as treze áreas pesquisadas. Resultados do DURAMAZ: quatorze indicadores e quatro indicadores. Os resultados do DURAMAZ expresso nos gráficos a seguir são encontrados na importante obra “*L’Amazonie Brésilienne Et Le Développement Durable*” de François- Michel Le Tourneau e Martine Droulers.

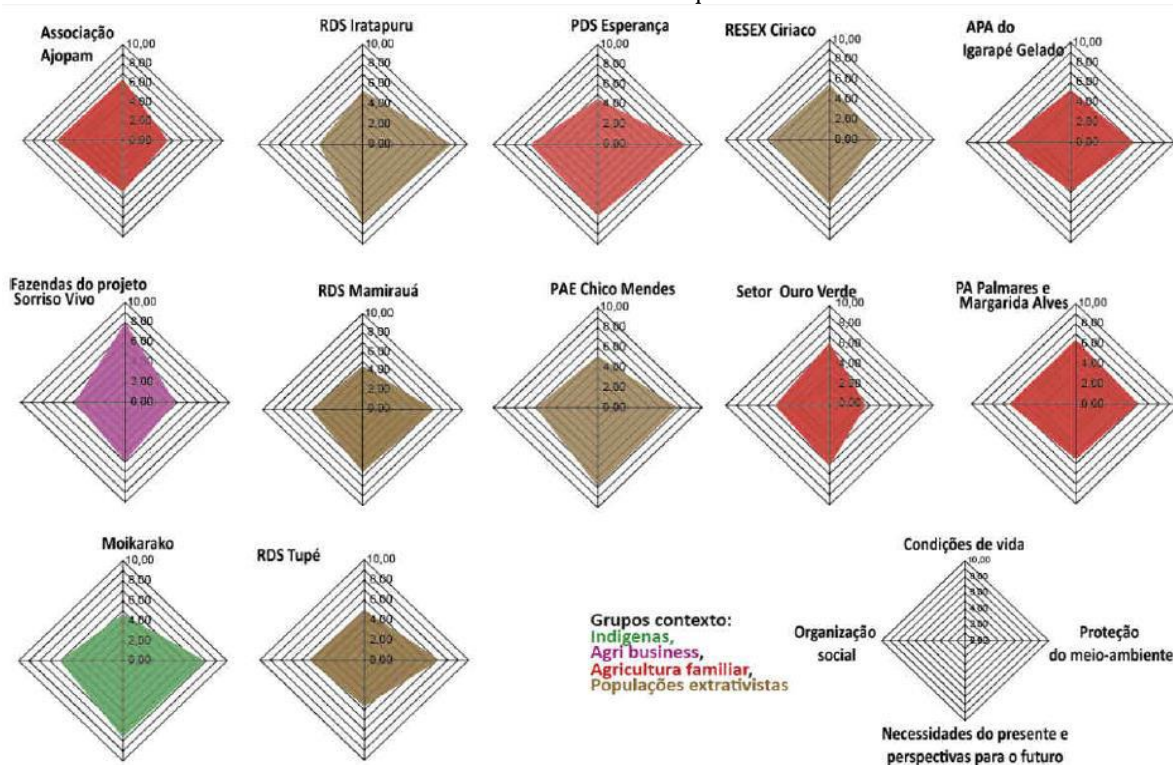
Gráfico 1 - Resultados do I DURAMAZ: quatorze indicadores



Fonte: Le Tourneau e Drouleres, 2010.

Os indicadores mostram parâmetros condições de vida de comunidades diversas na Amazônia os indicadores são agrupados em: “Situação financeira das unidades domésticas”; “Inserção em circuitos econômicos”; “Nível de equipamentos”; “Grau de isolamento”; “Práticas de higiene e saúde”; “Igualdade de gênero”; “Educação e acesso à escolaridade”; “Dinâmicas do meio ambiente”; “Pressões sobre o meio ambiente”; “Percepções e práticas ambientais”; “Percepção das mudanças e satisfação da sociedade”; “Mudanças entre gerações”; “Apoios institucionais e governança”; “Relações internas”. Nota-se que os assentamentos Margarida Alves e Palmares possuem equilíbrio em relação aos demais locais analisados, mas, com baixo nível de igualdade de gênero.

Gráfico 2 - Resultados do DURAMAZ: quatro indicadores



Fonte: Le Tourneau e Drouleres, 2010.

O losango mostra o grau de sustentabilidade de comunidades diversas na Região Amazônica. Neste, quanto mais regular for o losango preenchido, mais equilibrada está a área em questão em relação aos indicadores propostos: “Condição de vida”; “Proteção do meio ambiente”; “Necessidade do presente e perspectivas para o futuro”; “Organização social”. Em relação aos resultados dos indicadores propostos, os Projetos de assentamento “Palmares e Margarida Alves” apresentaram os melhores resultados em comparação com outras comunidades. Este desempenho pode ser atribuído a atuação de atores locais, capacidade coletiva dos camponeses e programas públicos.

3. O SISTEMA BASE PARA ECO-CERTIFICAÇÃO DE ATIVIDADES RURAIS (ECO-CERT. RURAL PROCISUR)

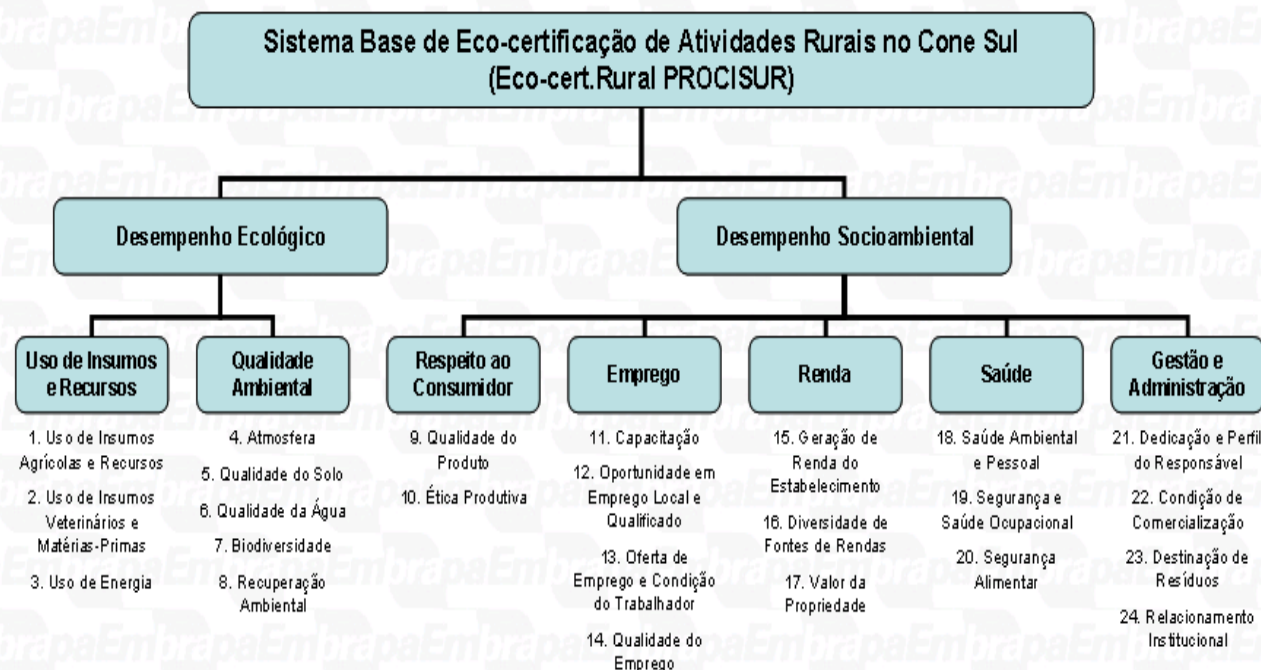
A avaliação dos impactos socioambientais foi realizada com a metodologia “Sistema Base para Eco-certificação de Atividades Rurais (Eco-cert. Rural PROCISUR)” desenvolvido com o objetivo de avaliar o desempenho de determinada atividade sob um ponto de vista do desempenho ecológico, social, econômico e organizacional (RODRIGUES et al., 2006; RODRIGUES et al., 2000 RODRIGUES et al., 2002).

Para Rodrigues et al., (2006) “A eco-certificação refere-se à adoção de um “selo verde” ou outro tipo de rotulagem, balizada por processos de avaliação ambiental que permitam certificar a qualidade dos produtos e processos do ponto de vista da gestão ambiental. ”

O Sistema Eco-cert. Rural PROCISUR consiste de um conjunto de vinte e quatro indicadores de desempenho da atividade produtiva no âmbito de um estabelecimento rural, englobando um total de 125 componentes, que compreendem as variáveis verificadas de acordo com seus respectivos coeficientes de alteração. Esses indicadores são agrupados em sete aspectos e duas dimensões, quais sejam: Desempenho Ecológico e Desempenho Socioambiental. Assim, o sistema contém duas planilhas de entrada de dados, que agrupam 24 matrizes de ponderação dos indicadores. (RODRIGUES et al., 2006, p.15).

O Eco- Cert. Rural PROCISUR consiste em uma planilha de vinte e quatro indicadores de desempenho de uma determinada atividade rural. Os indicadores são agrupados em sete aspectos e duas dimensões: desempenho ecológico; desempenho socioambiental. Os sete aspectos relativos ao desenvolvimento sustentável da atividade são considerados pela metodologia de avaliação de impactos ambientais sendo eles: o uso de insumos e recursos, a qualidade ambiental, o respeito ao consumidor, o emprego, renda e saúde e a gestão e administração (RODRIGUES et al., 2002).

Figura 1 – Diagrama para avaliação do impacto socioambiental de atividades rurais, com aspectos e indicadores do Eco-cert.Rural PROCISUR.



Fonte: Rodrigues et al., 2000; Rodrigues et al., 2002.

Figura 2 - Exemplo de matriz de indicador e fatores de ponderação.

Tabela de coeficientes de alteração da variável						
Recuperação Ambiental		Variável de recuperação ambiental				Averiguação fatores de ponderação
		Solos degradados	Ecossistemas degradados	Áreas de Preservação Permanente	Reserva Legal	
Fatores de ponderação k		0,2	0,2	0,2	0,4	1
Escala da ocorrência =	Sem efeito	Marcar com X				
	Pontual	1				
	Local	2				
	Entorno	5				
Coeficiente de impacto = (coeficientes de alteração * fatores de ponderação)		0	0	0	0	0,00

Fonte: Rodrigues, et al., 2002.

O Sistema Eco-cert. Rural PROCISUR consiste de um conjunto de vinte e quatro indicadores de desempenho da atividade produtiva no âmbito de um estabelecimento rural, englobando um total de 125 componentes, que compreendem as variáveis verificadas de acordo com seus respectivos coeficientes de alteração. Esses indicadores são agrupados em sete aspectos e duas dimensões, quais sejam: Desempenho Ecológico e Desempenho Socioambiental. Assim, o

sistema contém duas planilhas de entrada de dados, que agrupam 24 matrizes de ponderação dos indicadores. (RODRIGUES et al., 2006, p.15).

As matrizes automáticas incluem ainda dois fatores de ponderação que se referem à escala da ocorrência e ao peso do componente para a formação do indicador. A escala da ocorrência explicita o espaço no qual ocorre o impacto da atividade, conforme a situação específica de aplicação local, e pode ser:

- a) *Pontual*, quando o impacto da atividade no componente restringe-se à área ou recinto no qual esteja ocorrendo a alteração no componente;
- b) *Local*, quando o impacto faça-se sentir externamente a essa área, porém confinado aos limites da unidade produtiva ou estabelecimento;
- c) ou c) *No entorno*, quando o impacto abranja além dos limites da unidade produtiva ou estabelecimento (rodrigues et al., 2006, p. 13).

Como esta metodologia foi desenvolvida para avaliar o desempenho de um estabelecimento rural tendo como sujeitos de pesquisa o proprietário/administrador, por ser uma atividade que difere do objeto de pesquisa deste estudo, e por haver particularidades em relação a cada atividade rural, os modos e cultura local e forma de organicidade, não será necessário avaliar todos os aspectos e indicadores nesta metodologia, apenas os que se constituem importantes nas dimensões: desempenho ecológico e desempenho socioambiental do manejo florestal comunitário. Também não foi necessário aplicar a metodologia com todos os adotantes. As entrevistas se deram apenas aos adotantes que desenvolve alguma atividade ou se engaja de forma direta nas atividades e por isso tem mais afinidade com as atividades.

4. O PERFIL DOS ASSENTADOS

Quanto a idade 22,9 % dos assentados que participaram do estudo têm de 36-40 anos e 43 % de 46-50. Em relação a renda familiar, 51,4% são de um a dois e 40,0% de três a cinco salários mínimos. As propriedades são de aproximadamente 24 hectares. 97,1% afirmam que sempre foram agricultores.

De acordo com a Lei da Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, determinando que a área máxima é de quatro módulos fiscais, todos os pesquisados são agricultores familiares (BRASIL, 2006).

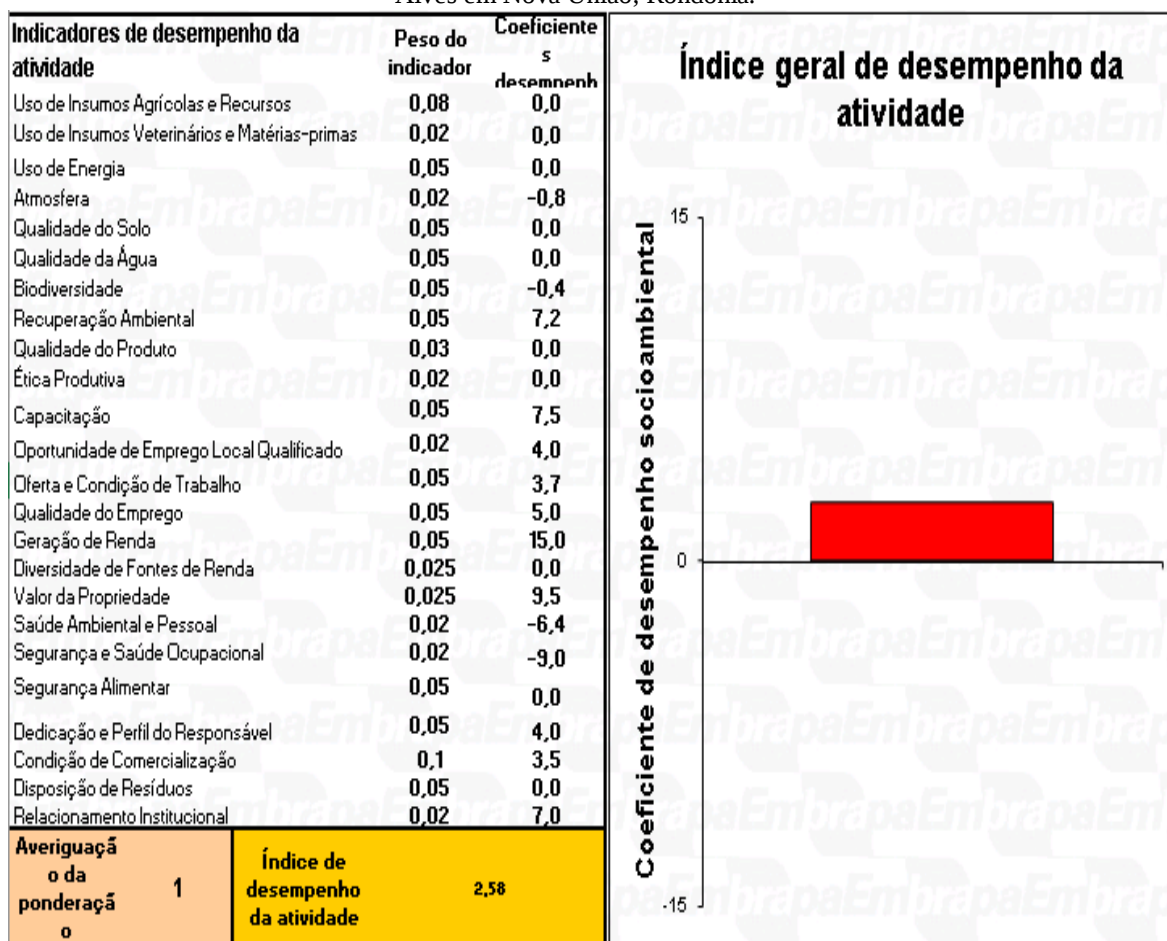
Da atuação do Estado, 82,99% afirmam não receber atualmente nenhum benefício e 11,49% recebem dinheiro de algum programa. Nesse mesmo sentido, 74,3% afirmam já ter sido contemplado com algum programa público e 22,9 % dizem que não. Ressalta-se que houve, ao longo dos anos, atuação do Estado por meio de alguns programas como: “Luz no Campo” e “Luz Para Todos”, o “Bolsa Família”, PRONAF, PRONERA e outras ações elencadas por agentes de políticas públicas, por intermédio de atores locais.

5. AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

A necessidade de pesquisas científicas voltadas aos manejos florestais (comunitário e empresarial) é cada vez maior diante das lacunas de informações sobre os impactos socioambientais desta atividade e do potencial madeireiro da Região Amazônica. Conhece-se apenas o suficiente para apontar as ações que são degradantes e não degradantes, tornando ainda mais necessários os estudos que apontem para uma real sustentabilidade na extração de madeira na Amazônia. Nesse sentido, a avaliação de impactos ambientais se desdobra como uma importante ferramenta para promoção da sustentabilidade dos manejos florestais comunitários.

A figura 03 apresenta o índice geral de desempenho da atividade pelo Sistema Eco-Cert. Rural, da avaliação socioambiental do manejo florestal comunitário no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia.

Figura 3 – Índice geral de desempenho do Manejo Florestal Comunitário do assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia.

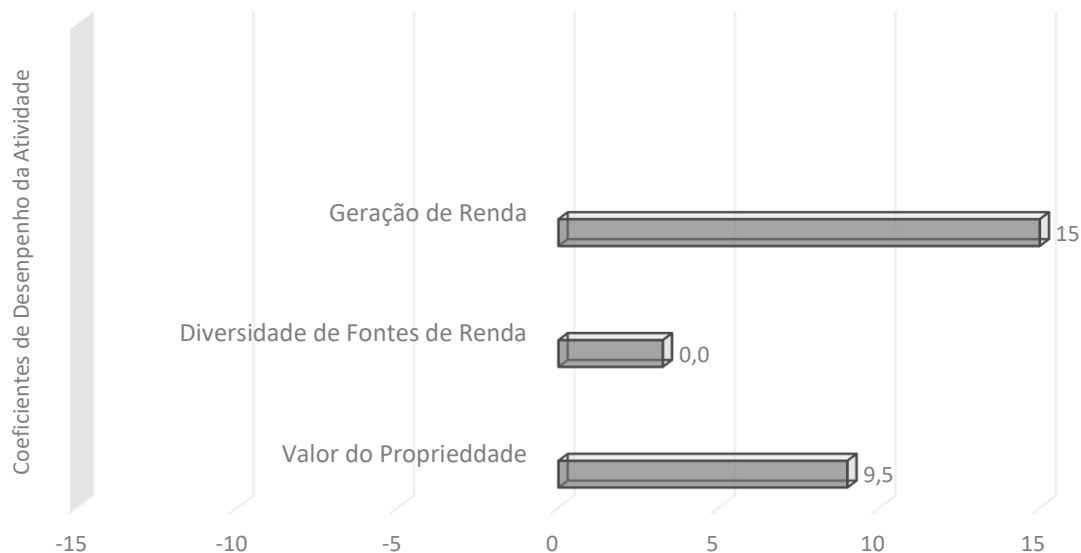


Fonte: dados coletados pelo autor (2017).

Silva et al., (2014), alertam que para a análise do aspecto geral, do Eco- Cert. Rural PROCISUR torna-se imprescindível observar cada indicador, pois apesar do impacto positivo da tecnologia, o seu grau de desempenho depende de alguns fatores que só poderão ser entendidos se analisarmos esses indicadores. Sendo assim, pode-se observar que alguns dos indicadores podem ter maior contribuição positiva para a formação do índice geral de impacto. Entretanto, devido às particularidades das atividades do manejo florestal comunitário em relação a outras atividades, a exemplo dos sistemas agroflorestais, há alguns indicadores não considerados nesta avaliação de impactos, como: uso de insumos agrícolas e recursos; uso de insumos veterinários e matéria-prima; uso de energia; qualidade do solo; qualidade da água; segurança alimentar.

O grau de desempenho dos indicadores também varia de acordo com a atividade e o perfil dos envolvidos, como mostra os resultados dos indicadores na pesquisa de Silva et al., (2014): “Disposição de resíduos” (9,00). De acordo com os autores este indicador foi influenciado pela prática da coleta seletiva, que foi implantada na propriedade como resultado de sensibilização e princípios de práticas agroecológicas. Entretanto na avaliação dos impactos socioambientais do manejo florestal comunitário o indicador “Disposição de resíduos” (0,0) não obteve alteração (figura 03) devido a não existência de atividades de gerenciamento de Resíduos Sólidos.

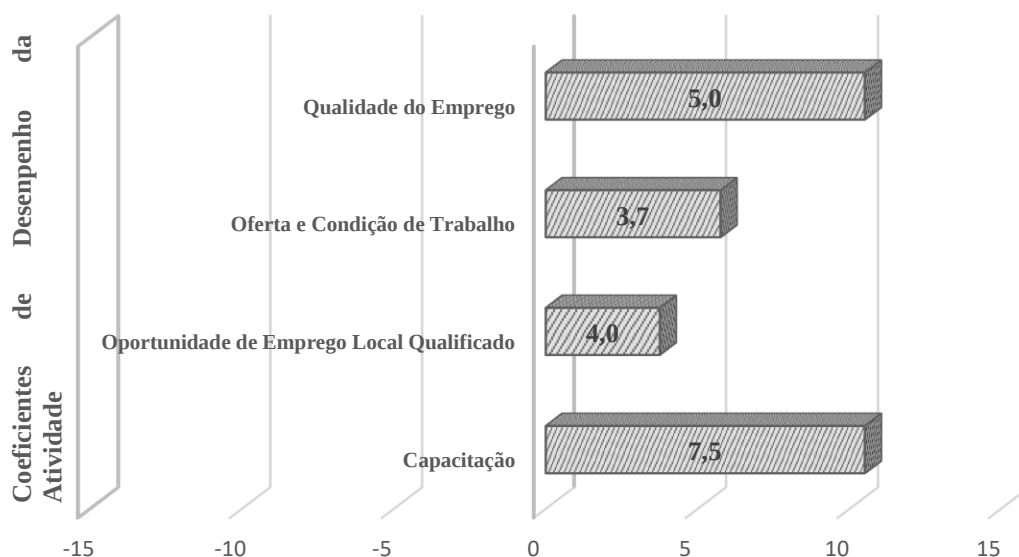
Figura 4 - índice de desempenho dos indicadores agregados ao aspecto renda do Manejo Florestal Comunitário do assentamento, Margarida Alves, Nova União, Rondônia.



Fonte: dados coletados pelo autor (2017).

Os aspectos de renda referem-se apenas a atividade. Nesse sentido os indicadores são restritos a escala pontual de impacto. Em relação ao índice de renda o manejo florestal comunitário atingiu desempenho máximo ($\mu=15$), o impacto é explicado pela segurança e garantia de obtenção da renda esperada e da distribuição da renda entre os beneficiados. O índice de diversidade de fontes de renda obteve impacto positivo ($\mu=3,25$). O índice de valor da propriedade também atingiu um grau de impacto expressivo ($\mu 9,0$). Este índice foi altamente positivo devido ao nível tecnológico dos camponeses que teve influência direta do manejo comunitário, pois parte da madeira foi destinada aos camponeses para investir em construções: cercas e currais. A área de reserva legal em bloco do assentamento também possui importância neste indicador.

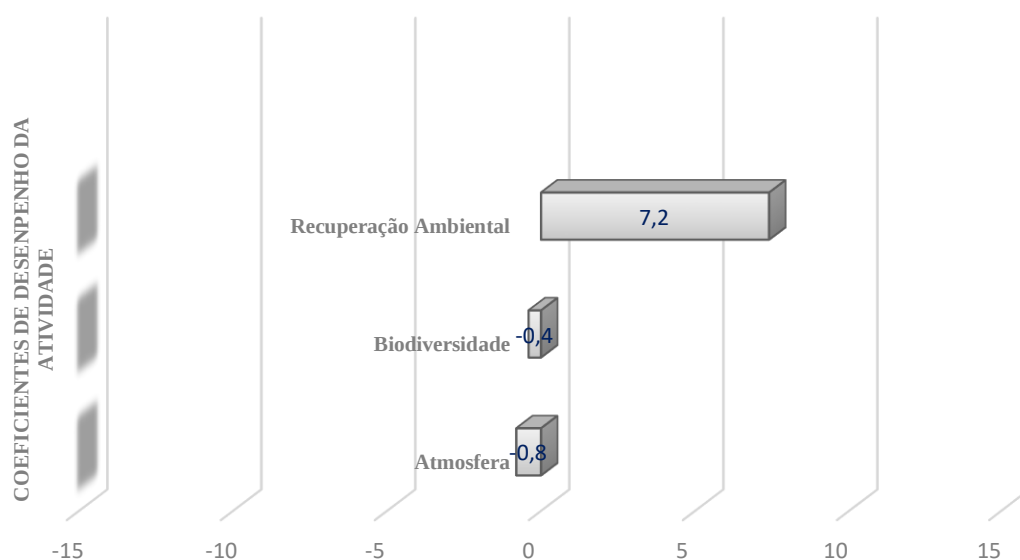
Figura 5- índices de desempenho dos indicadores agregados ao aspecto emprego do Manejo Florestal Comunitário do assentamento, Margarida Alves em Nova União, Rondônia.



Fonte: dados coletados pelo autor (2017).

O aspecto emprego baseia-se em requisitos de qualidade, oferta, oportunidade e capacitação que vão de escala local, pontual e entorno da atividade. Nesse sentido o aspecto emprego do manejo florestal comunitário obteve grau expressivo nos indicadores de qualidade do emprego ($\mu=10,5$), capacitação ($\mu=10,5$) oferta e condição de trabalho ($\mu=5,75$) e oportunidade de emprego local qualificado ($\mu=3,75$). Os indicadores capacitação e qualidade do emprego são explicados pela necessidade de profissionais especializados nas atividades do manejo florestal. No manejo comunitário, objeto de estudo, observou-se a existência de profissionais com formação superior, curso técnico e médio, como é o caso dos engenheiros florestais, os tratoristas, caminhoneiros, e operadores de motosserras. Foi observado também a existência de trabalhadores especializados exercendo a função de fiscalizar as atividades. Grande parte dos trabalhadores são camponeses do próprio assentamento, a inserção destes foi parte do acordo da COOMEAFES com as madeireiras.

Figura 6 - Índice de desempenho dos indicadores agregados de conservação da qualidade ambiental do manejo Florestal Comunitário do assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia.



Fonte: dados coletados pelo autor (2017).

O aspecto qualidade ambiental compreende a dimensão de desempenho ecológico, e consta os impactos da atividade em questão sobre o ambiente. Ou seja, atenta-se para os impactos da jusante e montante. Sendo assim, os indicadores levam em consideração a contaminação por resíduos gerados pela atividade, a depauperação dos habitats natural e da diversidade existente, ou da contribuição da atividade para a recuperação da qualidade do ecossistema local e de áreas de proteção permanente.

O indicador de “Recuperação Ambiental” obteve impacto positivo ($\mu=7,4$), o desempenho foi devido a contribuição que o assentamento assume com a existência de uma reserva legal e de áreas de preservação permanente em algumas propriedades, segundo informações coletadas durante a entrevista. Há até mesmo a preservação de uma parcela expressiva de floresta nas glebas, são denominadas pelos camponeses de “Área Social” estas são de aproximadamente oito hectares.

Os indicadores de “Biodiversidade” ($\mu=-0,4$) e “Atmosfera” ($\mu=-0,8$) tiveram resultados negativos devido à perda de parte da vegetação na área manejada para a construção de estradas para passagem de veículos e para entrada de tratores nos blocos para retirar as toras de dentro da floresta. As esplanadas também contribuem para a retirada da vegetação, pois nesta, um grande espaço é feito dentro da floresta para colocar as toras retiradas dos blocos para ser medidas em metros cúbicos e serem transportadas para as serrarias. Foram considerados também os materiais particulados (fumaça) oriundos dos maquinários presentes nas atividades, contribuindo para os impactos negativos obtidos.

Figura 7 - Índice de desempenho dos Indicadores Agregados Aspecto Respeito ao Consumidor do Manejo Florestal Comunitário do assentamento Margarida Alves em Nova união, Rondônia.



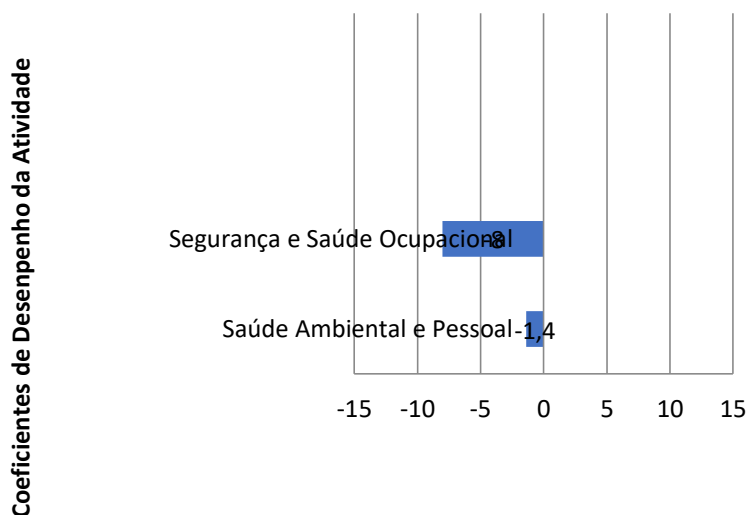
Fonte: dados coletados pelo autor (2017).

O aspecto respeito ao consumidor trata-se da qualidade do produto a partir do comportamento ético assumido no estabelecimento e, refletem no desempenho da atividade. As observações dos indicadores vão da organização dos agentes interessados na sustentabilidade da atividade, as condições de trabalho oferecido aos colaboradores.

No requisito “Ética Produtiva” ($\mu=0,0$) o grau de impacto foi insignificante considerando o potencial socioeconômico do manejo florestal comunitário, demonstrados nos indicadores anteriores. O desempenho neutro é explicado pelo coeficiente de alteração da variável da ética produtiva da atividade ser alteradas apenas na variável de capital social, não sendo possível considerar todos os coeficientes propostos pela metodologia.

Em relação a “Qualidade do Produto” ($\mu=12,5$) o impacto da atividade foi significativo, podendo ser explicado na medida que nas atividades de extração madeireira não há irregularidades nas etapas que possam influenciar na qualidade indesejável dos produtos. É importante lembrar que a maior parte da madeira é exportada, sendo necessário uma rigorosa qualidade nas etapas.

Figura 8 - Índice de desempenho dos Indicadores Agregados do Aspecto Saúde do Manejo Florestal Comunitário do assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia.

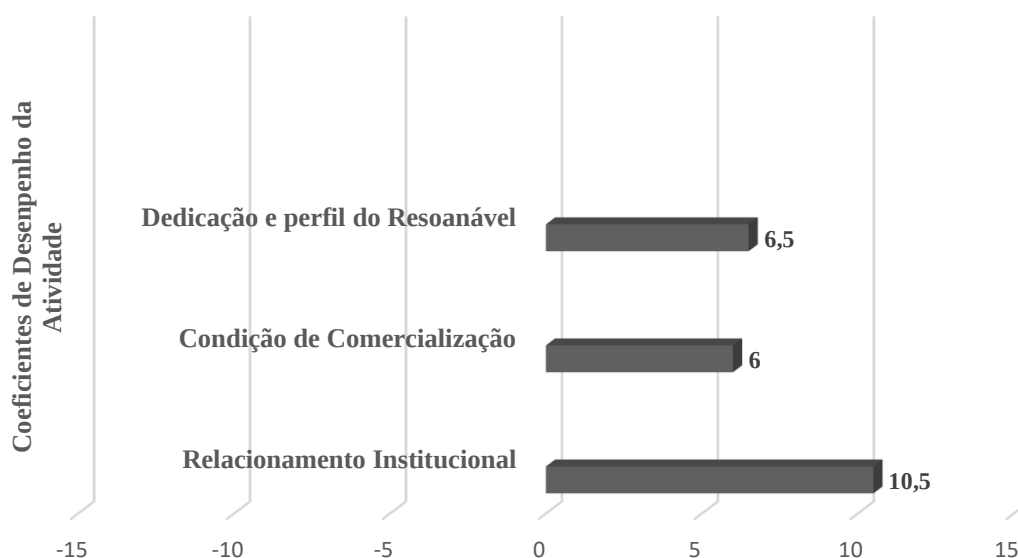


Fonte: dados coletados pelo autor (2017).

O aspecto saúde é relativo as questões ocupacionais dos trabalhadores envolvidos na atividade. Portanto a escala de alcance das alterações é pontual. O coeficiente “Segurança e Saúde Ocupacional” teve um grau de alteração negativo ($\mu = -8,0$). Este coeficiente foi negativo por apresentar periculosidade e fatores de insalubridade e agentes biológicos.

Já o impacto do coeficiente “Saúde Ambiental e Pessoal” ($\mu = -1,4$) foi negativo devido existência de focos de vetores de doenças endêmicas no ambiente ocupacional e poluentes e dificuldade de acesso a esporte e lazer. Além do mais, grande parte dos trabalhadores residem em barracos de lona e palha construídos dentro ou perto da floresta manejada. Durante as entrevistas foi constatada a existência de dois barracos dentro da reserva, em pontos diferentes, e uma casa alugada de um morador aglutinado a área de manejo.

Figura 9 - Índice de desempenho dos Indicadores Agregados do Aspectos Gestão e Administração do Manejo Florestal Comunitário do assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia.



Fonte: dados coletados pelo autor (2017).

Os aspectos gestão e administração são constituídos por indicadores e variáveis que contemplam fatores referentes ao gerenciamento, cooperação e capacidade institucional do estabelecimento nas atividades. O coeficiente de “Relacionamento Institucional” foi altamente positivo ($\mu = 10,5$).

O impacto é atribuído ao potencial da cooperativa COMEAFES de engajar os associados e sempre buscar assistência e soluções para beneficiar os camponeses locais. Atualmente a cooperativa, que está à frente do manejo, dispõe de dois engenheiros agrônomos com título de mestres, que procuram dar assistência aos camponeses sempre que necessário.

Os mesmos atualmente prestam assistência na produção de clones de cacau no viveiro da COOMEAFES e estão à frente do projeto da agroindústria de leite preiteada pela cooperativa e o MST junto ao Governo Federal. O coeficiente de “Condição de Comercialização” também foi positivo ($\mu = 6,0$). O impacto é explicado principalmente pela venda cooperada, cooperação com outros produtores locais, processamento local, armazenamento local e transporte próprio.

Durante pesquisa foi constatado que uma porcentagem de 20% da madeira seca, que não pode ser aproveitada pelas madeireiras, é destinada a cooperativa local para fins coletivo, os outros 80% são repartidos entre os camponeses do assentamento. Esta parcela de madeira seca se deu devido a ocorrência de movimentos de uso ilegal que ocorreu na reserva anos antes do plano de manejo ser aprovado, onde grande parte da área foi derrubada e a maior parte da madeira de alto valor retirada clandestinamente. Assim as toras secas foram retiradas transportadas da área manejada para a casa de cada camponês participante do manejo para diversos fins.

O coeficiente de “Dedicação e Perfil do Responsável” atingiu o índice de impacto de alteração de $\mu = 6,5$. Os administradores demonstraram serem capacitados quanto à atividade em questão, as atividades demonstraram haver engajamento familiar e planejamento financeiro.

6. CONCLUSÕES

A avaliação de impactos ambientais do manejo florestal comunitário demonstrou que sua adoção foi positiva sob o ponto de vista socioambiental, com desempenho expressivo para o desenvolvimento sustentável do assentamento. Nota-se que a adoção do manejo florestal na modalidade comunitário assume uma grande importância no âmbito do desempenho socioambiental em comunidades diversas na Amazônia.

O estudo de impactos social econômico e ecológicos do manejo florestal comunitário se mostra parcial diante das múltiplas relações em torno de sua efetivação e condução. Diante disso, é importante que estudos sejam realizados no em torno de possíveis prejuízos relacionados ao custo causado aos adotantes por depender de terceirizar as etapas de aprovação do plano de manejo e venda da madeira extraída para as serrarias. Os custos de mão-de-obra e as condições ocupacionais de trabalho também precisam ser mais bem estudadas.

O manejo florestal comunitário teve impacto socioeconômico positivo nos coeficientes de desempenho no âmbito socioambiental. Já os coeficientes de desempenho ecológico tiveram índices de desempenho negativos e moderadamente positivos. Os aspectos relativos às questões ocupacionais dos trabalhadores envolvidos na atividade também tiveram impacto negativo. Mesmo assim, o manejo florestal comunitário foi uma das importantes conquistas preteadas por ação coletiva contribuiu de forma efetiva para a vida dos assentados e se desponha como uma importante alternativa em comunidades diversas na Amazônia no âmbito da renda distribuída.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMARO, Ana; PÓVOA, Andréa; MACEDO, Lúcia. A arte de fazer questionários. In: **Metodologias de Investigação em Educação**. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Departamento de Química. Porto: Editora do Porto, 2005.
2. ARAÚJO. Marcel, Emeric, Bezerra de. **A Vida e a Produção no Assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia**. 2015. Dissertação (Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Rondônia.
3. BARROS, A. C. e Veríssimo, A. **A expansão da atividade madeireira na Amazônia: impactos e perspectivas para o desenvolvimento do setor florestal no Pará**. Belém: IMAZON, 1996.
4. BENATTI, José, Heder; Mc Grath, David, G; Oliveira, Ana, Cristina, Mendes de. **Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia**. Ambient. soc. vol.6 no.2 Campinas July/Dec. 2003
5. DROULERS, M.; LE TOURNEAU, F.-M.v (Eds). **L'Amazonie brésilienne et le développement durable**. Paris: Belin, 2010 . 480 p.
6. FORNAZIER, A. WAQUIL, P. D., **A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense**. III Colóquio: agricultura familiar e desenvolvimento rural. Oficina 1: Os impérios alimentares e os mercados – qual espaço de manobra? Porto Alegre, Nov. 2011.
7. FILHA, G. I. **Manejo florestal: Questões Econômico-Financeiras e Ambientais**. Estudos Avançados 16 (45), 2002.
8. FERNANDES, Bernardo, Mançano. MEDEIROS, Servolo de, Leonilde; PAULILO, Ignez, Maria. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. Volume. Editora UNESP. São Paulo-SP, 2009.
9. FERNANDES, Bernardo, Mançano. **O MST e as Reformas Agrárias do Brasil**. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Año IX Nº 24 - Outubro de 2008.
10. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.
11. _____. LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. **Estabelece Normas Gerais Sobre a Proteção da Vegetação**. Brasília, DF. 2012.

12. MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A Atualidade do conceito de camponês**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.
13. MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo, 2010.
14. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
15. NEGRÃO, M. et al. **Desmatamento, reserva legal e sustentabilidade em Rondônia (Brasil): uma análise dos padrões de evolução da cobertura vegetal em áreas de assentamento**. Colloque Envibras: Environnement et géomatique : approches comparées France – Brésil, 2014. Rennes (FRA).
16. PORTOCARRERO, M. A. **O cooperativismo e o associativismo como suporte à Produção Integrada no Brasil**. In: Anais do Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas. Vitória: 2006.
17. RODRIGUES, G S. et al. **Sistema Base para Avaliação e Eco-certificação de Atividades Rurais**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2006. 39p (Embrapa Meio Ambiente. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 37).
18. RODRIGUES, G. S.; RODRIGUES, I. Avaliação de impactos ambientais na agropecuária. In: GEBLER, L.; PALHARES, J. C. P. **Gestão Ambiental na Agropecuária**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2006.
19. RODRIGUES, G. S.; RODRIGUES, I. A.; TUPY, O. et al. **Avaliação sócio-ambiental da integração tecnológica Embrapa Pecuária Sudeste para produção leiteira na agricultura familiar**. Agricultura em São Paulo, São Paulo. 2002.
20. REDIN, E; FIALHO, M. A.V. **Política Agrícola Brasileira: uma análise histórica da inserção da Agricultura familiar**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil, UFSM, SANTA MARIA - RS - BRASIL. Campo Grande, 25 a, 28 de jul.2009.
21. SILVA, André Almeida de. **Sistema Silvipastoril como alternativa de manejo sustentável de pastagem para produção de leite na Região Central do estado de Rondônia**. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. UNIR, Porto Velho/RO - 2012.
22. SILVA, J. N. M. **Manejo florestal**. 2.ed Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. Brasília: Embrapa-SPI, 46p.; il.1996.
23. KOHLER, F.; Issberner, L. R.; LENÁ, P.; MARCHAND, G. **Falência é fracasso? o caso da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Brasil**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. *Ciênc. Hum.* v. 6, n. 2 Belém May/Aug, 2011.

Espacialidades da fé: um olhar para a devoção a Oxum e Nossa Senhora da Imaculada Conceição em RioGrande-RO - Brasil

Spatialities of faith: a look to devotion to oxum and our lady of immaculate conception in Rio Grande-RS-Brazil

Rogério Amaral Pereira

RESUMO: Este artigo aborda o estudo de caso referente às homenagens religiosas ao Orixá da doçura e do amor, Oxum, e à santa imaculada da paz, harmonia e amor, Nossa Senhora da Imaculada Conceição, realizadas no dia 8 de dezembro de 2014. As mesmas compõem o ciclo de manifestações culturais na cidade de Rio Grande-RS/Brasil. Esta leitura sobre os eventos culturais religiosos objetiva contextualizar o termo sincretismo, na pesquisa em Geografia da Religião; compreendê-lo como um aporte de uma abordagem cultural religiosa junto à análise da pesquisa qualitativa geográfica. Neste sentido, o artigo é resultado de reflexões concernentes às observações em dois eventos religiosos que se comunicam e constituem uma linguagem singular pelos indivíduos contemplativos, sob as contribuições da Geografia, da Filosofia e da Sociologia. Assim, a exposição do tema apresenta-se organizada em duas etapas: a primeira visa direcionar um olhar panorâmico à abordagem do conteúdo do conceito sincretismo; a segunda realiza uma reflexão referente ao estudo de caso, a sua relação prática com os religiosos. Nesta perspectiva, a pesquisa, como subsídio social, permite uma leitura geográfica cultural, desprovida de prejuízo, ao manusear cientificamente os eventos religiosos por meio da abordagem *in loco*, ressaltando a liberdade religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: evento religioso; sincretismo; espacialidade.

ABSTRACT: This article approaches the case study in relation to the religious tributes to Orixá of sweetness and of love, Oxum, and to the immaculate saint of peace, harmony and love, Our Lady of Immaculate Conception, occurred in December 8, 2014. They compound the cycle of cultural manifestations in the city of Rio Grande-RS Brazil. This reading about the cultural religious events aims to contextualize the term syncretism, in the research in Geography of Religion; then to understand as a contribution of a cultural religious approach with the analysis of geographic qualitative research. In this sense, the article is a result of concerning reflections to observations in two religious events, which communicate and constitute a singular language by the contemplative individuals, these under the contributions of Geography, of Philosophy and of Sociology. Then, the exposition of the subject present itself organized in two steps: the first aims to direct a panoramic look to the approach of the content of the concept syncretism; the second makes a reflection in relation to the case study, its practical relation the religious. In this perspective, the research, as a social subsidy, to allow a cultural geographic reading, without loss, in handling scientifically the religious events by means of *in loco* approach, expressing the religious freedom.

KEYWORDS: religious festivity; syncretism; spatiality.

1. INTRODUÇÃO

O espaço desponta como a fonte do indivíduo e, mais, como palco da administração e da atuação seletiva, no qual os símbolos são contemplados dentro desta seletividade e subjetividade humana. Assim, a sua dinâmica fugaz transforma as relações espaciais.

É na relação tempo/espaço que se desenvolvem as afinidades sociais humanas, ou seja, a transformação da natureza, na produção da cultura e da história. E entre ambos há uma relação de dependência, interdependência e influências. E as interações dos homens com o meio são provenientes da produção de espaços socioculturais, frutos de uma existência humana com as transformações decorrentes no meio. Neste sentido, há uma disciplina do tempo, que preocupa o homem nos seus vestígios da abrangência do presente (RICOEUR, 2006).

Deste modo, na dinâmica espacial estão presentes as linguagens estabelecidas pela religião, no estudo apresentado, as de Matriz Africana², a sua relação com os Orixás e as Entidades Espirituais, e a Católica e a sua relação com os Santos. O espaço é articulado e também contemplado por uma fonte de imaginação, cuja carga de valor é determinada também pelo vivido em elementos que se interligam, perpassando a relação das instituições religiosas e configurando

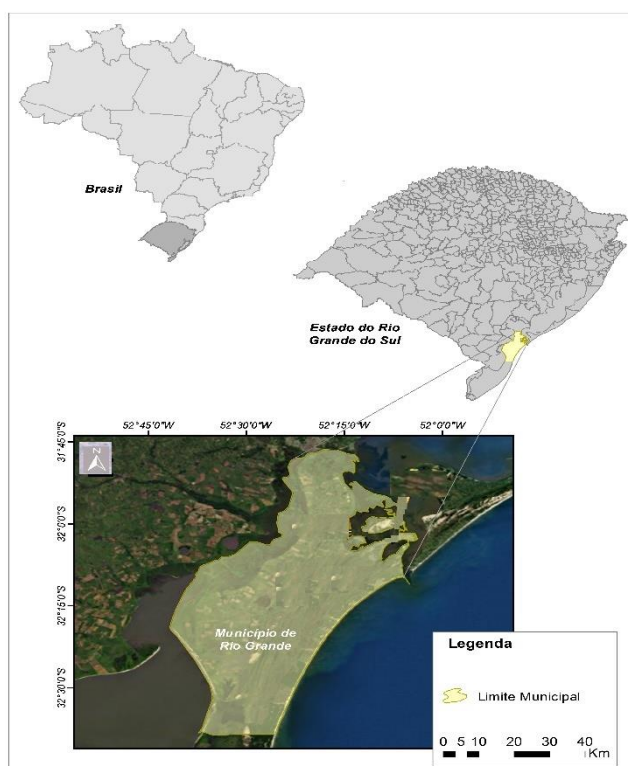
² O termo refere-se às religiões muito difundidas na cidade de Rio Grande, como Batuque, Umbanda, Quimbanda, mas o termo no seu sentido integral se estende a outras formas de manifestações religiosas exercidas no Brasil como o Candomblé, Cabula, Culto aos Egungun, Catimbó, Xambá e Omolocô.

uma identidade de fé alavancada por encontros de uma religiosidade³. Esta é contemplada pelas experiências do homem e não apreendida como um fator técnico. Portanto, contempla um maior entendimento do mundo e o espaço habitado, neste caso, a cidade de Rio Grande-RS/Brasil.

A cidade está localizada ao sul do Estado do Rio Grande do Sul ($32^{\circ}2'6''$ ao Sul e a $052^{\circ}5'56''$ a Oeste⁴) representada no Mapa 1. Foi fundada em 19 de fevereiro de 1737, na desembocadura da Lagoa dos Patos, um marco inicial dos portugueses em terras sulinas e berço da entrada das religiões de Matriz Africana no referido Estado e no Brasil. A cidade é manifestada popularmente como “Noiva do Mar” devido a sua proximidade com os corpos hídricos: o Saco da Mangueira, o Canal do Norte e a praia do Cassino, os quais simbolizam também uma relação mítica dos cidadãos com Rio Grande.

Com isto, as expressões religiosas, manifestadas por esses símbolos, constituem o sentido, ou seja, a linguagem que se pode saber do mundo, por meio dos espaços sacralizados. Diante desse fator, o mundo natural cotidiano é experimentado e atribuído a um cognoscível, do qual o sagrado invoca gestos de afetividade e respeito, pois ele apresenta um universo que transcende os limites da percepção e compreensão humanas (BOURDIEU, 2009).

Mapa 1 - Localização da cidade de Rio Grande no Estado do Rio Grande do Sul e Brasil.



Fonte: Base Cartográfica IBGE, (2013); Google Earth (2013). Organizado pelo autor, 2013.

Quanto a isto, o espaço relacionado à prática social é parte integrante de uma totalidade que, ao se organizar, configura diferentes tipos de linguagens e apresenta como resultado tipos determinados de manifestações culturais, construindo as espacialidades, ou seja, uma forma de conhecimento. E mesmo que o tempo e o espaço gerem determinadas formas de representação social, é na dualidade que o sujeito e o objeto residem em um denominador comum passível de conceber a forma de expressão cultural.

Desta forma, o subsídio social do estudo é permitir uma leitura científica e desprovida de convencionalismos ao manusear os eventos de cunho religioso cultural, neste caso, que interligam, na sua religiosidade, a religião Católica e as religiões de Matriz Africana. E busca o debate sobre o sincretismo e as espacialidades religiosas como aporte de estudo para uma

³ No estudo, o termo refere-se à vivência dos princípios divinos que regem a criação e o cultivo da fé nas Entidades Religiosas com uma vivência no todo integral da vida do indivíduo religioso.

⁴ Conforme os dados do site oficial da Prefeitura da Cidade de Rio Grande. Disponível em: www.riogrande.rs.gov.br

Geografia em um Estado Nacional Laico⁵, que tem como meta o diálogo entre as religiões (tolerância).

Salienta-se ainda que a apreciação do espaço como sagrado é fundamental, pois esse é originário do campo devocional coletivo com formas “concretas de apropriação *temporo-espacial* mediadas pelo poder” (GIL FILHO, 2008, p.107). Nele são aportados símbolos que transcendem qualquer concepção doutrinária. Assim, a distinção que o sagrado confere ao espaço incita o pesquisador social, em especial o geógrafo, ao seu amplo temário, principalmente na relação que envolve a leitura espacializada dos elementos míticos e da sua ação dinâmica no cotidiano dos praticantes religiosos.

E para compreender tal importância dos elementos míticos religiosos espacializados na cidade de Rio Grande e contemplados no dia 8 de dezembro, as reflexões do estudo foram exercidas através das atribuições teóricas de: Bastide (1983), Ferretti (1995), Canevacci (1996) e Silva(2005), na compreensão do termo sincretismo e sua relação no mundo devocional brasileiro; Bourdieu (2009), no campo religioso e a relação simbólica; Ricoeur (2006), na relação da linguagem espacializada por meio do discurso; Gil Filho (2008), Rosendahl (1996) e Pereira (2015, 2016), no entendimento das espacialidades religiosas.

A técnica de pesquisa no trabalho buscou o estudo *in loco* com a pesquisa empírica nas homenagens: a Nossa Senhora da Imaculada Conceição⁶ e a Oxum⁷, no período que compreendeu a primeira quinzena do mês de dezembro de 2014, envolvendo o pré e o pós evento, na cidade de Rio Grande, para um melhor ordenar do postulado teórico ao tema de estudo, através de observações e visitas aos setores públicos e privados relacionados às manifestações religiosas citadas e seus encontros devocionais.

Para isto, foram captadas fotos de primeira ordem⁸ que envolveram as manifestações religiosas, as quais foram direcionadas sob o olhar geográfico para o viés espacial e seus encontros de fé. Assim, as imagens atuam como elementos discursivos na forma de um texto capitulado da cidade de Rio Grande, com ação e vivacidade, associados ao elemento da religiosidade como polos de ligação da espacialidade devocional. Este ponto de reflexão foi exercido por meio de uma trajetória, cuja constituição é fundamentada por meio de observações e de estudo como este, que será ofertado no decorrer dos próximos parágrafos.

2. SINCRETISMO, UM OLHAR PANORÂMICO SOBRE A RELIGIOSIDADE

A aflição do indivíduo em querer buscar explicações para a religiosidade, muitas vezes não lhe permite enxergar a dinâmica cultural como uma maneira evolutiva dos grupos sociais promulgarem as suas características, o seu modo de vida no espaço e, sim, como um modo destrutivo e avassalador dos costumes e tradições sociais. Assim, o termo sincretismo que concebe o imbricamento de matrizes culturais distintas é pertinente ao olhar geográfico, pois há uma preocupação do homem em querer compreender as linguagens culturais espacializadas.

E, diante deste fato, se esquece que o indivíduo, por natureza, é um ser assistemático, a exemplo do nomadismo que, em muitos casos, não segue regras complexas na humanidade, mas somente o instinto da sobrevivência. E é através desta característica que os seres humanos percorreram os mais distantes pontos do mundo, difundindo sua característica cultural e agregando novas culturas para dentro do seu grupo social. Bastide (1983, p. 160) elucida uma

⁵ Conforme texto extraído do Artigo 5, Inciso VI, da Constituição Federal, de 1988: Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir o **Estado Democrático**, destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, plurista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. ART. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes: VI- é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma de lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

⁶ A denominação é referente a não concepção da mancha (*macula* em latim) do [pecado original](#). A Igreja Católica professa que a Virgem Maria viveu uma vida livre de pecado. Ela simboliza a ternura e o amor.

⁷ Deusa das águas doces, da fecundidade e do amor. Sincretizada no catolicismo popular como Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Apresenta a sua representação na cor amarela.

⁸ O autor descreve as imagens fotográficas captadas em trabalho de campo pelo próprio como pesquisador.

questão importante para tal atuação do homem: “[...] o sincretismo não é nem um fenômeno recente, nem um fenômeno estritamente localizado”.

Desta maneira, tiveram início as primeiras manifestações sincréticas da humanidade, tão temidas por alguns intelectuais no universo acadêmico, por serem mal interpretadas, ou seja, vistas ainda como deformadoras culturais e não enriquecedoras oriundas de uma manifestação dinâmica da cultura. Assim, a origem do termo sincretismo está associada a uma tolerância social interna.

Ou, ainda, como indica Canevacci (1996, p. 15), aporta esta tolerância interna à origem do termo, e a relaciona à forma defensiva do conceito, pois,

[...] ultrapassa a fragmentação política interna, específica dos gregos em geral, para não perder a liberdade e derrotar um inimigo externo bem pior que o amigo-inimigo interno. Essa determinação de unir grupos conflituais, essa busca por alianças entre as diversas “partes” da própria Creta, serviu para a posterior migração do conceito: da política à religião. As tentativas sincréticas referiam-se às possíveis alianças momentâneas entre diferentes interpretações da religião cristã em risco de heresia, sem excessivas preocupações quanto às coerências dogmáticas.

Como pode-se constatar na citação anterior, a amplitude do termo sincretismo é distorcida pela cultura ocidentalizada, que refletiu e atuou como máscara social para o encobrimento das disparidades humanas, a exemplo da escravidão africana no continente americano. A forma da imposição sincrética mais diáspora origina-se neste período no continente americano.

Neste contexto, o valor do dominante, representado pelos invasores europeus, ultrapassava a materialidade das agressões ao corpo do ser humano escravizado. Com a imposição, também, na plenitude espiritual deste ser abalizado da liberdade material, há também o aprisionamento de sua devoção, através da imposição dos valores religiosos do dominante, com a justificativa de purificação da sua alma. Com isto, os dominantes exploradores europeus rebaixavam as manifestações religiosas dos povos escravizados às categorias de animistas e magia. Já a sua recebia a veneração de luz ecumênica. E o sincretismo religioso, neste cenário nefasto, surge como uma pacificação entre os exploradores e os explorados.

E mais, Canevacci (1996, p. 15-16) ainda acrescenta, para este fato, que os dominados:

[...] aceitavam oficialmente sua conversão - inserindo suas divindades e suas tradições religiosas *dentro* das vencedoras - e aqueles reconheciam oficialmente a sobrevivência das religiões de origem nas periferias da Católica. O sincretismo religioso apresentou-se, portanto, mais uma vez sob o signo do compromisso defensivo: sujeitava-se à aliança invasora da religião dominante, desde que se permitisse certa tolerância cultural.

Surge, então, o campo brasileiro de religiosidade muito vasto e arraigado em um dinamismo que, de um lado, aportava os povos colonizadores e, de outro, os escravizados e imigrantes. Em outras palavras, a cultura do dominador, em se tratando do contexto material (econômico), e a do dominado, que não consentiu ser-lhe tomado também o seu plano espiritual, de tal modo ele inventou e reinventou formas de manifestar sua religiosidade junto ao dominante ao longo dos tempos.

O sincretismo atuou neste contexto social, no continente americano, em especial no Brasil, como uma estratégia de sobrevivência cultural dos escravos africanos com a sua devoção aos deuses, personificados nos Orixás, perante a sociedade de traços europeus, católicos, detentores dos meios de produção de um país colonial.

E o sincretismo religioso teve um papel sociocultural muito importante, no Brasil, por atribuir na sua formação um aspecto institucionalizado com rituais que difundiram o imbricamento de matrizes culturais distintas na forma de devoção.

Principalmente no entendimento de Bastide (1983, p. 160-161) que afirma:

[...] no Brasil o sincretismo é um fenômeno antigo, pois desde o início da colonização já o encontramos no Quilombo dos Palmares, tanto nos gestos ou ritos (o sinal da cruz, o recitativo de certas orações) como na união por semelhança dos deuses africanos e dos santos (encontram-se imagens católicas nos templos quilombos).

O processo histórico brasileiro esteve associado à colonização, à escravidão e à imigração massiva com a devoção. Portanto, a religiosidade verdadeiramente brasileira é um complexo social. Os Terreiros⁹ adotam o costume de adoração de imagens de pedras advindas do catolicismo e o próprio catolicismo utiliza traços culturais africanos como a festa e as procissões com a utilização de músicas. Fatores para uma dialética religiosa, pois não se determina onde começa de fato uma e termina a outra, senão apenas a concretude do plano sincrético materializado e representado simbolicamente.

É o imbricamento de uma cultura com elementos de uma expressão africana, trazida através do comércio de escravos. Com os registros da cultura europeia, oriunda dos colonizadores e expressa através do catolicismo e, por fim, com a manifestação social da pajelança dos povos nativos, originando um complexo religioso brasileiro de devoção.

Em uma nação¹⁰ como a brasileira, onde ocorre a recusa de religiões das classes sociais desfavorecidas economicamente, o sincretismo, assim, passa a ser compreendido como resultado do processo de aculturação. É comum para a sua época, que não entende sincretismo como forma de resistência cultural, esta que muitos antropólogos defendem como sendo uma reformulação das manifestações afro-religiosas para conseguirem ultrapassar a barreira das perseguições e preconceitos impostos por uma sociedade abastardada formada em moldes europeus.

Neste ponto, o sincretismo como um processo evolucionista, de pré-julgamento e de vinculação à pejoratividade, apresenta-se entrelaçado à vertente de desenvolvimento econômico. Assim, o sincretismo religioso nacional é visto como a fusão ou dualidade de crenças, justaposição de exterioridades e de ideias religiosas, associação, adaptação e equivalência de divindades, ilusão da catequese. E mais, a imposição em forma de dominação das classes despontadas no alto do poder econômico sobre as que se situavam na base ou abaixo das relações permeadas pelo fator monetário, a exemplo dos escravos.

Como indica Bastide (1983), um pioneiro nos estudos afro-brasileiros, que descreve como a “conversão da religiosidade” do dominante, mas com uma ressalva, para o expropriado social que, sem renunciar aos deuses ou orixás, o negro baiano tem pelos santos católicos profunda devoção. E ao pensar o sincretismo, sem ultrapassar o conceito da aculturação, torna-se inviável o entendimento.

Ferretti (1995), faz uma ressalva, salientando que não são as civilizações que entram em contato, mas os homens. De forma que o centro reformulador é o indivíduo, pois este é capaz de inventar e difundir novas ideias, atitudes e comportamentos para uma esfera maior denominada sociedade. Não deve ser esquecida a análise da posição que há por trás desta colocação do autor, que é o posicionamento destes indivíduos perante a sociedade, ou seja, atores principais, *coadjuvantes*, ou apenas figurantes deste palco de relações sociais marcadas por encontros entre os indivíduos que a compõem.

Neste sentido, a religiosidade genuinamente brasileira está atrelada a traços do povoamento, ao longo dos séculos, do território, os quais ativam a formação do Estado brasileiro que advém dos nativos desta terra, passando pela imposição religiosa europeia, com os portugueses, a liberdade do homem do mundo pagão e, por fim, com a chegada dos povos do continente africano. Estes tinham, para oferecer, algo muito além do que a exploração (como escravos), e sim toda a sua cultura repleta de simbólicos, rica de religiosidade, permeada por uma oralidade e rituais que, membros da sociedade, por não os compreenderem, vinculam-nos a elementos pejorativos.

É interpretado como o significado de sincretismo que deve ser estendido aos casos de resultados harmoniosos de contatos culturais, do plano espiritual, não com o material, ou seja, a adaptação. Assim, o sincretismo é evidenciado como algo pejorativo, pois é considerada a dinâmica materialista e não a espiritual, ou melhor, o plano imaterial como é composto de grande parte das religiões e suas devoções aos deuses. A ressalva para os casos de dominação, colonização e escravidão é evidenciada.

Silva (2005, p. 42) descreve o imbricamento religioso entre esses povos, no seguinte trecho:

Se a fé dos negros nos deuses de sua religião original esteve primeiramente disfarçada nas danças e cantos que eles faziam em louvor aos santos católicos, num segundo

⁹ O termo no estudo é direcionado com letra inicial maiúscula como sinônimo de respeito aos locais de manifestação religiosa de Matriz Africana.

¹⁰Referente ao agrupamento humano, mais ou menos numerosos, cujos membros, geralmente são fixados num território, são ligados por laços históricos, culturais, econômicos ou linguísticos.

momento sua fé se dirigiu tanto a uns como a outros. Ou seja, o negro, assim como o índio, continuou acreditando nos seus deuses mesmo considerando-se cristão. [...] a enorme separação social entre brancos e negros e índios não significou que suas tradições culturais se mantivessem impermeáveis umas às outras. O que se verificou no universo religioso do Brasil. [...] as religiões romperam seus limites e se traduziram mutuamente, dando origem as novas formas, mistas, afro-brasileiras.

Mediante o que foi exposto, conclui-se que a religiosidade, para os povos à margem da pirâmide social da época, é a forma de manifestação que contrapõe os limites impostos por uma sociedade de representações simbólicas. Estas são permeadas pelo fator financeiro, impresso na forma de segregação de determinados espaços, ocupando também o campo da devoção.

Portanto, foi mediante toda esta imposição ao caráter de uma cultura idealista de uma civilização tida como superior, que a religiosidade se encontra em meio a este processo “achaturador de culturas”, a forma com que os povos situados à base da pirâmide econômica encontram o conforto espiritual e a esperança para sobreviverem em meio à adversidade de perseguições e estigmatização (FERRETTI, 1995). Esta é a forma das classes expropriadas economicamente desempenharem o seu papel social de maneira mais suportável.

A ligação do homem por representações que o atrelassem ao mundo superior ou ao plano espiritual, como muitos autores do ramo das ciências sociais coloca, ou seja, de uma dinâmica voltada aos deuses como representantes da dinâmica terrestre, é característica do cerne do indivíduo na busca de respostas a que não é capaz de responder. Assim, a relação de devoção às entidades míticas apresenta-se como resposta para algo que o homem, com a sua dinâmica repleta de concretude e de linearidades, que não consegue compreender. Que só compreende, em muitos casos, as visões dualistas, e de peso preconceituoso que não o deixam enxergar o leque de cores entre o branco e o preto, entre as diferentes culturas e seus imbricamentos.

As religiões de Matriz Africana que cultuam as divindades naturais perpassam esta categoria dualista de enxergar o mundo, do que a maior parte dos indivíduos só consegue perceber. De tal modo, o sincretismo religioso no Brasil, neste caso, apresenta-se como uma espacialização da devoção, o exemplo da Umbanda. É onde os campos religiosos diversos se imbricam e constituem novas formas de manifestação dando origem a religiões que estabelecem como ponto de formação a relação com localidade.

E, conforme Ferretti (1995, p. 195): “O sincretismo, é elemento essencial de todas as formas de religião, está muito presente na religiosidade popular, nas procissões, nas comemorações dos santos, nas diversas formas de pagamento de promessas, nas festas populares em geral”.

E o homem, através da sua espacialização cultural, visto que a cultura é dinâmica, constitui novas formas para a sua devoção, em um entrelace cujo objetivo em vigor colocado é o da devoção aos seus mitos e divindades, realizada através de uma esfera de energia de um plano religioso que o auxilia a superar as dificuldades do mundo material.

No entanto, a cultura, por se tratar de um conceito muito difuso e dinâmico, pode ser considerada “multidisciplinar”, por ser contemplada nos diversos ramos das ciências. Na Geografia, é analisada através da relação homem/meio, e seus respectivos planos, material e imaterial, tendo por finalidade a compreensão do objeto de estudo, o espaço geográfico. Este que é o palco das efetivações humanas abrange, sobretudo, todos os elementos que são passíveis de serem analisados e classificados pela especialidade da ciência geográfica.

Pereira (2015) salienta que, na totalidade, toda a cultura é uma abordagem integradora na ciência geográfica interpretada. Assim o presente encontra-se com o passado, o local com o global, este através de fatos que fornecem subsídios para a realidade do objeto de investigação.

Com isto, as efetivações humanas são explicadas através da cultura, a exemplo da sociedade como fator transcendente que é desvelado por meio dela, ou seja, composições de materialidade e imaterialidade imbricadas. Por isto, o estudo do espaço, relacionado ao elemento cultural, pode ser considerado como parte, mais que integrante, em uma totalidade que, ao se organizar, configura diferentes tipos de culturas e resultados de tipos determinados de sociedades. E apresenta, para este contexto, o simbólico como fator determinante dos aspectos relacionados da vida e da sociedade, estando, ao mesmo tempo, cheio de interstícios e de graus de liberdade formatados em diversas instituições imaginárias (PEREIRA, 2015).

Assim, o ser humano, que aprende a adaptar e a mudar, desenvolve, ao longo do tempo, a habilidade criadora, interessando-se pelo que seus semelhantes fazem, por que e como constituem. Deste modo, a preocupação central desta abordagem foi buscar relacionar o conteúdo do conceito sincretismo à ciência geográfica, sendo este fruto de uma sociedade naturalizada e de uma natureza socializada. Este apresenta, como caráter geográfico, a espacialidade como ponto de partida de qualquer investigação, principalmente a cultural. Esta é, neste estudo, como o todo integral. Ela refere-se a “um mundo de experiências dos indivíduos cuja autoridade é atribuída ao transcendente” (GIL FILHO, 2008, p.112).

Gil Filho (2008) descreve que a representação religiosa configurada nas espacialidades como sendo fenômenos sociais reveste as representações e o caráter concreto inteligível dos indivíduos. De modo que as manifestações coletivas são o modo pelo qual “os grupos pensam nas suas relações com os objetos que os afetam” (GIL FILHO, 2008, p.24).

Mediante tal fato, a devoção manifesta-se por uma religiosidade, na qual não só há rotura na homogeneidade do espaço, como também revelações de uma realidade absoluta, que se opõe à não realidade da imensa extensão envolvente. Desta forma, a aparição do sagrado funda ontologicamente o mundo. Na extensão homogênea e infinita, onde não é possível nenhum ponto de referência e onde, portanto, nenhuma orientação pode realizar assim a religiosidade, que revela os pontos, ou seja, centros de sacralidade para os indivíduos devotos.

3. OXUM E NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO: ENCONTRO DE ESPACIALIDADES RELIGIOSAS NA CIDADE DE RIO GRANDE-RS

Oxum encarregou-se de levar o *ebó* ao Céu. No caminho Oxum encontrou Exu e ofereceu-lhe os fios e a agulha. Em seguida encontrou Obatalá e entregou-lhe os ovos. Obatalá ensinou-lhe o caminho da porta do Céu. Lá chegando, Oxum encontrou um grupo de crianças e repartiu entre elas os bolos que levava. Olodumare viu tudo aquilo e se comoveu. Olodumare devolveu à Terra a água retida no Céu e tudo voltou a prosperar (PRANDI, 2001, p.340-341).

Nesta esfera mítica religiosa apresentada no fragmento extraído do texto de Reginaldo Prandi sobre a mitologia do Orixá “deusa das águas doces”, a reflexão nesta etapa aborda o estudo de caso, as homenagens referentes a Oxum e Nossa Senhora da Imaculada Conceição, cujo ritual e os festejos ocorrem no dia 8 de dezembro e se estendem durante o ano.

Diante deste contexto, a festa, a cada ano, tem aumentado o número de participantes, com o conhecimento de mais 5.000 participantes da Religião Católica e de Matriz Africana, também oriundos de diversas cidades ao entorno de Rio Grande/RS, como se vê na seguinte manchete noticiada em um jornal regional: Católicos e Umbandistas prestam homenagens pelas ruas da cidade¹¹. As festividades são norteadas pela Irmandade Nossa Senhora da Conceição, constituída há 200 anos e pelo Babalorixá Pedro de Oxum junto à comunidade religiosa rio-grandina de Matriz Africana. Porém, é uma festa que, apesar de mais de 40 anos de realização, só entrou para o calendário de eventos do Município de Rio Grande/RS, há 16 anos, mesmo sendo esta manifestação espacializada nas ruas rio-grandinas em veneração a Oxum, caminhada de fé, conforme apresentado na sequência de imagens na Figura 1.

De acordo com os dados do último Censo, (2010) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2013), é apontado que a população rio-grandina apresenta 197.228 habitantes, com 15.003 habitantes declarados como religiosos pertencentes à religião de Matriz Africana e 89. 253 declarados como Católicos. Mas, diante dos números apresentados, pode-se considerar Rio Grande uma pequena África no interior do Rio Grande do Sul, devido ao número de Terreiros que a colocam entre as 10 maiores cidades no *ranking* de urbes com maior número de declarados praticantes de religiões de Matriz Africana, conforme a população com esta devoção no Brasil (PEREIRA, 2016).

Daí se vê que a religiosidade é algo que tem muita importância no cotidiano rio-grandino e compreender sua presença é algo qualitativamente superior. Assim, a experiência da religiosidade nesta cidade repercute em diferenciações em relação a lugares, pessoas e objetos. Assim, a religião

¹¹ Conforme matéria noticiada no **Jornal Agora**, quarta, 10 de dezembro de 2014, Rio Grande, ano 40, nº 11.017, página 4.

torna-se o outro da existência, ou seja, o ponto de convergência e mediação entre as espacialidades, ou seja, o contingente e o transcendente. É a ponte analítica entre a devoção e o cotidiano, a qual possibilita conceber temporalidades e espacialidades relativas e, com isto, a dinâmica da existência do sagrado está além de uma materialidade aparente.

Rosendahl (1996) aponta que essa existência do sagrado apresenta um significado que vai além de imagens templos, ou seja, as experiências emocionais das espacialidades dos fenômenos sagrados se destacam como elemento também da rotina. Assim, o indivíduo ou grupo religioso “busca um poder transcendente que o sagrado contém” (ROSENDAHL, 1996, p.27).

Com isto, a visita a um espaço sagrado é, antes de qualquer coisa, uma vivência afetiva. É a partida, a viagem, a desinstalação do cotidiano, a própria linguagem dos deuses através dos símbolos que aproximam o devoto do domínio sagrado. Em meio a isto, a descoberta da fé é o ato de afetividade dos praticantes religiosos com as Entidades Religiosas¹² no interior do ambiente religioso, onde o mundo é transcendido na devoção. Este presente nos diversos elementos da cultura, o que possibilita a transcendência e exprime-se pelas diferentes imagens de uma abertura, conforme elucida a sequência de imagens nas Figura 1 e Figura 2 as quais exibem as linguagens dos grupos devocionais.

E esta linguagem pode ser compreendida consoante o pensamento de Ricoeur (2006, p.247) no seguinte trecho:

À primeira vista, o mito e a história parecem ser perfeitos contrários. Sem dúvidas são ambas narrativas, e arranjos de acontecimentos reunidos em histórias unificadas que podem, em seguida, ser contadas de novo. Mas o mito é uma narrativa das origens, situado em um tempo primordial, um tempo diferente da realidade cotidiana; enquanto a história é uma narrativa de acontecimentos recentes, estendendo-se progressivamente para incluir os acontecimentos que estão mais longe no passado, porém que se situam no tempo humano.

Por meio do simbólico religioso que possui a linguagem e pelo caráter devocional atribuído ao espaço, podem-se denominar estas espacialidades religiosas, as quais são configuradas nos espaços, marcados por tempos de festividades, próprios. Assim, este simbólico torna a observação um caminho importante para o conhecimento, pois salienta o entorno da vida, com o mundo e as pessoas nas devoções.

Figura 1 - Elementos de interligação religiosa¹³.



Fonte: Acervo do autor, 2014.

¹² No decorrer do estudo, o termo será referido com letra maiúscula inicial como sinal de respeito às instituições religiosas, em questão, que utilizam o termo para se reportarem ao seu panteão divino: Orixás e Santos Católicos.

¹³ Refere-se: à caminhada em homenagem a Oxum pelas ruas rio-grandinas (A); à manifestação dos religiosos de Matriz Africana na frente da Igreja Nossa Senhora Imaculada da Conceição (B); à comunicação religiosa com os elementos que simbolizam a espacialidade de Oxum realizada nas águas rio-grandinas do Canal do Norte (C).

Perante as análises das observações de campo, relacionam-se as espacialidades às devoções religiosas, em que o termo sincretismo causou uma inquietude no seu diálogo com o que era apresentado na pesquisa. Este termo é considerado como um vilão e também a explicação das formas culturais consideradas “híbridas” do homem.

Diante disto, não é atribuído o peso de uma cultura sobre a outra, mas sim formas novas e harmônicas de comunicação entre elas. E atribui-se a isto o estudo de caso que demonstra as somas culturais, Católica Apostólica Romana com as Religião de Matriz Africana. As mesmas auxiliam na demonstração da espacialidade da fé na cidade de Rio Grande, por meio do encontro da caminhada em homenagem a Oxum com a procissão em homenagem a Nossa Senhora da Imaculada Conceição. São manifestações religiosas promulgadas no cenário rio-grandino, no dia 8 de dezembro. Compõem um verdadeiro mosaico da religiosidade expressa neste município. Neste a reza e a água benta comunicam-se com o som do tambor e o simbólico do alimento sacralizado, a exemplo do quindim. Isto em um cenário em que é despontada a fé dos indivíduos.

As missas e as caminhadas ganham o *status* da comunhão da linguagem cultural com a cidade. E os territórios¹⁴, assim, atuam como elos de comunicação com os indivíduos. Aí o homem demonstra as suas facetas, as quais vão ao encontro do simbólico religioso¹⁵.

Neste contexto do sagrado, as manifestações culturais expressas pelo evento religioso conduzem ao pensamento sobre o processo que faz da difusão da manifestação social, à qual são atribuídos fatores de troca entre os indivíduos que a compõem. Desta forma, as trocas ganham *status* de símbolos, que ultrapassam o universo religioso e se materializam no mundo concreto, palpável, formando sistemas (BOURDIEU, 2009).

Pereira (2015) evidencia que a espacialidade como linguagem religiosa, ou seja, na representação como um instrumento de comunicação enquanto um aparelho de conhecimento, enquanto veículo simbólico que são os sistemas simbólicos que derivam sua estrutura, o que pode ser evidenciado no caso da religião, da aplicação sistemática de um único e mesmo princípio da divisão e, assim, só podem organizar o mundo moral e social no recorte das classes antagônicas, como pelo fato de que engendram o sentido e o consenso em torno do sentido por meio da lógica da inclusão e exclusão.

E estes são propensos, por sua própria estrutura, a servir simultaneamente às funções de inclusão e exclusão de associação, de integração e distinção, apresentando uma estrutura, com condição de possibilidade de constituir o acordo quanto ao sentido dos signos e quanto ao sentido do mundo que permitem construí-los.

O sincretismo apresenta-se como um ecletismo religioso, mas não no sentido literal do termo, e sim no que está vinculado à agregação de elementos culturais. E refletir as espacialidades religiosas por esse sentido, confronta-se que a religiosidade se destaca perante as instituições religiosas. É, pois, o indivíduo no sentido mais puro e simples que, com a expressão da fé, percorre e dialoga no simbólico religioso, conforme apresenta a sequência de imagens na Figura 2.

Assim, os espaços compõem territórios de sentidos, ou seja, territórios simbólicos que o encontro da fé por meio do discurso determina fronteiras, constituindo limites simbólicos discursivos. Os dirigentes religiosos, através do discurso, estabelecem o seu território enquanto hierarquias. Esses espaços da religião são espaços de significados, sendo eles imanentes à própria religião (RICOEUR, 2006).

A representatividade destes espaços religiosos, portanto, é uma forma de informação. Ainda que o tempo e o espaço produzam determinadas formas de reprodução, mas ressaltando que é na dualidade do indivíduo com os elementos da composição festiva que se concebe a forma de representação da espacialidade religiosa (PEREIRA, 2015).

¹⁴ Referente aos territórios de sentidos, ou seja, territórios simbólicos que contemplam o discurso como determinante de fronteiras, por intermédio do discurso eles também se constituem.

¹⁵ O termo é apontado no estudo com a potencialidade de ligar as partes “perdidas” de uma representação, constituindo assim uma nova unidade significativa.

Figura 2 - Manifestações religiosas¹⁶.



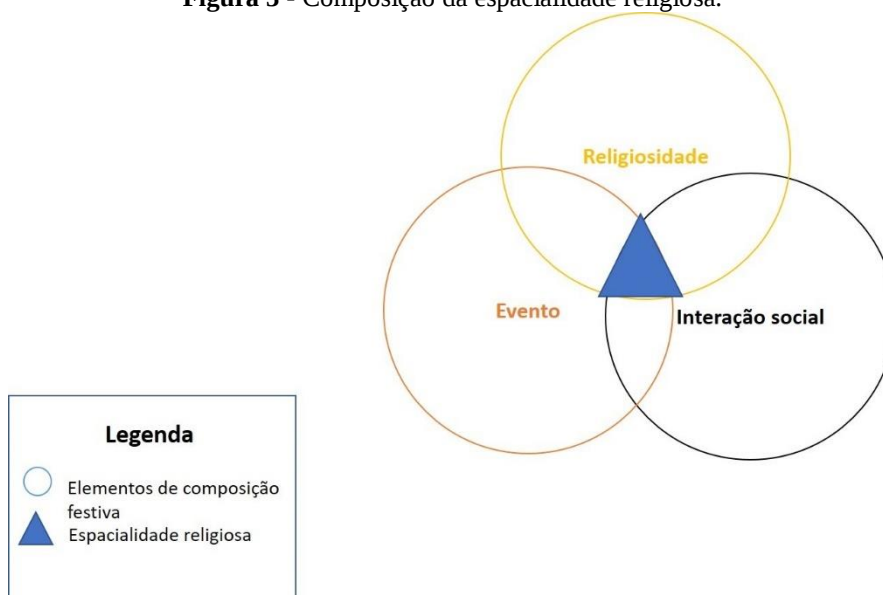
Fonte: Acervo do autor, 2014.

Os elementos simbólicos constituintes de uma espacialidade também acarretam, na funcionalidade religiosa, o fator mítico religioso. O território devocional amplia-se em uma dimensão em que as Entidades Religiosas, em questão, são reverenciadas a suas moradas, no seu tempo aberto, como as sequências de imagens contidas nas Figura 1 e Figura 2 apresentaram. E, são onde os seus assentamentos são apropriados pela linguagem religiosa, que tem a atribuição para os praticantes religiosos de rememorarem todo o seu ritual em relação às Entidades veneradas.

E de encontro a esta dinâmica religiosa de elementos fixos, nas festividades a Oxum e Nossa Senhora da Imaculada Conceição, há as manifestações desdobradas dentro do espaço constituindo “cenários” que são: 1) as caminhadas da fé, uma peregrinação que reúne autoridades religiosas e políticas que passam por todo o Centro histórico da Cidade de Rio Grande; 2) a celebração das comunidades religiosas, manifestações pré e pós-festa ligados aos dois elementos fixos dos cenários das festas (os Terreiros, a Igreja e os corpos hídricos de água doce); 3) as pessoas que fazem os seus próprios rituais dentro da festa, a exemplo dos peregrinos que pagam suas promessas fazendo a caminhada até a Igreja, ou colocando oferendas nas águas doces. Assim, nos exemplos expostos, a composição da espacialidade religiosa sincrética é uma potencialidade do imaginário para a representação da fé dentro da festa, conforme apresenta a Figura 3. É possível, compreender que o mito é contemplado por diversos significados que direcionam as várias manifestações contidas na festa.

¹⁶ Faz menção: a comunicação devocional a Nossa Senhora da Imaculada Conceição e a Oxum, por meio dos elementos simbólicos (A); a procissão em homenagem aos 200 anos da comunidade da Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição (B); a comunicação com os devotos na frente da referida Igreja (C).

Figura 3 - Composição da espacialidade religiosa.



Fonte: Organizado pelo autor, 2017.

Deste modo, os elementos espaciais compõem diversos Templos no espaço rio-grandino, constituindo o natural e o religioso-cultural das devoções. Pois, são apontados neles ainda observações e explicações das ações das Entidades sobre o mundo religioso. E a apropriação pelos praticantes religiosos resume-se também em explicações, cujo valor originário deriva-se de um ritual.

O comportamento do grupo ou do indivíduo religioso dá sentido à interioridade, ou seja, do aspecto de uma espacialidade específica, a de um território íntimo. E neste território, são colocados todos os elementos que configuram a linguagem sagrada em um conjunto de conhecimentos que remetem às imagens sensíveis, de seres inteligíveis; por fim, da noção religiosa do próprio indivíduo ou grupo religioso experimentado. A sua qualidade da construção de mundo é adquirida por meio da sua relação religiosa, que espacializa e promove uma afinidade com o sagrado, promovendo encontros da devoção que ultrapassam a linguagem estabelecida pelas instituições religiosas despontadas no cenário religioso rio-grandino com espacialidades de fé nas homenagens a Oxum e Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, orientaram-se os olhares investigativos para os encontros entre as matrizes religiosas Católica e Africana na qualidade existencial dos seres religiosos e do seu discurso espacializado diante do mundo religioso que os cerca. A parte empírica apresenta as relações dos grupos religiosos com o universo simbólico da devoção, na forma de compreender o espaço, a linguagem e as espacialidades religiosas rio-grandinas. E diante disto, tornam-se pontos de junção entre os religiosos e o espaço.

Com isto, as espacialidades expressadas pelas manifestações dos praticantes religiosos contemplam no seu cotidiano e se apresentam fora dos locais de assentamento dos Templos. A sua presença foi compreendida como de sentido qualitativo ímpar para com os espaços simbólicos.

De modo que a investigação sobre a experiência com o sagrado destes indivíduos repercutiu em diferentes relações com os espaços e os objetos. E mais, esta se encontrou ligada ao vivenciar das comunidades religiosas, partindo da visão do indivíduo religioso, pois este, além de sacralizar os espaços, necessita vivê-los. Ele percebe estes espaços em torno dos locais de manifestação ritualística como locais reservados a sua potencialidade religiosa.

E direciona-se ao existencialismo presente no indivíduo religioso com a sua relação com os espaços sacralizados, bem como suas aspirações presentes em uma religiosidade alicerçada também no agir e no sentir das comunidades religiosas observadas. Tudo isto, com a contribuição e pretensão de que esses fatores fossem evidenciados e colaborassem para o estudo geográfico presente nas espacialidades religiosas constituídas.

Isto, por meio das representações alicerçadas na relação da linguagem religiosa no cotidiano desses indivíduos. Essas linguagens foram evidenciadas por intermédio das construções elementares realizadas pelos religiosos e sua comunidade. Aspectos que se constituíram dentro da pesquisa como indispensáveis na comunicação e interpretação permitiram colocar um sentido de ressignificação nas ações e relações, entre os religiosos e o espaço geográfico.

Nesta perspectiva, compreendeu-se a espacialidade religiosa como uma linguagem que contribui para a arguição sobre os espaços sacralizados em um território vivo, no auxílio do entendimento das suas nuances. Os símbolos atuam como instrumentos por excelência da integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação e os símbolos configuraram-se espacialmente quanto elementos de uma construção socializada, os quais os religiosos referendam.

Portanto, a ligação do homem por representações que o conectem ao mundo superior ou ao plano espiritual, aponta para uma diligência voltada às Entidades Religiosas como representantes da dinâmica terrestre. E essa é uma característica do cerne do indivíduo, para a busca de respostas que não é capaz de dar. O mesmo imbrica os símbolos, os quais são enfatizados quando o indivíduo encontra a confiabilidade em suas devoções, e contribuem como forma de autoridade e segurança cotidiana.

Neste sentido, são evocados os mais diversos sentimentos humanos. Do modo em que o evento festivo religioso se apresenta móvel na sua forma de compreensão, pois ele surge dinâmico e potente na circulação de mensagens que encaminham aos mais variados pensamentos transcendidos do seu espaço físico aprisionado, em muitos casos, aos elementos que compõem o simbólico sincrético e que estabelecem na sua dinâmica um diálogo científico com a Geografia na compreensão das espacialidades religiosas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BASTIDE, R. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
2. BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
3. CANEVACCI, M. **Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
4. FERRETTI, S. F. **Repensando o sincretismo**. Estudos sobre a Casa das Minas. São Paulo: FAPEMA, 1995.
5. GIL FILHO, S. F. **Espaço sagrado: estudos e geografia da religião**. Curitiba: Ibpx, 2008.
6. IBGE. **Censo Demográfico – 2010 – Resultados Preliminares da Amostra – Tabela 1489 população residente; por situação do domicílio e sexo; sendo a religião – Município de Rio Grande-RS**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.IBGE.gov.br>> Acesso em 15 dez. 2013.
7. PEREIRA, R. A. Geografia: mito, linguagem e religião. **Revista Presença Geográfica**, v. 2, n. 1, p.1-16. 2015. Disponível em: < <http://www.periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/1175/1376>> Acesso em 3 jan. 2016.
8. _____. O espaço urbano e os templos afro-brasileiros em Rio Grande-RS-brasil. **OKARA: Geografia em debate**, v.9, n.3, p. 482-494, 2016. Disponível em: <www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/24223> Acesso em 5 out. 2016.
9. PRANDI, R. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
10. RICOEUR, P. **A hermenêutica bíblica**. São Paulo: LOYOLA, 2006.
11. ROSENDAHL, Z. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.
12. SILVA, V. G. **Candomblé e Umbanda caminhos da devoção brasileira**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

A identidade faxinalense pelas (trans)territorialidades cotidianas no Faxinal Sete Saltos de Baixo - Ponta Grossa/PR

The faxinalense identity by daily (trans)territorialities in the Faxinal Sete Saltos De Baixo - Ponta Grossa/PR

Tanize Tomasi
Renato Pereira
Nicolas Floriani

RESUMO: Observa-se no Estado do Paraná um movimento de visibilidade das comunidades tradicionais rurais no “Sistema Faxinal” atrelado à mudança de paradigma para as políticas ambientais. A possibilidade de redirecionar a gestão dos recursos naturais às populações que habitam estas áreas remanescentes contribuiu neste Estado para a criação das ARESUR’S - Áreas Especiais de Uso Regulamentado. A delimitação da reserva legal justapôs-se a própria legitimação de um território-identidade condicionado aos limites fixos da abordagem político-administrativa dos recursos naturais. Diante disso, ascende-se a problemática em torno da questão identitária faxinalense. A vivência cotidiana e as distintas territorialidades que surgem em meio a organização social destes sujeitos inviabiliza a adesão a uma identidade coletiva que se projeta sobre os sujeitos de direitos. O objetivo foi entender a complexidade que faz com que as territorialidades e agrupamentos sociais redefinam o território, o conceito e o sentimento identitário. Parte-se da discussão teórica dos conceitos de território/territorialidade e identidade para compreender o fenômeno de reconhecimento acadêmico-político da comunidade “tradicional” e o autorreconhecimento/autodeclaração pelos sujeitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Faxinal. Áreas Especiais de Uso Regulamentado. Autodeclaração.

ABSTRACT: It is observed in the Paraná state (southern Brazil) a visibility movement of traditional rural communities in the "Faxinal System" linked to the paradigm shift in the environmental policies. The possibility of redirecting the management of natural resources to the populations that inhabit these remaining areas contributed to the creation of ARESUR'S - Special Areas of Regulated Use in Portuguese. The delimitation of the legal reserve juxtaposed the legitimacy of a territory-identity conditioned to fixed limits of the political-administrative approach of natural resources. In this sense, it arises the problem regarding the question of faxinal identity. The daily living and the different territorialities that arise from the social organization of these subjects makes it impossible to adhere to a collective identity that is projected on these people. The objective was to understand the complexity in the territory redefinition by territorialities and social groupings as well the concept and feeling of identity. It starts from the theoretical discussion of the concepts of territory, territoriality and identity to understand the academic-political recognition of the "traditional" community and the self-recognition or self-declaration by the social subjects.

KEYWORDS: Faxinal System. Special Areas of Regulated Use. Self-declaration.

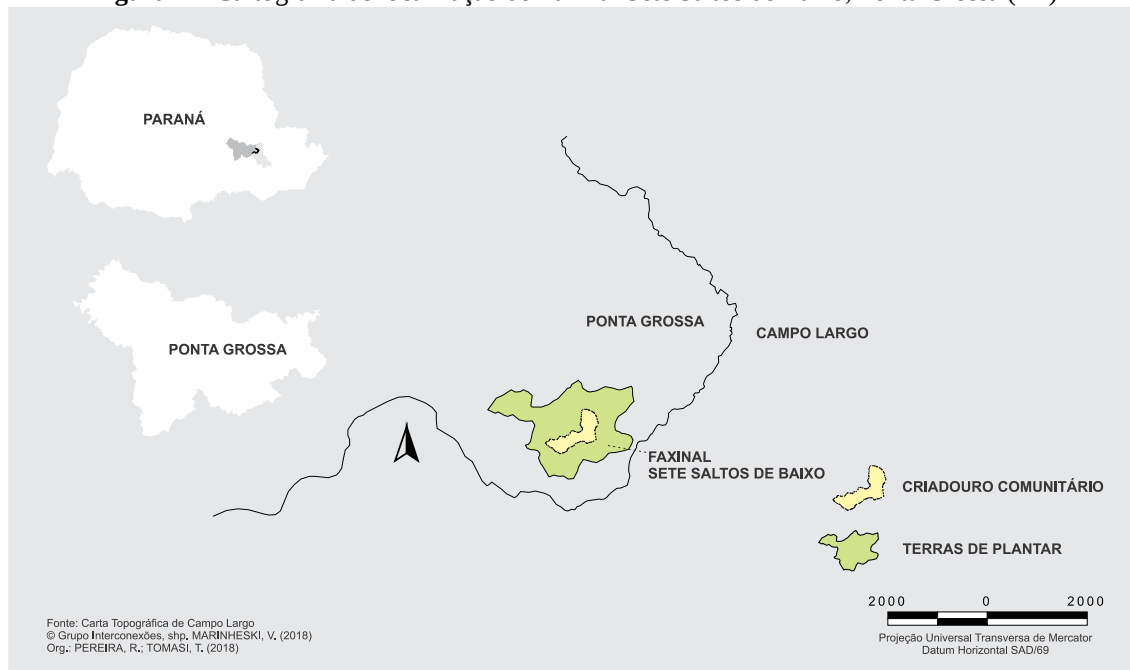
1. INTRODUÇÃO

Pensar em um limite para a problemática da concepção identitária vinculando-a, exclusivamente ao caráter “tradicional” e/ou “coletivo” parece insuficiente diante da imersão que é possível fazer ao movimento das trajetórias dos próprios sujeitos no aqui-agora dos (des)encontros, (des)conexões, das relações ainda não e/ou já estabelecidas. Observa-se um tecer de estórias em processo que reivindica conforme Massey (2008) as próprias interconexões como parte da construção de identidade. Diante disso, propõem-se uma compreensão alternativa ao romantismo de uma identidade coletiva preconcebida ou uma eternidade desta, pois ao experimentar a dinâmica cotidiana de uma comunidade faxinalense no Paraná, surge a problemática em torno da percepção da construção de uma identidade faxinalense em um movimento externo aos sujeitos.

A comunidade faxinalense Sete Saltos de Baixo, em Ponta Grossa-PR (Cartograma 01), apresenta-se como último remanescente deste grupo étnico no município. O fato de ser faxinalense, cria um movimento externo, acadêmico-político, em torno de uma identidade coletiva vinculada a um território e/ou territorialidade bem definida, e, um interno, neste caso, vinculado à duas organizações sociais – Comissão dos Vedos e a Associação Faxinalense –, duas territorialidades simbólico-cultural de resistência à desagregação do Sistema Faxinal. Este movimento interno, defronta-se com outros fluxos também internos, que não necessariamente insurgem da questão identitária, mas despontam outras territorialidades pelo estabelecimento de organizações sociais ou atores-chave – Comissão da água, Comissão da Igreja e Clube de Mães. E ainda a própria organização interna em termos de agrupamentos familiares, novos atores (chacareiros), festividades (Festa de Santo), empregadores e/ou atividades desenvolvidas,

respaldam em um processo de desestruturação e/ou reestruturação do território e consequentemente da identidade faxinalense.

Figura 1 – Cartograma de localização do Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa (PR)



Fonte: Pereira; Tomasi, 2018.

Tem-se uma complexidade que projeta-se pelo estabelecimento de agrupamentos sociais, seja de caráter político, econômico, religioso, simbólico-cultural, entre outros, que transpõe a res(ex)istência de uma identidade coletiva exclusivamente vinculada ao território, com limites rígidos, transpondo-se ao sujeito, construtor de sua própria identidade, em um processo de autorreconhecimento ou autoafirmação dinâmico e multifacetado em um território aberto e mais autônomo.

O recorte espacial, Comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo, deste artigo sustenta-se na existência de dois projetos de pesquisa e extensão¹⁷ que dão suporte a uma investigação contínua, em um trabalho de aproximação às realidades cotidianas dos sujeitos faxinalenses através da prática de imersão à campo, utilizando-se de metodologias alternativas como a observação-participante, e, a pesquisa-ação. Enquanto a primeira, conforme Goffman (2012) possibilita ao pesquisador um caráter participativo às atividades cotidianas ou eventos ocasionais vivenciados por estes sujeitos, ao adentrar à realidade pode-se conduzir a participação conforme o olhar do pesquisador. Além dos pesquisadores estabelecerem segundo Thiollent (2011) relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos. A participação é sobretudo participação dos pesquisadores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado.

Toda pesquisa-ação de acordo com Thiollent (2011) além de ser do tipo participativo, supõe ainda um papel ativo dos pesquisadores na própria realidade dos fatos observados. Portanto, é uma forma de ação planejada de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os

¹⁷ Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq (Universal 2016), intitulado “Das territorialidades tradicionais à territorialização da agroecologia: saberes, práticas e políticas de natureza em três comunidades rurais paranaense “ e projeto de extensão “Sistema Participativo de Certificação Socioambiental da Agrofloresta Faxinalense: da diferenciação à qualificação dos produtos de comunidades rurais tradicionais do Paraná.”, aprovado pela SETI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em execução pela IESol, através do Programa Universidade Sem Fronteiras.

pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo¹⁸.

Parte-se da concepção do Sistema Faxinal proposta por Nerone (2015) como uma modalidade de uso comunal da terra no Brasil¹⁹ principalmente na região Centro-Sul do estado do Paraná, cuja organização fundamenta-se em leis consuetudinárias vinculadas ao regime da pequena propriedade familiar e uso coletivo da terra. Neste sistema, tem-se a justaposição entre terras de plantar, representadas pela propriedade de uso agrícola familiar individual, e as terras de criar, representadas pela área de floresta com araucária de uso coletivo no que se refere a criação de animais. A transposição de uma área para outra é feita por limitadores físicos – cercas, valos, mata-burros e porteiras.

Nerone (2015) destaca sinais de desagregação do Sistema Faxinal provenientes de um processo de modernização da agricultura, anunciado pela migração de faxinalenses para as áreas urbanas, o desmatamento no criadouro comum, o cercamento individual de propriedades, e, acrescemos a problemática desta pesquisa, a questão identitária, como uma perspectiva para repensar a existência de um processo de reestruturação do Sistema Faxinal a partir do sujeito.

Assim, neste artigo objetiva-se entender o processo identitário coletivo pelas influências das (trans)territorialidades cotidianas. Para entender a problemática de autodeclaração identitária e os fluxos de relações sociais que as perpassam, fundamenta-se em dois conceitos-chave da ciência geográfica, território/territorialidade (HAESBAERT, 2015) e identidade (HALL, 1999, 2001; MASSEY, 2008; AGIER, 2001; BAUMAN, 2005).

Na primeira seção faz-se uma discussão entre a categoria identitária concebida pelos aparatos legais de viés ambiental, sua disseminação, e, a possível reestruturação de uma identidade faxinalense desencadeada pela legitimidade política do fenômeno, mas contraposta entre a concepção acadêmica e a autodeclaração pelas vivências cotidianas destes sujeitos.

Na segunda seção parte-se da ruptura de uma abordagem de identidade vinculada ao território, acrescentando os agrupamentos sociais como construtores de territorialidades que perpassam o eixo central do Sistema Faxinal, criadouro comum, sem no entanto, relegá-lo. No entanto, há que se vislumbrar a multiplicidade dos sujeitos faxinalenses, mesmo sendo enquadrados na categoria tradicional.

2. DA CONCEPÇÃO DA CATEGORIA IDENTITÁRIA “FAXINAL” A AUTODEFINIÇÃO PELOS SUJEITOS FAXINALENSES

O reconhecimento legal da existência de uma identidade faxinalense surge pelo valor conservacionista ambiental reconhecido às suas áreas, primeiro com a publicação do Decreto Estadual nº 3.446 de 14 de agosto de 1997, estabelecendo as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR²⁰, unidade de conservação de uso sustentável, própria do Paraná. Esta política viabiliza a possibilidade da conciliação das atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, portanto, a produção camponesa tradicional baseada no uso coletivo da terra.

Em 2007, incorporando a variável ambiental das políticas internacionais²¹ e a dimensão das lutas dos grupos étnicos pelas políticas por direito à terra e acesso aos recursos naturais, a agenda

¹⁸ Tanto o projeto de pesquisa, quanto o de extensão desenvolvido pelo Grupo Interconexões-UEPG propõem ações junto ao cotidiano dos agroecossistemas produtivos dos faxinalenses, visando a implantação e melhoramento das formas produtivas e posterior comercialização da produção. Mesclam às técnicas tradicionais os conhecimentos agroecológicos.

¹⁹ Segundo tese da autora a gênese deste sistema remete à península ibérica, zona fronteira entre Portugal e Espanha, mas que está presente em um número expressivo de comunidades rurais no Paraná pelo processo de colonização da Espanha e Portugal, com destaque para o modelo implantado nas Reduções Jesuíticas no início do século XVII com a experiência comunitária já existente entre os Índios Guaranis. Refuta assim, a implantação do sistema pelo processo de imigração, estes, teriam apenas assimilado o sistema em terras paranaenses e não trazido consigo.

²⁰ Disponível em: < <http://www.iap.pr.gov.br/> >. Acessado em: 2 set. 2018.

²¹ Resultado da emergência de um paradigma moderno para as Áreas Protegidas, em que a população local não é mais vista como recipiente passivo, mas como parceiros ativos e até mesmo iniciadores e líderes da gestão e política dessas áreas. Conforme Rodrigues, Guimarães e Costa (2011) as Convenções Internacionais ao reconhecerem a importância desses grupos para a produção de biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais, convocam os Estados Nacionais a aderirem as legislações específicas para esses grupos, prevendo ainda subsídios econômicos (*royalties*), em virtude da propriedade intelectual dos seus conhecimentos

ambientalista da sociedade civil e poder público no Brasil publica o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007²², instituindo a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esta, arraigada a uma mudança de paradigma em relação aos sujeitos tradicionais no desenvolvimento sustentável²³ destas áreas, concebe os povos e comunidades tradicionais como formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Sendo estes territórios utilizados de forma permanente ou temporária.

O autorreconhecimento de uma identidade coletiva vinculada à construção política pela tradicionalidade de um território, neste caso faxinalense, (re)emerge como possibilidade de acesso ao direito territorial, acionado por uma memória coletiva e historicidade vivenciada (RODRIGUES; GUIMARÃES; COSTA, 2011). Portanto, os sujeitos faxinalenses, assim como outras comunidades tradicionais, sobre o viés da gestão participativa dos recursos naturais vivenciam agora um processo de articulação política e cultural pela identidade coletiva à acessão do seu direito constitucional.

A identidade coletiva faxinalense associada exclusivamente ao território/territorialidade – Lei Estadual nº 15.673 de 13 de Novembro de 2007²⁴ –, neste caso, o criadouro comum, onde evidentemente há remanescentes das florestas, passa a ser o critério para determinar essa territorialidade. Sendo que por identidade faxinalense entende: [...] a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais [...]”. O processo de reconhecimento está associado à autodefinição mediante Declaração de Autorreconhecimento Faxinalense.

No entanto, a regulamentação do Faxinal Sete Saltos de Baixo efetivou-se com a criação da ARESUR pela Resolução SEMA nº 021 de 28 de maio de 2013²⁵, com superfície territorial de 106,30 ha (cento e seis hectares e trinta ares) - Até meados da década de 1980, este Faxinal abrangia um total de 250 alqueires somente nas áreas do criadouro comum (LÖWEN SAHR; IEGELSKI; SILVA, 2003). A resolução legitima como área integral do faxinal o “criador comunitário ativo”, portanto, limita-se às áreas de criar, garantindo a legalidade apenas a parte do território, a área que compreende a reserva legal.

Ainda que seja uma política ambiental, esta não atente em sua integridade a concepção teórico-acadêmica que defende o “Sistema Faxinal”. Nerone (2015) destaca claramente a coexistência da propriedade particular e do seu uso coletivo, representado pela articulação entre terras de plantar e as terras de criar, envolto por um arcabouço cultural que tem por eixo o criadouro comum. Com a ressalva de apesar das terras de criar serem de uso coletivo a propriedade do terreno ainda permanece particular, sendo parte alocada dentro do criadouro comum, com cobertura florestal, e parte está fora, constituindo as terras destinadas a agricultura.

Assim, justapondo a teoria à legislação vigente, a que de fato efetiva direitos a estes, tem-se nesta segunda a adoção do termo “Faxinal”, concebido enquanto criadouro comum, propriedade coletiva. Já os teóricos como Nerone (2015) e Chang (1988), fazem a diferenciação dos termos “Faxinal” e “Sistema Faxinal”. O primeiro designando um tipo de vegetação, e o segundo uma forma particular de organização econômica onde há um aproveitamento econômico integrado da mata às áreas circunvizinhas. E mesmo, que se considere o costume regional, tem-se a extensão do significado da palavra Faxinal tanto para criadouro - o uso desta mata, como para o Sistema Faxinal - a forma de organização particular, ou seja, incluindo ainda as terras de plantar.

Löwen Sahr, Iegelski e Silva (2003, s/p.) já destacavam que “a comunidade desconhece o termo Sistema Faxinal. A expressão *Faxinal* é utilizada por eles apenas para indicar a formação

tradicionais. Em julho de 2.000, por meio da Lei 9.985 que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, são reconhecidos os direitos das comunidades tradicionais em suas interfaces com as unidades de conservação.

²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

²³ Entende-se por desenvolvimento sustentável “[...] o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras” (PCT, 2007).

²⁴

Disponível

em:

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=105&indice=1&totalRegistros=1>

²⁵ Disponível em: < <http://www.legislacao.pr.gov.br/> >. Acessado em: 3 set. 2018.

vegetacional de mata aberta encontrada no Potreiro. Para Sistema Faxinal a expressão utilizada é a de *Sistema de Potreiro*”.

O movimento político-administrativo de reconhecimento do território faxinalense torna a identidade central neste processo político. Todavia, como a lei que institui a ARESUR se materializa nesta enquanto um instrumento de reivindicação e acesso aos direitos territoriais, da mesma forma, o autorreconhecimento e a autodenominação faxinalense estão muitas vezes fundamentados na concepção do fenômeno pelo viés da legislação que vigorou a ARESUR. E neste caso a concepção do Faxinal centralizada na identidade-território esbarra na limitação ao criadouro comunitário, e, conseqüentemente cria uma fragilidade sobre a organização ou convivência interna.

No caso do Faxinal Sete Saltos de Baixo, a desestruturação ou reestruturação do Sistema Faxinal, está no movimento de autodefinição dos sujeitos faxinalenses que replicam a centralidade dos aparatos legais, movimento externo, entre aqueles que estão “dentro” do criadouro comunitário, e, portanto, faxinalenses, e, outros que se autodeclaram ou não se declaram pela ressalva de estar “fora” do faxinal (criadouro comunitário).

Diante disso, considera-se pertinente a afirmar a emergência de uma identidade construída a partir de processos históricos de apropriação de espaços transformados em território pelos mais diversos agrupamentos sociais que foram despontando na comunidade. Aqui, tem-se a identidade coletiva faxinalense limitada ao processo de disseminação da concepção de território político-administrativo que impossibilita um movimento consistente de autoafirmação pela maioria dos sujeitos. A realidade cotidiana, contrapõem-se pela existência de diversas territorialidades, e, conseqüentemente a de um território fluído, que os exclui da adesão ao processo pelo viés tradicional, sobrecarregado pela fixidez normalmente vinculada ao termo.

Atenta-se para a construção de uma identidade coletiva faxinalense pelo entrelaçamento das pequenas narrativas e suas territorialidades cotidianas, pois concorda-se com a concepção de que toda declaração identitária (individual ou coletiva) é múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada mais como uma busca do que como um fato (AGIER, 2001; HALL, 1999). Sendo ela fonte de significado e experiências de uma pessoa ou de um povo, não se sustenta no discurso simplista de caráter absoluto, autêntico e atemporal (CASTELLS, 1999).

Toda e qualquer identidade é construída, uma vez que a identificação como uma construção sempre “em andamento”, não é, nunca, completamente determinada, devido que se pode, sempre, “ganhá-la” ou “perdê-la”. Portanto, ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada, de acordo com suas condições (recursos materiais e simbólicos) determinadas de existência. A identificação é, ao fim e ao cabo, condicional e, uma vez assegurada, ela não anulará a diferença (HALL, 2001).

Uma vez que “as identidades são construídas relacionalmente ao longo da vida” (MASSEY, 2008, p. 30-31), através de processos inconscientes, e não algo inato, precisa-se das experiências para edificá-las. Pois, não tendo a solidez de uma rocha, também não é garantida para toda a vida, pelo contrário, é bastante negociável e revogável, sendo que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais para a identidade (BAUMAN, 2005).

A identidade nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, um objetivo; como uma coisa que ainda precisa se construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais, mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta (BAUMAN, 2005).

Identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, tudo isso, como se os imaginários locais fossem pesados demais, colados demais nas realidades dos territórios, sempre tentando alcançar as retóricas globais mais leves e fluídas, com relação as quais eles estão sempre atrasados (AGIER, 2001). Tem-se uma multidão de pequenas narrativas identitárias, que ocupam o vazio deixado pelas grandes narrativas em crise. Elas aparecem nos mais diversos contextos, em construções híbridas, bricoladas, heterogêneas. Enfim, são o resultado da iniciativa dos indivíduos, dos pequenos grupos ou das redes que, frequentemente, tem dificuldades em fazer compreender a especificidade que reivindicam para si (AGIER, 2001).

Com o dismantelamento das “grandes narrativas”, nosso mundo encontra-se em uma fase de criatividade intensa feita de múltiplas buscas identitárias e, simultaneamente, de novas culturas

declarativas de identidade. A identidade de um momento será, talvez, mais tarde esquecida, quando outros contextos e outras relações prevalecerão, mas a cultura do lugar onde isso ocorre atualmente, também terá sido transformada, trabalhada profundamente (AGIER, 2001).

Pelas vivências e práticas cotidianas tem-se o redirecionamento da identidade faxinalense transpondo-se ao território legitimado (parcial), sendo que sua reinvenção e redescoberta, mesmo estimulada a partir da legalização oficial (Estado), sustenta-se não nesta fixidez imposta, mas pelos fluxos que se movimentam para além dos limites físicos do criadouro comunitário. Revela-se, assim, por uma dinamicidade ao modo particular de organização social interna, ou seja, através do estabelecimento ou não de relações.

3. O “FAXINAL” ENQUANTO (TRANS)TERRITORIALIDADES DOS AGRUPAMENTOS SOCIAIS

A territorialidade num sentido simbólico impõe-se como argumento para a construção efetiva do território (material) e da própria identidade destes sujeitos. Enquanto forjam-se processos de (re)territorialização envolvendo o reconhecimento formal dentro da esfera do Estado, defensor de territórios supostamente mais fechados, estáveis e conservadores, os sujeitos de direito reivindicam e conquistam formas autênticas de territorialização. Os sujeitos tradicionais promovem (trans)territorialidades efetivamente de resistência, transformadoras, lutando por territórios mais autônomos, abertos permanentemente a sua própria avaliação e/ou julgamento.

Trata-se de grupos sociais oficialmente denominados “povos tradicionais” -Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 -, mas que nem por isso, obviamente, irão se estabelecer em um relativo fechamento identitário-territorial. Percebe-se entre os faxinalenses, que a condição para a sobrevivência do grupo como tal se constitui pela estratégia de resistência (não ao exterior como “puro” ou “impuro”), mas pela abertura de seus territórios e autonomia de seus espaços de vida.

Defende-se a formação de uma identidade faxinalense não restrita a área (em si), mas às interações daqueles que o fazem tal qual um faxinal. Uma construção ambivalente de um território com base na multiplicidade de situações relacionais e de poder que se revezam e se mesclam em suas escalas estrategicamente efetivadas ora interligando terras de plantar e terras de criar (Sistema Faxinal) ou ora restringindo-se a apenas uma destas. A realidade cotidiana vivenciada pelos sujeitos faxinalenses permite conforme Haesbaert (2014), sobretudo, a abertura deste território que coloca permanentemente a possibilidade de entrar, sair e/ou transitar.

Diante dessa condição de transitoriedade desponta-se territórios em uma escala mais ampla que se costumou legitimar pelo Estado pelo seu muito variável caráter “multi” ou “trans” territorial, está sempre presente em diferentes níveis também um “estar entre” ou um acionar/produzir distintas territorialidades (HAESBAERT, 2014).

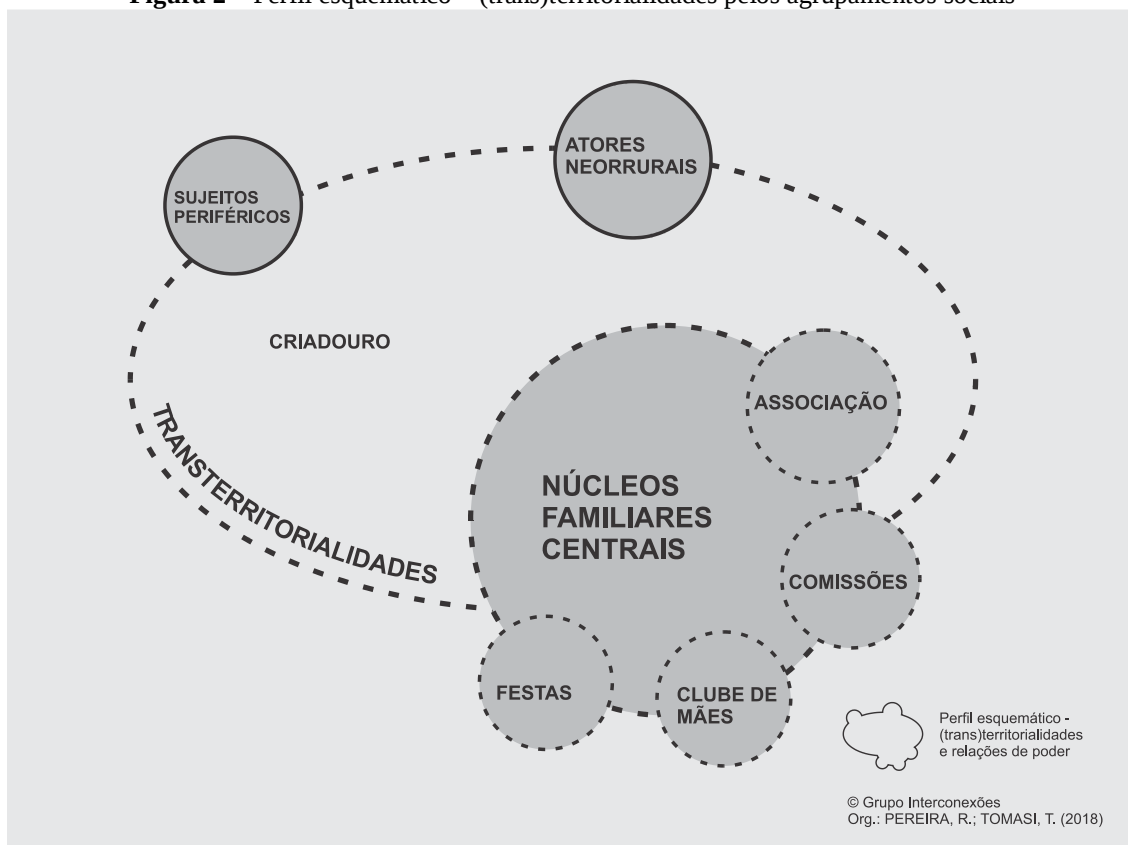
Nerone (2015) já destaca que o faxinal se evidencia pela composição entre terras de plantar e terras de criar, resultante de um processo histórico, com decisões de poder, os direitos e as técnicas fundamentais na sua organização social. Este é permeado por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal. Suas delimitações e seus conflitos muitas vezes são a projeção às ameaças ou à despossessão de seus espaços comunais, isto, faz com que repensem, redimensionem e até reconstruam os “comuns”. Para ela a desestruturação do criadouro comum, uma de suas características mais peculiares, resulta na desarticulação do Sistema Faxinal.

Os três elementos básicos que compõem o Sistema Faxinal podem ser identificados em Sete Saltos de Baixo conforme Löwen Sahr, Iegelski e Silva (2003, s./p.) sendo “as terras de criação, são denominadas na comunidade como *Potreiro ou Criadouro*, as terras de plantar são conhecidas como *Terra de Planta ou Roça*, e as cercas são, predominantemente, constituídas de *Valos ou Vedos*”.

Observa-se no faxinal Sete Saltos de Baixo que o significado direcionado aos mecanismos de funcionamento do criadouro comum entrelaça as demais territorialidades. Estas se conduzem por tais aspectos como: a localização do terreno; o cercamento das moradias; a instalação de cercas eletrificadas e as cercas de arame (seis fios) sobrepondo as ancestrais cercas de madeira deitada; o modo de se relacionar com a terra, organizando espaço coletivo e particular; a forma de criar

animais; as normas costumeiras; e as festas de santo. Estes elementos da cultura cotidiana deste faxinal apresentam núcleos de ordenação e correlação que são as instituições da própria organização social (Figura 2).

Figura 2 – Perfil esquemático – (trans)territorialidades pelos agrupamentos sociais



Fonte: PEREIRA; TOMASI, 2018.

A centralidade tem como eixo o criadouro comunitário que conecta a identidade e o próprio território, a terra e a floresta, tendo na atividade criatória a permeadora de todo o sistema (CHANG, 1988). Assim, entre os usuários que tem criações, independentemente da quantidade de animais, deve estar inserido nas regras elencadas pela “Comissão dos Vedos”. Esta é formada por seis integrantes, que devem atuar na organização e convocação dos sujeitos para a prática de mutirões direcionados a manutenção do “Faxinal” - cercas, valos, mata-burros e porteiras que impedem que as criações adentrem as terras de plantar. Geralmente o mutirão dura de três a quatro dias, e, quem não participa ou não manda terceiro como representante, deve, posteriormente, efetuar pagamento em relação aos dias que se ausentou. Há um custo pré-estabelecido para o dia de trabalho. É através dessa instituição, nas mais variadas atividades, no comportamento do faxinalense, que se encontra a chave para entender o Sistema Faxinal na totalidade de seus aspectos.

Os vedos/valos²⁶, cercas, mata-burros²⁷ e porteiras que estão alocados nas extremidades do criadouro comunitário como barreiras para os animais não adentrarem as terras de plantar, apresentam-se para os sujeitos faxinalenses de Sete Saltos de Baixo como os limiares e/ou limites do próprio Faxinal, tendo, influência direta na organização interna. A organização social está

²⁶ Os valos/vedos conforme Löwen Sahr, Iegelski e Silva (2003) foram escavados nas encostas, dentro da mata mais densa quando da formação do Sistema, a mais de um século. Eles costumam passar por manutenções periódicas organizadas pela própria comunidade. A localização do valo costuma ser na borda externa da mata mais densa. Deixa-se uma faixa de 10 a 15 metros de mata entre o valo e a roça. A esta faixa denomina-se *Restinga*. Ela tem a função de evitar que a criação, sobretudo os porcos, enxergue o milho na roça. As cercas são utilizadas praticamente apenas nas áreas próximas às águas, onde o valo torna-se inviável.

²⁷ Os mata-burros conforme Löwen Sahr, Iegelski e Silva (2003) são valos com travas espaçadas, que permite o trânsito de veículos, mas vedam a passagem de animais.

dividida pelo grupo, entre os de “dentro” e os de “fora”, portanto, àqueles que estão para além destes elementos simbólicos são considerados sujeitos de “fora” do Faxinal.

Esta divisão que observamos atualmente remonta segundo Löwen Sahr, Iegelski e Silva (2003) ao ano de 1995, quando resolveu-se reconstruir todos os valos e porteiras que no início da década, pela sua falta de manutenção haviam acabado com o potreiro/criadouro comunitário. Somado a isto, outro condicionante para o desmantelamento era abertura das porteiras pelos veículos e pessoas que transitavam na estrada que corta o Faxinal. No entanto, a reconstrução dos valos não abrangeu toda a área inicial do criadouro comunitário, e, apesar das controvérsias o Faxinal de Sete Saltos de Baixo acabou sendo dividido por uma cerca, o que de certa forma separou o criadouro coletivo em duas partes. Na primeira parte, manteve-se a propriedade coletiva (200 alqueires), com o criadouro de animais à solta, e a maioria das casas mesclando famílias dos dois ramos familiares. Na segunda parte, com uma área menor (50 alqueires), desfez-se o criadouro e construiu-se um grande mangueirão para a criação dos porcos, nela permaneceram apenas algumas famílias de um único ramo familiar.

A divisão do criadouro coletivo em duas partes, pode estar condicionado conforme Löwen Sahr, Iegelski e Silva (2003) pela não necessidade de alguns moradores do Faxinal de participar do Sistema de criadouro coletivo. Ou, ainda, relacionando-se ao seu tamanho demasiadamente grande, o que tornava dificultosa a conservação dos valos/vedos.

A divisão pela cerca conforme Löwen Sahr, Iegelski e Silva (2003) não separou a identidade dos faxinalenses com o nome do antigo criadouro coletivo. No entanto, observa-se que com a disseminação da concepção da legislação vigente, que dá ênfase ao criadouro comunitário, afetou o processo de autodenominação/autorreconhecimento pela não adesão destes sujeitos a uma identidade coletiva. Há a descaracterização pela externalidade ao que é considerado Faxinal.

Em contrapartida, quem está “dentro”, e tem área no criadouro comunitário, não necessariamente usufrui dos “comuns”. Muitos alegam ser insustentável a criação à solta, pelos custos e furtos, ou, ainda, porque desenvolvem outras atividades, tais como o comércio (bares) e serviços (empresa de transportes). E, entre os que tem criações, alguns destacam a ineficácia da manutenção das cercas, o que lhes custa a fuga de animais para as terras de plantar, e, consequentemente conflitos com os proprietários destas, justificando o possível apresamento de suas criações.

A divisão do criadouro coletivo no processo de autorreconhecimento e autodeclaração está condicionado pelo enfraquecimento dos laços de vizinhança, a reestruturação das propriedades - com agrupamentos familiares fechados “condomínios” -, com cercas e porteiras (criadouro coletivo menor). Os sujeitos faxinalenses de “fora”, assim como os de “dentro” que não tem criações, geram abstenções quanto a manutenção dos valos/vedos. Como são poucos os que tem criações, tornam ineficiente o funcionamento da instituição, pois não há recursos financeiros para a compra dos materiais para a conclusão dos reparos.

Neste sentido, um dos pontos a ser considerado no Sistema Faxinal diz respeito a propriedade, cuja gênese está relacionada com o princípio organizacional do uso da terra aplicado pelos ancestrais dos faxinalenses. Deste modelo segundo Nerone (2015) resultam: a propriedade da terra dividida em terras de plantar e terras de criar, a propriedade das benfeitorias, a propriedade das lavouras, a propriedade da criação, a propriedade da floresta.

Entretanto, há que se considerar que dentro do criadouro comunitário coexistem a propriedade particular da terra e a posse coletiva (compáscuo), e ainda, pode-se ter o sujeito sem-terra, usuário do sistema, que também pode criar animais, usufruindo dos mesmos direitos dos proprietários da terra, tendo a sua subsistência na criação de animais, além de realizar a mão de obra para a manutenção dos vedos em nome do dono da terra.

Todavia, justaposta a propriedade particular e coletiva, a comunidade de Sete Saltos de Baixo experiencia hoje a gestão sustentável da reserva legal, ARESUR, sem o recebimento dos recursos do ICMS ecológico que seria de direito. Em contrapartida, tem-se a criação da Comissão dos Vedos, organização interna, para a manutenção dos limites físico-simbólicos do Sistema Faxinal, mas não necessariamente gerenciamento da reserva legal. Uma vez que, da totalidade de 60 famílias, apenas 26 são membros da Comissão dos Vedos por serem usuários do criadouro comunitário. Evidencia-se, a sobreposição a esta de outras territorialidades que contrabalançam a organização social interna, pois, embora, para os usuários, o criadouro comum seja o espaço de

sobrevivência, para os proprietários de terra que não são usuários, o criadouro muitas vezes constitui-se em um empecilho para que a terra possa ser usada de outra forma.

A autorregulação do uso do criadouro comunitário mediante o estabelecimento de “acordos comuns” que não necessariamente visam conservar os recursos naturais, mas a garantia da manutenção das condições de existência física e social do Sistema Faxinal (terras de plantar e terras de criar) não efetiva a gestão participativa do território político-administrativo da Política Ambiental (ARESUR) sob o qual incidem os acordos, pois apenas parte do grupo insere-se na Comissão dos Vedos²⁸.

No cotidiano as práticas constroem novas territorialidades, que de fato adquirem significado. As estradas internas, as cercas, os portões, os valos, os mata-burros são elementos vitais seja para os que estão “dentro” ou “fora” do suposto Faxinal, assegurando a paz, ou promovendo conflitos na comunidade. Isso porque há toda uma problemática que envolve a conservação e fechamento dos portões, ato que assume caráter de elevada importância, visto que protege as lavouras do ataque dos animais (NERONE, 2015).

E estes novos significados desabrocham do fato que apesar de o criadouro conforme Nerone (2015) ser estruturado a partir de propriedades familiares justapostas, em termos de paisagem essa estruturação não é visível num primeiro momento, já que o uso deste espaço é comum no que toca a atividade de criação não existindo cercas de limitantes entre as propriedades. No entanto, esta invisibilidade das distintas propriedades deixa de existir no momento em que as divisões se materializam com a colocação de cercas e porteiras pelos agrupamentos familiares (dentro e fora do criadouro) ou pelas propriedades individuais (chacareiros).

Apesar da presença de agrupamentos familiares bem definidos pela disposição das moradias, cercas e porteiras, evidencia-se de acordo com Löwen Sahr, Iegelski e Silva (2003) que as redes familiares em Sete Saltos de Baixo estão assentadas em duas principais famílias, portanto, representa um “*Faxinal Familiar*”. A maioria das terras do sistema é de propriedade destes únicos ramos familiares específicos. Assim, as terras de plantar e o criadouro comum ganham o significado da extensão do ambiente familiar, ou das relações construídas através dos vínculos familiares. Os laços de parentesco, ou seja, o pertencimento a um agrupamento familiar cria mecanismos para a manutenção de uma gama maior de relações sociais no grupo coletivo.

A configuração interna do estabelecimento de agrupamentos familiares com núcleos de casas tendo como ponto-central a casa do patriarca ou matriarca da família justapõem-se a presença de sujeitos periféricos, que em termos de relações de poder, não se sustentam, por possuírem menor quantidade terras de plantar, apenas terras de criar ou não possuem terras (apenas a área de moradia, locatários ou agregados). As moradias se configuram em pontos fragmentados localizados em terras de banhados ou pontas de terreno.

Contrapondo aos agrupamentos familiares, tem-se as propriedades dos chacareiros, na grande maioria fora dos agrupamentos familiares, em pontos fragmentos apesar de alguns estarem vinculados a laços de parentescos. Estas por si só transfiguram o cotidiano para assumir outra função vinculada aos finais de semana, com a inserção de indivíduos externos, tais ambientes fechados no dia a dia são destinados exclusivamente ao lazer, não cumprindo mais a sua função social coletiva da propriedade ou a interação com os membros da comunidade. E assim, áreas tradicionalmente consideradas de uso da comunidade – propriedade comum, formas comunais ou comunitárias de apropriação de áreas ou recursos naturais, por meio do extrativismo vegetal (cipós, fibras, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça e pesca), e da pequena agricultura itinerante –, passa a (re)criação de formas de apropriação individual (fechamento de espaços) dos recursos naturais.

A transitoriedade se apresenta no Faxinal Sete Saltos de Baixo ao passo que ressalta as estratégias cotidianas de re(ex)istência destes sujeitos. Muitas vezes alicerçadas a um processo de alteração dos componentes do Sistema Faxinal pelas formas distorcidas de concentração e exploração da terra, pontos de ruptura estrutural diante do sistema social, jurídico e econômico vigente. Também interferem na delimitação de outras fronteiras, inclusive dentro do próprio

²⁸ Logo conforme a lei que institui a ARESUR pode-se punir legalmente as atividades de descaracterização, individualização e contaminação dos recursos naturais do Faxinal, afetando a paisagem e o modo de vida tradicional - contaminação de nascentes por agrotóxicos, individualização e destruição dos recursos naturais, construção de “fechos” (cercas que impedem a livre circulação dos animais no criadouro comum), e o plantio de essências exóticas.

criadouro comunitário; nas práticas de ajuda mútua e nos laços de reciprocidade (NERONE, 2015).

Portanto, em relação a propriedade da terra há uma subdivisão entre este grupo, segundo Nerone (2015) tem-se o proprietário do terreno de lavoura e de terras de criar, e o proprietário de uma extensão de terra apenas dentro das terras de criar. Estes que transitam entre o “dentro” e o “fora”, ou seja, terras de plantar e terras de criar, constituem-se em núcleos de poder central individual ou coletivo (agrupamentos familiares), pois controlam as relações sociais e trabalhistas - arrendamentos, parcerias, e, mais comumente contração de mão de obra (camarada).

Outro núcleo de poder decisório que transita entre “dentro” e “fora” é exercido pelos representantes da Associação de Moradores e Produtores do Faxinal Sete Saltos de Baixo, incluso faxinalenses e chacareiros. Sua formalização se deu recentemente em dezembro de 2017, mas já atuava em anos anteriores em serviços sócio-comunitários, principalmente àqueles oriundos da identidade-território faxinalense. A associação dá suporte a existência de líderes dentro dos agrupamentos familiares. No artigo 4º do seu regulamento ressalta prevalecer obrigatoriamente a etnia religiosa da cultura faxinalense, isto refere-se à existência das “Festas de Santo”, festividades familiares.

Três das famílias mais antigas da comunidade são devotas e realizam festas anuais ao santo - fevereiro à São Brás, outubro à nossa Senhora Aparecida e São Sebastião. A vizinhança compartilha dos festejos. Na comunidade é o mastro com bandeira em frente à casa que identifica os líderes. Estes sujeitos consagram os laços de parentesco, compadresco, amizade e vizinhança através das manifestações de solidariedade que envolvem o trabalho comunitário e que estão aliadas ao caráter festivo-religioso.

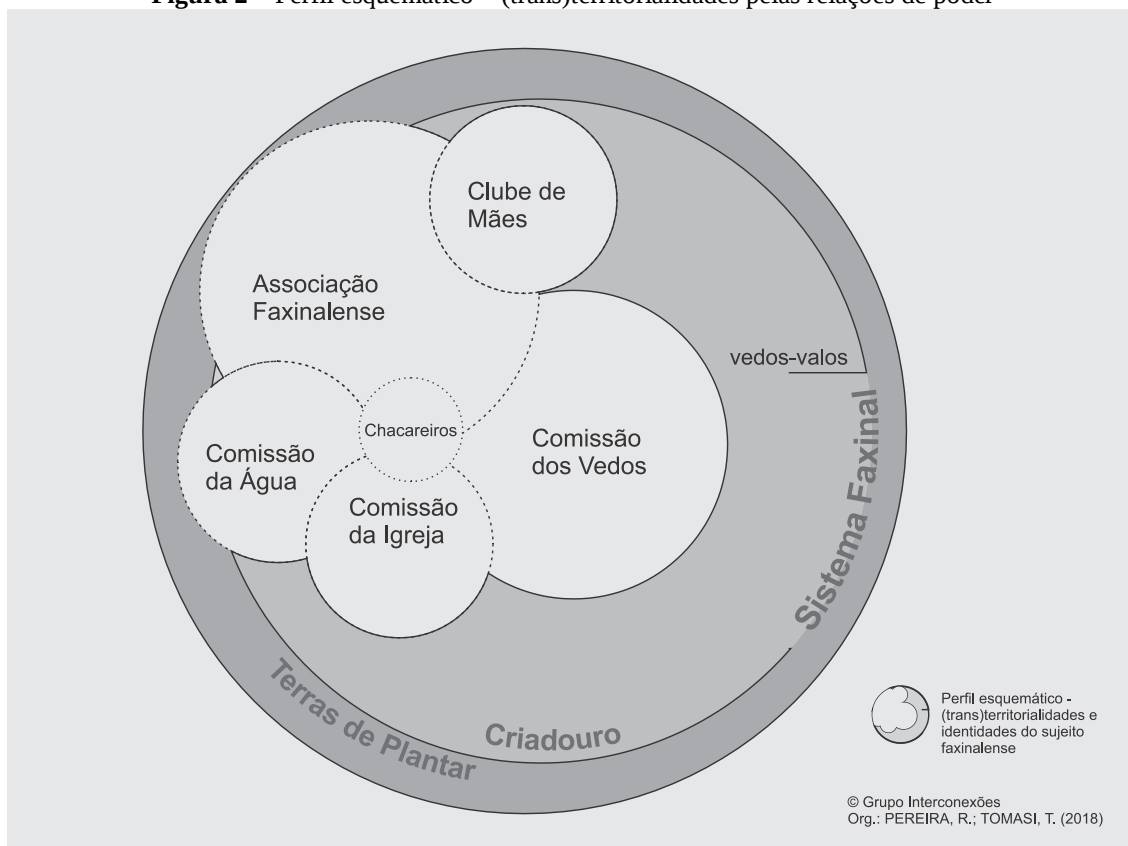
Outra liderança é o encarregado da água, apesar de existir a Comissão da Água, para administrar as contribuições arrecadadas mensalmente, quando se trata das atividades de manutenção e distribuição este é acionado. Durante décadas apenas dois sujeitos ocuparam este cargo (um deles inclusive justapôs este papel ao de liderança religiosa), detendo o conhecimento de toda a rede hidrográfica, o que conduz ao controle integral sobre a comunidade, uma vez que todos consomem da mesma fonte de água. Portanto, mesmo que o papel não gere fins lucrativos o poder vinculado justifica a sua atuação.

Núcleo de poder, a Comissão da Igreja controla o principal aparato comunitário (igreja e o barracão - com cozinha, banheiros, churrasqueira, palco e salão), tendo maior autonomia em relação à estrutura física que dispõe para efetivar distintos momentos de interação social na comunidade.

O Clube de Mães apresenta-se como núcleo de poder exclusivo às mulheres da comunidade, sendo mais do que uma instituição de lazer, mas estruturadora de fonte de renda, pois muitas das mulheres utilizam das máquinas coletivas para produzir produtos comercializáveis. Este agrupamento ocupa parte da estrutura comunitária, unidade de saúde atualmente desativada.

O que se observa é que as territorialidades são construídas tanto por poderes exercidos individualmente, quanto por agrupamentos, que através dos seus representantes associados, cumprem um papel diferenciado do de outrora, com mais autonomia, porém com vínculos mais delimitados a apenas aos associados. Contudo, muitas vezes ganham força enquanto intermediadores à gestão político-administrativa, que se utiliza destes núcleos internos de poder, formais e informais para facilitar sua inserção e atuação. Com as mudanças ocorridas, a consolidação da concepção de Faxinal ao criadouro comunitário, o aparecimento de novos agentes sociais e o deslocamento dos núcleos de poder, contribuíram para o enfraquecimento do sistema como um todo. As práticas, como os mutirões, que caracterizavam um sentido comunitário em que o interesse coletivo predominava sobre o interesse particular acabaram sendo reservadas a Comissão dos Vedos e as Festas de Santo (Figura 3).

Figura 2 – Perfil esquemático – (trans)territorialidades pelas relações de poder



Fonte: Pereira; Tomasi, 2018.

As associações ou diferentes agrupamentos sociais projetam este processo de mudança nas instâncias estabelecidas. Uma nova dinâmica das relações sociais elabora a teia do poder, caracterizada por atores que tem mais de um laço nas redes de articulação, ou de situações em que há o entrelaçamento das organizações sociais para o fortalecimento de sua atuação na comunidade.

Conforme Nerone (2015) essas relações eram exercidas por um ou outro indivíduo, que ocupavam papéis permanentes, quase insubstituíveis, como, por exemplo, o inspetor de quarteirão. Este resolvia todas as questões relacionadas com o criadouro comum e as normas consuetudinárias, cabendo-lhe também autorizar a licença para os bailes locais, um elo com o judiciário (delegado)²⁹. Tinha-se o inspetor municipal exercendo a função de coordenar os trabalhos relativos aos dias de viação (limpeza das estradas e caminhos, consertos de pontes e bueiros), reparos de estradas, bueiros, portões, sendo um autêntico representante da comunidade junto a prefeitura municipal. E ainda, os líderes religiosos: o padre (que visitava a comunidade de três em três meses), o capelão, o benzedor e o dirigente do terço dominical. Portanto, agora são múltiplas relações que perpassam múltiplas territorialidades frente a um conceito muito rígido da identidade-território faxinalense.

Compõem-se, então, práticas sociais de abertura e fechamento como táticas cotidianas de sobrevivência e de resistência. O contornamento dos grupos envolve a capacidade de adaptar espaços, de encontrar desvios ou de transitar entre múltiplos territórios, ou melhor, de transterritorializar-se, não apenas em relação ao trânsito/locomoção, mas em relação a transgressão dos domínios e das regras territorialmente posicionadas e formalmente delimitadas.

²⁹ Atuava de acordo com Nerone (2015) no aprisionamento de animais, cercas com problemas de reparo, danos nas roças. Exercia o papel de um juiz local, determinando a pena ao devedor, que deveria ressarcir os prejuízos e a forma de pagamento. Também conduzia a realização de festas, carreiras, jogos na prevenção ou resolução de desavenças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território que está sendo (re)construído “a partir de baixo”, e, não “de cima para baixo” (política-administrativa), pelos sujeitos faxinalenses de Sete Saltos de Baixo, demonstra a heterogeneidade da organização do Sistema Faxinal, a qual constantemente é adequada às necessidades dos próprios faxinalenses. Processos de territorialização definem as relações de forças que se imbricam pelos agrupamentos familiares, festividades, propriedade da terra, práticas trabalhistas, religiosas e políticas na gestão da vida coletiva. As realidades podem caminhar para a reconquista/reestruturação do território pelo não confinamento espacial, mas pelas escalas de vida cotidiana com o aumento das oportunidades econômicas, sociais e organização política, demonstrando a capacidade de subversão as políticas territoriais pelo viés ambiental.

O contornamento no eixo principal do Sistema Faxinal, criadouro comunitário, pelos sujeitos faxinalenses de Sete Saltos de Baixo, aponta as transformações socioespaciais que possibilitam a manutenção do próprio criadouro, mesmo que diante de um processo de reestruturação que acabou por dividi-lo em duas partes. As (trans)territorialidades efetivamente de resistência, tornam o território mais autônomo, uma vez que, possibilitam a continuidade da coletividade nas formas de criar por uma organização interna para a manutenção dos valos/vedos. E a reconstrução da forma de criar com a presença de um grande mangueirão na área menor que outrora pertenceu ao então criadouro comunitário.

Aberto permanentemente este território se refaz, reconstrói ou repõe novos limites, transpondo suas fronteiras ou ressaltando vivências em e através delas. O ato de refazer e reconstruir os limites e fronteiras está condicionado aos padrões impostos e/ou definidos pelos grupos hegemônicos e envolvendo disputas internas a frações da classe dominante. Ao mesmo tempo em que redireciona, acelerando ou retardando os próprios fluxos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Revista Mana**, n. 7, v. 2, p. 7-33, out. 2001.
2. BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
3. _____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
4. CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
5. CHANG, M. Y. **Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina, IAPAR, 1988.
6. GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.
7. HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- a. . **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in- segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
8. HALL, S. **A questão da identidade cultural**. São Paulo: IFHC, 1999.
9. _____. Quem precisa de Identidade? In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2001.
10. _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
11. LÖWEN SAHR, C. L.; IEGESLKI, F.; SILVA, J. M. **O Sistema Faxinal no município de Ponta Grossa: Diretrizes para a preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses**. Ponta Grossa: 2003.
12. MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
13. NERONE, M. M. **Sistema Faxinal: terras de plantar, terras de criar**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.
14. RODRIGUES, L. B.; GUIMARÃES, F. F. F.; COSTA, J. B. de. A. Comunidades Tradicionais: sujeitos de direito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade. In: **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. 2011, Brasília: COPE IPEA, 2011.
15. THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: 2011.

A abertura da rodovia BR 174 na Amazônia brasileira e seus desdobramentos para o Estado de Roraima

La apertura de la carretera BR 174 en la Amazonia brasileña y sus desdoblamientos para el Estado de Roraima

Elizangela Wanderlinde Quaresma Monteiro³⁰

Luís Fernando da Silva Laroque³¹

RESUMO: Esse trabalho aborda o processo de abertura da Rodovia BR 174. Tendo como um dos objetivos o registro da história contada através dos trabalhadores que estavam na missão de construir a rodovia BR 174. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa no tratamento e análise de fontes bibliográficas, documentais, dados de entrevistas e dos diários de campo. Para que pudéssemos entender todo o processo de abertura da Rodovia BR 174, buscamos auxílio nos conceitos de desenvolvimento e integração da Geopolítica brasileira da década de 1970.

Palavras- Chave: Rodovia BR 174, Roraima, Amazônia Brasileira

RESUMEN: Ese trabajo trata del proceso de apertura de la Carretera BR 174. Teniendo como uno de los objetivos el registro de la historia contada a través de los trabajadores que estuvieron en la misión de construir la carretera BR 174. La metodología utilizada fue la investigación cualitativa en el tratamiento y análisis de fuentes bibliográficas, documentales, datos de entrevistas y de los diarios de campo. Para que pudiésemos entender todo el proceso de apertura de la Carretera BR 174, se buscó ayuda en los conceptos de desarrollo e integración de la Geopolítica brasileña de la década de 1970.

Palabras clave: Carretera 174. Roraima, Amazonia Brasileña

1 INTRODUÇÃO

A abertura da Rodovia BR 174, além de propiciar a ligação via terrestre entre o Estado de Roraima, o Estado do Amazonas e posteriormente aos países que se encontram ao Norte do Estado de Roraima, também tendia a possibilitar a colonização do Estado de Roraima, até então esparsamente povoado por não índios, pois Roraima era um estado de difícil acesso, a única forma de chegar ao local antes da construção da Rodovia BR 174 era por meio fluvial, via rio Branco³², importante rio da Bacia Amazônica, no entanto, nem todos os trechos do rio Branco eram navegáveis, dificultando assim o fluxo de pessoas e mercadorias. Segundo Diniz (1998), este impedimento só foi resolvido em 1976, quando a estrada de rodagem BR 174 estabeleceu o primeiro elo terrestre entre Boa Vista e Manaus.

Com a Abertura da Rodovia BR 174, houve uma mudança brusca na paisagem amazônica e na vida dos habitantes locais, pois o trecho da BR 174 que liga Manaus/AM a Caracarái/RR durou aproximadamente 07 anos para ser concluído. A tão esperada Rodovia que ligaria Roraima ao restante do Brasil, encurtaria as distâncias e facilitaria a fixação de novos moradores, no entanto, trouxe também uma série de problemas com os habitantes locais, os Waimiri- Atroari. As conclusões do trabalho que ora se apresenta, foram feitas a partir de pesquisa documental, bibliográfica e deu voz as testemunhas que estiveram durante todo o processo de abertura e construção da Rodovia BR 174.

1.1 Contextualizando a construção da Rodovia BR 174

³⁰ Professora Mestra em Ambiente e Desenvolvimento. Servidora Pública Federal no Cargo de professora do IFRO- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia.

³¹ Professor Doutor do Centro Universitário Univates.

³² Rio Branco: “nasce nas altitudes do maciço das guianas, nas Serras Parima-Pacaraima e seu regime hidrográfico é definido por um período de chuvas, nos meses de maio a agosto e, por um período de estiagem, de novembro a março. Este rio é formado a partir da confluência dos rios Uraricoera e Itacutí e segue em direção norte – sul, constituindo se geograficamente em alto e baixo rio Branco, 196 e 388 km, respectivamente. Sua desembocadura é no rio Negro, afluente do Rio Amazonas” (MOURÃO, 2008 p. 92).

A primeira iniciativa de construção de um eixo de ligação terrestre entre Boa Vista e Manaus ocorreu, segundo Souza (1977), no ano de 1847, quando o amazonense Coronel João Henriques de Mattos, comandante General Militar da Comarca do Alto Amazonas, projetou a abertura de uma picada em direção ao Rio Branco. “A picada deveria seguir desta capital (Manaus), no mesmo rumo da estrada da Cachoeira Grande até a margem do rio Urubu e atravessá-lo ou acompanhá-lo até sair nos campos do Rio Branco” (SOUZA, 1977, p. 281).

Todavia, por falta de recursos financeiros, bem como devido aos desafios da construção de uma estrada na selva amazônica, a intenção do Coronel João Henriques de Mattos não teve êxito. Souza (1977) ainda pontua que ao longo do século XIX foram muitas as tentativas de elaboração de um eixo terrestre entre Manaus e Boa Vista, mas por falta de recursos de engenharia que pudessem contornar as áreas alagadiças e os inúmeros rios e igarapés existentes nos 759 quilômetros de distância entre Manaus e Boa Vista não foi possível concluir o desejo de integração das duas localidades.

Oliveira (2008) informa que na década de 1930, também houve outra iniciativa promovida pelos padres Beneditinos, a partir da concessão à Companhia Industrial do Rio Branco, pertencente ao Mosteiro São Bento. O empreendimento resultou na criação de um pequeno trecho entre Boa Vista e Mucajaí, aproximadamente 50 km de estradas foram construídas, mas pela falta de manutenção, esse trecho rapidamente chegou a condição de não trafegável. Sobre esta intenção de abertura da rodovia BR 174 também temos em Silva (2007b, p. 128) a seguinte colocação:

Na década de 1930, iniciou-se a abertura das picadas para o evento rodoviário. Os padres beneditinos, através da Companhia Industrial do Rio Branco, realizaram essa abertura sem a implantação de pontes entre Boa Vista e o rio Mucajaí. Nesse processo, ocorreu um abandono, dessa primeira empreitada tendo inclusive havido o total retorno da vegetação nesses espaços.

A falta de um elo terrestre entre Roraima e o restante do Brasil, como já nos referimos, somente foi solucionado anos mais tarde com a iniciativa dos governos militares onde o principal objetivo da BR 174 era interligar a Amazônia Brasileira ao centro sul do Brasil. É interessante ressaltar, conforme abordado anteriormente, que as rodovias tinham um papel geopolítico durante o período da ditadura militar brasileira.

A abertura da Rodovia BR 174, além de propiciar a ligação via terrestre entre o Estado de Roraima, o Estado do Amazonas e posteriormente aos países que se encontram ao Norte do Estado de Roraima, também tendia intensificar a colonização do Estado de Roraima, até então esparsamente povoado por não índios.

É preciso salientar que Roraima era um local de difícil acesso, a única forma de chegar ao território antes da construção da Rodovia BR 174 era por meio fluvial, via rio Branco³³, importante rio da Bacia Amazônica, todavia, nem todos os trechos do rio Branco eram navegáveis, dificultando assim o fluxo de pessoas e mercadorias. Segundo Diniz (1998), este impedimento só foi resolvido em 1976, quando a estrada de rodagem BR 174 estabeleceu o primeiro elo terrestre entre Boa Vista e Manaus.

A construção da Rodovia BR 174 iniciou no ano de 1970 e terminou sete anos mais tarde, isto é, em 1977. Para a execução da obra, foram muitos os colaboradores que ajudaram direta e indiretamente. Conforme Souza (1977), houve a assistência permanente da Fundação Nacional do Índio, o apoio da Força Aérea Brasileira que constituiu valiosa importância para o transporte de pessoas e cargas.

Ao longo da estrada foram construídos muitos campos de pouso para facilitar a execução da obra. O Ministério dos Transportes participou com apoio financeiro, o Comando Militar da Amazônia garantiu a segurança para que o trabalho fosse executado e, por fim, o Exército Brasileiro com Sexto Batalhão de Engenharia e Construção que, efetivamente, trabalharam na abertura e pavimentação da Rodovia BR 174.

³³ Rio Branco: “nasce nas altitudes do maciço das guianas, nas Serras Parima-Pacaraima e seu regime hidrográfico é definido por um período de chuvas, nos meses de maio a agosto e, por um período de estiagem, de novembro a março. Este rio é formado a partir da confluência dos rios Uraricoera e Itacutú e segue em direção norte – sul, constituindo se geograficamente em alto e baixo rio Branco, 196 e 388 km, respectivamente. Sua desembocadura é no rio Negro, afluente do Rio Amazonas” (MOURÃO, 2008 p. 92).

De acordo com Souza (1977), o início das obras da Rodovia BR 174 (FIGURA 1), pelo Sexto BEC, ocorreu no mês de fevereiro de 1970, quando um grupo de militares, engenheiros, topógrafos, geógrafos e outros profissionais saíram da capital Manauara em direção a Boa Vista e um outro grupo de trabalhadores veio no sentido contrário, de Boa Vista sentido Manaus.

Figura 1 - Início das obras da Rodovia BR 174



Fonte: Arquivo Histórico do Sexto BEC, 1970 (fotografia cedida a pesquisadora).

Algumas pessoas que trabalharam na construção da Rodovia BR 174 continuam trabalhando no Sexto Batalhão de Engenharia e Construção. Como é o caso de Francisco Pontes de Araújo, operador de máquinas na época da construção e hoje motorista, em entrevista ao Jornal Folha de Boa Vista (2010, texto digital), ele falou sobre a construção da Rodovia BR 174: “Quem olha a estrada hoje, não tem ideia de como foi difícil fazê-la. Naquele tempo tudo era muito distante, levávamos uma semana para chegarmos ao local de trabalho e três meses para voltar e passar uns dias em casa”.

A reportagem corrobora no sentido de ilustrar o que já havia sendo abordado em relação ao grau de dificuldade enfrentado no processo de abertura da rodovia BR 174, bem como o isolamento do atual Estado de Roraima, antes da construção da rodovia. Por estarem em um ambiente de selva, os fatores naturais são apontados como os maiores empecilhos. Informações neste sentido foram obtidas durante nossas pesquisas de campo como é o caso do depoente ET (25 abr. 2013, p. 02), que chegou a Roraima no ano de 1969, conforme segue:

O maior empecilho era lançar os equipamentos para trabalhar, tinha que atravessar rio, atravessar a selva, para você ter ideia tinha um comandante de pelotão que ele mesmo pegava o machado e cortava as árvores para fazer picada, era um trabalho bonito mas muito penoso.

É fato, que para a construção da Rodovia BR 174, houve um processo de desflorestamento muito intenso, no percurso entre Manaus- Boa Vista, de acordo com Mourão (2003, p.182-183) esse desflorestamento foi ocasionado tanto pela construção da Rodovia BR 174 quanto pelos projetos de assentamento que foram implantados ao longo da BR 174, a saber:

El segundo hecho de importante impacto em el medio ambiente es la deforestación excesiva de la selva. Los asentamientos rurales a lo largo de estas carreteras desencadenan también un violento proceso de deforestación, debido a las prácticas y

técnicas utilizadas por los colonos y otros agentes(terratenedores, madereros) em las actividades agrícolas y de explotación de recursos.

Em relação ao desflorestamento ao longo da BR 174, estima-se que houve uma perda da vegetação natural de “634 quilômetros equivalentes a uma área de quarenta e três milhões de metros quadrados, para sua construção” (AMBTEC, 1994, p. 197). Em relação ao processo de desmatamento ao longo da Rodovia BR 174, perguntamos aos entrevistados a respeito da madeira e no relato de EOM (18 mar. 2013, p.13), temos que: “Não se fazia nada com a madeira, era toda abandonada ao longo da estrada, mais tarde, os madeireiros começaram a chegar e utilizá-la, mas o exército utilizava muito pouco da madeira retirada, quase nada”.

Outra dificuldade encontrada pelos militares e civis, durante o processo de construção da Rodovia BR 174, era conservar os trechos que tinham sido abertos longe da vegetação. Isto porque segundo relatos, bem como os jornais da época, a vegetação natural tentava retomar seu lugar.

As chuvas também eram um empecilho ao avanço da construção da estrada, pois, dificultava os desmatamentos, o serviço de terraplanagem, bem como dificultava a substituição de peças e equipamentos, pois os trabalhadores ficavam sem a possibilidade de retorno para a base administrativa.

Além das dificuldades que a selva lhes proporcionava, existia o fator de adaptação dos recém-chegados para a construção da Rodovia BR 174. Neste sentido ET (25 abr. 2013, p.02) relata:

Trabalhar no trecho era triste. Primeiro a mão-de-obra especializada não existia e as pessoas que vinham para trabalhar se apavoravam e não queriam ficar. Porque era muito penoso entrar com o equipamento dentro da selva, fazer picadas e era um trabalho muito estressante. As pessoas brigavam muito. Era muito penoso.

Como se pode perceber, as dificuldades foram inúmeras durante o processo de construção da Rodovia BR 174, um fato que também chamou a atenção durante nossa pesquisa, é que a Rodovia BR 174 teve que sofrer alterações no seu traçado inicial. Além dos trabalhadores terem que driblar as condições naturais adversas para que a estrada prosseguisse, houve um empecilho que tiveram de contornar, as areias movediças do atual Parque Nacional do Viruá³⁴. Encontramos em Souza (1977, p. 296) a informação que confirma a alteração do projeto de construção da Rodovia BR 174.

No quilômetro 588,7 (Manaus-fronteira da Venezuela), o projeto original foi alterado. A descida em linha reta às margens do Rio Branquinho, com travessia pelos rios Irauê, Anauá, Macucuaú, Jauaperi e Trairi, depois de 86 quilômetros desmatados, em face dos igarapós e alagados não pode ser concluída.

No depoimento de EOM (18 mar. 2013, p.13) a situação para o abandono do traçado inicial da BR 174 também se confirma.

Começamos a fazer a estrada pelo traçado original, primitivo, só que começaram a fazer a estrada e o solo era excessivamente arenoso, e com solo arenoso começou a dar um desgaste no material rodante excessivo. Um trator de esteira gastava um material rodante em 30 dias e não tinha na época a facilidade de ter peças de reposição, você ter mão-de-obra especializada para trocar o material rodante e virou um pandemônio não conseguia avançar essa estrada no areial.

Os entrevistados que trabalharam na construção da Rodovia BR 174, atribuem ao referido evento, fator preponderante para a instalação da Vila Novo Paraíso, pois, a partir desse evento houve o encontro das Rodovias BR 210 e BR 174. A abertura da Rodovia BR 174 também possibilitou a existência de outras vilas como: Vila Moderna e Vila Jundiá, alguns aglomerados urbanos evoluíram e tornaram-se cidades, como é o caso de Mucajaí e Iracema.

³⁴ O Parque Nacional do Viruá tem mais de 27000 ha, é localizado no município de Caracaraí-RR. O clima é equatorial (quente e úmido), apresentando uma pequena estação seca com maiores quedas pluviométricas no outono. Na parte Sul, compreende uma vasta superfície plana com predomínio de solos arenosos e mal drenados, com grande quantidades de lagoas. Na sua parte Norte, ocorrem morros residuais com altitudes modestas. Ao longo da sua porção Oeste, delimitada pelo rio Branco, há ocorrência de planícies aluvionares inundáveis, situação observada da porção Sul nas proximidades do Rio Anauá (LISBOA, Antonio; LISBOA Beatriz, 2009). Texto digital. Disponível em: <http://ppbio.inpa.gov.br/sites/default/files/Relatorio_Pluri_Anuual_Virua.pdf>. Acesso em: 18 mar. 14.

1.2 O encontro dos trechos da Rodovia BR 174

Conforme mencionado, o início dos trabalhos de construção da Rodovia BR 174 ocorreu nas duas direções, saindo de Manaus e partindo de Boa Vista. Em determinado ponto, os trechos deveriam se encontrar para que houvesse a tão sonhada ligação entre Boa Vista e Manaus via terrestre. Conforme Souza (1977), o encontro dos dois trechos aconteceu no dia 26 de dezembro de 1976 às 16h e a inauguração do trecho Manaus- Boa Vista ocorreu no dia 06 de abril de 1977. A solenidade de inauguração contou com a presença de várias autoridades, inclusive a do vice-presidente da República, o senhor Adalberto Pereira dos Santos (FIGURA 2).

Figura 2 - Inauguração da Rodovia BR 174



Fonte: Arquivo Histórico do Sexto BEC 1977 (fotografia cedida a pesquisadora).

De acordo com Souza (1977), estavam presentes na inauguração da Rodovia BR 174 General de Exército Adalberto Pereira dos Santos Vice-Presidente da República, Major Brigadeiro Protásio Lopes de Oliveira Comandante do I Comando Aéreo Regional; General de Exército Vinitius Nazareth Notare Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicação do Exército, General de Exército Dyrcey de Araujo Nogueira Ministro dos transportes, Cel Fernando Ramos Pereira Governador do Território Federal de Roraima e Ten. Cel. Luiz Antonio Rodrigues Mendes Ribeiro, Comandante do 6º Batalhão de engenharia e Construção.

Segundo Souza (1977, p. 289-90), o Vice-presidente da República ao cortar a fita simbólica que inaugurou a BR 174 teria dito:

Em nome de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, eu apresento os meus parabéns aos Governos e ao povo do Estado do Amazonas e do Território Federal de Roraima. Foi para mim uma alegria muito grande poder ter podido estar hoje aqui nesta extraordinária solenidade, e estou certo de que, se o Senhor Presidente da República estivesse aqui e lesse naquela placa que está à esquerda do monumento, ele, como eu, se emocionaria. Ali estão os nomes daqueles que deram a vida pela realização dessa obra, à memória dos quais eu presto a minha homenagem e a minha gratidão. Muito obrigado.

Segundo Oliveira (2007), a inauguração da BR 174 aconteceu no Marco do Equador, monumento de três metros de comprimento por um de largura, construído pelo 6º BEC foi projetado em homenagem aos não índios que perderam a vida durante o processo de construção

da Rodovia BR 174. Neste sentido, existe uma placa com a seguinte inscrição: “Em homenagem àqueles que deram suas vidas pacificando os índios Waimiri-Atroari. Não morrerão em vão. Abril 1977” (SOUZA, 1977, p. 270).

Os jornais também noticiavam com entusiasmo a inauguração da Rodovia BR 174, como no trecho do jornal A Notícia (1977, p. 08):

Este trecho da BR 174 apresenta-se como mais um elo que transforma o antigo arquipélago das terras brasileiras num bloco coeso, para o despertar do seu desenvolvimento político e econômico, cujo futuro bem próximo será de prosperidade, riqueza e cada vez maior tranquilidade e paz nas trocas comerciais e civilizadoras, com melhores dias na conquista do equilíbrio econômico e social desta terra hospitaleira de que tanto nos orgulhamos – nós os brasileiros.

A inauguração da BR 174 não significou que as obras haviam terminado, pois um longo percurso ainda precisava ser concluído, as pontes, por exemplo, em sua maioria eram de madeira, em algumas localidades, inclusive a travessia dos rios era feita via balsa.

Embora, inicialmente, a construção tenha gerado uma expectativa muito grande, com o início do período das chuvas e pelo fato de não haver nenhum trecho pavimentado, essas expectativas foram frustradas. O trajeto a ser percorrido de Manaus-Boa Vista, por exemplo, algumas vezes chegava a demorar, em média, de 30 dias a 03 meses, situação a que os jornais se referiam à BR 174 como a estrada do sacrifício (FIGURA 3).

Figura 3 – BR 174 anterior a pavimentação



Fonte: Tribuna de Roraima 11 de setembro de 1987.

Vale ressaltar que esse empreendimento de construção da Rodovia BR 174, envolvendo o trabalho de militares e civis, gerou um intenso conflito com os indígenas Waimiri-Atroari que tiveram o território atingido. Sabe-se que os maiores confrontos ocorreram no ano de 1971 com um saldo de, aproximadamente, dois mil índios mortos (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005). Durante a inauguração da rodovia BR 174, não foram esquecidos os indígenas mortos nos confrontos. De acordo com Souza (1977, p. 270) no lema de Rondon – “morrer se for necessário; matar nunca”, o General Ênio dos Santos Pinheiro, Diretor de Obras e Cooperação do Exército, acrescentou: “E isto aqui ocorreu. Foram sacrificados, mas foram sacrificados pelo progresso de nossa país”.

Ainda em Souza (1977, p. 271), temos o discurso do presidente da FUNAI em relação aos indígenas Waimiri-Atroari:

Nós sabemos que vamos enfrentar, nesta região, problemas com relação aos índios. Por outro lado, também não cabe estigmatizá-los. Precisamos antes nos lembrar dos antecedentes. Sabemos e conhecemos o que os índios sofreram no passado, para procurar entendê-los e compreendê-los e preservá-los esta é uma tarefa que felizmente não vai ser só da FUNAI.

É fato que os indígenas Waimiri-Atroari foram, talvez, os mais prejudicados com a construção da Rodovia BR 174, pois tiveram suas terras cortadas pela Rodovia. Não é o foco do nosso trabalho, no entanto, ao escrevermos sobre a história da Construção da Rodovia BR 174, não poderíamos negligenciar a presença indígena na região.

Considerações finais:

Conclui-se que a abertura da Rodovia BR 174 propiciou o aumento da demografia roraimense, facilitou o transporte de mercadorias e pessoas e é inegável que sua abertura alterou a dinâmica local, principalmente no que tange à população indígena local, pois pelo que observamos, a área em que a rodovia foi construída existiam muitas populações indígenas.

Concluimos também, que a forma de desenvolvimento proposta durante o período militar (1964-1985) foi bastante controversa, pois ao mesmo tempo em que criava as reservas indígenas como é o caso da reserva indígena Waimiri-Atroari, também autorizava a passagem de uma rodovia transcontinental, a rodovia BR 174; ignorando, por completo, os anseios e necessidades da população local em nome do progresso. Com isso, os habitantes locais foram forçados a um contato com o não índio, gerando uma série de impactos na vida da comunidade indígena.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMBTEC. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. **Roraima**. O Brasil do hemisfério Norte: Diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento. Roraima: Ambtec, 1994.
2. CARVALHO, José Porfírio. **Waimiri-Atroari**: a história que ainda não foi contada. Brasília 1982.
3. DIÁRIO DE CAMPO em 25 abr. 2013. **Visita aos maranhenses e rio-grandenses**. 2. Novo Paraíso/RR. 2013. 5 p.
4. DINIZ, Alexandre M. A. A Evolução da Fronteira em Roraima: o caso das confiança I,II e III. In: ALVES, Cláudia L.E. (Org). **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista/RR: Ed. UFRR, 1998. p. 150-179.
5. EOM. **Entrevistado EOM**: depoimento [18 mar. 2013, 14 p.]. Entrevistadora Elizangela Wanderlinde Quaresma Monteiro. Boa Vista/RR: s. e.; 2013. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Elizangela W. Q. Monteiro
6. ESCOBAR, Maria Conceição Sant'Ana Barros. Populações tradicionais e políticas públicas para a Amazônia: os Waimiri- Atroari e a BR 174. In: ALVES, Claudia Lima Esteves (org). **Formação do espaço Amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista. 1998.
7. ET. **Entrevistado ET**: depoimento [18 abr.; 25 abr. 2013, 5 p.]. Entrevistadora: Elizangela Wanderlinde Quaresma Monteiro. Jardim/MS: s. e.; 2013. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Elizangela W. Q. Monteiro.
8. HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estud. Avançados**. São Paulo, v. 19, n. 53. Texto Digital. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0142005000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2012.
9. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>>. Acesso em: 10 out. 2012.
10. JORNAL TRIBUNA DE BOA VISTA. Boa Vista/RR. 2010, texto digital.
11. MOURÃO, Gersa Maria. **Colonización reciente y asentamientos rurales en el sureste de Roraima, Amazonia Brasileña**: entre la política y la naturaleza. Valladolid, 2003. 445 f. Tese de doutorado Valladolid, Espanha: Universidad de Valladolid, 2003.
12. OLIVEIRA, Rafael. As transformações na configuração político – administrativa do Estado de Roraima: Um panorama a partir da implantação do Federalismo. In: SILVA, Paulo Rogério de Freitas; OLIVEIRA, Rafael da Silva (Orgs.). **Roraima 20 anos**: As Geografias de um Novo Estado. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008. p. 47-87.
13. OLIVEIRA, Rafael. As transformações na organização espacial do estado de Roraima: Uma conversa

- inicial a partir da construção da BR 174. **Revista Acta Geográfica**. Boa Vista. ano I, número 1, 2007.p. 45-65.
14. SILVA, Paulo Rogério Freitas. **Dinâmica territorial Estado de Roraima**. São Paulo, 2007b. 329f. Tese de doutorado - Programa de Pós Graduação em Geografia Humana. Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.
 15. SOUZA, João Mendonça de. **A Manaus Boa Vista**- Roteiro histórico. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. 1977.
 16. SEXTO BATALHÃO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO. Arquivo histórico. Boa Vista/RR. 1970. 108 KB (110.592 bytes). Formato JPEG. Meio Digital.
 17. SEXTO BATALHÃO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO. Arquivo histórico. Boa Vista/RR. 1977. Formato JPEG. Meio Digital.
 18. JORNAL TRIBUNA DE RORAIMA. 11 set. 1987.

Lugares topofóbico: violência sexual intrafamiliar

Tophophobic places: intrafamily sexual violence

Ana Paula de Aquino Pereira Lyra³⁵
Maria das Graças Silva Nascimento Silva³⁶

RESUMO: O presente trabalho abordará a violência sexual intrafamiliar sofrida por meninas na região urbana de Porto Velho em Rondônia, está retratada em minha dissertação de mestrado em geografia no ano de 2015. Sabe-se que o incesto perpassa todas as camadas sociedade, mas predomina nas classes mais vulneráveis socialmente, deixa sequelas profundas nas vítimas, sendo em sua maioria do gênero feminino. O incesto é uma invasão do corpo infanto-juvenil que aprisiona a vítima e deixa cicatrizes que dificilmente serão sanadas. Observaremos suas representações, os elementos de poder, as relações de gênero e os lugares topofóbicos onde é perpetrada a violência sexual. Com a abordagem fenomenológica buscamos compreender a dinâmica da família incestogênica, mostrando os pactos de silêncio estabelecidos no espaço e lugar onde está violação perpetua. Para melhor compreensão do fenômeno selecionamos seis famílias, analisando de forma participativa suas correlações violativas no ambiente familiar. Nos resultados contribuímos para uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre as manifestações da violência sexual no núcleo familiar.

Palavras-Chaves: Violência Sexual. Família Incestogênica. Lugar e Espaço.

ABSTRACT: The present work will address the intrafamilial sexual violence suffered by girls in the urban area of Porto Velho in Rondônia, is portrayed in my dissertation of geography in the year 2015. It is known that incest permeates all strata of society, but predominates in the most socially vulnerable classes, leaves deep sequelae in the victims, being mostly female. Incest is an invasion of the infant-juvenile body that imprisons the victim and leaves scars that will hardly be healed. We will look at their representations, the elements of power, the gender relations, and the topophobic places where sexual violence is perpetrated. With the phenomenological approach we seek to understand the dynamics of the incestogenic family, showing the pacts of silence established in the space and place where it is perpetual violation. To better understand the phenomenon, we selected five families, analyzing in a participatory way their violative correlations in the family environment. In the results we contribute to a critical and interdisciplinary reflection on the manifestations of sexual violence in the family nucleus.

Key Words: Sexual Violence. Incestogenic Family. Place and Space.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresentará uma análise sobre a violência sexual de meninas no núcleo familiar descritas em minha dissertação de mestrado em geografia no ano de 2015. Através das lentes geográficas podemos refletir sobre esta violação, procurar explicar os fenômenos que permeiam este cotidiano e as experiências que são inevitavelmente espaciais. Nesta amostra apontamos o espaço e o lugar de meninas violadas sexualmente por quem amam e confiam. O incesto será apresentado como um paradoxo nas relações familiares, e como se dá a construção dos pactos de silêncio no lar, este conceituado como lugar topofóbico.

O artigo tem como inferência a violência sexual intrafamiliar dando ênfase ao incesto sofrido por meninas que vivem em Porto Velho no estado de Rondônia, especificamente na região urbana. Os pactos de silêncio cercam essa questão, em que existem o medo das vítimas em falar, e a surdez dos adultos e da sociedade em escuta-las.

Na construção deste artigo utilizou-se o banco de dados da dissertação coletados nos anos de 2010-2014, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, no serviço executado pela equipe técnica em atendimento a violência sexual infanto-juvenil em Porto Velho/RO. Este Centro Especializado tem como aporte a Política Nacional de Assistência Social, gerido pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

O trabalho analisa o espaço e lugar que compõem o fenômeno da violência sexual intrafamiliar, os elementos de poder, as relações de gênero e a constituição geográfica enquanto

³⁵ Bacharel em Serviço Social. Faculdade da Amazônia. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero-GEPEGÊRO-UNIR e **Mestra** em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR. E-mail: paula.as.ro@hotmail.com.

³⁶ Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero. É também docente do quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. E-mail: gracinhageo@hotmail.com.

espaço e lugar deste fenômeno. Enfocando as interações incestogênicas e como ela se apresenta nesta porção da região amazônica.

2. A VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

A violência sexual configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança, tendo por finalidade estimular sexualmente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa. Ressalte-se que em ocorrências desse tipo a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré (AZEVEDO; GUERRA. 1995).

Esta violência transcorre por todas as classes sociais e ultrapassa gerações, perpetuando na família de forma velada, sendo manifestada muitas vezes apenas quando o indivíduo atinge a idade adulta com uma compreensão melhor do mundo. Várias famílias internalizam atos violentos como prática normal entre os membros e, infelizmente neste processo, as práticas incestuosas também são perpassadas e potencializadas pelo segredo da família.

A violência intrafamiliar perpetua-se pela indiferença de muitos e pelo não envolvimento da sociedade em questões ditas familiares. Entendemos que quando há a violência (ou suspeita), devemos, sim, intervir através dos órgãos de proteção para o cerceamento destes atos.

Saffiotti nos esclarece algumas definições no contexto da violência intrafamiliar:

[...] Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio. [...] A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a família, podendo também atingir pessoas que, não pertencem à família, vivem parcial ou integral, no domicílio do agressor [...] (SAFFIOTTI, 1999, p.83)

Diferente do que muitos compreendem a violência intrafamiliar pode acontecer em qualquer lugar, não apenas dentro da residência, o que a define são os laços de consanguinidade ou de afetividade entre vítima e agressor. Que tenha relações parentais ou considerações afetivas nestes elos fraternais. Esta violação geralmente acontece dentro dos lares, e neste lugar cria-se pactos de silêncio e perpetuação.

Dentro da violência sexual temos dois tipos de violações o abuso sexual e a exploração sexual. O abuso envolve contato sexual entre uma criança ou adolescente e um adulto ou pessoa significativamente mais velha e que exerce poder. Já a exploração define-se como uma prática sexual envolvendo crianças ou adolescentes para fins lucrativos, existindo assim um ganho em troca da utilização do corpo da vítima.

Nesta amostra foca-se o abuso sexual sofrido por meninas da região amazônica. A definição mais utilizada no Brasil sobre o abuso sexual é a de Monteiro, Abreu, Phebo (1997):

Situação em que uma criança ou adolescente é usada para gratificação sexual de um adulto, baseada em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, 'voyeurismo', pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem utilização de violência física. (p.7).

Esta definição vem considerar a classificação diversa de respostas sexualmente agressivas, explicando que é possível haver abuso sexual sem contato físico, como no caso do voyeurismo ou exibicionismo.

O abuso sexual abrange qualquer toque ou carícia imprópria, incluindo comportamentos como incesto, molestamento, estupro, contato oral-genital e carícia nos seios e genitais. Além do contato sexual, a violência pode incluir outros comportamentos abusivos como estimular verbalmente de modo impróprio uma criança, fotografar uma criança ou adolescente de modo pornográfico ou mostrar-lhe esse tipo de fotos, expor uma criança à pornografia ou atividade sexual de adultos.

Na definição do abuso sexual devem ser considerados os seguintes fatores: a intenção do autor, os efeitos do ato sobre a vítima, a avaliação do ato por parte de um observador, além da fonte das

normas que orientaram a avaliação do fato. Há a necessidade de se distinguir os atos praticados para estímulo sexual do agressor e outros simplesmente para transmitir sentimentos de afeto.

A violência sexual contra crianças e adolescentes tem origem nas relações desiguais de poder entre os personagens do crime. Dominação de gênero, classe social e faixa etária sob o ponto de vista histórico e cultural contribuem para a manifestação de abusadores e exploradores (VIVARTA, 2003, p.27).

Essas correlações de forças contribuem para a violação dos direitos das crianças e adolescentes, vítimas desses agressores. Em alguns casos diz respeito à importância ou significado que a vítima atribui ao autor da violência sexual antes de ele se mostrar como agressor.

O abuso sexual predominantemente ocorre no espaço doméstico, tendo como principais agressores, o pai, o padrasto, ou ainda pessoas conhecidas que participam do cotidiano da vítima. A dificuldade de quantificação da violência sexual acentua-se pelo encobrimento do fato nos tabus culturais, nas relações de poder estabelecidas entre os membros das famílias e na discriminação das vítimas consideradas como criminalizadas pelo acontecimento.

3. UMA RELAÇÃO PARADOXAL: FAMÍLIA

Nota-se que a família contemporânea tem passado por grandes transformações, muitas vivem em um contexto paradoxal ora ama, ora odeia sua prole. Observa-se isto bem marcante em algumas famílias vulnerais socialmente. Esta estão mais suscetíveis as violações, aos vícios e aos atos infracionais.

A família vive atualmente constates mudanças, ela tem sofrido significativamente com as pressões do mundo capitalista e com o consumismo moderno. Com a ausência dos genitores nos lares, muitas crianças e adolescentes estão crescendo desprotegidos e vulneráveis. Na contemporaneidade a família passa por diversas mudanças em muitas dimensões, especialmente nas relações intergeracionais e de intimidade, caracterizadas pela maior expressão dos afetos e busca de autonomia dos seus membros, a embasar a construção subjetiva individual.

Este núcleo fraternal encontra-se em constante mudança por participar dos dinamismos próprios das relações sociais. Integrada no processo social, ela passa por transformações significativas. Em meio às turbulências culturais e sociais, a família empenha-se em reorganizar aspectos da sua realidade que o ambiente sociocultural vai alterando.

A violência incestogênica, suas as representações e dinâmica, os elementos de poder entre os gêneros, as fases críticas desta violência e como se constituem no espaço e lugar. As características principais do incesto é o abuso sexual ligado ao vínculo familiar ou afetivo. A revelação deste fenômeno é difícil e doloroso para as vítimas que amam e confiam nos agressores, por isto os pactos de silêncio e a revelação apenas quando têm noção da gravidade da violação.

Quando avaliamos o contexto sócio histórico e espacial da família, pensamos em alguns paradoxos, aquela que protege e empodera seus membros e outra que viola, agride e menospreza. Tratar do lado ruim da história nem sempre é algo prazeroso, mas necessário. É notório que existem famílias que guardam inúmeros segredos, questões proibidas e práticas que perpetuam por gerações. Neste ponto gostaríamos de literalmente invadir esse espaço familiar e expor os “ditos” relacionamentos incestuosos, um fenômeno velado que precisa de nossas intervenções.

Em Porto Velho essa realidade não é diferente, notamos também que a maioria das casas são sustentadas financeiramente e emocionalmente por mulheres. Observamos que os genitores na contemporaneidade não exercem mais sua função paternal, transferindo todo esse papel para a mulher.

Nas famílias observadas nesta amostra nota-se que a maioria dos lares é, sustentado apenas pelas genitoras ou mulheres da família extensiva (tia/avó). Na maioria dos casos analisados os agressores saíram da casa, (devido à determinação judicial até o julgamento), mas frequentam diariamente, muitos “punem” a família não a sustentando financeiramente, por isto o medo da revelação e da “destruição” do lar. Muitas destas mulheres, por não serem empoderadas/encorajadas, por dependente emocionalmente e financeiramente, preferem abrigar tais agressores, e fechar os olhos para a violência sexual em seus lares.

Nas coletas de dados obtive-se informações peculiares da família incestogênica. Um dos fatores fomentadores que criam brechas para os agressores são as famílias vulneráveis socialmente. As famílias incestogênicas geralmente são esquecidas pelo poder público quanto à efetivação de seus direitos sociais. As políticas públicas não conseguem atender as demandas básicas da população, trabalham de forma “curativa” não preventiva.

Tendo em vista os aspectos pesquisados nas famílias atendidas pelo CREAS, análise documental e observação a campo, nota-se que elas têm características similares que demarcam a violência sexual intrafamiliar em Porto Velho, que segue:

- Mães jovens - são mães que tiveram filhos durante a adolescência, em geral solteiras, com relacionamentos afetivos temporários e filhos de diferentes pais;
- Relações instáveis - relacionamentos transitórios em que trazem filhos do primeiro relacionamento;
- Indefinição na composição familiar primária - são famílias reconstituídas depois do divórcio, famílias extensas incluindo três ou quatro gerações passando a conviver na mesma casa;
- Mães como figura central - famílias monoparentais chefiadas por mulheres.
- Falta de comunicação das mães com os filhos - a comunicação é uma dimensão de extrema importância na vida familiar e às vezes por falta dele os membros constroem uma barreira afetiva e de diálogo intransponíveis.
- Mudanças habitacionais - as famílias migram constantemente para outras localidades, bairros periféricos, distritos e municípios.

Observamos nos pontos elencados que nos casos que a mulher assume a responsabilidade econômica do lar, ocorrem modificações importantes na qual ela passa a ter o papel de chefe da família, única provedora dos filhos, na qual passa ter como identificação de homem com autoridade moral que se confere a respeitabilidade da família.

A família é um lugar privilegiado de convivência, mas não significa que não ocorram conflitos. Notamos que cada ciclo da vida familiar exige ajustamento das gerações, envolvendo, portanto, o grupo como um todo. Esses conflitos podem ser manifestos ou latentes, o modo de resolvê-los é que faz a diferença, ou seja, a construção coletiva ou a destruição da estrutura familiar.

4. EMARANHADOS INCESTUOSOS

O núcleo familiar é um contexto que pode ser fortalecedor ou esfacecedor de possibilidades e potencialidades da criança e do adolescente. Com as alterações na sociedade brasileira as famílias têm modificado sua identidade a cada ano. Idealizamos uma família que permanece forte em seu vínculo, afetos, proteção, cuidado, promovendo melhor qualidade de vida aos seus membros. Entretanto temos que enxergar a família em um movimento que organiza e reorganiza dentro do universo social.

Os arranjos incestuosos são bárbaros, tais vítimas são menosprezadas e excluídas do contexto familiar e social. O incesto geralmente não consiste de um ato isolado, podendo estender-se por meses e até anos, ou jamais ser descoberto. A vítima abusada não esquece a experiência. Ela pode até não lembrar do ocorrido, mas traz em seu inconsciente todo o drama vivenciado, afetando, dessa forma, suas emoções e relacionamentos no decorrer de sua vida.

A psicanalista Carla Faiman, adverte quanto as interações incestogênicas:

A proibição do incesto tem o aspecto de uma lei que estabelece uma ordem cujas repercussões são muito amplas e podem ser verificada em diferentes níveis, como o do desenvolvimento psicológico individual, familiar, pela definição das gerações e das funções de cada pessoa no núcleo familiar, e no que se refere à interação na comunidade, uma vez que os parceiros para os filhos que crescem devem provir de famílias diferentes. Sobe a mesma questão, a partir de outro ângulo observamos que a experiência da concretização do incesto denuncia uma falha na organização das funções na família e na sua dinâmica psicológica e tem importantes repercussões na constituição do mundo mental das pessoas que, direta ou indiretamente, são envolvidas, caracterizando uma situação de abuso. (FAIMAN, 2004, p. 20)

Esta falha na organização das famílias que expõe meninas a violação sexual, estes vulneráveis aos agressores, que estão tão próximos, que nunca serão suspeitos. Nestes casos, a maioria das genitoras só acreditam na violação se de fato forem confirmadas pelo exame de corpo delito e conjunção carnal. E muitas vezes as vítimas ainda são questionadas quanto à veracidade das informações.

Para AZEVEDO e GUERRA (1998), a vitimação na família incestogênica constitui como uma forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, submetendo-a a um poder do adulto, a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas ou as paixões deste: o poder disciplinador, exigindo que a vítima seja cúmplice, num pacto de silêncio. Para as autoras o incesto é caracterizado como as relações de caráter sexual exercida entre um adulto e uma criança, havendo entre eles laços de consanguinidade, afinidade ou de responsabilidade, que os proíbem, segundo a lei e ou os costumes.

De acordo KORNFIELD apud CECОВI (2000) há dois tipos de incesto: incesto intrafamiliar - o abusador é pessoa ligada a vítima por laços de consanguinidade ou afinidade, (pai, mãe, avos, tios, irmãos, padrasto, madrasta, cunhados, etc.); e incesto polimorfo ou extrafamiliar - em que o abusador pode ser qualquer pessoa que ocupe um papel significativo na vida da criança vindo assim a ganhar a confiança dela e, conseqüentemente, levar uma vantagem psicoemocional em sua vida, (amigos, vizinhos, religiosos, dentistas, médicos, professores, etc.).

Características peculiares são apresentadas por esta famílias que apontam à vitimização. É notório o abuso de poder, em que o mais forte subjuga o mais fraco a fim de atender suas vontades e desejos. Existe um elo de “confiança e responsabilidade” unido à vítima ao abusador, sendo a traição da confiança um dos aspectos mais marcantes desse tipo de violência. O silêncio é imposto à vítima através de chantagens e ameaças.

Quando o abuso sexual acontece na família, a criança pode ter medo da ira do parente abusador, medo das possibilidades de vingança ou vergonha dos outros membros da família ou, pior ainda, temer que a família se desintegre ao desvendar seu segredo.

Devemos considerar o incesto como um ato egoísta, que atrapalha e destrutura a família. Algumas crianças abusadas sexualmente podem ter dificuldades para estabelecer relações harmônicas com outras pessoas, podem se transformar em adultos que também abusam, podem se inclinar para a prostituição ou podem ter outros problemas sérios quando adultos, em outros casos mais severos, pode levar a psicopatia³⁷.

Para Bass e Thornton (1985), citados por Morgado:

Quando um homem usa sexualmente uma menina está lhe passando uma forte mensagem sobre o mundo: que ela só é importante por causa de sua sexualidade, que os homens querem que as meninas deem sexo e que os relacionamentos são insuficientes sem sexo. Está dizendo que ela pode usar sua sexualidade como forma de chamar a atenção e conseguir o afeto que necessita, que o sexo é um instrumento. (MORGADO, 2001, p. 50)

Os autores ressaltam que quando há a violação sexual de uma menina em plena fase de desenvolvimento, elas acabam por banalizar seus corpos juvenis e internalizam que as relações de afetividades são preestabelecidas mediante a sua sexualidade. Com isto anulando a singeleza de seus sentimentos e emoções, suas relações se tornam fundadas nas trocas ou barganhas. Infelizmente, não tiveram a oportunidade de conhecer sentimentos saudáveis e duradouros.

As vítimas do incesto optam por guardar em segredo a violação, por serem intituladas de mentirosas ou até mesmo punidas. Muitos tem a crença de que as crianças mentem e os adultos falam a verdade, ou que as falas e expressões das crianças são menos válidas comparadas com as afirmações dos adultos. O segredo ainda pode ser reforçado por violência e ameaças latentes ou veladas.

O rito do incesto é tão intenso que a pessoa que abusa torna-se ‘outra pessoa’ para a vítima. A dissociação da realidade não permite que a criança perceba a realidade do fato e também não consiga nomear a experiência de abuso como violência. O perpetrador tenta negar a experiência de abuso através da escuridão, silêncio, contato físico ritualizado, evitando o contato visual e

³⁷ Caso apresentado no documentário “A ira de um Anjo”.

outros aspectos que acontecem na interação. As ameaças por parte do agressor e a estrutura negadora da realidade da experiência impede que a vítima seja capaz de chamar esta violação de abuso sexual.

Destaca-se que muitas vítimas permanecem obscuras devido as ameaças sofridas, a vergonha pelo ocorrido. As marcas deixadas a cada dia vão ficando mais profundas e difíceis de descobrir, tal violação é “fácil” de esconder e permanecer velada, pois envolve o descobrir da sexualidade, a invasão dos corpos, a dor, culpa e o medo.

5. LAR: LUGARES TOPOFÓBICOS

O sentido de lar nos arremete a convivência em família, e traz uma conotação sentimental de casa/abrigo com uma atmosfera de amor e carinho. Também pode ser conceituado como um lugar harmônico, em que descansamos, suprimos nossas carências emocionais, interagimos e nos alegramos.

Um lugar onde todos anseiam, o lar, transmite segurança aos seus habitantes, um espaço construído por laços afetivos, composto por símbolos, experiência e cheio de significados. Lá somos aceitos como verdadeiramente somos, com nossas manias, deficiências e qualidades, um ambiente topofílico e saudável.

Este é o lugar que deve representar segurança e cuidados mútuos, entretanto esta é uma realidade distante em muitas famílias brasileiras, infelizmente o lar pode ser um ambiente hostil e antagonico (Topofóbico). Principalmente quando tratamos da violência sexual intrafamiliar, em que todos esses conceitos de estabilidade e harmonia são banidos. Ao passo que distingamos esses sujeitos de direitos meramente como corpos, não vemos o valor de suas almas e que ali há um ser singular.

Os conceitos de topofilia e topofobia nos permite compreender a relação entre o temor despertado pelo espaço, quando um grupo social o define como espaço de violência (topofobia); por outro lado, a afetividade que a ele pode ser associada por seus moradores como espaço vivido (topofilia). “Os espaços do homem e da mulher, refletem a qualidade dos seus sentidos e sua mentalidade” (TUAN, 2006). Desta feita, ratifica a ideia de que o espaço reside não apenas fora, mas também dentro de mulheres e homens.

O lugar topofóbico é um ambiente que emerge sentimentos e emoções de aversão, medo, melancolia e dor, é basicamente um elo negativo do indivíduo com o lugar. O ambiente físico violento, opressor pode ser caracterizado como Topofóbico. O lar incestogênico para a vítima é carregado de medos, traumas e fobias. Tuan em suas obras “Paisagem do Medo” e “Espaço e Lugar”, esclarece sobre os medos e como se dá essas representações do indivíduo no lugar e espaço.

Quanto ponderarmos apenas o lar enquanto lugar, que deveria ser de proteção, cuidado, zelo, um porto seguro, um baluarte. Esquecemos que para essas meninas, violadas é uma prisão com noites escuras e sóbrias.

O lar é cheio de representações, estas podem ser boas ou más. Este é representado e denominado, consoante o geógrafo Tuan (1983), Lugar, aquele onde tenho aconchego, afeto, em que minhas necessidades básicas são sanadas. Este Lar/Lugar pode trazer várias filias e fobias.

Esta pequena amostra utilizaremos os conceitos elaborados por Yi-Fu Tuan (2012): *Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito vivido e concreto como experiência pessoal, precisamos de filia, de aconchego, de proteção [...]*.

A topofilia é um conceito arraigado pelos sentidos e sentimentos, conforme Tuan:

A palavra “topofilia” é o neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com um lugar, pode ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 2012, p.135)

A filia ao lugar, ou seja, os elos afetivos existente no lar são construídos pelos membros que nele habitam. Neste ambiente são despertados vários sentimentos, que fazem parte da construção social do indivíduo.

Nesta famílias incestogênicas notamos que as vítimas, na maioria, ainda tem sentimentos bons, há a tofília pelo espaço vivido, porém o lugar físico (quarto/casa) representa um ambiente tofóbico.

Na maioria das vezes tais vítimas, quando vão a outros lugares ou quando são acolhidas não querem retornar aos lares. Onde muitas vezes permanece o agressor, por mães coniventes e devido a morosidade da justiça. Quando são adolescentes a maioria preferem viver pelas ruas, pois a casa é um lugar indesejável (tofóbico), ficando vulneráveis a dependência química e principalmente a exploração sexual. O corpo para essas meninas representa um espaço violado, inútil e sem valor. Apenas um objeto sem sentimentos ou emoções.

Ao sopesarmos os lares incestogênicos, nota-se nestes lugares características semelhantes, mulheres sem expressão totalmente subordinadas aos companheiros, existem inúmeras violações, sendo a sexual (apenas mais uma), evasão escolar evitando a interação com outras pessoas e dependência financeira.

As violações sexuais foram e ainda são perpetuadas por esses corpos serem tratados como objetos. Os adultos, infelizmente, ainda carregam uma tradição em que as crianças e adolescentes não são capazes de pensar, que são menores “inferiores”, são vários os modelos estereótipos criados, principalmente quando meninas.

Segundo Tuan (1983) a compreensão de Espaço e o Lugar: *o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. [...] são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação. [...]*.

Tuan ainda relata que há dois tipos principais de espaço:

Podem-se distinguir dois tipos principais de espaço mítico. Em um deles, o espaço mítico é uma área imprecisa de conhecimento deficiente envolvendo o empiricamente conhecido; emoldura o espaço pragmático. No outro, é o componente espacial de uma visão de mundo, a conceituação de valores locais por meio da qual as pessoas realizam suas atividades práticas. [...]. O primeiro tipo de espaço mítico é uma extensão conceitual dos espaços familiar e cotidiano dados pela experiência direta. [...] (1983, p.97)

O espaço que relatamos é o mítico que arremete a vida cotidiana e as experiências traumatizantes vivenciadas por estas vítimas, e como elas percebem o espaço familiar. Tuan nos esclarece quando as recepções do espaço e quando estes fundem com o lugar. Para exemplificar o lar é um modelo deste espaço que atribui personalidade, sendo a residência o lugar habitado.

A percepção do espaço dentro do lugar, o lar, é infinitamente divisível, um abrigo individual e portátil. Este lar incestogênico traz várias representações para a vítima, que vive paradoxalmente, ora ama, ora odeia o espaço do lar e sua habitação. Na pesquisa observamos que a Rua para a maioria das vítimas que foram violadas na infância - hoje adolescentes - representa lugar de aceitação e proteção, e a casa (onde permanece o agressor) representa o não lugar, o medo, a vergonha, os conflitos e a raiva.

Tuan apresenta as singularidades do espaço e do lugar onde acontece a violência sexual. O referido geógrafo adota um aspecto humanista ao conferir sentido ao lugar, atendo-se a perspectiva da afetividade que o indivíduo nutre e compreende o meio ambiente. Para Tuan a percepção se dá através dos sentidos, de formar uma visão de mundo e de ter atitudes em relação ao ambiente encontrado.

O geógrafo Tuan (1983) também faz uma reflexão sobre as múltiplas maneiras pelas quais as pessoas sentem, pensam e agem nos espaços e nos lugares, tendo a experiência como item proeminente na construção da realidade.

Assim, o espaço é algo aberto, livre, amplo, vulnerável, desprovido de valores e de qualquer ligação afetiva. Não há no espaço padrões estabelecidos que revelem algo, ou seja, é como se o mesmo fosse uma folha em branco na qual se pode imprimir qualquer significado. Por outro lado, o lugar é algo fechado, íntimo, seguro e humanizado, pois representa um mundo com significado

para quem o erige e o vive. O lugar é a dimensão do mundo vivido e das experiências diárias dos sujeitos, como também é um espaço carregado de valores simbólicos que possui importância para indivíduos e coletividades.

6. FENOMENOLOGIA: CAMINHOS TRAÇADOS

O presente trabalho teve como percurso metodológico a fenomenologia, que nos permite navegar pelos diversos mundos, conhecendo seus habitantes, vivenciando suas vidas e sentindo suas experiências através da observação participante. Para compreendermos a dinâmica da violência sexual intrafamiliar este método nos fornece mecanismos de análises das manifestações deste fenômeno no espaço vivido e no lugar habitado.

A autora Sandra Lencione (1999), relata sobre a fenomenologia, e descreve que:

“acima de tudo, é preciso ressaltar que a fenomenologia consiste num método e numa forma de pensar, nos quais a ‘intencionalidade da consciência’ é considerada chave” porque a “consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, considerada etapa metodológica importante e fundamental”, procurando romper “a oposição entre sujeito e objeto, tanto quanto entre ator e observador” e firmando-se “uma visão antropocêntrica do mundo e uma recuperação do humanismo que a Nova Geografia havia feito desaparecer com seus modelos teóricos”. Com essa perspectiva, o espaço vivido, como “revelador das práticas sociais” passa a ser a referência central, colocando-se o lugar no centro da análise. (p.150)

A fenomenologia nos permite dialogar com o sujeito e analisar a intencionalidade através do meio e do espaço vivido. Analisar o espaço vivido pelas vítimas e o lugar da violência nos permite aprofundar nos pactos estabelecidos entre os sujeitos. A dinâmica da família incestogênica pode ser sopesada à luz de mecanismos fenomenológicos, em que a subjetividade é observada e considerada um elemento importante para a discussão científica.

Empregamos a ideia central da fenomenologia, o conceito de “intencionalidade” que a mente sempre está dirigida para algo. A “intenção” significa a tendência para algo, ela orienta o objeto, dessa forma, o conhecimento só é possível se tiver atraído por um objeto. A proposta de usar esse enfoque está relacionada com valorização do sujeito, não visto mais como objeto. A pesquisa busca o subjetivo e a valorização do mundo vivido, o qual relaciona a experiência de cada menina de forma diferenciada e subjetiva. Desse modo elas dão o significado às coisas e transmitem suas representações de mundo. A fenomenologia sempre irá passar pelas vivências que são únicas e singulares.

Os aportes fenomenológicos auxiliam na compreensão deste mundo vivido, na compreensão de que espaço e tempo se vinculam na experiência de vida de agentes sociais em determinado espaço. Após uma abordagem fenomenológica se torna possível uma melhor forma de observar e analisar o espaço vivido dessas vítimas. Para melhor discernimento, a respeito da utilização deste como aporte metodológico, é necessário o conhecimento a respeito do conceito fenomenológico, para isso nos embasamos em Tuan.

Para Tuan (2012), que buscando alternativas de abordagens, explica que a Geografia oferece esperança, pois a terra é o lar das pessoas, de mulheres e homens com suas singularidades. Referido autor causou grande impacto para a comunidade geográfica, quando subscreveu a obra Topofilia. Com tal publicação a Geografia Humanista ganha referência, e seus conceitos começam a difundir-se. Tuan trouxe um novo olhar, abriu horizontes, aguçou a imaginação e auxiliou no fortalecimento do pensamento humanista sobre o indivíduo e o ambiente, pensamento baseado nessa afeição e envolvimento com o lugar.

As ferramentas da fenomenologia nos dá a possibilidade de observar e compreender os lugares e os espaços construído a partir da visão de mundo e das experiências vividas, neste caso, meninas vítimas de violência sexual, o qual tivemos acesso a suas histórias e suas experiências através da observação participativa com relatos em diário de campo.

Utilizamos como principal instrumento metodológico, para a coleta de informações sobre o histórico das vítimas, utilizamos a Observação Participativa com relatos em Diário de Campo.

Estas ferramentas foram essenciais para a abordagem dos sujeitos pesquisados. “Arte de ver, arte de ser, arte de escrever” (WINKIN, 1998, p. 132).

Ressalta-se uma questão importante registrada por Vianna (2007), o qual, diz respeito a prática da Observação Participativa, podendo ser ela aberta ou oculta. Na primeira delas, o observador é identificado e os sujeitos sabem que estão sendo observados. Na segunda, existe um sigilo sobre o observador e ele age como os demais sujeitos. Em nossa amostra empregamos a primeira delas, por ser a mais indicada e com uma posição ética mais coerente diante dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Para o registro das informações feitas a campo utilizamos o diário de campo, sendo este um instrumento formidável na trajetória do trabalho. De acordo com Winkin (1998), nele deve ser registrado tudo aquilo que foi vivenciado e observado em campo.

Compreende-se que as famílias selecionadas apresentam formas distintas de aceitação ou repulsa da violação sofrida pela vítima. Espaços estes que podem ser observados através da fenomenologia. Nestes lares, através das falas, podemos adentrar e entender a dinâmica e as formas de sobrevivência. O lugar da habitação, muitas vezes, representa insegurança, rejeição e hostilidade.

A família incestogênica vive em um emaranhado de sentimentos paradoxais, desejos e comportamentos difíceis de serem compreendidos, mas a fenomenologia nos permitirá adentrar de forma sutil, e compreender parte da simbologia deste espaço vivido e do lugar em que manifesta esta violência.

7. DIALOGANDO COM OS RESULTADOS

A cidade de Porto Velho apresenta um misto de culturas nortistas, nordestinas e manauara. Tem características de capital, mas traz várias singularidades do interior do estado de Rondônia, neste modo de vida rudimentar esconde algumas violações contra a mulher. Dentre elas pontuamos a violência sexual que está baseada no uso de força arbitrária e coerciva ou indução da vontade³⁸, está com a finalidade de causar danos e saciar o prazer do agressor através da dor da vítima, em uma relação assimétrica de poder (o macho viril superior à fêmea).

A localização do trabalho é na região amazônica do país, precisamente, localizados na parte oeste da Região Norte do Brasil, o Estado de Rondônia encontra-se em área abrangida pela Amazônia Ocidental. A escolhida foi região urbana de Porto Velho, delimitação da pesquisa. A capital é dividida por zonas urbanas, totalizando sete regiões, Norte, Centro-Oeste, Sudoeste, Sul, Centro-Norte, Centro-Leste e Leste.

Para compreensão do *Locus* onde foram coletados os dados, o serviço de atendimento às vítimas de violência sexual está inserido na Política de Assistência Social, no Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS no município de Porto Velho.

Sabemos que a violência intrafamiliar é presente em nosso país e afeta principalmente as meninas em sua infância e adolescência. Em Porto Velho este contexto não é diferente, conforme verificamos em campo e através dos dados coletados em instituições de proteção infanto-juvenil.

Como universo da pesquisa formamos selecionamos vinte famílias para construção de um quadro para melhor compreensão dos casos com as principais semelhanças entre as vítimas: cor, idade, vínculo com o agressor, renda, escolaridade e com quem reside. Dentre essa fora tiradas seis casos para uma análise mais detalhada através da observação participativa.

As famílias selecionadas foram por serem casos considerados graves e em alguns lares permanece a convivência com o agressor. As faixas etárias foram de 05 a 18 anos, idade quando houve a revelação e iniciaram as intervenções profissionais.

No gráfico 01 há casos em que quando aconteceu já houve a verbalização e cessou a violência sexual, mas estes são raros, a maioria predominante foi na infância ou pré-adolescência e apenas

³⁸ A Indução da Vontade, geralmente é feita através de presentes, promessas e concessões de privilégios. É importante ressaltar que mesmo não existindo uma violência real, a violência presumida subsiste. A criança não pode ser considerada culpada em hipótese alguma. A culpabilidade deverá sempre recair sobre a pessoa do adulto que tem o dever e o poder de proteger a criança. (Centro de Combate à Violência Infantil - CECovi, 2008).

revelaram na adolescência. Destacamos, também, que algumas meninas chegaram ao serviço de atendimento após alguns meses ou anos após a revelação da violência sexual devido à morosidade dos serviços públicos.

No desenvolver da pesquisa foram coletadas informações junto Centro de Referência - CREAS onde avaliamos Relatórios Anuais do Serviço de Violência Sexual, à pesquisa a campo foi através de análises documentais e observação participativa com coleta de dados em diário de campo.

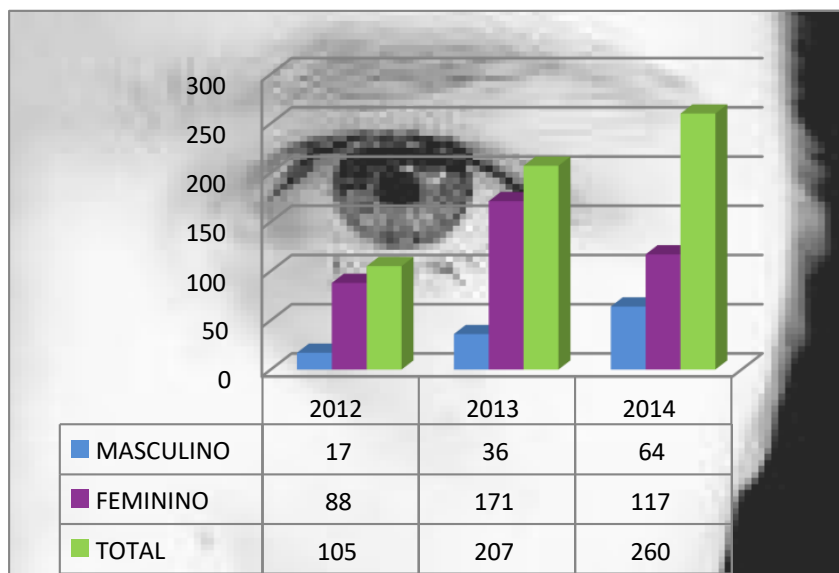
Ressaltamos que o incesto inclui toda agressão com finalidade sexual, com ou sem contato físico, tendo ou não a indução da vontade da vítima. Este abuso é praticado por uma pessoa que tem poder sobre a outra e ocorre preferencialmente no lar ou em qualquer local público. Tal violação é uma exploração do poder, as pessoas jovens, particularmente as meninas, estão especialmente em risco e as violações podem ter consequências duradouras para sua saúde e violam seus direitos sexuais e reprodutivos.

Infelizmente podemos notar que nestas relações incestogênicas a menina é usada como objeto de prazer e gratificações sexuais, sendo um processo de coisificação da vítima destruindo sua infância ou adolescência. Os agressores sexuais abusam/exploram estes corpos juvenis meramente como objeto para saciar seus impulsos e desejos sexuais deturpado.

O incesto refere-se ao abuso sexual de uma criança por outro membro da família. A definição legal de incesto é a coabitação entre pessoas aparentadas em um grau no qual o casamento seria proibido por lei.

No CREAS, colhemos dados dos anos de 2007 a 2010, de 2011 destes tivemos informações somente do primeiro semestre com apenas 66 casos notificados, as informações do segundo semestre estavam desconstruídas por isto decidimos não apresentá-las. No gráfico a seguir apontaremos os dados anuais de 2012 a 2014 dos casos que chegaram ao conhecimento público através dos órgãos de defesa e proteção das vítimas.

Gráfico 01 : Casos de Abuso Sexual CREAS/PAEFI



Fonte: Relatório Anual - CREAS/PAEFI. Org. Lyra (2015)

No gráfico verificamos que em 2012 foram atendidos no CREAS/PAEFI apenas 17 meninos e 88 meninas, totalizando 105 casos. Estes números que tivemos acesso não esclarecem as idades nem informações mais detalhada das vítimas. Estes casos foram os que chegaram ao conhecimento público e registrados nos órgãos de proteção a vítima.

Em 2013, conseguimos dados mais detalhados, onde foram realizados no total 207 atendimentos psicossociais as vítimas e seus respectivos familiares (membros não agressores). Pontuamos neste ano 171 corresponde ao gênero feminino o que equivale a 83% dos casos atendidos e 36 ao gênero masculino, ou seja, 17% do percentual total.

Nos relatórios anuais conseguimos ver a idade das vítimas, sendo 41 casos atendidos correspondem entre 0-6 anos de idade ficando com 20% do total, 67 casos entre 7-12 anos o que

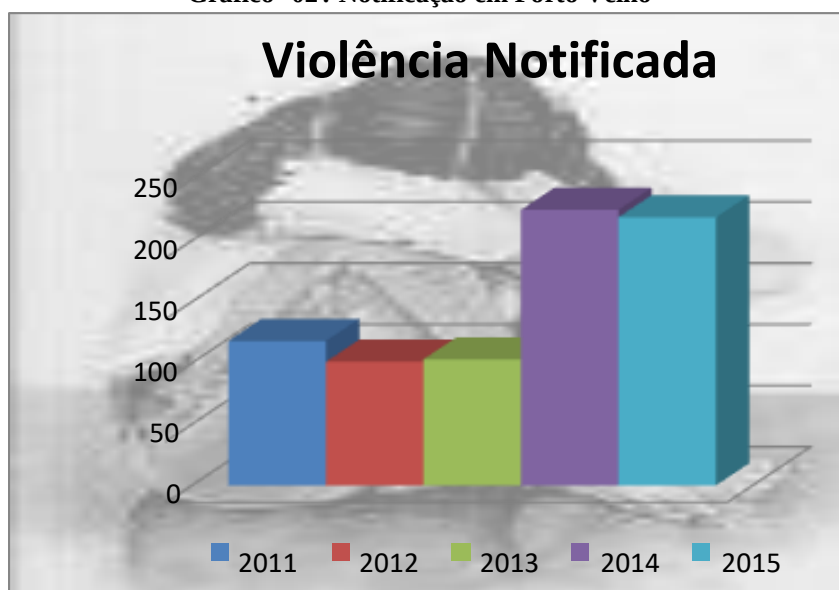
equivale a 32% e 99 casos entre 13-18 anos ficando com um percentual de 48%. As informações mais recentes, obtivemos através do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescente de 2015.

Através do Disque 100 verificamos, em Rondônia, os números registrados pelo dique denuncia no período de 01/07/2012 a 31/03/2013 onde foram notificado 1.377 denúncias sobre violência contra crianças e adolescentes. Em Porto Velho foram 836 casos registros totalizando (60%) das denúncias. Sobre os tipos de violência notificados, encontramos o seguinte: negligência 72%; violência psicológica 45%; violência física 41%; violência sexual 33%; exploração do trabalho infantil 11%; outras violações dos direitos humanos 3%.

Pontuamos que quando dialogamos com os profissionais de atendimento a violência sexual no CREAS compreendemos que os dados registrados nos órgãos de proteção são insignificantes, pois são relevados nos atendimentos outras vítimas (irmãs, tias, primas, vizinhas). Formando assim uma rede de meninas abusadas, muitas vezes pelo mesmo agressor.

Conseguimos com a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA os dados específicos de crianças as adolescentes vítimas de violência sexual em Porto Velho nos últimos cinco anos (2011-2015) que foram notificadas nas Unidades de Saúde, de acordo com o gráfico a seguir:

Gráfico 02: Notificação em Porto Velho



Fonte: SINAN/DVEA/SEMUSAPHV - 2015. Org. Lyra (2015)

Consoante informações contidas no gráfico foram notificadas e atendidas pela SEMUSA 118 casos no ano de 2011, foram coletados 101 notificações em 2012, no ano de 2013 foram 103 vítimas, em 2014 são 225 casos e mais recentemente em 2015 até setembro 219 casos de violências contra a criança e adolescente. Salienta-se que estes dados são apenas as vítimas que foram notificadas e passaram por unidade de atendimento hospitalar, entretanto muitas vítimas permanecem anônimos.

O processo de seleção junto ao CREAS das famílias originou a criação do quadro, onde os nomes das vítimas são preservados através de nomes fictícios, optamos por usar qualidades femininas. No quadro a seguir foram elencadas 20 famílias, estas selecionadas para relato de caso (acesso através de documentos), estas acompanhadas pelos profissionais do CREAS/PAEFI do ano de 2010 até 2014, casos caracterizados como incesto intrafamiliar, residentes na região urbana de Porto Velho. Pontuamos que dentre essa 20 famílias conseguimos efetivar a Observação Participativa em apenas 10 casos que serão relatados no decorrer deste capítulo, todos descritos em Diário de Campo. Posteriormente serão relatadas algumas histórias das vítimas, preservando suas identidades e mantendo o sigilo profissional.

Para o melhor entendimento do quadro usaremos a primeira família como modelo. Na primeira coluna (FAMÍLIA) temos dispostas 20 famílias sendo 28 vítimas, pois há mais de uma vítima na

mesma casa. Exemplo (Fam.01) composta por Bela de 9 anos e Linda de 12 anos (as idades são de quando iniciaram os atendimentos), a identidade foi preservada (“NOME”), iniciaram os atendimentos e terminaram no ano de 2010 (INC. / TERM.), ambas são brancas (COR), encaminhadas pela DEPCA (ENCAMIN.), foram abusadas pelo Padrasto (AGRESSOR), estavam cursando o Ensino Fundamental (ESCOLARIDADE), e na época ficaram morando com as tias (RESIDE COM) em residências diferentes no (BAIRRO) Juscelino Kubitschek - JK, as duas residências com baixa renda (RENDA), ambas Beneficiárias do Bolsa Família - única fonte de renda fixa, a escolaridade das responsáveis (ESCOLARID. RESP) não foram informadas nos documentos analisados.

Apresentamos as histórias das seis famílias observadas de forma participativa e interativa, para a compreensão da dinâmica familiar incestogênica, estas atendidas no CREAS pela equipe técnica. A família nº 15 é composta por quatro irmãs “Serena”, “Vaidosa”, “Digna” e “Bondosa”, a história será relatada a seguir:

Serena, dezessete anos, veio para atendimento no CREAS após alguns anos do ocorrido, a interação com a adolescente foi muito difícil devido ao medo e vergonha. O fato aconteceu no Assentamento Joana Darck, Serena e suas irmãs foram abusadas pelo padrasto, primeiro aconteceu com Serena depois as irmãs assim que cresciam, entre a pré-adolescência e início da adolescência. Serena relatou para a genitora, mas ela não acreditou e começou a lhe agredir psicologicamente até conseguir expulsá-la de casa, vindo a morar com a avó materna e posteriormente com o tio em Porto Velho. Um episódio marcante, relatado, foi que a adolescente em um dado momento, “possivelmente grávida”, ficou sem menstruar alguns meses, relatou para a mãe do padrasto (“avó”), que diante desta informação fez um remédio (chá), insistiu para que tomasse, e após ingerir passou muito mal e depois menstruou muito (hemorragia)... A equipe acredita que a adolescente ficou grávida (e abortou) e não teve noção do ocorrido... E ainda não teve noção da gravidade, ou do que ocorreu. Ela conta o episódio de forma ingênua... A irmã Vaidosa fez a denúncia e posteriormente, sobre pressão, desmentiu tudo, e rejeitou a irmã Serena pelas denúncias contra o padrasto, as últimas informações que tivemos é que Vaidosa permanece morando com a genitora e o agressor, que permanece solto. Digna e Bondosa residem com o genitor em Jaci Paraná, as adolescentes também denunciaram o padrasto pelos abusos sofridos. (DIÁRIO DE CAMPO, 2013 apud LYRA, 2015, p.140).

O caso acima nos remete a muitas famílias incestogênicas, que existe a convivência das genitoras. Isto é “comum” quando são padrastos, instala uma “espécie” de rivalidade por parte da genitora em achar que foi trocada, ali iniciam as agressões e muitas vezes a expulsão da vítima. Muitas dessas meninas abandonadas pela figura central (mãe) são jogadas para a exploração sexual (prostituição), “presas” fáceis para os agenciadores sexuais. A maioria das famílias incestogênicas apresenta este perfil, genitora omissa, prefere o marido a as filhas, fomentando uma relação doentia e egoísta.

A Fam.07 a criança aqui tratada, “Valente” e sua genitora “Esperança”, traz uma história muito triste de um processo transgeracional de violência sexual. Valente é fruto do abuso sexual pelo genitor de Esperança, ou seja, Valente foi abusada pelo pai/avô. Confira a história:

Valente é uma criança de cinco anos, anteriormente vivia com o avô. Foi abusada sexualmente há alguns anos até a revelação... Quando veio para os atendimentos era acompanhada pela genitora Esperança, que denunciou a violência com a filha, porque não queria que ela sofresse igual ela... A mãe só teve afetividade por Valente, e decidiu cuidar/criar após descobrir que a criança era abusada sexualmente pelo avô. Esperança também fora vítima de violência sexual pelo pai (após a morte de sua genitora), da infância até chegar à adolescência, quando engravidou de Valente e fugiu de casa, preferindo as ruas. Valente nasceu ainda na adolescência de Esperança, que por não ter condições de criar a filha, preferiu deixar com o avô/pai. Com a descoberta Esperança por não querer que a filha sofresse mais com as agressões sexuais, requereu a guarda da criança, outrora com o avô... O agressor, estava impune, mesmo tendo abusado da filha Esperança e da filha/neta Valente, até a última abordagem. Atualmente Esperança vive em outro relacionamento tem outros filhos e Valente permanece sob seus cuidados. (DIÁRIO DE CAMPO, 2013 apud LYRA, 2015, p.141).

Observamos que este caso foi bem significativo e muito complexo para equipe técnica. O abuso da genitora só foi relatado nas últimas abordagens, em que a equipe começou a interpretar

o caso, tralharam questões de laços fraternais entre mãe e filha, para superação dos conflitos existente. Para Esperança a convivência com a criança era muito difícil e paradoxal, pois ao olhar para filha e lembrava do estrupo e de todo sofrimento vivido em sua infância e adolescência.

Foram alguns anos de atendimento com a família, Valente durante muito tempo reproduzia o abuso através da estimulação sexual, praticada pelo agressor. A criança por não compreender a gravidade da violação acaba reproduzindo tais práticas. A intervenção profissional é extremamente necessária para a construção de novos significados e redução dos danos sofridos.

Olhemos a história da (Fam.16) que versa parte da vida de “Vitória”:

A adolescente Vitória, de treze anos, indígena, reside na região periférica de Porto Velho, onde nasceu e cresceu. Desde os nove anos, foi abusada pelo genitor, a mãe não é alfabetizada, catadora de lixo, e dependente de recursos governamentais para sobreviver. Quando vitória tinha apenas um ano o pai a chutou contra a parede, não bateu mais na criança porque a genitora chegou, ele nunca manifestou sentimentos afetivos pela filha. A genitora relata que os abusos ocorreram quando a mesma estava trabalhando. O agressor de sessenta anos, já abusou de outras filhas no passado, uma delas ele abusou dos seis até os quatorze anos. A genitora uma senhora pouco instruída, não tem noção da gravidade dessas violações. No último contato tomamos ciência que o agressor estava foragido, e que a prisão já havia sido decretada pela justiça. A família foi apenas em uma intervenção com a equipe técnica, desistiram do tratamento. Visitas domiciliares foram realizadas na tentativa de localizar a família, porém sem êxito. Os técnicos perderam o contato com a família. (DIÁRIO DE CAMPO, 2013 apud LYRA, 2015, p.142).

Observamos que os povos indígenas em nosso estado não têm sido assistidos pelas políticas públicas setoriais, são invisibilizadas nesse processo. Esta família é extremamente vulnerável, observamos que a dependência financeira levou esta mãe a assistir praticamente todas suas filhas serem vítimas de seu companheiro. Sabemos que isto não justifica tais ocorrências, nem minimiza a omissão materna, mas podemos mensurar a miserabilidade que há neste processo hostil. A falta de assistência às famílias monoparentais chefiadas por mulheres é significativa. Quando há a saída deste agressor, que também é o principal provedor ou o único, as famílias ficam à mercê dos benefícios governamentais ou doações. As fragilidades destas famílias são gigantescas e confirmam a cada dia não efetivação de direitos sociais em nosso país.

A história da (Fam.17) adolescente intitulada por “Mansa”:

A adolescente Mansa aos quinze anos, veio para atendimento após a revelação da violência sexual praticada pelo genitor. A genitora não acredita que o marido tenha feito isto, vê como uma imaginação da adolescente, ela sempre foi muito arredia e raramente acompanha a filha nos atendimentos, que comparecia aos encontros sozinha. Mansa dialogava com as profissionais e sempre dizia que a família estava toda contra ela e que era melhor ter ficado calada... Houve vários conflitos na família, após a revelação. No decorrer dos meses observamos a fragilidade da adolescente em voltar para a casa, onde o agressor morava, relatava que não conseguia vê-lo mais como pai. Após alguns meses a genitora compareceu bastante alterada, apenas para relatar que a adolescente não parava em casa e vivia dormindo fora, ajuizando e depreciando a adolescente... Um dos encontros a adolescente disse que não era aceita em casa e nas ruas era melhor, sem brigas, gritos e julgamentos... Mansa foi adquirindo confiança e relatou que neste ínterim, parou de estudar, chegou a fazer programas sexuais e usou drogas... Nesta situação de vulnerabilidade encontrou um adolescente, um ano mais velho, começaram a namorando e resolveram “morar junto”. Relata que saiu daquela vida pelo namorado, disse que algumas vezes ele já a agrediu, mas prefere ficar com ele a voltar para casa dos genitores. Neste ano soubemos que ela teve um filho com o adolescente, o casal foi residir na casa dos pais de Mansa porque o bebê nasceu com microcefalia e necessita de cuidados especiais... A família voltou a se “relacionar” melhor com a adolescente... O casal permanece junto, ora mora com os genitores do adolescente, ora com os de Mansa. Atualmente a adolescente está com alguns transtornos psiquiátricos, conforme observação da equipe profissional. O agressor continua impune. (DIÁRIO DE CAMPO, 2014 apud LYRA, 2015, p.143).

A observação desta família nos relembra o perfil das famílias incestogênicas ditas organizadas, que por um zelo da “perfeição” escondem e perpetuam a violação. E quem ousa revelar, é excluído do núcleo “fraternal”. Fato este obscurecido por toda família, são os pactos de silêncio para a

perpetuação do “status” da família perfeita. Traços típicos das famílias rígidas, que não permitem o acesso e intervenções externas. Este lar para Mansa é cheio de Topofobias, as filias representadas na infância foram destruídas após a violação de seu corpo na adolescência pelo genitor. Este lugar traz medo, vergonha e exclusão, já não existe o espaço para a adolescente usufruir de suas espacialidades.

O caso de “Esplêndida” e “Glória” (Fam.18), demonstra uma família desorganizada, monoparental e difusa, com várias pessoas agregadas, membros da família em decorrência do uso de substâncias psicoativa estão com doenças graves, há inúmeros conflitos geracionais, vejamos:

As adolescentes, Esplêndida com quatorze anos e Glória com dezesseis, foram abusadas sexualmente pelo o tio, a mais velha Glória é deficiente auditiva, e nesta trajetória ficou grávida e ela nunca revelou quem é o pai da criança, fatos que apontam para o agressor, hoje a criança tem um ano. As adolescentes chegaram ao serviço por suspeita de exploração sexual. Nas primeiras intervenções, com parte da família, podemos perceber a completa desestruturação familiar, a genitora ora negava, ora relatava, à denúncia, apenas verbalizou de forma sutil que seu irmão já havia abusado de sua filha Esplêndida, mas depois confundia os relatos. A genitora tem muita dificuldade de compreensão, e não foi alfabetizada, já sofreu várias violações por companheiros. A família reside de favor na casa do tio/agressor, onde observamos que na casa funciona algum tipo de tráfico de entorpecentes. Conseguimos elencar aproximadamente onze pessoas na residência, fora os tios que não foram citados. De acordo as vítimas o tio relata “que elas estão em sua casa e ele pode fazer o que quiser com ela, pois dependem dele”. Esplêndida prefere sair de casa a ser abusada, para ela a rua representa segurança... Nos últimos atendimentos constatamos que Esplêndida está cumprindo mediada socioeducativa, é ameaçada por traficantes e pelo “namorado” (39 anos). O contato com Glória é extremamente difícil, porque não foi alfabetizada em LIBRAS e não se expressa por gesto, à genitora relata que às vezes entende a filha... O agressor é envolvido com o tráfico de drogas e até o último contato permanecia solto, cometendo os mesmos crimes com adolescentes. (DIÁRIO DE CAMPO, 2014 apud LYRA, 2015, p.142).

Esta família não compareceu aos atendimentos necessários para as adolescentes, apenas foi nos primeiros agendamentos, e a equipe perdeu o contato. Soubemos por outros profissionais que Esplêndida estava cumprindo medida socioeducativa por cometer algum ato infracional.

As irmãs “Dama” e “Terna”:

Dama com quatorze anos e Terna com quinze anos, afrodescendentes, residem em uma invasão na região periférica da capital. Ambas foram abusadas sexualmente pelo genitor na adolescência, este permanece impune. A genitora também sofre violência constantemente, mas prefere não se manifestar sobre o ocorrido com as filhas, diz que pode ser boato, depois relata que pode ser verdade... Devido às inúmeras negligências na família, as adolescentes foram acolhidas em abrigos, algumas vezes, mas fugiam e retornavam ao lar. Com o passar dos meses a família não compareceu aos agendamentos da equipe, mas em contato com a genitora, disse que as adolescentes recusam qualquer tipo de atendimento ou intervenção. Posteriormente soubemos que Terna foi conduzida, por todos esses conflitos, a exploração sexual e não se vê como vítima, apenas escolhas... Junto à equipe, obtivemos informações que as adolescentes atualmente estão vivendo maritalmente com homens mais velhos envolvidos com crimes e tráfico de drogas. Na tentativa de aproximar das adolescentes a equipe, em visita domiciliar, acabou encontrando o agressor, que com altivez proferiu inúmeras depreciações contra as filhas, tendo a equipe que se retirar do local com muita cautela. Tomamos ciência que este agressor trabalha em escola pública e já teve outros “relatos” de possíveis vítimas... (DIÁRIO DE CAMPO, 2013 apud LYRA, 2015, p.144).

O caso supracitado aponta para uma família que se acovardou diante da revelação, sendo a própria genitora a denunciante. A família permanece em total vulnerabilidade, as adolescentes não se percebem mais como vítimas, acham que é um fato e que todos, algum dia podem sofrer. No contato com Terna, esta expressou muita raiva dos genitores e na tentativa de minimizar a culpa da genitora dizia que o genitor não morava mais na residência. Fato este negado pela equipe que sempre o encontrava nas visitas ao domicílio.

Os casos aqui relatados são histórias reais vivenciadas por estas meninas, que foram vítimas de quem deveria protegê-las, e no lugar onde representaria aconchego. Para estas vítimas o lar,

lugar habitado, representa dor, medo, angústia, cárcere. Para as adolescentes o lugar de acolhimento acaba sendo a Rua, com espaços diversos criados e recriados. O não lugar é o cotidiano dessas meninas vítimas, conforme esclarece Tuan, um lugar topofóbico, com representações ruins e traumáticas.

Nestas observações participativas podemos em muitos momentos sentir a angústia dessas vítimas e ver a vontade delas de sair desse espaço criado, encarcerado e potencializado por estas famílias. Onde impera a lei do silêncio, em que outras violações perpassam o cotidiano das casas, sendo a sexual apenas mais uma dentre tantas omissões e negligências. Não conseguimos visualizar o sentimento de pertencimento quanto ao espaço e lugar, elas se sentem excluídas neste local violativo e topofóbico.

As famílias relatadas, apresentam comportamentos similares com características entre agressor, genitora e vítimas. O agressor é apontado como o principal ou único provedor financeiro, autoritário e violento; as genitoras vistas como omissas, apáticas e passivas (vítimas de inúmeras violações) e as vítimas são oprimidas, tristes, emocionalmente instáveis, e há uma banalização do corpo quando adolescente. Notamos que quando a vítima é criança a recuperação é mais rápido e os resultados são visíveis, já quando são adolescentes, geralmente casos mais graves e por já terem noção do que sofreu os resultados são lentos e não tão visíveis devido ao tempo (anos) de violação. Como dissemos anteriormente a maioria destas meninas foram vítimas ainda na infância e só tomam ciência na adolescência ou na vida adulta.

Em Porto Velho as Zonas mais distinguidas e noticiadas são apenas quatro (Norte, Sul, Leste e Central), a região mais periférica e com grandes porções de “invasões”, áreas insalubres e de difícil acesso é a Zona Leste. Esta infelizmente é responsável, por vários homicídios, latrocínios, disputas por territórios, confronto por drogas, sendo a mais conhecida e ao mesmo tempo esquecida pelo poder público.

Conforme análise da pesquisa, observamos que na Zona Leste desta capital predominam os casos de violência doméstica, em especial destacamos a sexual investida contra mulheres, crianças e adolescentes. Na tabulação dos dados coletados confirmamos que as vítimas de violência sexual estão predominantemente na Zona Leste desta Capital.

A seguir visualizaremos um mapa que foi elaborado, para a melhor visualização dos bairros, correlacionado com os agressores, em que acontecem os casos de famílias incestogênica, quadro 01, das vinte famílias selecionadas. Destaca-se que no mapa a (Fam.08), o distrito de Triunfo foi representado pelo Bairro Teixeira, local onde a vítima estava acolhida por familiares. A (Fam. 13), do Porto Cristo, uma invasão do Bairro São Francisco e Joana Darck e Jaci Paraná representado pelo Bairro Cuniã, atual residente de um das vítimas (Fam.15).

8. REFLEXÕES FINAIS

Consideramos que até aqui cumprimos uma pequena etapa, neste grande universo que é dar visibilidade aos casos de incesto em nossa cidade. Sabemos que não é fácil, e dar expressão a este fenômeno que perpassa por gerações e invade a vida de muitas crianças e adolescente, que muitas vezes estão ao nosso lado e não queremos enxergá-las. Mas, consideramos que a ciência tem esse papel de desnudar esses fenômenos.

São gritos, choros, sons desagradáveis, móveis caindo, ocorrências como essa são angustiantes, principalmente se vindas da casa do vizinho ou até mesmo da nossa casa. Não sabemos como agir e o silêncio parece a melhor saída, afinal a maioria pensa, por envolver num terreno tão perigoso e conflitante com certeza custara muito caro.

A violência custa muito caro, alguns pagam com dinheiro, outros com trabalho, alguns com o silêncio e muitos com a vida. São rumores que ouvimos todos os dias e não fazemos nada. São crianças e adolescentes com sonhos destruídos, futuros incertos, sendo vitimadas pela violação de seus corpos, de suas vidas! O grito é ensurdecedor temos que agir e denunciar, são governantes, profissionais, vizinhos, maridos, pais e até mesmo mães.

A violência não tem forma ou regras pré-estabelecidas ela atinge todas as classes sociais, não tem cor nem idade, mas tem gênero, infelizmente estatísticas confirmam que é o feminino, visto com menor ou inferior, em uma relação assimétrica de poder.

A geografia nos permitiu conhecer o espaço e lugar onde ocorre a violência sexual nesta região do país e nos consentiu compreender as topofobias provocadas pela família incestogênica. Tema, este, ainda tratado como tabu em muitas áreas do conhecimento, a geografia das sexualidades nos permitiu dialogar com o fenômeno e descrevê-lo com suavidade.

Notamos na pesquisa que a violação é uma questão de gênero a ser enfrentada, gerando e estabelecendo relações de poder assimétrico, julgando o agressor ser dono da vítima, tratando-a como objeto de prazer.

Um ponto importantíssimo, levantado foi a questão de renda, confirmamos que a família incestogênica permanece “unida”, devido a dependência financeira que as genitoras tem dos agressores, que usam este argumento como moeda de troca.

Notoriamente as genitoras apáticas permitem esta perversidade, ou não querem enxergar, para a continuidade da família. Estas mulheres sempre acham que o agressor vai mudar e não irá tocar mais na filha, outras estabelecem uma relação de disputa, preferindo expulsar a vítima de casa. Notamos também que estas mulheres são vítimas e não se sentem autônomas ou empoderadas para sair desta situação, sendo um processo transgeracional de violência doméstica.

Identificamos que muitas famílias não se preocupam e não seguem os atendimentos necessários, a não ser por intimação judicial. O resultado dessas ações pode ser desastroso, pois a vítima pode internalizar o abuso sexual incestogênico como algo normal e uma forma de carinho, podendo futuramente passar do papel de vítima para agressor.

Destacamos que muitas famílias desistem sem terminar o tratamento, muitas por já terem passado vários anos da violação, outras por não terem dinheiro para o transporte, e muitas pela vergonha em lembrar tal violação. Ficando apenas na história como dados numéricos, sem a efetiva intervenção profissional, extremamente necessária às vítimas.

Os dados apontados revelam que há muito a pesquisar. As notificações e denúncias ainda são poucas, comparadas à dimensão que estimamos da violência sexual infantil-juvenil, em nossa Capital, “tida em alguns lares como normal” e perpetuada por gerações.

A sistematização e publicização desses dados, respeitando o sigilo das vítimas (o anonimato), são necessárias para criação de banco de dados e captação de recursos públicos para o trabalho com essas meninas. O trabalho com essas famílias é muito complexo e a longo prazo, as vítimas e suas famílias devem ter um atendimento especializado, um acompanhamento sistemático para auxiliar na reestruturação individual, familiar e social.

Vemos que a prevenção é a forma mais sábia de construir uma sociedade justa e democrática. Com o compromisso ético profissional podemos assegurar que nossas meninas tenham condições dignas de vida e liberdade. Uma sociedade que investe na família está depositando uma quantia inestimável na estrutura de seu país, estrutura sólida e coesa que traz a sustentabilidade tão desejada por mulheres e homens.

O país, em conjunto com os estados e municípios precisam investir de forma qualitativa nestas vítimas, e assegurar direitos (à vida, à saúde, à segurança, à dignidade humana), proporcionar qualidade de vida e efetivar a cidadania.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (org). Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2000.
2. AZEVEDO, M.A, GUERRA, Viviane (Orgs), Infância e Violência Doméstica fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009.
3. BRAUN, Suzana. A violência Sexual Infantil na Família: do silêncio à revelação do segredo. Porto Alegre: Age, 2002.
4. CREAS/PAEFI. Relatório Anual do Serviço de Enfrentamento da Violência Sexual de 2013. Porto Velho/RO, 2013. Relatório.
5. FAIMAN, Carla Júlia Segre. Abuso Sexual em Família: a violência do incesto à luz da psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
6. LYRA, Ana Paula de Aquino Pereira. Diário de Campo. Porto Velho, 2014.

7. LYRA, Ana Paula de Aquino Pereira. Geografia e Sexualidade: o Espaço e Lugar de Meninas Amazonidas no Contexto da Violência Sexual Intrafamiliar. 2015. 165p. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNIR, Porto Velho, 2016.
8. MONTEIRO L.; ABREU, V. I.; PHEBO, L. B. Abuso Sexual: Mitos e Realidade. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados. 1997.
9. MORGADO, Rosana. Abuso Sexual Incestuoso: seu enfrentamento pela Mulher/Mãe. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PUC. São Paulo, 2001.
10. SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1999.
11. TUAN, Yi-Fu. Geography, phenomenology and the study of human nature. Canadian Geographer. 15 (2), 181-192, 1971.
12. TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL. p. 143-164. 1982.
13. TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de: Livia de Oliveira. São Paulo: Editora DIFEL, 1983.
14. TUAN, Yi-Fu. Paisagem do Medo. Traduzido por: Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
15. TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Traduzido por: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.
16. VIVARTA, Veet. O Grito dos Inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003.

Conflitos em comunidades tradicionais: um estudo sobre o Faxinal do Salto – Paraná

Conflictos en comunidades tradicionales: un estudio sobre el Faxinal do Salto – Paraná

Sonia Vanessa Langaro

RESUMO: O presente trabalho de pesquisa busca apresentar uma discussão sobre conflitos existentes em relação aos povos tradicionais brasileiros, tendo como exemplo investigado as chamadas comunidades faxinalenses. O recorte espacial específico refere-se a uma comunidade denominada como Faxinal do Salto, localizada no município de Rebouças – Paraná. Os faxinais são comunidades de cunho coletivo presentes nos espaços rurais do Centro-Sul do Paraná e são reconhecidos na categoria de povos tradicionais. Nestas comunidades, a área de uso coletivo é denominada como criadouro comum, sendo um local onde a criação de animais e demais reproduções físicas, culturais e sociais se manifestam geralmente de forma coletiva. Para além dos limites do criadouro comum estão as terras utilizadas para o plantio de alimentos em maior quantidade e demais vegetações. De maneira geral, o que se observa através de estudos de diversos pesquisadores sobre o tema é a drástica diminuição desta forma de uso da terra a partir no final do século XX e início do século XXI, sendo ocasionada principalmente pelo intenso avanço das agriculturas mecanizadas que avançam nos territórios de uso coletivo e também individualização das propriedades. Neste sentido, este foi o cenário identificado na comunidade em questão a partir de observações e entrevistas realizadas com moradores. Desta forma sendo o Faxinal do Salto uma das poucas comunidades que resistem diante de muitas pressões, esta pesquisa apresentará quais são as dificuldades encontradas e quais apoios públicos fornecidos para que este processo de desestruturação seja ao menos freado.

PALAVRAS-CHAVES: Faxinais. Faxinal do Salto. Conflitos.

RESUMEN: El presente trabajo de investigación busca presentar una discusión sobre los conflictos que existen en relación a los pueblos tradicionales brasileños, teniendo como foco de investigación las llamadas comunidades Faxinalenses. El recorte espacial específico se refiere a una comunidad denominada como Faxinal Do Salto, localizada en el Municipio de Rebouças – Paraná. Los Faxinalenses son comunidades de organización colectiva presentes en espacios rurales del Centro-Sur de Paraná y son reconocidos en la categoría de pueblos tradicionales. En estas comunidades, el área de uso colectivo es denominada como criadero común, siendo un lugar en donde la el cuidado de los criaderos de animales y otras reproducciones físicas, culturales y sociales se manifiestan generalmente de forma colectiva. Más allá de los límites del criadero común, están las tierras utilizadas para la plantación de alimentos en mayor cantidad y además la vegetación. De manera general, lo que se observa a través de diversos estudios sobre el tema, es la dramática disminución de esta forma de uso de la tierra, especialmente a partir del siglo XX e inicios del siglo XXI, siendo ocasionada principalmente por el intenso aumento de las agriculturas mecanizadas que avanzan en los territorios de uso colectivo, como también la individualización de las propiedades. En este sentido, este fue el escenario identificado en la comunidad investigada a partir de las observaciones, entrevistas realizadas con los habitantes, como también lo recopilado en las lecturas y discusión de los textos abordados sobre el tema. De esta forma siendo el Faxinal do Salto una de las pocas comunidades que resisten frente a las múltiples opresiones, esta investigación presenta cuales son las dificultades encontradas y que apoyos públicos reforzaron a que este proceso de desestructuración sea por lo menos frenado.

PALABRAS CLAVES: Faxinales. Faxinal do Salto, Conflitos.

1. INTRODUÇÃO

O sistema faxinal possui em sua configuração a ênfase para organização coletiva e conservação ambiental. O mesmo pode ser caracterizado também como uma forma de organização tradicional e camponesa que se produz e se reproduz em áreas de uso coletivo (chamadas de criadouro comum), áreas de florestas nativas e também áreas de plantações. O criadouro comum é composto por uma área que abrange a propriedade de diferentes moradores, sendo que o uso para a criação de animais é coletiva, sendo o título das terras todas individuais. Porém, mesmo quem não possui terras no faxinal pode morar na comunidade, mas desde que participe da forma de viver em comunidade e colabore com as regras que cada faxinal propõe a partir dos chamados acordos comunitários, como é o caso do compromisso de cuidar das cercas que delimitam o criadouro comum e também colaborar com a manutenção do mesmo. No criadouro comum são criados animais de pequeno e grande porte que se alimentam dos frutos da floresta nativa geralmente presente neste mesmo espaço e usufruem dos demais recursos naturais existentes como é o caso das aguadas, sendo que ao anoitecer, esses animais retornam para suas casas para receber complementação alimentar de seus respectivos donos. Nas áreas de plantações, os moradores produzem alimentos para sua subsistência como milho, feijão, mandioca, além de demais hortaliças que podem tanto serem consumidos para o próprio sustento, como podem ter seus excedentes comercializados. Além destas caracterizações, Schörner e Campigoto (2011, p. 58) destacam que:

Chamamos de Sistema de Faxinal um modo de utilização das terras em comum, existente na região Sul do Brasil, para a criação de animais e que se tem classificado como manifestação cultural pertencente à categoria dos povos tradicionais brasileiros: forma própria de uso e posse da terra, o aproveitamento ecológico dos recursos naturais - pinhão, guabirobas, araçás, pitangas, jabuticabas -, o cultivo da vida comunitária e a preservação de memória comum. Os estudiosos do assunto apontam que o sistema faxinal constitui-se como um acontecimento singular por causa de sua forma organizacional. Distingui-se tal sistema dos outros pelo uso coletivo da terra para a criação de animais. O caráter coletivo se expressa na forma de criadouro comum.

Estas formas de organização peculiares estão em contraste com as propriedades rurais mecanizadas e voltadas à produção de monoculturas para exportação, apresentado-se como um sistema distinto da lógica capitalista, baseada em preservação ambiental e organização social coletiva.

Além de características físicas, os faxinais possuem diversas práticas culturais, sociais e religiosas que fazem parte do cotidiano dos faxinalenses, mas esta forma de organização está ameaçada, principalmente devido a modificações resultantes da inserção do capitalismo no campo. No entanto, nas décadas recentes é possível observar mudanças nestas essências motivadas por fatores externos e internos. Dentre estes fatores pode-se citar o avanço da agricultura comercial mecanizada que proporciona aumento da produtividade e facilita a vida cotidiana dos agricultores. Por outro lado, essa modernização agrícola produz impactos ambientais e altera o modo de vida tradicional dos faxinalenses.

Um dos principais problemas identificados nestas comunidades trata-se de que a paisagem natural dos faxinais do centro-sul do Paraná tem passado por mudanças devido ao desmatamento para aumento das áreas de culturas comerciais, assim como afirma Zubacz (2007) ao descrever que o sistema entrou em choque devido aos interesses da modernização agrícola que ocorreram a partir da década de 1970 no estado do Paraná. Neste contexto a autora cita que houve um grande interesse capitalista no plantio de soja que exigia uma demanda de grandes áreas desmatadas, além da ocorrência da introdução dos equipamentos e insumos químicos. Neste mesmo período, ainda houve a vinda dos gaúchos que apostaram no plantio da soja em grandes extensões de terras que possuíam um baixo valor, sendo todo este conjunto de fatores que acarretou um efeito negativo sobre o sistema faxinal.

A nova forma de organizar os cercados e de controlar a circulação dos animais provocou uma série de modificações na economia e na cultura dos faxinalenses, alterando vários aspectos da antiga forma de vida local. Tais modificações podem ser percebidas numa escala macro, em termos dos indicadores de produção agrícola da região, mas também, ao nível micro, através de depoimentos e também por meio de estudos da paisagem faxinalense.

Diante deste contexto analisado e interpretado sobre a situação geral dos faxinais paranaenses surgiu a necessidade de investigação do recorte espacial correspondente ao Faxinal do Salto, localizado no município de Rebouças estado do Paraná, para que então, a partir de pesquisas nesta comunidade fosse verificar quais são seus enfrentamentos cotidianos diante deste cenário mais amplo de intensos processos de desestruturação e desagregação dos faxinais. Neste caso, a partir das informações coletadas, foi buscado apresentar alguns aspectos que estão influenciando negativamente nesta comunidade, bem como suas relações com processos que ocorrem em escalas maiores de níveis regionais e nacionais.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Em relação aos métodos de investigação empregados neste trabalho destaca-se a pesquisa qualitativa. Segundo Chizzotti (1991, p.89):

Em geral, a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, onde pesquisador e pesquisados assumem, voluntariamente, uma posição reativa. No desenvolvimento da pesquisa, os dados colhidos em diversas etapas são constantemente analisados e avaliados. Os aspectos particulares novos descobertos no processo de análise são

investigadas para orientar uma ação que modifique as condições e as circunstâncias indesejadas.

Neste sentido, o pesquisador participa, interpreta e compreende o assunto em questão, promovendo um levantamento de causas e apontamentos de soluções para as citadas condições insatisfatórias. Ainda, dentro da análise qualitativa foi realizada a observação direta e participante, visando coletar e registrar aspectos pertencentes ao espaço investigado, onde o pesquisador possui a oportunidade de contextualizar as ações dos atores. Este sistema de observação é aplicado no faxinal visitado, de forma a identificar os componentes de sua paisagem, território e práticas cotidianas realizadas neste meio.

Outro importante método aplicado nesta pesquisa é a história oral. As entrevistas foram gravadas e seguiram um roteiro previamente elaborado, onde as falas foram transcritas e analisadas, logo após, o material transcrito teve sua divulgação autorizada pelos depoentes através do termo de consentimento. O caráter auxiliar da fonte oral neste trabalho não se vincula à qualquer estabelecimento de hierarquia entre as fontes, pois o documento falado é tão importante e valioso quanto o escrito ou fotográfico. Segundo Ferreira e Amado (2008, p.14):

Na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação.

Desta forma, a história oral tem como objetivo também construir a memória, oferecendo sustentação aos objetos de estudo do passado. Ainda, Alberti (2004, p.14) enfatiza a História Oral como uma forma de operação para que seja possível compreender e conhecer o que já faz parte do passado. Assim sendo, uma entrevista de história oral pode oferecer vivacidade ao assunto pesquisado, incrementando-a com características pessoais, como: emoções, observações e reações.

Como materiais de apoio para a presente investigação, foram utilizados textos e artigos científicos, informações obtidas em *sites* governamentais como Instituto Ambiental do Paraná - IAP, por exemplo.

3. RESULTADOS ESPERADOS E HIPÓTESES

Durante esta pesquisa assim como muitas outras que abordam a respeito dos faxinais, será comum o uso de dois termos: “sistema faxinal” e “faxinal”, sendo necessário aqui realizar uma diferenciação entre estas duas denominações que correspondem a elementos distintos, assim como é descrito por Chang (1988, p.130):

Faxinal é a terminologia dada a um tipo de vegetação. Já o Sistema Faxinal é uma forma particular de organização econômica, onde há um aproveitamento econômico integrado desta mata às áreas circunvizinha. Entretanto, o costume regional estendeu o significado da palavra faxinal tanto para criadouro – o uso desta mata como para sistema faxinal – a forma de organização particular.

O sistema faxinal desta forma refere-se a uma forma de organização rural que apresenta alguns aspectos peculiares (criadouro comum, criação de animais, extração da erva mate, entre outros). Popularmente, a denominação do faxinal é utilizada para se referir à mata ou para designar o criadouro comum, geralmente esta diferenciação é imposta nas pesquisas científicas e não entre os faxinalenses. Outra autora a ser citada que escreve sobre o assunto é Nerone (2015, p.81)

Na concepção do modelo faxinal, a terra é dividida em duas partes, segundo a composição da paisagem: uma destinada à criação solta (terras de criar) e outra para a plantação (terras de lavoura) (...). Definem-se, assim, os pilares produtivos do sistema, separando-se essas áreas com uma cerca coletiva, construída pelos ancestrais dos grupos faxinalenses.

No entanto, estas formas de organização de cunho coletivo estão ameaçadas devido a fatores internos e externos, sendo um dos principais antagonistas ao sistema a introdução de uma nova forma de agricultura no campo baseada na mecanização agrícola que visa a produção de commodities. Esta nova forma de significar o trabalho com a terra a partir de princípios capitalistas vem modificando e “encurralando” as estruturas tradicionais que querem, precisam e lutam para a manutenção de suas práticas. Sobre este assunto, Sahr (2008) em suas pesquisas, procura descrever a respeito da diluição deste sistema em meio à inserção capitalista e também sobre a importância das políticas públicas para que melhorias sejam promovidas:

[...] as comunidades faxinalenses vêm-se constantemente em uma situação conflituosa. De um lado, buscam manter suas características tradicionais, num processo de integração sistêmica, e de outro lado, para continuar existindo vêm-se obrigadas a se abrir a dinâmicas “modernas”, num processo de integração social. (SAHR, 2008, p. 216)

Em meio a este contexto de conflitos diante da imposição de dinâmicas modernas, muitas são as questões a serem discutidas em busca dos elementos que permeiam as manifestações de poder no “mundo faxinalense”. O agronegócio passou a tomar conta do espaço rural a partir de uma idéia de progresso que promete melhoras nas condições de vida de todos os que o aderirem, mas seus pontos negativos nem sempre são do conhecimento da sociedade, sendo necessário considerar que:

Mesmo apresentando dados de aumento da produção agropecuária, de superávit da balança comercial ou de uma atividade de extrema importância à economia brasileira, o agronegócio deve ser pensado a partir dos elementos que geram os prejuízos sociais e ambientais que gera. Não adianta ter crescimento na produção e na produtividade se existem milhares de pessoas passando fome ou se alimentando mal por conta dos altos preços dos alimentos, se a biodiversidade dos biomas está virando cinza; se os recursos hídricos estão se esgotando; se milhares de trabalhadores estão morrendo por conta das condições de trabalho; além do êxodo rural e de tantos outros problemas advindos desse modelo dito modernizador, desenvolvimentista e produtivista. Esse modelo, nada mais é que a reprodução das tramas do capital (concentrador, explorador, predador e excludente). (MATOS e PESSOA, 2011, p. 318)

Fleischfresser (1988) destaca a grande pressão psicológica exercida sobre os produtores rurais através da indução de consumos cada vez mais exagerados de inovações (sementes, fertilizantes, equipamentos, maquinários) que tiveram um grande investimento em propaganda para disseminação da relação entre o uso destas inovações e o sucesso das colheitas.

Desta forma, este modelo de agronegócio que visa o progresso rural, tende também à excluir diversos indivíduos do campo devido à falta de acesso aos recursos necessários para aderir este modelo nada barato para o bolso, principalmente, de pequenos proprietários. Nesta discussão é enfatizado que:

Na verdade, o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão-obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, enfim, a empresas rurais. Para o Estado esse é o modelo que fez prosperar e desenvolver o campo brasileiro, porque contribui com o PIB (Produto Interno Bruto), responsável pelo crescimento da economia, empregos e produção de alimentos. (MATOS e PESSOA, 2011, p. 293)

Para Hauresko (2012) a adoção deste modelo de modernização no cenário rural brasileiro foi incentivado inicialmente pelo Estado a partir de políticas econômicas que viabilizavam a obtenção de créditos agrícolas sendo algo que facilitava a aquisição de insumos e demais tecnologias voltadas ao meio rural. Estas medidas estatais foram influenciadas ideológica e economicamente pela chamada Revolução Verde ³⁹ criando uma expectativa de superação do subdesenvolvimento

³⁹ A Revolução Verde trata-se de um movimento emergente na primeira metade do século XX, qual baseia-se na mecanização da agricultura e intensa utilização de sementes transgênicas e insumos para produções agrícolas em larga escala visando principalmente o capitalismo exportador. Seus efeitos começaram a influenciar no Brasil a partir da segunda metade do século XX.

através das transformações do setor agropecuário com novas técnicas e sementes geneticamente modificadas. Neste cenário destaca-se que:

(...) a modernização deste setor não se manifestou de forma homogênea ao nível regional, ao nível de diferentes culturas e nem ao nível de diferentes tamanhos de propriedade; foi um processo deveras seletivo, e acentuou ainda mais o processo de diferenciação social entre os produtores. O padrão tecnológico foi definido pelo uso de tratores maiores e mais potentes e pelo uso indiscriminado de fertilizantes e defensivos agrícolas e animais. (HAURESKO, 2012, p. 142-142)

Neste sentido, a autora citada destaca que estas transformações no campo paranaense passaram a promover uma nova dinâmica, onde a agricultura passou a depender menos do meio natural. Neste âmbito, as relações sociais também foram alteradas devido à modernização da agricultura, pois novas formas de divisão de trabalho foram estabelecidas, além das formas de organização da vida econômica e social. A partir da década de 1970, a agricultura com a adição de produtos químicos aparece na maioria das propriedades paranaenses, assim como também as sementes híbridas, agrotóxicos e pulverizadores.

Assim sendo, pensando no âmbito dos faxinais neste contexto, foi necessário que uma nova organização do espaço fosse estabelecida, pois o “novo sistema” impunha um ritmo totalmente diferente de trabalho agrícola envolvendo preços, produtividade, competitividade, mercado e novos espaços de trabalho.

Neste cenário o Estado tentou influenciar ativamente para que o processo da modernização da agricultura chegasse aos “quatro cantos” do Brasil, onde como parte constituinte das políticas econômicas estabelecidas fora criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER⁴⁰ e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA⁴¹. Com a criação da EMBRATER, os governos visavam transformar os espaços tradicionais através da introdução de novas tecnologias e idéias que deveriam formar um novo sistema social. Mas este trabalho não obteve sucesso devido às práticas difundidas não possuírem afinidades com as lógicas das culturas tradicionais, pois ao serem elaboradas não levaram em consideração os conhecimentos locais e suas formas de reprodução peculiares alicerçadas na tradição. (HAURESKO, 2012)

No caso dos faxinais, suas técnicas de plantio e de organização social e econômica são organizadas a partir de experiências históricas com mais de um século de existência, sendo algo que reflete a resistência dos faxinalenses em não aceitarem uma imposição elaborada fora do âmbito tradicional, que desconsidera totalmente estas formas de organizações particulares.

Hauresko (2012) aponta que a desagregação dos faxinais no Estado do Paraná possui influência direta com a introdução da modernização agrícola no meio rural, sendo algo que causou uma rápida mudança na racionalidade das práticas de vários faxinalenses, principalmente os que possuem grandes porções de terras, fazendo-os cederem aos modelos mecanizáveis, pois o rendimento com o plantio a soja, por exemplo, é muito maior do que manter uma área de criadouro comunitário ou com florestas nativas. Desta forma, passaram à ocorrer a extinção de diversos faxinais no Paraná. As áreas de criadouro comum foram rapidamente perdendo seus espaços para o plantio e soja, milho, feijão e fumo visando a venda e lucro, sendo algo que levou diversas famílias faxinalenses à individualização e cercamento de suas terras restringindo o uso somente para sua respectiva família. Nota-se que há certa insistência por parte do Estado em querer enquadrar todos os modos de produções rurais existentes ao novo modelo considerado desenvolvido. Nesta discussão, destaca-se os escritos de Almeida (1997, p. 40):

Os planos de desenvolvimento oficiais inspirados nesta visão desenvolvimentista passam a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles devem colocar em operação. Os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de “enquadrar” os agricultores no “modelo” de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. Trata-se da ampliação de clientela do desenvolvimento, aportando novos conhecimentos àqueles que estão em atraso na rota do progresso, ou seja, os “retardatários da modernização”. Nesta visão, o desenvolvimento é um processo considerado único, que leva do atrasado ao moderno,

⁴⁰ Instituída pelo Governo Federal: Lei nº 6126 de 06 de novembro de 1974.

⁴¹ Instituída pela Lei nº 5851 de 07 de dezembro de 1972.

tendo portanto uma concepção linear. Este novo “modelo” moderno, “desenvolvimentista”, encampado pelos agricultores empresariais modernos, é o único possível e desejável.

Para Almeida (1997) nesta perspectiva assume-se um sentido prático do que chamamos de “progresso” baseado em algo que irá sempre melhorar, sendo que é este o sentido predominante no âmbito técnico científico, como por exemplo: novas tecnologias como a eletricidade e medicamentos trazem melhoramentos incontestáveis para a sociedade, onde a partir desta idéia cria-se a noção de que o progresso sempre irá melhorar alguma coisa que está ruim.

No setor agrícola, o sistema econômico predomina cada vez mais, pois as propostas governamentais geralmente possuem o intuito de transformar a agricultura, considerando muitos modos tradicionais de produção como atrasados e arcaicos. Neste contexto, para os faxinalenses a situação torna-se muito delicada, pois não há o devido reconhecimento com suas tradições e formas de relações com a terra. Desta forma, Almeida (1997) realiza alguns importantes apontamentos que nos levam à refletir em até que ponto os agricultores brasileiros usufruíram deste progresso agrícola destacando que:

Pode-se, por exemplo, afirmar que os agricultores se beneficiaram do progresso no caso específico da agricultura do Sul do Brasil nos últimos 30 anos? A resposta é sim e não, pois as evoluções sociais se produzem sempre por diferenciações com, ao mesmo tempo, “ganhadores” e “perdedores”. E além disso, a evolução dos modos de vida compreende numerosas dimensões que não têm nenhuma razão para evoluírem positivamente e ao mesmo tempo. Pode-se enriquecer às custas de um trabalho longo e mais penoso, que polui, degrada e encurta a expectativa de vida. Mas pode-se ganhar menos, vivendo-se melhor, com menos degradação ambiental e melhor qualidade de vida. Onde está o progresso? (ALMEIDA, 1997, p. 38)

Sendo assim o Estado apropria-se de um sentido de progresso para disseminar suas políticas de progresso agrícola com a promessa de melhoramentos da vida rural, mas não leva em consideração os pequenos proprietários e ocupantes de terras tradicionais que dependem de tal modo de vida singular para sobreviverem. Este “progresso” possui um alto custo: máquinas, insumos, sementes e terra, onde o pequeno agricultor dificilmente poderá aderir este sistema pelo seu baixo poder aquisitivo, levando-o a vender o pouco que possui e ir embora para o meio urbano ou tornar-se empregado dos grandes latifundiários, isso quando não acaba com dívidas na tentativa de aderir ao novo sistema. No caso dos povos faxinalenses, este progresso afeta diretamente na área de criadouro comum e sua forma de se relacionar com a natureza que passam a serem “encurralados” por monoculturas e pelos cercamentos oriundos do sentimento de individualização das propriedades. Neste contexto, Almeida (1997, p. 37-38) novamente realiza alguns questionamentos a respeito deste modelo de progresso e desenvolvimento proposto atualmente que afronta os modos de vida preservacionistas:

A idéia de desenvolvimento induz ao conhecimento de vias sinuosas e múltiplas da modernidade. Não existiriam outras maneiras de defender a razão sem se opor à tradição? Não seria também com o passado que se construiria o futuro, antes mesmo de se fazer tábula rasa das aquisições devidas às culturas e tradições? E em relação ao meio ambiente e recursos naturais não renováveis, não se poderia assumir uma outra postura, mais conservacionista-preservacionista, induzindo a um desenvolvimento e à exploração de uma agricultura mais sustentáveis?

Sonda e Bergold (2013, p. 15) chamam a atenção para a pluralidade de povos do campo e florestas existentes no Paraná, que através de diversos mecanismos de resistência tendem a defender seus territórios diante da apropriação individual da terra e da forte colonização afirmando que:

O que se quer discutir é que apesar da fase atual em que praticamente se consolidou o modo de produção capitalista no campo, cuja expressão atual é o agronegócio (da soja, cana-de-açúcar, pecuária, reflorestamentos) financiado e apadrinhado pelo Estado, ainda existem e resistem outros modos de vida no campo e nas poucas florestas remanescentes do Paraná, que deveriam ser reconhecidos, pautados e fortalecidos por normas jurídicas e políticas públicas “de verdade e no tempo certo”.

Estes autores apontam os processos de colonização ocorridos no estado do Paraná como uma verdadeira reocupação do território, resultando em inúmeros conflitos com os povos tradicionais a partir da introdução do agronegócio causador de sérios impactos ambientais. O agronegócio que tanto prejudica os povos tradicionais, tanto no Paraná como em todo o Brasil, geralmente é expressado através de monoculturas e ampliação de áreas com o plantio florestal de pinus e eucalipto, sendo algo formador de uma espécie de “deserto verde”, além do desenfreado uso de sementes transgênicas e intenso uso de fertilizantes e agrotóxicos.

Diante deste panorama, diversas são as manifestações de resistência que surgem a partir dos povos que habitam estas áreas atingidas. Estes indivíduos lutam pela defesa do que restou de seus territórios e resistiram e resistem diante de distintas adversidades ao longo do tempo. Tratam-se de sujeitos históricos que ocupam os espaços que o agronegócio quer “abocanhar”, são pessoas que teceram histórias e racionalidades nos ambientes em que vivem, estabelecendo um estreito elo entre seu modo de vida e a terra que dá sentido às suas tradições.

Atualmente, há uma falsa idéia de que os povos tradicionais estão totalmente protegidos por leis eficientes e ninguém contesta seus direitos, mas infelizmente, este cenário que deveria ser verdadeiro, está configurado a partir de várias situações de conflito que permeiam o cotidiano dos povos tradicionais brasileiros. Neste contexto são várias as denúncias de exploração abusiva de recursos naturais e apropriação de territórios tradicionais. Sonda e Bergold (2013, p.18) chamam a atenção para este fato descrevendo que:

O processo de modernização da agricultura, particularmente no Paraná, está praticamente consolidado, com a burguesia moderna agrária esparramando e, ainda, esparramando-se nos territórios remanescentes da agricultura camponesa: povos indígenas, quilombolas e faxinalenses. Ou seja, ainda há luta e disputa por terra e território neste estado.

É necessário no contexto atual que seja desconstruído o discurso predominante a respeito da existência de um modelo hegemônico de agricultura baseada no agronegócio, bem como a realização de maiores discussões a respeito de outros modelos plurais e resistentes que configuram o espaço paranaense, assim como: faxinalenses, indígenas, quilombolas, além de trabalhadores rurais sem terra e demais povos dependentes da agricultura camponesa.

É extremamente necessário que a sociedade em geral tenha conhecimento, principalmente no que condiz às políticas públicas, acerca das formas tradicionais de organização existentes no Paraná, para que elas sejam reconhecidas e tenham seus limites e suas tradições respeitadas. Caso contrário, o discurso imposto pelo agronegócio trará ainda mais prejuízos para os faxinais e demais populações tradicionais com suas promessas de “progresso”.

Para Souza (2009) é muito presente a associação de faxinais com a idéia de algo retrógrado, de algo que não existe mais em nosso país. Desta forma, destaca-se a importância do 1º Encontro de Faxinais realizado em agosto de 2005, qual possibilitou a manifestação dos faxinalenses em relação a uma construção de uma identidade coletiva, sendo que os mesmos estão incorporando cada vez mais as reivindicações em busca de seus direitos territoriais, possibilitando inclusive a formação de um movimento social próprio denominado como Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses - APF em parceria com a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná ⁴².

Neste sentido Shiraishi (2009, p. 20) destaca que:

O I e o II Encontros dos “Povos dos Faxinais” serviu como momento de reflexão a respeito da dinâmica desses grupos e de sua capacidade de mobilização e organizativa frente às mudanças no cenário agrícola do Estado do Paraná, bem como para relativizar as interpretações prevalentes dos aspectos econômicos que procuram determinar o fim dessa atividade extrativa. Contudo, é importante salientar a contribuição desses

⁴² “Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, fruto do 1º Encontro Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais, ocorrido no final do mês de Maio de 2008, em Guarapuava, interior do Paraná. Neste espaço de articulação, distintos grupos étnicos, a saber: **xetá, guaranis, kaingang, faxinalenses, quilombolas, benzedores e benzedoras, pescadores artesanais, caiçaras, cipozeiras, religiosos de matriz africana e ilhéus**; tais segmentos se articulam na esfera regional fornecendo condições políticas capazes de mudar as posições socialmente construídas neste campo de poder. Ademais, a conjuntura política nacional corrobora com essas mobilizações étnicas, abrindo possibilidades de vazão para as lutas sociais contingenciadas há pelo menos 3 séculos, somente no Sul do País.” Disponível em < <http://redepxirao.blogspot.com.br/> > Acesso em 15 de outubro de 2017.

esquemas interpretativos que se encontram referidos a um período bastante preciso. Entre os seus méritos, foi de apresentar a situação vivenciada por esses grupos sociais no meio rural paranaense.

O apoio das políticas públicas em conjunto com os movimentos organizados pelos próprios faxinalenses é essencial na luta em busca da continuidade e valorização cultural destes sujeitos históricos, sendo importante ressaltar o que Souza (2009, p.32-33) descreve:

O movimento faxinalense pretende nessa ação expositiva, apresentar uma nova “fisionomia étnica” do Estado do Paraná, questionando assim, as tendências evolucionistas que afirmam o seu desaparecimento, observando as distintas territorialidades escusas por situações de conflitos e tensões a que estão submetidos historicamente no Sul do País, abrindo, com isso, caminhos para o reconhecimento jurídico-formal e para efetivação de políticas que garantam o acesso aos recursos básicos, como condição para sua reprodução física e social, e o reconhecimento de seu direito fundamental a diferença.

Souza (2009) aponta que os povos faxinalenses passaram a reivindicar seu reconhecimento, aumentado a disseminação de informações a respeito da situação dos faxinais significativamente, mas a grande deficiência que permeia este cenário é a falta de exatidão quanto ao número de faxinais existentes no sul do Brasil. Este questionamento, sempre tende a configurar-se a partir de um viés evolucionista e baseado na seguinte pergunta: “ainda existem faxinais?”, notando-se assim uma forte tendência da sociedade em geral em interpretar os faxinais como apenas um resquício do passado, e não como uma realidade vivida por diversos indivíduos no século XXI.

Os faxinalenses, que até o momento anterior à fundação da Articulação Puxirão – AP, em 2005, não existiam coletivamente como categoria social reconhecida pelo Estado, e sim, como espaço físico em avançado estágio de “desagregação”, segundo as interpretações evolucionistas, expõe-se neste mapeamento social, pela via teórica da identidade coletiva. Esta inversão conceitual e teórica possibilita os agentes sociais, se auto definirem como “faxinalenses”, focalizando os fenômenos recentes onde o seu modo de vida tradicional e, sobretudo, a defesa de sua territorialidade específica é atrelado a fatos do presente e as atuais reivindicações conduzidas pelos novos sujeitos da ação articulados pelo movimento faxinalense que emergem deste campo de lutas. (SOUZA, 2009, p.52)

A partir deste contexto e das novas formas organizativas instauradas a partir do 1º Encontro dos Faxinalenses, em agosto de 2007 fora realizado o 2º Encontro dos Faxinalenses no Paraná, onde estes povos solicitaram um levantamento de cunho exploratório para que fossem identificados quantos faxinais existem no estado e quais suas exatas localizações geográficas, pois até o momento existiam muitas divergências quanto ao número de faxinais e os critérios utilizados para sua classificação, sendo algo que acarretava certo olhar pejorativo da sociedade culminado pela falta de informações a respeito da real existência destas formas de organização. Desta forma, foi realizado o “Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná” baseado em uma interação entre a produção científica produzida até o momento do levantamento preliminar. Para a realização deste trabalho Souza (2009, p. 31) descreve que:

Para a consecução deste mapeamento a APF vem estabelecendo um contato permanente com pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social desde 2005, demandando oficinas de mapa e logrando um resultado significativo com a elaboração do fascículo n.01 da coleção Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil intitulado “Povos dos Faxinais”. Este contato implicou em pelo menos duas oficinas de mapas, com participação de 80 faxinalenses, realizadas em Irati-PR em 2006, nas seguintes datas, 27 e 28 de abril e, 25 e 26 de agosto. Implicou também na capacitação simultânea de pesquisadores que trabalham diretamente junto aos faxinalenses e dos próprios faxinalenses que iniciaram, eles mesmos, a manusearem GPS e registrarem as coordenadas dos elementos considerados por eles relevantes para integrar os mapas.

Através desta coleta de dados, foi possível realizar um levantamento de caráter preliminar e exploratório, mas Souza (2009) destaca que deve-se evitar conclusões definitivas a partir deste estudo. Porém, todas as informações são fidedignas permitindo a construção de um mapa

situacional sobre os faxinais do Paraná, inclusive os cenários de conflito em determinados momentos. Os dados coletados nos permitem ter uma idéia de quais seriam as terras tradicionalmente ocupadas por faxinalenses e a exposição de diversas situações de conflito enfrentados por estes sujeitos sociais diante de seus antagonistas. Este trabalho de promover a visibilidade social dos faxinais e de seus agentes sociais a partir deste mapeamento exige uma tarefa de duplo sentido onde Souza (2009, p.31) descreve:

(...) por um lado, pretendemos esboçar as lacunas censitárias sobre os faxinais, buscando apontar a precariedade dos dados disponíveis; e, por outro, enfatizar a identidade e os conflitos socioambientais, em consonância com a existência de territorialidades específicas, que se traduzem em uma nova classificação de posições, manifestadas na permanência e luta em torno do uso comum dos recursos básicos, onde o “tradicional” é o motivo das demandas e disputas contra antagonistas localizados, descritos como “chacreiros”, “sojicultores”, “granjeiros”, “empresas madeireiras” e “empresas de fumo”, além do poder público através de ações que violam formas tradicionais de uso comum.

Ao observarmos diversas comunidades rurais paranaenses podemos perceber que muitos são os espaços que apresentam características do sistema faxinal, por mais que estes não tenham função atualmente, mas os vestígios deixados pelo passado vão denunciando a existência de faxinais através de mata burros, cercas, portões e demais equipamentos pertencentes à esta tradição. Souza (2009) pode perceber estes elementos em suas pesquisas de campo, onde afirma que a paisagem faxinalense ao poucos revela-se através da distinção que promove se comparada ao monocultivos, mesmo quando um faxinal está desagregado enquanto sistema, sua paisagem ainda permanece marcando um território tradicional pertencente ao passado.

Os principais fatores que influenciaram nesta mudança de paisagem foram as reduções das áreas de uso comum, ao mesmo tempo em que foram introduzidas nestas comunidades monoculturas que exigem grandes porções de terra assim como também houve a introdução de sistemas produtivos onde aplicam-se mão de obra intensiva, como é o caso da fumicultura, exigindo pouca disponibilidade de terra para o seu cultivo. Estas novas formas de produção atingem diretamente as formas de uso comum, apresentando-se de maneira totalmente antagônica ao sistema “corroendo-o silenciosamente”. Neste sentido destaca-se que:

(...) o uso comum é drasticamente reduzido ou impedido pelo uso privado, nesses casos, os agentes sociais que dispõe de terra reorganizam suas práticas tradicionais nas condições em que são possíveis reproduzi-las. Seleccionam e reduzem as criações pela estrita necessidade de uso para o trabalho e consumo, extinguem as criações baixas (porcos e cabritos) ou edificam “mangueirões” ou “potreiros” em pequenas áreas onde o grupo familiar ampliado estabelece consenso para criar em conjunto, mesmo que em terreno privado, em oposição as práticas de confinamento, como os “chiqueirões fechados” ou granjas, em que as raças crioulas são banidas, e os processos produtivos controlados externamente. (SOUZA, 2009, p.41-42)

Segundo Marques (2004) a partir de um levantamento realizado pelo IAP na década de 1990, foi constatado que no Paraná existiam cerca de 150 faxinais, mas que na atualidade existem apenas 44 com criadouro comunitário.

Estabelecendo uma nova forma de pensarmos em relação aos faxinais, Souza (2009) elaborou através do “Mapeamento Social dos faxinais no Paraná” quatro categorias situacionais ou também chamadas de posições elaboradas de acordo com as condições sociais representadas por seus agentes. Neste contexto são consideradas áreas onde o uso comum foi obstruído, mas diante de uma afirmação de identidade ocorrem diversas manifestações de forças e resistências provocada por situações conflituosas envolvendo antagonistas. Esta afirmação identitária e de resistência revelam um sentimento de pertencimento ao grupo social, neste caso: os faxinalenses, sendo estabelecida uma luta em prol da forma de apropriação de recursos naturais específicas consideradas essenciais. Neste sentido, estas posições foram elaboradas para que a sociedade tenha conhecimento de que grande parte dos faxinais não faz menção somente ao passado, mas que configuram a realidade atual e são erroneamente chamados apenas de “comunidades rurais de pequenos agricultores”, sendo algo que tende à camuflar ou esconder as características da

territorialização em relação aos faxinais no Paraná. Sendo assim, Souza (2009, p. 49-51) estabeleceu a seguinte classificação:

1) *Faxinais com uso comum* – “criador comum aberto”: (...) Sua territorialidade específica contempla grandes extensões territoriais (acima de 1000 há) livremente acessados por “criações altas e baixas” para uso comum das pastagens naturais e recursos hídricos que ocorre em áreas de apossamento com situação dominial litigiosa entre “faxinalenses” e empresas madeireiras em conflitos que se arrastam desde 1950. Nestas áreas há predominância de florestas nativas por onde circulam as criações, somente sendo “impedidas” pelo avanço de monocultivos de eucaliptos e pinus. Estes são indicados como os principais causadores de danos aos animais, desmatamento florestal para produção de carvão e serrarias, assim como para plantio dos monocultivos florestais.

2) *Faxinais com uso comum* – “criador comum cercado”: Se caracterizam pela presença do uso comum dos recursos essenciais em “criadores comuns” de extensões variáveis onde circulam livremente “criações baixas” (cabritos, ovelhas, porcos e galinhas) e “altas” (gado bovino e cavalos) sendo delimitadas fisicamente por cercas de uso comum, “mata-burros”, portões, valos e rios.(...) Há na maioria dos casos um tenso cenário de disputas pela manutenção das dimensões da área de uso comum intensificadas pela pressão provocada pelas monoculturas, empreendimentos imobiliários, obras governamentais de infraestrutura (estradas municipais, estaduais, federais, linhas de transmissão, entre outros).

3) *Faxinais com uso comum* – “criador com criação grossa ou alta”: Se caracterizam pelo “fechamento”, com cercas de 4 fios de arame nas divisas de algumas ou todas as propriedades, antes destinadas para o uso do “criador comum”, ficam disponíveis apenas algumas áreas privadas, além das áreas públicas (beiras de estradas, campos de futebol, pátio de igrejas (...)). Há, neste caso, uma forte limitação ao “livre” acesso aos recursos essenciais. Predominam no uso comum somente as criações ditas “grossas” ou “altas” (cavalos, vacas), que circulam nas áreas comuns disponíveis por diferentes períodos de tempo ao longo do ano dependendo das condições das pastagens nativas. As “criações baixas”, isto é, porcos e cabritos são mantidos em “mangueirões familiares” isoladas das áreas de uso comum ou são confinados em chiqueiros. Observa-se, nestas áreas a forte presença de sistemas de integração agroindustrial, como fumeicultura, granjas de suínos e aves, além de “chacreiros”. Todos estes são indicados como responsáveis pelo “fechamento” do “livre” acesso aos recursos essenciais. Apesar da eliminação das “criações baixas”, os bens considerados de uso comum não são retirados ou destruídos, permanecendo “mata-burros” e/ou portões e cercas para delimitar fisicamente áreas com distintas finalidades.

4) *Faxinais sem uso comum* – “mangueirões” e “potreiros”: Representam situações em que o uso comum da criação animal (“baixa” ou “alta”) ocorre somente pelo grupo familiar ou ao grupo doméstico. Portanto, quando ocorre, o uso comum dos recursos naturais está restrito dentro dos limites da propriedade privada. Os informantes relatam que o “livre” acesso aos recursos foi obstruído pela privatização para os mesmos em meio a conflitos e tensões, provocados por “gente de fora”. Assemelham-se aos denominados “piquetes” em alguns casos, com a substancial diferença das criações manterem-se soltas grande parte do tempo em parte da extensão da propriedade do grupo familiar ou doméstico, denominado de “mangueirão” quando se refere a parte das propriedades cercadas para uso das “criações baixas” ou “potreiro”, quando são utilizadas somente para criação alta. Em alguns casos observamos a permanência de “mata-burros”, cercas para “criações baixas” e portões, todavia sem função aparente, apenas simbolizam

a recente ausência da posição de “criador comum”.

A partir desta descrição de categorias, o que Souza (2009) procura apresentar refere-se à amplitude que abarca a noção sobre os faxinais se comparadas às classificações usuais que deixam de lado mais de duas centenas de grupos que se identificam pertencentes a esta modalidade de apropriação dos recursos naturais. Desta forma, estes grupos passam a ser visíveis na sociedade e não mais homogeneizados por categorias que não condizem com seus contextos históricos e atuais. Este “anonimato” muitas vezes levou estes grupos a cederem diante de seus antagonistas, quais ficaram impedidos de mobilizarem-se em defesa de suas práticas para resultados mais amplos, mas ao mesmo tempo há gestos de resistência, mesmo que de forma localizada, que visam a reprodução das formas tradicionais de relações com a terra e com a natureza que lhes são disponíveis.

4. ANÁLISE DA ESPACIALIDADE

Segundo Souza (2009) e as classificações por ele observadas, no município de Rebouças, recorte desta pesquisa, foram identificados 15 faxinais, dentre os quais 5 estão na “posição 2”, 1 está na “posição 3” e 9 faxinais estão na “posição 4”.

Segundo Meira, Vandresen e Souza (2009) a partir da realização de um mapeamento situacional dos faxinais no Paraná é possível aqui ponderar algumas características sobre a comunidade investigada nesta pesquisa. O Faxinal do Salto encontra-se na chamada “posição 2”, (*Faxinais com uso comum* – “criador comum cercado”) sendo constituído por 84 famílias. Em relação aos conflitos mais ameaçadores identificados estão os produtores de soja, sendo constatado também três formas de violências sofridas diante do desejo de continuação do sistema faxinal, sendo estes: ameaça contra lideranças, violação dos acessos ao criadouro comum com ocorrência de destruição e danos, matança e roubo de criação animal. Quanto aos conflitos estabelecidos por antagonistas em relação ao uso e acesso aos recursos naturais, foram registradas a ocorrência de fechos, desmatamento florestal e contaminação e destruição de nascentes.

Outro importante dado a ser ressaltado segundo as tabelas de avaliação dos faxinais ⁴³ organizadas pelo IAP, é que a área registrada do Faxinal do Salto em relação ao criadouro comum é de 152, 45 ⁴⁴ ha⁴⁵ em 1997, ano em que sua área foi regulamentada pelo ARESUR ⁴⁶, sendo que segundo o mesmo órgão atualmente esta área é de 92,00⁴⁷ ha. A partir destes dados, nota-se uma grande diminuição na área de uso comum deste faxinal, mesmo com a existência de leis que visam a preservação destas áreas, sendo que algo que indica a necessidade de discussão sobre o tema e maior fiscalização para que o que ainda resta destes espaços sejam preservados.

A partir das observações e entrevistas realizadas na comunidade pesquisada, foi possível identificar elementos que ocasionaram transformações de âmbito físico, cultural e social e que estão relacionadas com a inserção de idéias de “progresso” no meio rural, onde a mecanização agrícola contribuiu para que os indivíduos tanto de fora quanto da própria comunidade buscassem cada vez mais aumentar suas áreas de cultivos voltadas ao agronegócio. A partir da análise e interpretação de depoimentos de uma faxinalense, é destacado como era realizado o trabalho antes da inserção de novas tecnologias na segunda metade do século XX, sendo que a agricultura era desempenhada manualmente, onde toda a família se deslocava para as terras de plantar para ajudar em todo o processo: desde o preparo da terra até o estágio da colheita. Os produtos eram cultivados para a subsistência da família, e caso houvesse algum excedente, o mesmo era trocado ou vendido para vizinhos da região. Sobre estas práticas, a entrevistada Senhora Benedita Veranoski faz a seguinte fala:

Plantavam só pra comer, mais milho, feijão e arroz e de um tempo em diante que plantaram trigo, quando era “nóis” que trabalhava, o pai fazia “nóis” ir na roça desde cedo era só milho e feijão, é que essa plantação forte aqui não tinha, é de um tempo pra cá que veio, porque aqui era muito pobre, sempre foi um lugar muito pobre demais, a gente tem que não esconder porque era mesmo, não tinha ajuda era tudo esquecido....o fumo era bem antes da soja que começaram plantar, só que era mais pra lá e soja faz pouco tempo. (Benedita Veranoski, entrevista concedida à Sonia Vanessa Langaro em 20/10/2016)

Com o passar do tempo, novos cultivos passaram a fazer parte do cotidiano do faxinal como o plantio de soja, tabaco, eucalipto e pinus voltados ao grande comércio, e não mais para a alimentação dos moradores. Alguns dos pequenos proprietários conseguiram resistir sem precisar

⁴³ Disponível em: < <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/ICMS/extrato%20financeiro/memorialcalculoextratoicmsbio1998.pdf> > Acesso em 25/10/2017

⁴⁴ Este dado consta da Resolução nº 67/97 da Secretaria do Estado e Meio Ambiente do Estado do Paraná disponível em: < http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_estadual/RESOLUCOES/RESOLUCAO_SEMA_FAXINAL_SALTO.pdf > Acesso em: 25/10/2017.

⁴⁵ Medida agrária onde um hectare (ha) corresponde a dez mil metros quadrados.

⁴⁶ Áreas de Uso Regulamentado. Disponível em: <

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=54005&indice=1&totalRegistros=1> > Acesso em 02/10/2017.

⁴⁷ Disponível em: < http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/ICMS_E/icsms_e_jun_2016_ucs.pdf > Acesso em 25/10/2017.

vender suas terras, porém, passaram a cultivar tabaco e eucalipto que foi apresentado como algo que gera renda em pequenas extensões de terra. Desta forma, aqueles que possuíam poucas condições financeiras e não conseguiram acompanhar a novas tecnologias, acabaram vendendo suas propriedades para latifundiários que vieram a privatizar estas áreas e consequentemente, ocasionando a diminuição dos espaços coletivos. Mesmo diante de leis que proíbem tal prática de privatização de área de uso comum diversas foram as ocorrências de cercamentos e pressões que visam a desagregação do Faxinal do Salto.

Este é um grave problema que está se tornando cada vez mais comum em comunidades tradicionais, em especial nos faxinais, sendo os cercamentos, também chamados de fechos, que neste caso acabou individualizando/privatizando recursos naturais (aguada) em área de criadouro comum. Sabe-se que as áreas de criadouro comum estão cadastradas como ARESUR (Áreas Especiais de Uso Regulamentado) que visam a preservação ambiental, onde as mesmas estão protegidas por lei sendo proibido o cercamento ou degradação destas áreas, pois os animais precisam circular livremente por este espaço em busca de alimento e água. Porém, alguns moradores do Faxinal do Salto acabaram cercando parte do criadouro, com cercas de tela fechada, algo que impede a passagem de animais pequenos e grandes interferindo na sua circulação e acesso aos recursos naturais. Segundo relatos dos moradores, os cercamentos foram feitos com a justificativa de que irão utilizar o espaço para plantações de pequena escala.

As cercas construídas por ancestrais dos faxinalenses é algo que vem mudando com o passar dos anos, onde estas cercas consideradas “antigas” estão sendo substituídas por cercas novas, onde muitas estão impondo limites em áreas faxinalenses, impedindo a circulação de animais e de pessoas em áreas que deveriam ser de uso coletivo. Neste sentido é importante lembrar que a cerca no faxinal, considerando desde sua gênese, não possui o intuito de “cercar”, mas sim de delimitar, pois não assume um sentido de cercar uma propriedade privada, mas de delimitar uma área de uso coletivo.

Nota-se que as cercas exercem um importante papel tanto no âmbito físico como simbólico, pois sem elas não há como demarcar o criadouro comum, e sem o criadouro comum o faxinal não pode existir. Nas últimas décadas, observa-se uma intensa mudança neste cenário, onde os limites das cercas não estão sendo respeitados, tanto pelos latifundiários como pelos próprios integrantes das comunidades que acabam cedendo à individualização de suas propriedades, colocando em cheque o criadouro comum que revela-se como um importante e indispensável elemento da organização coletiva.

Neste contexto, Schörner (2014) chama a atenção para esta modificação do sistema faxinal, atentando para desagregações que os faxinais do Paraná vêm sofrendo nos últimos anos, onde muitos chegam à desaparecer ou acabam com seus territórios modificados através das relações de poder que acabam influenciando estes espaços em suas múltiplas escalas. Neste sentido, quando as cercas são alvos de modificações, significa que transformações no sistema faxinal como um todo estão ocorrendo, pois trata-se de um dos elementos vitais para tal forma de organização.

Neste contexto, a moradora entrevistada da comunidade expressa sua opinião sobre as ocorrências em áreas de criadouro comum:

Dizem que vão plantar lá, fecharam a frente da casa do Ademar, do Adãozinho tudo, vão vendendo as heranças pequeninhas, tudo né, daí vão vendendo e aquele que compra faz uma cerca pra ficar dono de tudo, mais da metade do lugar pra bem dizer está fechado. A turma **de fora** estão vindo comprar os pedacinhos, vão comprando e vão fechando né, eu estava falando pro pessoal que aqui não vai muito tempo vai fechar tudo. (Benedita Veranoski, entrevista concedida à Sonia Vanessa Langaro em 20/10/2016)

Estes cercamentos são atribuídos a justificativas que apenas mascaram o desejo da privatização. Mesmo contra lei, os indivíduos arriscam fechar suas propriedades sem pensar no bem coletivo. De acordo com o que é relatado, ainda há o problema dos que vem “de fora”, ou seja, pessoas que acabam comprando pequenas áreas de terra (geralmente são pessoas oriundas da cidade que querem ter uma propriedade para morar ou passar os finais de semana), mas que não querem cumprir com as leis do faxinal e nem aos seus acordos comunitários.

Ainda, sobre a ajuda que os órgãos públicos locais fornecem para a comunidade é relatado que:

De primeiro vinha as coisas da prefeitura, agora não tá vindo nada assim porque não fazem as cerca, não, a única coisa que vinha era o material pras cerca e aquelas muda de arvoredo e agora nem isso não tem vindo (...) acho que isso aí também depende do presidente, fazer reunião, porque o dinheiro a gente sabe que vem lá na prefeitura pra comunidade (...) esses tempo atrás veio tela, palanque e arame, mas ninguém teve coragem de fazer 1 metro de cerca. Tem morador que tá com a criação tudo fechado né, porque não tem cerca né, porque como é que vai soltar pra escapar (...) fazem aqueles mangueirão daí né?! (Benedita Veranoski, entrevista concedida à Sonia Vanessa Langaro em 20/10/2016)

Além das dificuldades enfrentadas com a falta de materiais, existe ainda a falta de compromisso por parte dos moradores na manutenção do faxinal, sendo consequência o fechamento dos animais em mangueirões e poteiros. Este fato pode ser associado ao desânimo interno observado em boa parte dos integrantes da comunidade, que com o passar do tempo foram enfraquecendo seus traços identitários faxinalenses diante de tantas pressões externas e dominantes que sofreram e ainda sofrem.

Imagem 1 - Vista parcial do Faxinal do Salto



Fonte: Acervo particular de Sonia Vanessa Langaro – 2016

A partir da imagem anterior, pode-se perceber que a paisagem faxinalense atualmente apresenta versões contraditórias: terras de criadouro comum e preservação ambiental juntamente com eucaliptos, pinus e extensas áreas destinadas à agricultura mecanizada, sendo um cenário cada vez mais constante nos arredores do Faxinal do Salto, onde as agriculturas voltadas ao comércio cada vez mais invadem as áreas de uso coletivo e alteram o funcionamento interno deste tipo de comunidade. Esta heterogeneidade de práticas agrícolas acabam por ocasionar conflitos entre os indivíduos que são contra e os que são a favor que o sistema faxinal continue ativo, onde pode ser identificado as relações de poder ancoradas em princípios capitalistas que atuam para a desestruturação da comunidade. Frente a este quadro, há os faxinalenses que lutam pela manutenção do sistema e depositam grande parte de suas esperanças nas políticas públicas que visam a preservação do modo de ser e viver no faxinal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, os faxinais enfrentam problemas para conservar suas características físicas e culturais tradicionais. Além das pressões sofridas por diversos antagonistas, muitos dos próprios moradores se colocam contra o sistema, considerando-o como algo ultrapassado e esgotado, não assumindo a identidade faxinalense. Por outro lado, existem aqueles que lutam para manter viva sua identidade, mantendo suas tradições. Apesar dos faxinais estarem amparados por leis e programas governamentais, mesmo insuficientes, é necessário equacionar diferentes fatores para evitar ou, pelo menos, frear seu rápido processo de dissolução em décadas recentes.

Este cenário configura-se como preocupante para muitos faxinalenses da comunidade, pois a partir do momento em que os próprios moradores do faxinal se opõem ao sistema, a luta pela manutenção do mesmo se tornará cada dia mais árdua. Muitos moradores do Faxinal do Salto não possuem terras próprias no faxinal e simplesmente moram lá pelo fato de poderem usufruir do criadouro comum, mas caso este sistema venha a se desagregar, fica a pergunta: para onde irão estas pessoas? Aonde vão morar e ganhar o seu sustento? Para os “mares” de soja, pinus e eucalipto? Com certeza não. Sendo assim, esse é um problema sério a ser analisado e freado para que esta comunidade não venha a se desagregar apesar do processo de desestruturação que vem sofrendo. A moradora do faxinal destaca a necessidade de pessoas que direcionem caminhos para a manutenção do sistema para que ele não venha a acabar e levar consigo, a sua história e a história de muitas outras pessoas que vivem neste espaço.

Os faxinais foram sempre detentores de matas nativas, essenciais para a criação dos animais. Essa característica, contudo, passa por transformações uma vez que em muitos faxinais tem ocorrido desmatamento, além da introdução de espécies exóticas como o eucalipto, consequência direta da cultura comercial do fumo, atividade anteriormente restrita a pequenas roças para consumo interno. Portanto, é necessário haver proteção, incentivos e fiscalização para que estas reservas florestais nativas remanescentes sejam preservadas do desmatamento para fins agrícolas comerciais ou reflorestamento com espécies exóticas, monoculturas que afetam os ecossistemas e a biodiversidade regional.

Para que este quadro seja ao mínimo freado, é necessário que haja a conscientização de maneira geral de toda a sociedade, da importância que possuem estas comunidades tradicionais em questões de sustentabilidade a partir de suas práticas culturais peculiares. Algumas das alternativas são as próprias políticas públicas, desde que sejam aplicadas com compromisso, nas quais os moradores depositam grande parte de suas esperanças, além do importante trabalho realizado por pesquisadores para o levantamento de dados para que os faxinalenses saibam o que é necessário fazer para evitar as desagregações dos faxinais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
2. ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável**. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33- 45.
3. CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal - uma forma de organização camponesa emdesagregação no Centro-Sul do Paraná**. Londrina: Fundação Instituto Agrônômico do Paraná/Boletim Técnico 22 do IAPAR, março de 1988.
4. CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
5. FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
6. FLEISCHFRESSER, V. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain, 1988.
7. HAURESKO, Cecília. **Lugares e tradições: as comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros**. Guarapuava: Unicentro, 2012.

8. MARQUES, Cláudio. **Levantamento preliminar sobre o sistema Faxinal no Estado do Paraná.** Relatório Técnico do Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004.
9. MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO.** Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011 p. 290-322 - ISSN 1981-9021. Disponível em < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj> > Acesso em 15 de outubro de 2017.
10. MEIRA, Antonio Michel Kuller; VANDRESEN José Carlos, SOUZA, Roberto Martins de. **MAPEAMENTO SITUACIONAL DOS FAXINAIS NO PARANÁ.** In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. (Orgs.). Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.
11. NERONE, Maria Magdalena. **Sistema Faxinal: terras de plantar, terras de criar.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.
12. SAHR, Cicilian Luiza Löwen. **Os mundos faxinalenses da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais.** Revista Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (2): 213-226, jul./dez., 2008. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1175/887> > Acesso em 12/12/2017.
13. SCHÖRNER, Ancelmo. **As Cercas E Os Cercos: Da Sociologia Das Cercas Ao Regime De Cercas No Faxinal Rio Azul Dos Soares (Rio Azul/Pr).** III Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais – V. 3, 2014. Disponível em: < http://www.ppgds.unimontes.br/coloquio/anais_3/Ancelmo%20Schorner.pdf > Acesso em 15/10/2017.
14. SCHÖRNER, Ancelmo; CAMPIGOTO, José Adilçon. **MIGRANTES NO FAXINAL E MIGRAÇÕES DE FAXINALENSES: TERRITÓRIOS E POVOS TRADICIONAIS.** Revista Esboços, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 53-72, ago. 2011. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/21757976.2011v18n25p53/21532> > Acesso em: 20/10/2017.
15. SHIRAISHI, Joaquim. **O DIREITO DOS POVOS DOS FAXINAIS:** As interpretações e as interpretações jurídicas. IN: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. (Orgs.). Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.
16. SONDA, Claudia; BERGOLD, Raul Cezar. **Paraná: terra, floresta e gentes.** In: Porto, Liliana; Salles, Jefferson de Oliveira; Marques, Sonia Maria dos Santos (Orgs.) Memórias dos povos do campo no Paraná: Centro Sul Curitiba: ITCG, 2013.
17. SOUZA, Roberto Martins de. **Mapeamento social dos faxinais.** Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas- UEA, 2009.
18. ZUBASZ, Maria de Lurdes Rasinski. **Faxinais em Ivaí: de uma organização camponesa comunitária às origens da periferia.** Curitiba SEED, 2007. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/482-4.pdf> > Acesso em 04/04/2017.

O menino irreflexivo e a demissão subjetiva da docência: razão e emoção para manter viva a chama do aprender a ensinar geografia com nossos alunos.

El niño irreflexivo y la dimisión subjetiva de la docencia: razón y emoción para mantener viva la llama del aprender a enseñar geografía con nuestros alumnos

Nestor André Kaercher
Marcos Bohrer

RESUMO: Conciliar razão/conhecimento com emoção/sentimentos para cativar o interesse e manter a atenção dos alunos é uma das maiores dificuldades e desafios dos professores. É esta busca que vamos comparar à ação do artesão, cujos conhecimentos teóricos são fundamentais, mas não suficientes, para que seja efetiva a realização da função docente. A Geografia pode não ter soluções para as agruras da humanidade, mas apresenta a possibilidade, em suas aulas, de refletir sobre elas com a humilde esperança de que não somos condenados a repetir nossos erros. Manter a reflexão sistematizada sobre os espaços e grupos sociais com a combinação de razão (saber) e emoção (conhecer o outro, praticar a empatia) pode auxiliar na ampliação de nossa capacidade de entender o outro e com ele conviver de forma pacífica e respeitosa: a Geografia como práxis existencial e ontológica. O educador pode muito pouco, mas este pouco não é nada desprezível. Tocar as novas gerações é uma possibilidade concreta de contribuímos com a construção de uma sociedade menos desigual.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Geografia, Formação de professores, Escola.

RESUMÉN: Conciliar razón/conocimiento con emoción/sentimientos para cautivar el interés y mantener la atención de los alumnos es una de las mayores dificultades y desafíos de los profesores. Es esta búsqueda que vamos a comparar a la acción del artesano, cuyos conocimientos teóricos son fundamentales, pero no suficientes, para que sea efectiva la realización de la función docente. La Geografía puede no tener soluciones para las agruras de la humanidad, pero presenta la posibilidad, en sus clases, de reflexionar sobre ellas con la humilde esperanza de que no estamos condenados a repetir nuestros errores. Mantener la reflexión sistematizada sobre los espacios y grupos sociales con la combinación de razón (saber) y emoción (conocer al otro, practicar la empatía) puede auxiliar en la ampliación de nuestra capacidad de entender al otro y con él convivir de forma pacífica y respetuosa: la Geografía como praxis existencial y ontológica. El educador puede muy poco, pero este poco no es nada despreciable. Tocar las nuevas generaciones es una posibilidad concreta de contribuir con la construcción de una sociedad menos desigual.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza de la Geografía, Formación de profesores, Escuela.

1 INTRODUÇÃO

A noite foi também prodigiosa. Detive-me um momento diante da casa de meu conhecido e olhei para dentro através das janelas. Ali mora um homem, pensei, que leva avante seu trabalho ano após ano, que lê e comenta textos, procura inter-relações entre as mitologias pré-asiáticas e índicas, e sente satisfação com isso, pois crê no valor do seu trabalho, crê na ciência, de quem é fiel servidor, acredita no valor do saber, que se deva acumular cultura, pois crê no progresso e no desenvolvimento. [...] considera odiosos os judeus e os comunistas; é um bom menino, irreflexivo, alegre, que se considera importante e invejável. (HESSE, 2007, p. 89 - 90)

O presente trabalho pretende refletir sobre a necessidade da renovação do ensinar Geografia, seja no Ensino Superior, seja na Educação Básica, visto que os autores são licenciados em Geografia e tem no ensino desta disciplina e/ou na formação de seus futuros docentes o foco de sua atuação profissional, especificamente nas cidades de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e Videira (Santa Catarina).

A justificativa para este texto, além da divulgação de nossas reflexões e ações profissionais, é a de que é permanente a necessidade de (re)pensarmos o ensinar e aprender, pois os desafios de manter os alunos, sobretudo os do Ensino Fundamental e Médio, interessados nos temas propostos por esta disciplina são cotidianos, dado o crescente desinteresse, não raro demonstrado pelos alunos e pela instituição escola. Nossa crença é a de que este repensar o ensino exige que reflitamos epistemologicamente, isto é, pondo em cheque nossas ideias acerca do que seja 'científico' e sobre o que seja o conhecimento 'útil', 'necessário' (os adjetivos aqui poderiam ser vários e sempre em uma linha tênue entre o que é inquestionável e o que é controverso). Mais do que ter as respostas, advogamos que a lógica do saber escolar ainda se atém muito a reproduzir verdades e estas, em geral, limitam a capacidade criativa de pensar outras hipóteses que não as postas pelos professores e manuais didáticos. A partir desta constatação, queremos discutir nossas

concepções de ciência e, conseqüentemente, a própria forma de escrever academicamente. Há um modelo único? Cremos que não.

As possibilidades de renovação do ensinar não se fundam em ‘novas’ metodologias ou técnicas, embora isso seja um constante e desejado desafio, já que ter a atenção e o desejo de reflexão dos alunos é um bem passível de ser almejado. Partimos da hipótese de que a docência é indubitavelmente atrelada aos pressupostos epistemológicos de nossa maneira de pensar a ciência geográfica ou a ciência da educação, mesmo que estes pressupostos não sejam factíveis de provas.

Os objetivos deste trabalho buscam, ainda que sem a pretensão de dar respostas certas, a proposição de alguns princípios epistemológicos e também didáticos que orientem a prática docente, sobretudo aos iniciantes na docência.

O que desejamos com a citação de Hesse? Primeiro: ressaltar que todo cientista (‘homem que crê na ciência’) é um crente. Crê que ‘só faz’ ciência quando escreve ou fala sobre ciência. Crê que a ciência leva ao ‘progresso’. Crença que pode se realizar, mas não obrigatoriamente ocorrerá. Crê que discutir ‘o que é progresso?’ seja pouco prático, demasiado teórico. Julga-se não ideológico. Ideológico, no geral, são os outros, obviamente os que não pensam como ele próprio. Nenhum problema em ser crente e ter princípios ideológicos e/ou políticos. Aliás, inevitável tê-los. Sabemos que nossas concepções de ciência – e também de educar, de docenciar com a geografia, do que deva ser uma escola e seus alunos – são inevitavelmente ideológicas. Nada de mal nisso. Defendemos que, sejam quais forem as nossas/suas concepções, conquanto sejam explicitadas e postas em debate, louvável. Estaremos indo ao encontro da função da(s) ciência(s), qual seja, interpretar e explicar o mundo em que vivemos. O mundo, aqui, pode ser entendido tanto como por que meio são governados os países (microescala), como entender as relações entre professores e alunos em uma sala (macroescala). O debate de ideias divergentes é salutar para a ampliação da visão de mundo de todos, sobretudo os educandos da Educação Básica, sejam do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Daí a acidez de Hesse (2007) ao citar que este honrado cidadão considera ‘odiosos’ os judeus e os comunistas. Aqui podemos substituir tal afirmação pelo grupo que quisermos, os alvos de nossos ‘ódios’, preconceitos e/ou juízos de valor.

Matthew White (2013) consegue criar espirituosa e sarcasticamente uma ‘equação’ que ‘livra a cara’ de todos, criando teses *ad hoc* convenientes aos nossos pontos de vista de antemão enraizados. Sarcasmo, pois ninguém tem a exclusividade da inteligência, razão e/ou ética. Vejamos White (2013, p. 637 – 38):

Tenho certeza de que alguns leitores (mas certamente você não) olharão para essa lista – das maiores atrocidades da humanidade - e dirão com ar satisfeito: “Aha! [alguém que odiamos] produziu seis megamortes, enquanto [alguém que gostamos] produziu apenas duas, o que prova que [alguém que odiamos] é muito pior do que [alguém que gostamos] e ponto final!”

Preencha as lacunas com quem você quiser – africanos, belgas, cristãos, comunistas, franceses, ateístas, esquerdistas, muçulmanos, corporações multinacionais, racistas, russos ou brancos. Os boçais sempre são os outros (escolha você aí o grupo que ama odiar, tanto em questões políticas ou colegas de profissão, não raro colegas de instituição/departamento). Logo, crer-se ‘cientista’ não nos dá a razão de mão beijada, muito menos tira de nós as cegueiras da razão. Sim, cegueiras da razão. Evitando simplificações contemporâneas do tipo “Fora, Dilma” (Roussef, ex-Presidente da República, do Partido dos Trabalhadores, destituída por “impeachment”) ou “Fora, Temer” (Michel, o ex-Vice-Presidente que se tornou presidente após o referido “impeachment”, do Movimento Democrático Brasileiro) não podemos, entretanto, ignorar o quanto este debate político-partidário existe e nos influencia cotidianamente, seja nas escolas ou nas universidades, onde passamos muitas horas na semana.

Mas, recuando mais de 100 anos, podemos dar um outro exemplo que talvez nos ajude a pensar nas possíveis cegueiras da razão e na inevitabilidade do ser humano conviver com a Política e os projetos de nação e governabilidade das gentes que habitam os espaços, sejam o Ente Federal, Estados ou Municípios. No final do século XIX os debates acerca do ‘pré e pós-abolição’ eram feitos na imprensa e no parlamento brasileiros – ainda não se tinha uma comunidade universitária significativa –, buscando saídas para o fato do Brasil ser um país ‘negro’, com poucos brancos. Em nome de princípios ‘científicos’ da época, o diagnóstico (científico? Ideológico? Como se

misturam, meu Deus!) era feito por deputados, jornalistas, escritores e outros homens ‘públicos e de bem’, em geral brancos e de bom nível econômico/cultural: o Brasil, muitos pensavam, só deixaria de ser um país atrasado se fosse ‘embranquecido’; se a migração, de preferência europeia, viesse a substituir a raça negra e mestiça que aqui estava em grande número. A lenta substituição dos negros por novas levas de migrantes brancos embranqueceria (e melhoraria, subentende-se) nossa gente. A vítima – os negros escravizados e seus descendentes – eram culpabilizados pelo ‘atraso’ do país. Não havia muito espaço para mostrar quão abjeta era a vida dos descendentes de escravizados, pois eles simplesmente não eram vistos como ‘cidadãos’, como pessoas que fizessem parte do debate. Se ampliarmos essa reflexão, poderíamos acrescentar quantas vezes mulheres, camponeses, indígenas, pobres, (semi)analfabetos foram também ‘apagados’ da História, da Geografia, dos livros didáticos, das discussões nos programas de rádio, TV e mídia impressa! A ideia de ‘democracia’, ‘inclusão’, ‘igualdade’, ‘combate às injustiças e às violências’ não estavam, não estão ainda entranhadas em nossa sociedade. No passado, a ideia de ‘raça’ era um debate científico da época. Sabemos que essa discussão atualmente está vencida (há a raça humana, ponto), mas é nítido como, cotidianamente, ‘explicamos’ as coisas de forma superficial ou a-científica! Como excluimos parcelas da população na discussão de nossa incipiente democracia e cidadania. Tais temas, não temos como deixá-los de fora do ambiente acadêmico ou fazer sua discussão de forma ‘apenas’ técnica ou neutra. Que confusão, saudável confusão!

Hoje em dia – escrevemos em fevereiro de 2018 – será que não estamos girando em círculos ao pensar que ‘mais polícia, mais repressão, mais Forças Armadas’ podem estancar o problema da violência, por exemplo, no Rio de Janeiro? Claro que a sensação de maior segurança virá como um bem-vindo alívio à sofrida população, mas estaremos trazendo com isso melhores condições de vida para os marginalizados moradores de comunidades empobrecidas e com pouco auxílio dos poderes públicos em serviços dignos de saúde, educação e, claro, segurança? Por outro lado, como ignorar o clamor da população, inclusive, ou sobretudo, as mais humildes, que desejam ‘mais polícia e mais repressão’? Taxá-los de ‘a’, ‘b’ ou ‘c’ não resolve. Não há soluções simples para problemas complexos. E todo fenômeno social/humano é extremamente complexo.

Quais são os teus ódios, leitor? Se formos ver no cotidiano das redes sociais, onde todos se acham protegidos por um certo anonimato ou diluição no meio da multidão, impera muito mais o ódio e a ofensa aos que divergem de mim do que a discussão franca e argumentada de ideias. Já se disse, ironicamente, que as redes sociais promovem o ‘idiota da aldeia’ à ‘sábio universal’, pois posso enviar de forma instantânea mensagens com todo o tipo de conteúdo sem, evidentemente, colocar as informações ou opiniões que propago em suspeição. Ao contrário, do milenar lema socrático ‘só sei que nada sei’, hoje é tão comum ser especialista sobre tudo. Deus Google nos ‘educa’ em poucos minutos sobre os mais variados temas. Algum problema em ser crente? Não! É inevitável. O passo adiante a dar é saber ‘desconfiar de si’. Tough nos ajuda (2017, p.170 – 71):

No início do século XX, o filósofo austríaco Karl Popper escreveu que a natureza do pensamento científico era de tal ordem que ninguém jamais seria capaz de efetivamente comprovar teorias científicas; a única maneira de testar a validade de determinada teoria era comprovar que ela estava errada, processo que ele denominou falseamento. Essa ideia conquistou a ciência cognitiva com a observação de que a maioria das pessoas de fato é muito ruim em falseamento – não só na ciência como na vida cotidiana. Ao testar uma teoria, seja grande ou pequena, um indivíduo não busca instintivamente indícios que o contradigam; ele busca dados capazes de comprovar sua veracidade, tendência conhecida como viés de confirmação. [...] O motivo de sermos todos tão ruins em nos contradizer é a tendência para o viés de confirmação: é muito melhor encontrar provas que confirmem o que consideramos verdadeiro do que provas que refutem nossas hipóteses. Por que alguém haveria de buscar a decepção?

Com isso queremos alertar para a indissociabilidade entre fazer ciência e os valores e ideologias que carregamos, muitas vezes, inconscientemente. Não basta, portanto, nossa boa vontade ou bom caráter para garantir que nossas ideias sejam ‘corretas’ ou passíveis de prova indubitável. Logo, nas escolas de Educação Básica, tão ou mais importante que as provas e resultados de meus escritos ou pesquisas, é o processo permanente de diatribizar as nossas ideias, colocando-as em permanente reflexão. É aí, pensamos que a universidade e a escola cumprem um dos seus papéis, pois a ciência não avança só porque produz ‘conhecimento’ e nos traz respostas,

mas, paradoxalmente, ela nos é cara porque produz ‘ignorância’, nos mostra os limites de nossos conhecimentos (e valores) e, com isso, nos joga novas dúvidas e perguntas, pondo assim a girar a roda da vida. E, não menos importante, convém ficar alerta para a ironia de Hesse (2007), pois quando há soberba por parte do educador (ou do cientista), parecemos mais importantes e sábios do que somos, e isso nos faz ou nos deixa imaturos (‘menino irreflexivo’), o que é nada invejável em nosso entendimento.

Praticar a arte da pergunta é saudável, necessário, mas não suficiente. Há que se ter a prática da escuta atenta, uma escuta qualificada para que o que o outro nos diz seja, de fato, refletido, posto em relevo e em questão para o grupo.

Tais alertas são importantes em nossa lida com a Geografia, área tão sensível a discussões polêmicas a toda hora, já que as salas de aula têm a vitalidade das novas gerações com suas questões trazidas pelo mundo da mídia, da família, amigos e seus aparatos tecnológicos. A Geografia tem uma boa fundamentação para lidar com as diferenças, desigualdades e divergências que povoam os espaços e povos/grupos por nós estudados.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

– Sr. Pablo – disse-lhe –, o senhor é amigo de Hermínia e por este motivo me interesse pelo senhor. Mas, desculpe-me a franqueza, o senhor torna difícil a conversação. Já várias vezes tenho tentado falar-lhe a respeito de música; gostaria de conhecer sua opinião e conceitos, quer contradigam ou não os meus, entretanto o senhor nunca se dignou a me dar uma resposta.

Sorriu com a maior cordialidade e desta vez não se furtou a dá-la, dizendo impassível: – Bem, na minha opinião não há nenhum sentido em falar-se a respeito de música. Que responder, então, às suas observações eruditas e judiciosas? O senhor tem toda a razão naquilo que afirma. Mas, veja, eu sou um músico, não um erudito, e no que diz respeito à música acho que não há a menor importância em estar alguém com a razão, de termos bom gosto ou erudição musical e tudo o mais. (HESSE, 2007, p. 144 – 145)

Novamente valemo-nos de Hesse (literatura? ficção?) para propor a discussão acerca de uma preocupação pertinente a nós, que lecionamos Geografia, seja para alunos do ensino médio, seja para universitários: o ensino não pode ser apenas via reprodução do conhecimento já consolidado, ainda que empregue conceitos ‘corretos’, pertinentes e de acordo com as visões contemporâneas do fazer científico. Não se trata, aqui, de negar o óbvio: que a Ciência e que os acadêmicos produzem conhecimentos (teorias) importantes, úteis e ‘verdadeiros’. Não se nega a importância do saber já sistematizado pela humanidade. Seria um contrassenso, afinal, somos educadores e cremos que as escolas e universidades possuem um papel fundamental em nossa sociedade, que é o de sistematizar e propagar as muitas teorias e evidências que ela produz. O que estamos aqui propondo é que para o ensino, sobretudo das novas gerações, apenas ‘fatos’, ‘conceitos’ e ‘provas’ não são suficientes para estimular nossos alunos a buscarem o novo a partir do que já se sabe. A docência requererá então, um equilíbrio delicado: ser charneira entre o já sabido/consolidado e o novo/desconhecido. Teorias e fatos são imprescindíveis, mas não necessariamente são atrativos para as novas gerações. Se queremos a atenção dos alunos é por motivo muito simples: sem cooperação e a atenção deles não seremos ouvidos e entendidos, ou seja, não haverá ensino, muito menos educação. Educar não visa apenas agradar, ser ‘leve’, mas só o conhecimento técnico, por si, é insuficiente. A busca do equilíbrio entre disciplina e liberdade é dinâmico, instável e passa, às vezes, por tensões e gerenciamento de conflitos.

O mestre, portanto, é adulto de referência, pois ‘ele sabe’, ‘estudou’ e pode/deve professar seus conhecimentos e, inevitavelmente, seus valores, crenças e ideologias. Longe de negarmos o papel do professor como um moderno iluminista, crente no valor da ciência. Sim, cremos que a Geografia seja uma ciência e pode sim ajudar-nos a melhor compreender os espaços e as relações entre os grupos que aqui convivem. Mas, também advogamos o papel do educador como o de um ‘destruidor de ídolos’, um iconoclasta que sabe tirar seus alunos da zona de conforto, aquela caracterizada apenas pela reprodução do já sabido e aceito. Um educador iconoclasta que tensiona as verdades e os próprios mestres. Hesse (2007) também ‘traz’ outro alerta: em uma escola, entre crianças e adolescentes, não basta ‘erudição’, ‘razão’, ‘conceitos’. Há que ter tudo isso – e não é

nada fácil –, mas é preciso também estimular todos os sentidos e sensações. Lemos os espaços e as paisagens não apenas com a razão. Todos os sentidos captam o mundo em que vivemos. Memórias que nos trazem espaços e vivências já conhecidos são acionadas, não raro, por cheiros, objetos, sons que nos trazem, às vezes de forma assistemática e pouco controlável, emoções e sentimentos. Como pode a escola descuidar de tantas emoções e sentimentos que entram pela janela da nossa imaginação? Até se pode deixar de fora da sala de aula sensações, emoções e sentimentos, mas restringir a docência ao estudo de fatos, provas, dados e conceitos, é limitado, é um desperdício. A vida pulsa também junto às incertezas e emoções que todos trazemos para dentro da sala. Teorizar sobre música, arte, a cidade, entre outros, é legal, mas ouvir, ver e sentir as coisas me interessa mais. Amar e mudar as coisas me interessa mais, já cantou o grande Belchior. Outro cara já nos disse – embora não convenha crer muito nele, posto que é um fingidor (PESSOA, 1980, p. 35):

Eu não tenho filosofia: tenho sentidos...
Se falo na natureza não é porque saiba o que ela é,
Mas porque a amo, e amo-a por isso,
Porque quem ama nunca sabe o que ama
Nem sabe por que ama, nem o que é amar...
Amar é a eterna inocência,
E a única inocência é não pensar [...]

Posto que é ‘impossível não pensar’, cabe aos educadores em Geografia pensar intencionalmente quais são as suas propostas de temas, conceitos e metodologias para educar as novas gerações. E a resposta à pergunta “o que ensinar?” não é científica. Como nos relembra Morin (2015), a resposta ao que é ciência não é científica. Requer uma opção que é mais que teórica, é ontológica, pois ao ensinar ensinamos muito do que somos e cremos.

Tais digressões podem trazer a questão: quem tem autoridade para falar em nome da Geografia, além de seus professores e livros? A profusão de fontes ‘não acadêmicas’ pode enfraquecer nossa ciência? Pelo contrário, é nas contradições e distintas visões de explicarmos os fenômenos, seja os da natureza, mas, sobretudo os sociais, que se pode fortalecer a ciência e a democracia. Ciência e democracia, valores genéricos, utópicos, mas um permanente pensamento desejado/desejante para um professor de Geografia que deseja marcar seus alunos positivamente com suas aulas. Ferry, (2011, p. 94 – 95) nos auxilia com seus apontamentos:

Porque o problema não é absolutamente saber “de onde fala o sábio” (a autoridade do pesquisador e ou do professor), analisar como e porque ele chegou a esta ou aquela hipótese, mas poder submeter a hipótese em questão à discussão *comum e crítica*. A objetividade de um enunciado científico não depende da maneira como ele é produzido, mas unicamente de sua “discutibilidade”. O critério da objetividade não se situa numa *genealogia mais ou menos suspeita, mas numa “epistemologia” sem sujeito* onde não nos preocupamos absolutamente com o inconsciente dos pesquisadores. Poderíamos certamente interessar-nos por isso [...] Todas as questões são legítimas e interessantes, mas com relação a objetividade científica [...] Popper (in *Conjecturas e refutações*) diz que não importa tanto a fonte ou as fontes de minhas crenças – as questões de origem ou de genealogia têm de fato muito pouco a ver com as questões de verdade, o que importa é por nossas hipóteses a crítica, refutando-a se for o caso.
Por aí se vê que o cientista não é um metafísico nem um filósofo da suspeita, mas alguém que, em princípio, não pode deixar de estar aberto à discussão pública. [...] Em sua “epistemologia sem sujeito”, o interesse recai sobre os enunciados, as ideias e conjecturas, mas não sobre o sexo, a origem social, étnica, religiosa ou cultural daqueles que os defendem. É também por isso que neste caso se pode “matar as ideias sem matar os homens”, refutar uma hipótese sem lançar de imediato o anátema sobre quem a emitiu. Dai o duplo laço que mantêm entre si ciência e democracia: não somente todo mundo é igual, pelo menos em princípio, diante da ciência, no sentido de que ninguém é excluído da discussão por “natureza”, em razão de sua classe social ou de qualquer outra pertença. Na ciência como numa verdadeira democracia, também nada escapa, salvo a esfera privada do “sujeito”, justamente, à discussão pública (parênteses nossos e com adaptações).

Tal citação, ainda que longa, evidencia que temos, como educadores que somos, o imperativo de organizar temas, conteúdos, textos e as formas de melhor trabalhá-los em aula, mas crucial

também é que se democratize o acesso à palavra aos estudantes e que sejam permitidas questões que, originalmente, o professor não planejou. O professor tem objetivos e um programa. Tem planejamento, mas este está aberto a desvios e atalhos cujo destino nem sempre se sabe ou controla. Ter plano significa também ter uma habilidade que é reflexiva e artesanal: a de saber perceber quando é hora de abandonar seus planos e objetivos. Eles mudam. Pode-se voltar a eles noutro momento e, também, pode-se abandoná-los, pois novos planos surgem se o professor estiver pesquisando a si e aos seus alunos ao docenciar. Não é confiar demais no imprevisto, mas admitir o óbvio: o imprevisto muda nossos planos rotineiramente.

Longe de parecer um caos – alguém poderia usar o termo anarquia, mas este se presta a simplificações grosseiras - do tipo ‘tudo vale e pode’, implica um método de ação com intenções políticas e epistemológicas, qual seja, ampliar a democracia através de seu exercício cotidiano nas salas de aula. Não é permitir que todos falem de qualquer tema a qualquer hora. Seria um *laissez faire* com o qual não concordamos. Estar aberto ao novo vai exigir protagonismo, disciplina, planejamento e ordenamento, tanto do professor como da turma. A Geografia, diremos provocativamente, é uma ciência, um discurso da ordem: onde e por que as coisas e pessoas estão nestes e não em outros lugares? É no espaço da sala de aula que devemos buscar construir essa ordem, entendimento de espacialidade, estabelecendo noções sociais, econômicas e culturais para enxergar o espaço geográfico como uma construção e consequência dos tempos. Por isso determinados fenômenos ocorrem aqui ou ali. Por esse motivo pessoas residem em espaços distintos.

A Geografia é exercida em sala de aula de forma que ‘tudo tem tempo, lugar e forma’ de ser questionado. Encontrar esse(s) tempo(s), forma(s) e lugar(es) é a arte, a ciência e a poesia da docência. Conflitos são inevitáveis. O que fazer quando as regras não são cumpridas? O professor que confundir democracia com a ausência de cobranças não é um educador. Não existe fórmula, mas a elaboração de perguntas e temas para discussão, bem como a busca organizada de respostas já é um valor da democracia e da construção de autonomia que almejamos com e para nossos alunos. É uma busca que pode ser relevante na sociedade extra-escola. (Re)criar, fortalecer os valores da democracia, bem como pensar a própria democracia - afinal, ela não é um modelo acabado -, nos parece ser um dos objetivos que a Geografia e a própria escola devem almejar e que justificam a permanência dessas vetustas instituições da nossa convivência.

A autoridade do professor não advém, portanto, da repressão e/ou do medo que ele incute, mas sim do conhecimento (técnico, mas não só) e da capacidade de organização e estímulo ao trabalho intelectual que é do cotidiano de uma escola. A autoridade não é um *a priori*, é um constructo, uma meta, um trabalho. Assim como o valor ou a importância (ou a ‘utilidade’) da Geografia não é um *a priori*. É uma construção (artesã) dos seus professores conjugando razões, sensações, emoções e empirias. Tudo no plural. Aliás, é o trabalho do professor. Para ele ensinar é preciso ter o que dizer (conhecimento técnico), saber como fazê-lo (didática), mas tudo isso sempre vai requerer pressupostos políticos e filosóficos (o que eu quero ensinando isso e não aquilo?). E, como cremos, o docenciar implica em existir-se. Docenciar é uma experiência ontológica. Quando ensino, mais do que falar de Geografia, falamos de nós, de minhas/nossas crenças, ideologias e sentimentos. Lembremos de Hesse (2007): saber não implica em deixar de ser preconceituoso. E a sala de aula é *ágora* (derivado do grego, ‘reúno, decido’, enfim, espaço público) do debate aberto onde inclusive nossos preconceitos podem ser repensados.

A ação docente, em graus variados conforme o nível da escolarização, requer um misto de ciência, emoção e arte. Ainda que tênue ou imprecisas as referidas demarcações ou diferenças entre estas três palavras, acreditamos que a Geografia seja um conhecimento técnico/científico – que aqui não temos a pretensão de ‘provar’ – com seus métodos de busca de dados e verificação de hipóteses. Parece claro que o processo de sua divulgação, ou mais especificamente, seu ensino, vai requerer do profissional professor uma série de características e habilidades que não meramente racionais. A emoção, aqui entendida como um conjunto de afetos e rejeições que se traduzem em ações concretas, vai exigir deste profissional uma série de atributos que, em nosso entendimento, o aproximam de um artesão. Artesão no sentido de estar lidando em cada sala de aula com um grupo específico e irrepetível de seres. Cada aluno exigirá (exigiria) do professor uma atenção e ação específicas para que a relação pedagógica fosse potencializada. Ora, isso soa sensato no plano do ideal, mas na prática temos que ver as condições

objetivas de trabalho dos envolvidos. Se por exemplo o professor se sente maltratado, desprestigiado (seja pelo salário baixo, seja pelo desinteresse ou hostilidade dos alunos) isso refletirá em sua ação cotidiana. O que há de objetivo nesse mal-estar docente? Como lidar com essa desmotivação e/ou desinteresse que rondam as escolas? Ou seja, mesmo que sejamos bons conhecedores dos fundamentos teóricos e/ou técnicos da ciência de base (no caso, a Geografia), isso é certamente insuficiente para a construção, divulgação, reconstrução deste conhecimento para as novas gerações. Como conciliar razão/conhecimento com a emoção/sentimentos para cativar o interesse e manter a atenção dos alunos é uma das maiores dificuldades e desafios dos professores. E é esta busca que vamos comparar à ação do artesão, cujos conhecimentos teóricos são fundamentais, mas não suficientes, para que seja efetiva a função docente.

Na sequência, queremos apresentar alguns eixos que podem auxiliar o leitor, sobretudo os principiantes na/da docência, a orientarem-se – sem que se tenha aqui certeza de ‘sucesso’. O pano de fundo do ‘programa’ que segue baseia-se em Morin (2015, p. 140 – 141):

O ser humano é simultaneamente biológico, psíquico, cultural, social, histórico. É uma unidade complexa natureza que se encontra completamente desintegrada no ensino disciplinar, e que torna impossível aprender o que significa ser humano. É necessário restaurá-la, de modo que cada indivíduo, onde quer que esteja, tenha conhecimento e consciência de sua identidade singular e, ao mesmo tempo, de sua identidade comum com todos os outros seres humanos.

Por isso, a condição humana deveria ser o objeto essencial de todo ensino. Trata-se de indicar como, a partir das disciplinas atuais, é possível reconhecer a unidade e a complexidade humanas, reunindo e organizando os conhecimentos dispersos nas Ciências da Terra, nas Ciências Humanas, na Literatura e na Filosofia, e mostrar a ligação indissociável entre a unidade e a diversidade de tudo o que é humano.

Como a Geografia pode ir na direção de pensar a condição humana? O próprio título do livro de Morin já é uma gigantesca pretensão: ensinar a viver?! Sejam pretensiosos, tentemos, mas com os pés calçados nas sandálias da humildade, por favor. Estudar, ler, ouvir... sempre. O historiador Harari vai fazer algo semelhante ao propor o tema da ‘felicidade’ e do ‘sofrimento’ como pautas relevantes no ensino de História (KAERCHER, 2017).

Como proporíamos isso, por exemplo, em um minicurso? Vejamos. Em negrito, os eixos principais. A ordem em que são trabalhados é modificável.

. Educar-se com a Geografia

- Entre a Pedagogia e a Geografia há uma filosofia;
- Geografia Pastel de Vento e Geografia do Custo Zero (GCZ).

. A cidade como um livro aberto e que precisa ser decifrado

- O que ver /mostrar/refletir na sua cidade? (Mini saídas de campo por sua cidade);
- O que Porto Velho tem a nos ensinar a partir de suas paisagens e pessoal?;
- Onde e como estão/vivem as pessoas deste lugar?

. A (re)construção da identidade docente

- Não tem como docenciar sem existenciar-se;
- O que seus mestres lhe ensinam? E seus alunos?;
- O que você faz com o que ouve/fala com seus mestres e alunos?

. Razão e emoção na docência

- Ensinar com paixão, mas onde aprendê-la? (PDT: paixão, desejo, tesão);
- Quem são teus monstros? Machados nos seus/nossos mares congelados;
- O tripé: beleza, perguntação e imaginação. Tudo junto e misturado.

Material e Métodos? Kaercher (2014) propõe a Geografia do Custo Zero não como conformismo às pobreza das escolas públicas, mas como incentivo à criatividade e maior interação com o entorno e com os alunos. Nossa proposta não contempla “análises laboratoriais empregadas”, mas como sugerimos acima, a cidade é um livro aberto para ser melhor lido e entendido.

3 RESULTADOS ESPERADOS E HIPÓTESES

Como mostrar os “resultados esperados”? Como ‘provar’ as hipóteses deste instigante texto de Pereira (2016, p. 154 - 155)?

Uma sensação de desistência parece acompanhar a maioria desses professores, o que resulta em prostração, distração e a perda de tempo com repetições [...] Atitudes de pessimismo com claros sentimentos de impotência e inferioridade levam estes professores a se inibirem e a se satisfazerem exatamente pelo fato de não se colocarem à prova, isto é, pelo fato de não necessitarem inventar soluções passíveis de questionamentos pelo outro e por si mesmo. [...] Logo, com essa fragilidade identificatória, tais sujeitos não se sentem impelidos à ação. No caso do professor, agir em nome de quê? Por qual motivo? Para estes [alunos] jovens pobres que nada querem saber? Para esta escola falida? Mover em nome de qual desejo? Os professores que escutamos, em sua grande maioria, não nos escondem o quanto se demitem subjetivamente. Não há outro que os motive a reagir. Isso parece se intensificar quando se trabalha com pessoas para as quais se tem pouquíssima ou nenhuma expectativa. Esses professores revelam uma explícita menos-valia atribuída aos adolescentes. Em geral, são jovens pobres, moradores de favelas, vilas ou bairros periféricos, atendidos por uma escola que não os oferece nem perspectiva, nem futuro. [...] como exercer uma profissão sem acreditar que o outro possa ser transformado?

Uma primeira leitura de Pereira poderia ser um discurso defensivo do tipo “lá vem mais um acadêmico culpabilizando o professor da Educação Básica” e um corolário muito comum disto seria ‘acusar’ e desqualificar o autor do texto. Não queremos aqui ter razão, muito menos acusar ou defender quem quer que seja. Queremos destacar uma expressão ‘demissão subjetiva’ do professor quando este, cansado do seu ofício – por várias razões, a maioria já muito bem diagnosticadas –, desiste da ação educativa com seus alunos. Ou seja, um quadro que pode ter razões materiais (salário ruim, atrasado) ou psicológicas (estou ‘farto’ da escola e dos alunos), leva a ações com consequências cognitivas (se eu deixo de ensinar, eles vão aprender muito pouco) e políticas (estes alunos ‘de periferia’ permanecerão bem menos capazes de desenvolver seus talentos), já que o círculo desvirtuoso se fortalece: alunos já desfavorecidos socialmente com baixa ou precária escolarização não terão condições de competir com as classes mais favorecidas social e culturalmente aquinhoadas. E a interpretação – que não é científica e apodítica – é variada: estes alunos são fracassados porque não estudam e não se esforçam ou eles pouco se identificam com o que lhes oferecemos nas escolas em termos de desafios cognitivos? Culpabilizar o aluno “explica” (teses *ad hoc*), mas não resolve. Nos ‘dá paz’ (eles não querem nada com nada), mas não diminui a frustração de minha demissão docente.

Nessa onda de terceirização em vista, busca-se terceirizar a culpa pelo não aprender-ensinar os jovens: tento, mas eles não querem. O que pode o educador, através da escuta dos jovens, construir para e com a Geografia? O exercício da escuta pode ser o primeiro passo para compreender que mundo nós (docentes) e eles (jovens) estamos compartilhando por intermédio da escola.

Podemos lecionar sem ser reflexivos? Até podemos. Porém, não estaremos cumprindo nosso papel como educadores. Estaremos nos reproduzindo em cada aula. Sendo nosso próprio “cover”, damos aula mas não construímos o conhecimento. Além de repensarmos em nossa docência, diariamente temos de buscar estabelecer relações com o local e o global. Onde e para quem eu leciono? Para que e para quem serve a minha Geografia? Essas perguntas constantemente norteiam a minha prática. (BOHRER, 2017, p. 45)

Refletir sobre a nossa prática é possibilitar entendermo-nos como seres ativos do processo de ensino e aprendizagem. Acreditar que nosso trabalho é uma possibilidade de mudança para aqueles jovens em determinado tempo e lugar. Para isso, deve-se desenvolver o movimento das “cabeças bem-feitas” (MORIN, 2004) em sala de aula, ou seja, não fazer da cabeça do estudante um acumulado de informações, mas tentar desenvolver uma aptidão geral de inteligência, capaz de colocar e tratar os problemas de maneira organizada e de permitir o estabelecimento de ligações entre os saberes, dando-lhes sentido. É necessário analisar os fenômenos e suas causas, despertar os sujeitos para a autoria e não para a reprodução de uma ideia. Para que isso seja possível, devemos escutá-los e nos projetarmos nos estudantes:

[...] temos que ter o conhecimento de adultos e profissionais em educação, mais a memória de alunos, sentimentos próximos a eles. Precisamos olhar para nossas aulas e enxergar nossos alunos e não nossas universidades e nossos professores. Dar excelentes aulas para nós mesmos não significa dar boas aulas para quem precisa aprender (COSTELLA, 2015, p. 32)

Professor e aluno se relacionam com o mundo através das relações que estabelecem mutuamente na escola. Esse processo culmina em uma forma de ler e viver o mundo, que nada mais é do que a Geografia. Entendemos que a escola deve ser um espaço de construção dos sujeitos – professor e aluno –, na qual todos saiam modificados. Para estar próximo dos alunos e da realidade que os circunda é necessário que exista diálogo em sala de aula. A escuta dos jovens serve, antes de mais nada, como instrumento de conhecimento de seus trajetória, geografias, vivências e ambições. Todos nós sonhamos em conhecer um país/município/região. Você sabe qual parcela do espaço geográfico seus alunos sonham em conhecer? Conhece as principais dificuldades encontradas no seu cotidiano – bairro/município? Quais são os principais pontos/espacos que eles frequentam – bairro/município? Parece ser simples, mas muitas vezes ignoramos os jovens para seguir fazendo mais do mesmo: nos escutar professando conteúdo.

Ensinar não poderia ser um simples vazio para mim e para eles. Teria que consistir na possibilidade de criar espaços de diálogo e construção do conhecimento, de permitir que os alunos se enxergassem como ativos dentro do processo de ensino que, daqui a três, quatro, cinco, dez ou vinte anos, eles lembrassem, não do meu nome, mas de uma aula ou reflexão que, de fato, tenha marcado e contribuído para a sua formação. Isso significa dizer que precisamos superar o tradicionalismo e o geocentrismo em nossas aulas, aspectos que nos levam ao esquecimento da subjetividade de nossos alunos. (BOHRER, 2017, p. 46)

Para existir o diálogo em sala de aula, é necessário que os sujeitos estejam abertos para o novo ou, pelo menos, abertos para o outro. Saliento o papel da comunicação – que é o primeiro contato entre os sujeitos em uma sala de aula – e do afeto no ensino como forma de criar mecanismos que permitam que os estudantes se sintam à vontade junto ao seu educador e, desta forma, tornem o ambiente da sala de aula um espaço aberto para as distintas experiências e contribuições. Para isso, o docente deve se despir da preocupação de impor algo e pensar sempre em construir uma sala de aula democrática, baseada em múltiplas Geografias – a do docente e a dos alunos. Através dos alunos, podemos identificar dificuldades e potencialidades em seus aprendizados, permitindo-lhes superar erros e fortalecer as relações pessoais.

Voltamos a Popper, aos critérios de demarcação do que seja ‘refutável’, ‘provado’. Nas ciências humanas, inclua-se aí a Geografia ou Educação, não temos raciocínios apodíticos, do tipo “2+2 = 4”, isto é, resultados inquestionáveis e baseados em provas empíricas. O contrário, nestes campos abundam aporias, isto é, temas cujas conclusões são opostas, mesmo quando baseados nas mesmas premissas ou ‘dados’! Um exemplo? Qual a solução para o problema – inegável – da violência urbana ou no campo? Uns dirão as causas, outros dirão outras causas. Uns apontarão tais soluções, outros dirão o oposto a estas soluções. Quem tem razão? Há quem tenha toda a razão? Há quem veja o problema de forma ‘total’ e ‘isenta’? Provável que não. Problemas complexos não possuem soluções simplistas. Não há fenômeno humano simples. Em geral, há a simplificação, não raro, redutora e empobrecedora. E mais, se alguém tiver a razão, isso garante o que? Saber, por exemplo, que as drogas ilícitas e/ou o álcool não combinam com a direção de veículos, afasta seus usuários do volante? Alguém desconhece que o tabaco faz mal à saúde? E

quantos jovens – já criados sem as propagandas glamourosas dos cigarros na televisão – continuam ou começam a fumar? Vemos os limites da razão. Mudar hábitos não é fácil. Quem já não aprendeu que ‘lugar de lixo é no lixo’? Basta olhar pelas ruas da cidade ou nos lugares que percorremos para perceber quão difícil é fazer esta práxis geográfica: cada coisa nos seus lugares.

Propomos uma leitura atenta para o que segue. Barbosa (2015) ao falar do trabalho de mulheres costureiras, nos convida a uma série de miradas atentas a personagens normalmente olvidados de nossas aulas e reflexões.

Conhecer a história de vida e de trabalho dessas mulheres tem demonstrado que essas formas de trabalho mais artesanais e com maior autonomia coexistem com o capitalismo industrial de maneira, até certo ponto, independente. Trata-se de perceber que existem outras formas de produzir a existência que se aproximem do trabalho como mundo liberdade. De que existem outras formas de aprender que não apenas a educação formal. Que existem outras formas de olhar para o trabalho sem que ele esteja relacionado à produtividade e à relação de competição com o outro. Que existem formas de viver e sobreviver mais emancipatória, que podem levar a uma criação e recriação de si e a um pouco mais de paz e no sentido que “o trabalho feito pelas mãos pode animar o trabalho da mente”. Não se trata de deixar de lado a precariedade que o trabalho autônomo e artesanal e, principalmente, o feminino, acarreta. Mas reconhecer, saber que isto é possível, abre nosso leque de escolhas dentro de uma sociedade tão desigual que deixa à margem a maioria. A partir dessa visibilidade, podemos pensar, de forma coletiva, com dialogicidade, em formas de lutar para reduzir e extinguir a precariedade nesta forma de trabalho das mulheres, que carrega muitos elementos de emancipação. (BARBOSA, 2015, p. 138-139).

A Educação escolar e/ou a Geografia não podem acabar com ignomínias que o ser humano produziu, mas pode trazer fatos e discussões para que melhor possamos conhecer a nossa sociedade, nossa espécie e a nós mesmos. Pôr em evidência que estamos condenados à liberdade de escolher nossos valores e atitudes. Valorar toda forma de combate às injustiças e violências que se cometem contra indivíduos e grupos. Fortalecer a prática democrática que respeita o direito de os grupos defenderem suas posições e ações, conquanto, claro, respeitem os demais, afinal, a liberdade não é total a ponto de permitir que ‘em nome da liberdade e da democracia’ eu possa atacar a vida e a dignidade dos demais.

A Geografia pode não ter soluções para as agruras da humanidade, mas tem em suas aulas a possibilidade de refletir sobre elas com a humilde esperança de que não somos condenados a repetir nossos erros. Manter a humilde esperança de que a combinação de razão (saber) e emoção (conhecer o outro, praticar a empatia) pode ajudar na ampliação de nossa capacidade de entender o outro e com ele conviver de forma pacífica e respeitosa.

O educador pode muito pouco, mas este pouco não é nada desprezível. Tocar, com razão e emoção, as novas gerações é uma possibilidade concreta de contribuímos com a construção de uma sociedade menos desigual.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBOSA, Carla Melissa. **Histórias de vida e costura: os saberes e sabores da mulher artífice**. 2015. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
2. BOHRER, Marcos. **O ensino médio técnico integrado visto por quem sente e vê: os jovens fronteiriços e o professor de geografia**. 2017. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
3. COSTELLA, Roselane Zordan. Para onde foi a Geografia que penso ter aprendido. In: CASTROGIOVANI, A. C.; TONINI, I. M.; KAERCHER, N. A.; COSTELLA, R. Z. **Movimentos no ensinar Geografia: rompendo rotações**. Porto Alegre: Evangraf, 2015. p. 29-54.
4. FERRY, Luc; VINCENT, Jean-Didier. **O que é o ser humano?** Sobre os princípios fundamentais da filosofia e da biologia. Tradução de Lúcia M. E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
5. HESSE, Hermann. **O lobo da estepe**. Tradução de Ivo Barroso. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
6. KAERCHER, Nestor André. **Se a Geografia escolar é um pastel de vento o gato come a Geografia Crítica**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

7. _____. Artesania, felicidade, empatia: assuntos não geográficos para o estagiário de Geografia construir sua identidade docente. **Geographia Meridionalis**, Pelotas, v. 3, n. 2, out., 2017, p. 251–273. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/index>ISSN 2446-9165. Acesso em: 8 jan. 2018.
8. _____. Textos do autor disponíveis. Disponível em: www.geografiadonestor.weebly.com. Acesso em: 9 jan. 2018.
9. MORIN, Edgar. **Ensinar a viver**: manifesto para mudar a educação. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.
10. _____. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad: Eloá Jacobina. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
11. PEREIRA, Marcelo Ricardo. **O nome atual do mal-estar docente**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.
12. PESSOA, Fernando. **Ficções do interlúdio**. Poemas completos de Alberto Caieiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
13. TOUGH, Paul. **Como as crianças aprendem**: o papel da garra, da curiosidade e da personalidade no desenvolvimento infantil. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.
14. WHITE, Matthew. **O grande livro das coisas horríveis**: a crônica definitiva das cem piores atrocidades da história. Tradução de Sergio Moraes Rego. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

Territorialidades e comunidades tradicionais: entre a identidade e a transformação

Territorialidades y comunidades tradicionales: entre la identidad y la transformación

Renato Fernandes Caetano

Eva da Silva Alves

Raimundo Nonato Pereira da Silva

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir o conceito de identidade, tomando como pressuposto os aspectos de territorialidade e comunidades tradicionais. Esse viés se correlaciona ao objeto de estudos do projeto de pesquisa sobre a Comunidade Ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO), no qual se objetiva abordar os aspectos que envolvem a identidade desta comunidade, dentre outras características socioculturais e o vínculo com o território como um espaço que assegura essa identidade. De outro lado, observa-se que os territórios das comunidades tradicionais veem passando por mudanças, por “invasões”, redefinições e aberturas, tornando-se fronteiras nas quais algo novo começa a se fazer presente. Em termos metodológicos, a pesquisa se fundamentou em fontes bibliográficas, especialmente nas reflexões dos autores Stuart Hall (2014) e Homi K. Bhabha (2014), documentais e na observação participante. Espera-se que esses estudos e registros possam contribuir para minimizar impactos sociais dos processos de deslocamento e transformações das comunidades tradicionais e servir de parâmetro para futuras mobilizações e redefinições territoriais das comunidades ribeirinhas do Estado de Rondônia e da Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidades. Comunidades Tradicionais. Identidade.

RESUMEN: Este artículo tiene por objetivo discutir el concepto de identidad, tomando como presupuesto los aspectos de territorialidad y comunidades tradicionales. Ese viés, se correlaciona con el objetivo de estudios del proyecto de investigación sobre la Comunidad Ribeirinha de São Carlos (Bajo Madera, Porto Velho / RO en el que se objetiva abordar los aspectos que envuelven la identidad de esta comunidad, entre otras características socioculturales y el vínculo con el territorio como un espacio que asegura esa identidad. por otro lado, se observa que los territorios de las comunidades tradicionales ven pasando por cambios, por “invasiones”, redefiniciones y aberturas, convirtiéndose en fronteras en las cuales algo nuevo comienza a hacerse presente. en términos metodológicos, la investigación se fundamentó, en fuentes bibliográficas, especialmente en las reflexiones de los autores Stuart Hall (2014) y Homi K. Bhabha (2014), documentales y en la observación participante. Se espera que estos estudios y registros puedan contribuir a minimizar los impactos sociales de los procesos de desplazamiento y transformaciones de las comunidades tradicionales y servir de parámetro para futuras movilizaciones y redefiniciones territoriales de las comunidades ribeirinhas del Estado de Rondonia y de la Amazona.

PALABRAS-CLAVES: Territorialidades. Comunidades Tradicionales. Identidad.

1. INTRODUÇÃO

“Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual *algo começa a se fazer presente*”. (HEIDEGGER, epígrafe usada por BHABHA, 2014).

Para Leach “[...] as sociedades reais não podem jamais estar em equilíbrio” (1995, p. 68), pois essas sociedades “[...] existem no tempo e no espaço. A situação demográfica, ecológica, econômica e de política externa não se estruturam num ambiente fixo, mas num ambiente em constante mudança” (LEACH, 1995, p. 69). Da mesma forma, devemos entender a identidade, ou seja, as situações externas fazem com que a identidade esteja em processo contínuo de mudança, de transformação e em processo de diferenciação.

Stuart Hall (2014) e Homi K. Bhabha (2014) constatarem uma completa desconstrução das perspectivas identitárias e que “encontramo-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão.” (BHABHA, 2014, p. 19). Neste sentido, se fala em crise de identidade e que as identidades modernas estão sendo descentradas, deslocadas ou fragmentadas. Neste cenário pode-se pensar a fronteira como o espaço desta diferenciação, espaço onde algo começa, se faz presente. Neste sentido que para Bhabha estamos vivendo nas “fronteiras do ‘presentes’” e, de certa forma, nas “fronteiras da destituição étnica” (BHABHA, 2014, p. 19-20).

Neste contexto, este ensaio tem por objetivo discutir, a partir do pensamento dos autores Stuart Hall e Homi K. Bhabha, em que consiste o conceito de identidade e o fluir de suas bases, na perspectiva da indagação “quem nós podemos nos tornar?”. Essa preocupação parte do pressuposto que vem sendo objeto de estudos no projeto de pesquisa sobre a Comunidade

Ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO), no qual se objetiva abordar os aspectos que envolvem a identidade desta comunidade, dentre outras características socioculturais e o vínculo com o território como um espaço que assegura essa identidade. Observa-se que os territórios das comunidades tradicionais veem passando por mudanças, por “invasões”, redefinições e aberturas, tornando-se fronteiras nas quais algo novo começa a se fazer presente.

A Comunidade Ribeirinha de São Carlos é considerada por historiadores a localidade mais antiga da colonização de Rondônia e de Porto Velho, fundada em 1723 pelo padre jesuíta João Sampayo. Hoje, São Carlos é uma das principais e maiores comunidades do Baixo Madeira, com aproximadamente 370 famílias e 1500 habitantes e sua infraestrutura auxilia e agrega outras comunidades do entorno. É um Distrito do município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, e fica localizado no encontro das águas do Rio Jamari com um dos principais rios da bacia amazônica: o Rio Madeira.

No entorno há duas unidades de conservação de uso sustentável: a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã e a Floresta Nacional do Jacundá. Atualmente a Comunidade se encontra em um processo de incertezas devido os impactos das Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e pela última grande cheia (2014), gerando conflitos socioambientais e de identidade. Há, ainda, um projeto de deslocamento territorial e uma inércia dos poderes públicos no atendimento das necessidades dos que ali constituíram suas memórias e histórias de vida. Portanto, conclui-se que é fundamental documentar em vídeo as memórias e a história desta Comunidade Ribeirinha, visando fortalecer a sua identidade e importância sociocultural para o Estado de Rondônia.

Primeiramente, o objetivo de analisar o conceito de identidade visa contribuir para iluminar os estudos e análises em curso sobre a realidade e a identidade, ou identidades, presentes na Comunidade Ribeirinha de São Carlos. Assim, mesmo que no texto essa aplicabilidade não apareça de forma explícita e contínua, este viés permeia o olhar dos autores, considerando que as luzes da teoria que aqui são elucidadas visam ajudar a entender essa complexa realidade de constituição e transformação das identidades.

Historicamente, de forma lamentável, não raras vezes as comunidades ribeirinhas da Amazônia passam por processos de invisibilização e seus territórios e identidades são desconsiderados, ofuscados e negados para então se descaracterizar os direitos com os quais se identificam como comunidades ribeirinhas.

[...] a história do homem na Amazônia é marcada por silêncios e ausências que acentuam a sua **relativa invisibilidade** e **velam os traços configurativos da sua identidade**. Desse modo, **adentrar o universo identitário** dos povos amazônicos implica considerar um mundo de ambiguidades, trata-se de percorrer caminhos que se cruzam e se contrapõem, mascaram diferenciações sociais que têm entravado processos de emancipação social e política. (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2009, p. 30; **negritos nossos**).

Mas, afinal, o que constitui este “universo identitário” dos povos amazônicos? O que vem a ser identidade? Como podemos falar de invisibilização da identidade de uma comunidade? É possível transformar ou negar a outro a sua identidade? Quais as relações de poder perpassam esse processo? Visando responder a estas e outras perguntas e indagações subjacentes à esta problemática, dar-se-á prosseguimento nas discussões conceituando o que se entende por identidade e os processos de produção da identidade e da diferença.

2. IDENTIDADE E SEUS DESAFIOS

Em termos de conceituação de identidade, os autores Laburthe-Tolra e Warnier afirmam:

A *identidade* é um princípio de coesão interiorizado por uma pessoa ou um grupo. Permite-lhes reconhecerem-se e serem reconhecidos. A identidade consiste num conjunto de características partilhadas pelos membros do grupo, que permitem um processo de identificação das pessoas no interior do grupo e de diferenciação em relação aos outros grupos (LABURTHE-TOLRA; WARNIER, 1997, p. 409).

Coadunando com estes princípios e a partir de reflexões sobre o pensamento de Woodward (2014, p. 14) os pesquisadores Teixeira, Fonseca e Casseb (2009, p. 78) assim destacam a importância da identidade:

A questão da identidade coletiva, seja ela qual for, é algo que se impõe como de fundamental importância nas sociedades modernas. A **percepção de si e dos outros** é um problema enfrentado cotidianamente em todas as sociedades, com os mais graves tipos de implicação. O estado e as sociedades modernas, fundados após o Iluminismo e, portanto, laicos em seu modo de perceber a existência, formulam um amplo processo de estruturação das identidades a partir de três grandes pressupostos: o **indivíduo, a classe e a nação. Toda identidade é relacional, isto é, depende de algo fora dela para existir ou, posto de outra forma, depende de outra identidade que possa estabelecer a diferença** (WOODWARD, 2014, p. 9). [...] Traduzem também uma **constituição nas relações de produção e do espaço ou território**, em que o indivíduo reside e se relaciona, com um determinado grupo de agentes. (negritos nossos).

Observa-se que a identidade, antes de ser positiva, ser o que alguém possui, na verdade é um conjunto de negações, ou seja, por ser relacional, a identidade pressupõe sempre a presença de um outro, de características que são diferentes, até antagônicas, para então se firmar, se declarar. Conforme Hall

[...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*, que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e, assim, sua ‘identidade’ – pode ser construído (HALL, 2014, p. 110).

Por isso, as identidades não são nunca unificadas e são discutidas na modernidade tardia como cada vez mais fragmentadas, fraturadas, multiplamente construídas por discursos, práticas e posições. Assim, as identidades estão sujeitas à história e por isso em processo de mudança e transformação contínuo (HALL, 2014, p. 108). Prova disso são os processos de globalização e de migração forçada (ou “livre”), que tem nos colocado frente à mudanças constantes e feito com que as perguntas tradicionais passem por modificações, nos fazendo indagar: “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2014, p. 109).

É neste sentido que nos indagamos sobre o fluir ou ruir das bases sobre as quais se assentava a identidade na modernidade. Como nos aponta Bhabha (2014, p. 25) os “próprios conceitos de culturas nacionais homogêneas [...] estão em profundo processo de redefinição”. Tudo isso tem dado a sensação de um residir “no além”:

[...] residir ‘no além’ é ainda [...] ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural; reinscrever nossa comunalidade humana, histórica; *tocar o futuro em seu lado de cá*. Neste sentido, então, o espaço intermediário ‘além’ torna-se um espaço de intervenção no aqui e no agora.” (BHABHA, 2014, p. 28).

Daí que no entender de Hall os sujeitos pós-modernos carregam dentro de si “identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (HALL, 2015, p. 12). Assim, para Bhabha (2014, p. 23), a obra de Renée Green “expõe e desloca a lógica binária através da qual identidades de diferença são frequentemente construídas – negro/branco, eu/outro.” Uma vez que “nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma” (BHABHA, 2014, p. 71), há sempre uma relação dualista de um Eu com o Outro. Como aponta Silva (2014, p. 82): “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora”.

Por isso a afirmação da identidade é uma marca do poder, do poder de classificar, de hierarquizar. Laclau (*apud* HALL, 2014, p. 110) tem razão ao argumentar que “a constituição de uma identidade social é sempre um ato de poder”. Porém esse poder será bem mais identificável, “aceito”, se o desejo parecer emanar daquele que se quer mudar.

Neste sentido Silva está certíssimo ao afirmar que “a identidade e a diferença estão, pois em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.” (SILVA, 2014, p. 81). De fato, por trás das definições e redefinições de identidades há sempre a marca do poder e do domínio que se deseja impor.

Razões que confirmam o fato que as sociedades reais jamais podem estar em equilíbrio, como destacado do pensamento de Leach (1995), pois as relações de poder e de estabelecimento e produção das identidades nunca são inocentes, estão sempre a serviço de ideais, de forças políticas e sociais do ambiente externo.

3. AÇÃO NOCIVA DO PODER NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DA IDENTIFICAÇÃO

Assim, fica compreensível, e de fato pode-se falar sobre, o processo de invisibilização da identidade pelo qual passam as comunidades tradicionais, pois há sempre interesses econômicos, políticos e de poder por trás dos processos de transformação e negação das identidades e territórios destas comunidades. Portanto, Hall (2014, p. 110) está plenamente certo ao afirmar que “[...] toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado”, ou seja, as comunidades tradicionais são invisibilizadas para que possam ter suas riquezas, culturas, saberes e práticas apropriados pelos interesses econômicos e políticos externos.

Neste contexto que para Hall identidade significa o ponto de encontro, de “sutura”, entre, de um lado, os discursos e as práticas que nos convocam a assumir nossos lugares de sujeitos sociais de discursos particulares e, de outro, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos (HALL, 2014, p. 111-112). Por esse motivo Hall se utiliza do conceito de *identificação*, pois “as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir” (HALL, 1994, p. 112), cabendo ao sujeito que passa pelos efeitos da suturação investir nesta articulação.

Aprofundando essa questão, Bhabha (2014, p. 83-84) aponta três condições deste *processo de identificação*.

Primeiramente, “existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou *locus*. É uma demanda que se estende em direção a um objeto externo e, como escreve Jacqueline Rose, ‘É a relação dessa demanda com o lugar do objeto que ela reivindica que se torna a base da identificação’”. (BHABHA, 2014, p. 83). E para ilustrar esse processo, Bhabha usa a imagem da troca de olhares entre o nativo e o colono, pensando o primeiro que eles “querem o nosso lugar”, mas mesmo assim não há um só nativo que não sonhe um dia estar no lugar do colono, isto é, o lugar e posição do outro acaba por despertar o processo e desejo de identificação, de se tornar igual a ele.

E o sistema dominante quer justamente isso, em outras palavras, o objetivo é fazer com que o outro queira ser igual a mim, para então poder dominá-lo: é preciso que o ribeirinho “deseje” o que a sociedade tem de “mais moderno”, de mais agradável e de fácil acesso, com isso o seu espaço se torna suscetível de ser mudado, apropriado, modificado, com a justificativa que ele quer isso, que ele se identifica com esse outro, com essa outra identidade, como lembra Bhabha, em suas inúmeras referências a Fanon, as “peles negras, máscaras brancas”:

A fantasia do nativo é precisamente ocupar o lugar do senhor enquanto mantém seu lugar no rancor *vingativo* do escravo. ‘Pele negra, máscaras brancas’ não é uma divisão precisa; é uma imagem duplicadora, dissimuladora do ser em pelo menos dois lugares ao mesmo tempo [...]. [...] ser diferente daqueles que são diferentes faz de você o mesmo (BHABHA, 2014, p. 84).

A identificação se torna uma maneira de forçar o outro a assumir aquela imagem:

Finalmente, a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia *autocumpridora* – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da

identificação – isto é, ser *para* um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade. (BHABHA, 2014, p. 84).

O sistema capitalista, mais que qualquer outro, soube se valer deste processo de identificação e com os processos de globalização e processos de migrações forçadas (ou “livre” – HALL, 2014, p. 108) tem cada vez mais unido o mundo à casa e fazendo das formas de identificação atos de poder, de controle, de disciplinação dos corpos que são autopolicados, racializados e etnicizados pelo sistema (FOUCAULT; BUTLER *apud* HALL, 2014, p. 120-130).

Por isso, se constata que estamos vivendo um período em que “o pessoal-é-o político, o mundo-na-casa” e a “existência fronteiriça habita uma quietude do tempo e uma estranheza de enquadramento que cria a ‘imagem’ discursiva na encruzilhada entre história e literatura, unindo a casa e o mundo” (BHABHA, 2014, p. 34.38). Por isso a vivência de identidades contraditórias, pois ora somos casa (família, tradição, valores domésticos etc.), ora somos mundo (comunidade, mudança/relativismo, valores mais amplos e conflitantes com a casa etc.).

É nestas tensões e ambivalências que para Silva as identidades devem ser pensadas, questionadas e problematizadas, pois questionar a identidade e a diferença como relações de poder perpassa por questionar os binarismos nos quais elas se organizam e produzem (“nós/eles”; “feminismo/masculino”; “branco/negro”; “heterossexual/homossexual” etc.). Portanto, deve-se problematizar a identidade e a diferença como questões de política e que assim sendo devem ser transgredidas, subvertidas, questionadas, restando a síntese que segue:

Nessa perspectiva, podemos fazer uma síntese, descrevendo o que a identidade – tudo isso vale, igualmente, para a diferença – *não* é e o que a identidade é. Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (SILVA, 2014, p. 96-97).

Mesmo diante destas estreitas relações de poder, para Bhabha, é justamente aí que reside e se deve afirmar o mais profundo desejo de solidariedade social, mesmo que se esteja vivendo neste “mundo estranho”, com suas “ambivalências e ambiguidades encenadas na casa da ficção”, deve-se proclamar: “‘Estou buscando o encontro... quero o encontro.... quero o encontro’” (BHABHA, 2014, p. 46). Pois, para lembrar Fanon “no mundo em que viajo, estou continuamente a criar-me” (FANON *apud* BHABHA, 2014, p. 30) e o que devemos deixar em aberto “é como haveremos de nos repensar [...]” (BHABHA, 2014, p. 115), continuamente, sobre o fluir das bases das identidades, indagando sempre: “quem nós podemos nos tornar” (HALL, 2014, p. 109) e assim “reinscrever nossa comunalidade humana, histórica; *tocar o futuro em seu lado de cá.*” (BHABHA, 2014, p. 28).

4. IDENTIDADE E A COMUNIDADE DE SÃO CARLOS: OLHARES PRELIMINARES

Em síntese, essas reflexões a respeito da identidade nos ajudam a pensar como as comunidades tradicionais, e no caso específico aqui a Comunidade Ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO), tem passado por estes processos de identificação e como suas identidades tem sido afetadas, modificadas de forma até violenta, pois os processos de globalização e desenvolvimentos econômicos impostos pelos grandes projetos tem apresentado cada vez mais uma imagem duplicada daquilo que as comunidades tradicionais não são, para então despertar o desejo e tornar-se o ideal a ser seguido.

Por exemplo, na Comunidade Ribeirinha de São Carlos, até uns 8 anos a forma de acesso à comunidade se dava por embarcações através do Rio Madeira, sendo o tempo de percurso da cidade de Porto Velho até a comunidade mais longo, demorado, porém com todo o imaginário e poética que o rio propicia; e deste tempo para cá o mesmo se dá também por uma estrada, o que

tem mudado diversos outros acessos, construções das casas (a frente das casas já não são mais voltadas para o “rio”, mas para a “estrada”), o ritmo de vida, o acesso a produtos industrializados etc. Tudo isso tem ocasionado, como se pode observar em visitas e diálogos na comunidade, mudanças significativas nos modos de vida e nos modos de ser ribeirinho. Até mesmo no imaginário, observado nas falas quando eles se referem ao “rio” e à “estrada”, como sendo constituintes de identidades totalmente diferentes e carregadas de sentidos ambivalentes.

Por fim, entender estes processos de produção das identidades e de como elas são transformadas foi e continuará sendo essencial para ajudar a entender o objeto em estudos e suas nuances.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. (Introdução e Conclusão).
2. FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Cienc. Cult.** [online]. 2009, vol.61, n.3, pp. 30-32. ISSN 2317-6660. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v61n3/a12v61n3.pdf>> Acesso em: janeiro de 2017.
3. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
4. HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: perspectivas dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
5. LABURTHER-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia – Antropologia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
6. LEACH, Edmund R. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1995.
7. SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: perspectivas dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
8. TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da; CASSEB, Almeida. Remanescentes de Quilombo de Santo Antônio do Guaporé, Identidade e Territorialidade Adversas. In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Conflitos Sociais no “Complexo Madeira”**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.
9. WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: perspectivas dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), à Faculdade Católica de Rondônia pelo apoio ao Grupo de Pesquisa Desafios Socioambientais, Saberes e Práticas na Amazônia e à Fundação de Amparo à Pesquisa de Rondônia (FAPERO) e CAPES, pelo apoio financeiro de custeio ao Projeto de Pesquisa: “COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SÃO CARLOS (BAIXO MADEIRA, PORTO VELHO/RO): Deslocamento, Conflitos Socioambientais, Identidade e Territorialidade” por meio do Termo de Outorga FAPERO nº. 011/2016 da Chamada Universal 003/2015 e pela Bolsa Pesquisa através da Chamada FAPERO 010/2016.

Sumário

Aspectos da atividade agropecuária e o desenvolvimento socioeconômico do município de Ariquemes (Rondônia)	2
Nação, nacionalismo e racionalização edênica nos interiores do território brasileiro	17
O lugar na ótica do cotidiano, vivência e identidade: uma visão a partir da quarta colônia de imigração italiana, RS, Brasil.....	26
Avaliação socioambiental do manejo florestal comunitário no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia.....	35
Espacialidades da fé: um olhar para a devoção a Oxum e Nossa Senhora da Imaculada Conceição em RioGrande-RO - Brasil.....	47
A identidade faxinalense pelas (trans)territorialidades cotidianas no Faxinal Sete Saltos de Baixo - Ponta Grossa/PR	59
A abertura da rodovia BR 174 na Amazônia brasileira e seus desdobramentos para o Estado de Roraima	71
Lugares topofóbico: violência sexual intrafamiliar	79
Conflitos em comunidades tradicionais: um estudo sobre o Faxinal do Salto – Paraná	96
O menino irreflexivo e a demissão subjetiva da docência: razão e emoção para manter viva a chama do aprender a ensinar geografia com nossos alunos.	111
Territorialidades e comunidades tradicionais: entre a identidade e a transformação	122